



TRAVESSIA
DO SILÊNCIO,
TESTEMUNHO
E REPARAÇÃO



**CLÍNICA DO TESTEMUNHO DO
INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS**

TRAVESSIA

DO SILÊNCIO,
TESTEMUNHO
E REPARAÇÃO

Coordenação:
Moisés Rodrigues da Silva Junior
Issa Fernando Sarraf Mercadante

CLÍNICA DO TESTEMUNHO DO
INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS

São Paulo, 2015

Realização



Projeto
Clínicas do Testemunho

Comissão de
Anistia Ministério da
Justiça



341.4343

T781s

Travessia do silêncio, testemunho e reparação / Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Instituto Projetos Terapêuticos ; coordenação : Moisés Rodrigues da Silva Júnior, Issa Mercadante. – Brasília : Ministério da Justiça, Comissão de Anistia ; São Paulo : Instituto Projetos Terapêuticos, 2015.
200 p.

ISBN : 978-85-5506-020-5

I. Testemunho – Brasil. 2. Reparação do dano – Brasil. 3. Tortura – aspectos psicológicos. 4 Psicanálise – tratamento. 5. Trauma. 6. Memória (psicologia). I. Silva Junior, Moisés Rodrigues, coord. II. Mercadante, Issa, coord. III. Brasil. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. V. Instituto Projetos Terapêuticos.

CDD

Ficha elaborada pela Biblioteca do Ministério da Justiça

Texto de produção independente

“Esta publicação é resultado de iniciativa fomentada com verbas do projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia, selecionada por meio de edital público. Por essa razão, as opiniões e dados contidos na obra são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando expresso em contrário.”

Coordenação: Moisés Rodrigues da Silva Junior e
Issa Fernando Sarraf Mercadante

Preparação de texto e revisão: Helena Tassara

Edição: Helena Tassara e Flávio Carvalho Ferraz

Projeto gráfico, diagramação e capa: Camila Sipahi Pires

Administração Financeira: Marta Elizabete Vieira

Secretária: Daniela Otero Novelli

**Presidente**

Moisés Rodrigues da Silva Junior

Equipe Clínica

Cristina Herrera

Issa Fernando Sarraf Mercadante

Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi

Maria Marta Azzolini

Moisés Rodrigues da Silva Junior

Rodrigo Blum

Pedro Antunes

Conselho Fiscal

Carlos Francisco Livieres

Nelson Miguel de Paula

Conselho Deliberativo

Danielle Melaine Breyton (Presidente)

Felipe Ribeiro Piscioti

Cristina Aurélia Jacon Parada Franch

Susana Maria Franco Diaz

**Presidenta da República**

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

Secretário-Executivo

Marivaldo de Castro Pereira

Presidente da Comissão de Anistia

Paulo Abrão

Vice-presidente da Comissão de Anistia

José Carlos Moreira da Silva Filho

Claudinei do Nascimento

Conselheiros da Comissão de Anistia

Aline Sueli de Salles Santos

Ana Maria Guedes

Ana Maria Lima de Oliveira

Carolina de Campos Melo

Caroline Proner

Claudinei do Nascimento

Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto

Eneá de Stutz e Almeida

Henrique de Almeida Cardoso

Juvelino José Strozake

Manoel Severino Moraes de Almeida

Márcia Elayne Berbich de Moraes

Marina Silva Steinbruch

Mário Miranda de Albuquerque

Marlon Alberto Weichert

Narciso Fernandes Barbosa

Nilmário Miranda

Prudente José Silveira Mello

(cont. Conselheiros da comissão de anistia)

Rita Maria de Miranda Sipahi

Roberta Camineiro Baggio

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Diretor da Comissão de Anistia

Virginius José Lianza da Franca

Chefe de Gabinete

Renata Barreto Preturlan

Coordenadora Geral do Memorial

da Anistia Política do Brasil

Rosane Cavalheiro Cruz

Coordenador Geral de Gestão

e Informação Processual

Marleide Ferreira Rocha

Coordenador de Articulação Social,

Ações Educativas e Museologia

Alexandre Albuquerque Mourão

Coordenador de Reparação

Psíquica e Redes

Carla Osmo

Coordenadora de Julgamento

e Finalização

Natália Costa

Coordenador de Análise Processual

Rodrigo Lentz

Coordenador de Controle Processual

João Alberto Tomacheski

PROJETO CLÍNICAS DO TESTEMUNHO DA COMISSÃO DE ANISTIA

Projeto Clínicas do Testemunho é uma nova etapa do programa de reparações da Comissão de Anistia; busca, por meio de Chamada Pública, selecionar projetos da sociedade civil para fomentar a implantação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados por violência de Estado a que se refere a Lei n. 10.559/2002.

Os reflexos da violência do Estado praticada no período da repressão se perpetuam no psíquico das vítimas mesmo com o passar dos anos, e a falta de uma política pública no sentido de reparar essas violações reforçam a negação

do Estado em reconhecer os erros cometidos por seus agentes, e contribuem para uma não reparação plena.

O atendimento clínico às vítimas dos danos produzidos pela violência do Estado brasileiro é necessário para que se busque a reparação plena. Uma reparação apenas nos campos financeiro e moral deixa uma fissura no campo psicológico que precisa ser estudada e erradicada por meio de uma política pública de qualidade.

O Estado tem a obrigação de prestar apoio psicológico aos cidadãos atingidos por graves violações dos direitos humanos. Especialmente quando as próprias instituições do Estado na democracia, hoje, dependem – para a efetividade do direito à memória, à verdade e à reparação – do registro do testemunho da vítima. É preciso cuidar para que não se estabeleçam. Reflexos danosos de revitimização neste processo da Justiça de Transição.

Para maior eficácia no tratamento dessas vítimas, o profissional de Psicologia precisa estar preparado e possuir sensibilidade suficiente para tratar das particularidades desses casos de violência e sofrimento psíquico produzidos por agentes do Estado, ou deles decorrentes. Não basta apenas escutar, é preciso fazer isso com qualidade e especialidades capacitadas.

É nesse contexto que surge o Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia, que tem por objetivo a implementação de núcleos de apoio e atenção

psicológica às vítimas e testemunhas, nos quais o atendido poderá trocar experiências com seus pares, por meio de escutas realizadas por equipe com conhecimento específico, através de metodologia apropriada para estas modalidades de traumas advindos da violência do Estado.

O Projeto traz ainda em seu escopo uma tridimensionalidade: atenção às vítimas, capacitação profissional e geração de insumos de referência para aproveitamento profissional múltiplo em novas experiências, de tal forma a alargar sua amplitude, funcionando não apenas como clínica propriamente dita, mas também como espaço de formulação em rede de conhecimentos que possam ser posteriormente aplicáveis por outros profissionais para o atendimento de vítimas de violência de Estado, suprimindo, assim, uma lacuna existente não apenas na política pública e oficial de reparações no Brasil como também na própria clínica.

Assim, a Comissão de Anistia amplia e dá efetividade às políticas públicas de reparação do Estado brasileiro, e permite que a sociedade conheça o passado e dele extraia lições para o futuro, reiterando a premissa de que apenas conhecendo o arbítrio estatal do passado podemos evitar sua repetição no futuro, fazendo da anistia política um caminho para a reflexão crítica, para o aprofundamento democrático e para o resgate da confiança pública dos cidadãos com relação às instituições estatais.

O Projeto investe em olhares plurais, selecionando iniciativas por meio de edital público, garantindo igual possibilidade de acesso a todos, e evitando que uma única visão de mundo imponha-se como hegemônica ante as demais ou uma única metodologia se imponha no campo epistemológico, em respeito ao livre pensamento e o direito à verdade histórica, à memória e à reparação, disseminando valores imprescindíveis a um Estado plural e respeitador dos direitos humanos.

Paulo Abrão

Presidente da Comissão da Anistia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A TERCEIRA MARGEM DA REPARAÇÃO _____ 11
Equipe da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos,
com redação final de Rodrigo Blum

1. MEMÓRIA SEM LEMBRANÇA _____ 23
Moisés Rodrigues da Silva Junior

2. CONVERSA CLÍNICA PÚBLICA:
O PÚBLICO TESTEMUNHO _____ 31
Rodrigo Blum

3. REFLEXÕES A PARTIR DE UMA
CONVERSA CLÍNICA PÚBLICA _____ 39
Camila Munhoz

4. TESTEMUNHO EM GRUPO: GERAÇÕES
JUNTAS NA ELABORAÇÃO DO TRAUMA _____ 47
Pedro Tavares Antunes

5. TESTEMUNHO SOBRE A CLÍNICA DO TESTEMUNHO _____ 59
Issa Fernando Sarraf Mercadante

6. A CLÍNICA COMO TESTEMUNHA:
SILÊNCIO E REPRESENTAÇÃO _____ 65
Rodrigo Blum

7. AFINAL, O QUE FAZ UM PSICANALISTA
NA CLÍNICA DO TESTEMUNHO? _____ 73
Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi

8. ENREDOS NA TRANSMISSÃO: A CONSTRUÇÃO DO TESTEMUNHO ENTRE AS GERAÇÕES _____	85
Cristina Herrera	
9. O TRAUMA DE UM PONTO DE VISTA HISTÓRICO-POLÍTICO _____	99
Moisés Rodrigues da Silva Junior	
10. O PIOR SEMPRE PODE NOS SURPREENDER _____	109
Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes	
11. A EXPERIÊNCIA-SOFRIMENTO NA TORTURA: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL _____	125
Myrna Coelho	
12. DO RELATO AO TESTEMUNHO _____	149
Caterina Koltai	
13. DE PAIS PARA FILHOS...: QUANDO AS HISTÓRIAS SÃO INTERROMPIDAS _____	159
Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi	
14. O ATENDIMENTO DE UMA FAMÍLIA: DA PRIVATIZAÇÃO DO DANO À PALAVRA E AO EFEITO DA ESCRITA _____	171
Jorge Broide	
15. MÃE LOUCA OU UMA NOÇÃO DE MÃE DE SEQUESTRADO, MORTO E DESAPARECIDO POLÍTICO DURANTE A DITADURA BRASILEIRA (1964-85) _____	177
Maria Noemi de Araújo	
16. CLANDESTINIDADE E DEMOCRACIA: 50 ANOS DEPOIS DAQUELE GOLPE MILITAR _____	185
Marcus Góes	
SOBRE OS AUTORES _____	191
ANEXO DOCUMENTÁRIO EM CD _____	195

APRESENTAÇÃO

A TERCEIRA MARGEM DA REPARAÇÃO¹

Equipe da Clínica do Testemunho do Instituto *Projetos Terapêuticos*,
com redação final de Rodrigo Blum

“E esquecer não posso, do dia em que a canoa ficou pronta. Sem alegria nem cuidado, nosso pai encalçou o chapéu e decidiu um adeus para a gente. Nem falou outras palavras, não pegou matula e trouxa, não fez a alguma recomendação. Nossa mãe, a gente achou que ela ia esbravejar, mas persistiu somente alva de pálida, mascarou o beijo e bramou: — “Cê vai, ocê fique, você nunca volte!”

Nosso pai suspendeu a resposta. Espiou manso para mim, me acenando de vir também, por uns passos. Temi a ira de nossa mãe, mas obedeci, de vez de jeito. O rumo daquilo me animava, chega que um propósito perguntei: — “Pai, o senhor me leva junto, nessa sua canoa?” Ele só retornou o olhar em mim, e me botou a bênção, com gesto me mandando para trás. Fiz que vim, mas ainda virei, na grota do mato, para saber. Nosso pai entrou na canoa e desamarrou, pelo remar. E a canoa saiu se indo – a sombra dela por igual, feito um jacaré, comprida longa. Nosso pai não voltou.”

João Guimarães Rosa (A terceira margem do rio)

O ano de 2014 marcou os 50 anos do golpe no Brasil e 40 da sistematização da doutrina de segurança nacional, verdadeira “arquitetura de exceção” projetada pela ditadura civil-militar.

¹Esse texto tem como objetivo ao mesmo tempo apresentar o trabalho realizado pela equipe da Clínica do Testemunho – SP, assim como introduzir a temática trabalhada por diversos textos contidos neste livro. Neste sentido, encontraremos aqui uma composição entre a teoria e a clínica, bem como a produção conceitual dos diversos autores.

O estado de exceção no Brasil “destruiu livros e documentos, invadiu *campi* universitários, proibiu leituras de obras e de autores considerados antifascistas, socialistas, comunistas entre outros. Censurou textos, livros, letras de músicas, peças de teatro e criou a função do censor em redações de jornais e em veículos de comunicação; legitimou a delação, a espionagem entre vizinhos, a escuta telefônica e criou um clima de suspeição, incômodo e de vigilância permanente. Principalmente, instituiu a pena de morte por fuzilamento e o banimento do solo brasileiro. Não instituiu legalmente duas figuras trágicas que, se legalizadas, colocariam explicitamente o país na contramão das Convenções de Genebra: a autorização para a tortura e o desaparecimento forçado dos opositores capturados”².

Meio século após o fatídico golpe militar de 1964, os efeitos traumáticos deste terrível período da nossa história começam a ser trazidos à público.

A Comissão de Anistia foi instalada pelo Ministério da Justiça, no dia 28 de agosto de 2001, com o objetivo de analisar os pedidos de indenização formulados por pessoas impedidas de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política, no período entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1980. O órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no Brasil, de depoimentos escritos e orais das vítimas. E é deste grande reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para a reparação às violações, como também a necessária reflexão sobre a importância da não repetição dos atos de arbítrio do Estado.

É a partir da compreensão do processo histórico-político da anistia brasileira que a Comissão de Anistia promoveu uma “virada hermenêutica” nas leituras usualmente dadas à lei no 10.559/2002, conhecida como a Lei da Anistia, cujo artigo 2º reza:

“É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares (...)

A Comissão de Anistia se orienta por dois princípios para o entendimento dessa lei. O primeiro princípio é o de que a anistia é concedida àqueles que foram perseguidos e não aos perseguidores. Um segundo princípio reside do fato de que o artigo 2º é o genuíno reconhecimento ao direito de resistência e dos erros cometidos pelo Estado contra seus concidadãos.

O entendimento afirmativo da Lei da Anistia sustenta não o esquecimento imposto, mas a ideia de que a anistia é ato de reconhecimento do erro do arbítrio impetrado em nome do Estado e declaração da legitimidade de resistência ao regime ditatorial.

² Maria Auxiliadora de A. C. Arantes. *Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, p. 129.

Atualmente, os pareceres finais da Comissão de Anistia, remetidos ao Ministro de Estado da Justiça trazem essa mensagem de forma explícita: “A Comissão de Anistia opina pela declaração de anistiado político ao perseguido político (identificação da pessoa), oficializando por este ato o pedido de desculpas em nome do Estado brasileiro.”

A estrutura de reparação do dano moral pode ser formulada por meio de políticas públicas de memória, promotoras de reparações em vários níveis simbólicos que garantem ao próprio Estado a devolução da dignidade que a ofensa estatal lesionou.

A demanda originalmente atendida pela Comissão de Anistia em sua atividade de reparação econômica, de reparação moral, ampliou-se para suportar também medidas que atendessem à reparação dos danos causados à vida emocional dos afetados pela violência de Estado nos anos da ditadura e de suas sequelas. Essa nova etapa do programa de reparações da Comissão de Anistia, buscou por meio de Chamada Pública, selecionar projetos da sociedade para fomentar a implantação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados por violência de Estado a que se refere à Lei da Anistia.

Nós, como instituição psicanalítica, sentimo-nos convocados por essa chamada.

TORTURA E TRAUMA

A tortura, por seu caráter brutal determinado pela intervenção humana deliberada, cujo objetivo é suprimir seres humanos e aterrorizá-los, e por sua dimensão coletiva e política, deixa emergir características particulares pertencentes à espécie humana, não podendo ser considerada um “excesso” produzido por um sádico isolado. É, sim, uma instituição política do Estado, produtora de subjetividade não apenas em suas vítimas diretas, mas também em seus familiares, descendentes e, por irradiação, no conjunto do tecido social. A experiência extrema que a tortura produz sempre marca e transforma o destino do torturado, que se apresenta como a testemunha encarnada de uma ferida que concerne à humanidade inteira.

Até os dias de hoje guardamos, através das gerações, as marcas dos efeitos devastadores decorrentes da violência traumática exercida pelo poder das ditaduras latino-americanas que, entre as décadas de 60 e 80 do século XX, amparadas pelo discurso da doutrina de segurança nacional, instituíram como política de atuação o terrorismo de estado.

Um poder institucional inquestionável, implacável, com uma lógica de operar aleatória e sujeita a uma total arbitrariedade, sustentada por uma estrutura institucional que coordenou a implementação de uma política de desorientação

e terror. Segundo Giorgio Agamben (2004) trata-se de uma forma de exercício de poder a partir da qual os conceitos de direito subjetivo e proteção jurídica deixaram de fazer sentido.

O que se faz com este terror que assombra? É possível deixar de repetir o trauma? Como se aproximar das experiências de horror que, às vezes, só são conhecidas pelas marcas deixadas nos pais e que atravessam as gerações? E quanto a uma subjetividade ainda não instalada, com um psiquismo em formação – como o dos filhos dessa geração de militantes que viveram junto aos pais, o dos que foram separados deles ou que nasceram após estas circunstâncias –, que incidências têm este tipo de traumático, que abala as estruturas do discurso social?

Sim, a tortura é “um crime demasiadamente humano”³, mas ela visa desconstruir justamente o trabalho de humanização que a cultura imprime em cada um, dizimando as redes de sustentação subjetiva. Como uma prática própria das relações de poder não submetidas às leis da civilidade, é uma tecnologia que pretende reduzir a pessoa humana de seu “inimigo” à morte ou a uma condição de vivente constringido ao limiar da vida biológica, a uma vida em que os sonhos e a realidade psíquica ficam devastados.

O estado de silêncio vivido pelas pessoas exiladas de suas próprias vidas é traduzido na literalidade da memória traumática. A irrealidade, o sentimento absurdo de ruptura com o mundo se apresenta na impossibilidade severa de representação. O traumático carrega em seu núcleo a impropriedade da dimensão temporal. Na memória do trauma, o sujeito está encapsulado em uma estrutura rígida, inflexível e impermeável. O estado embalsamado, ou ainda, exilado, a que a subjetividade está transformada, é marcado por uma ausência de representação, uma impotência simbólica, um imaginário chapado, traumatizado.

A reação imediata ao trauma é uma “agonia psíquica e física que acarreta uma dor tão incompreensível e insuportável”⁴ que o sujeito precisa distanciar-se de si mesmo, afastar-se de seu psiquismo e de seu corpo. As descrições de Ferenczi em relação à comoção psíquica fazem referência ao terror, à catástrofe, à morte. O desprazer causado pelo excesso não pode ser superado, estando o sujeito enfrentado com a máxima vulnerabilidade e impotência, restando apenas “... a autodestruição, a qual, enquanto fator que liberta da angústia, será preferida ao sofrimento mudo”⁵. Marcelo & Maren Viñar⁶ nomeiam esse momento de “demolição”, em que o excesso violento, a ruptura de todo laço afetivo com o mundo pessoal amado, cria um *continuum* solitário em que a presença do corpo

³ Do subtítulo do livro *Tortura*, de Maria Auxiliadora de A. C. Arantes (São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013).

⁴ Sándor Ferenczi (1931). *Análises de crianças com adultos*. In: *Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, v. 4, p. 79.

⁵ Sándor Ferenczi (1934). *Reflexões sobre o trauma*. Op. cit., v. 4, p. 111.

⁶ Marcelo & Maren Viñar. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 2009.

dolorido faz desaparecer do mundo toda presença que não esteja no centro da experiência atual. Nessa situação obscena de vulnerabilidade frente ao outro, produz-se a desorientação psíquica que, destruindo a consciência, ajuda a suportar a dor.

O trauma decorrente de tal violência separa a vida em duas partes: antes e depois. Só que aquele que respira depois não é o mesmo de antes. Um morreu, outro fica em seu lugar. Um outro que transita pelo mundo como que em estado de sonambulismo, como bem sugere o texto de Jorge Semprún⁷.

Há que se criar uma nova vida! Aquele que adentrou a “sucursal do inferno”⁸ atravessa a experiência da morte. O sobrevivente é aquele que estaria destinado a morrer, mas que não cumpriu esse imperativo por inteiro. É aquele que não se reconhece no que era antes do trauma e que teve que constituir uma outra vida.

A TERCEIRA MARGEM

A Clínica do Testemunho é desafiada a responder à experiência traumática determinada por uma política de Estado com um primeiro e explícito objetivo de fazer falar, secundado por uma busca de romper o silenciamento social. Ao estado de linearidade e repetição advinda do buraco traumático, é necessário se opor com a imaginação. Somente um espaço de imaginação é capaz de reconstruir a tridimensionalidade advinda da simbolização.

A Clínica do Testemunho é um trabalho terapêutico, que visa à reparação psicológica das vítimas da violência de Estado. Faz parte dos programas de justiça de transição, uma iniciativa da Comissão da Anistia⁹. Sua proposta de reparação consiste num trabalho de elaboração da memória, aparente paradoxo, já que o termo anistia vem do grego e do latim tardio e remete à amnésia ou esquecimento.

O testemunho de sobreviventes das atrocidades humanas é a prova viva da ruptura do silêncio e do exílio. Testemunhar é muito mais do que narrar uma história, muito mais do que estabelecer um relato memorial dos fatos. Muito além de desvelar uma experiência traumática, testemunhar é, sobretudo, restabelecer o plano tridimensional de sustentação simbólica. Só se pode entender a veracidade de um testemunho se ele for escutado, testemunhado, por um ou-

⁷ Jorge Semprún. *A escrita ou a vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁸ Nome dado pelos próprios torturadores à OBAN (Operação Bandeirantes) conforme relato no livro *Um homem torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar* (Leneide Duarte-Plon & Clarice Meireles, 2014).

⁹ A Comissão da Anistia faz parte do Ministério da Justiça e tem como função julgar os processos de pedido de reparação aos que tiveram seus direitos civis violados pelas perseguições políticas na ditadura civil-militar. Há, pelo menos, 70 mil processos entre os já julgados e os ainda em julgamento na Comissão da Anistia.

tro, por um grupo, por uma clínica, por uma sociedade. Não existe testemunho em um plano bidimensional. Não existe possibilidade de existência testemunhal sem o desejo de um coletivo, sem aquele que possa portar o testemunho a fim de lhe dar ao mesmo tempo uma dimensão singular e simbólica.

Neste contexto, testemunhar é um ato de sobrevivência psíquica e, ao mesmo tempo, um ato que tem um compromisso de transmissão da experiência no espaço social ou coletivo, face à precariedade de recursos simbólicos, disponíveis na cultura, para situar e dar sentido aos acontecimentos catastróficos que marcaram, de maneira radical a vida de, pelo menos, três gerações de seres humanos.

A Clínica do Testemunho abre caminho para a construção de uma memória que pertence a todos. Partimos de algumas variações sobre o mesmo tema, vetorizadas pelos termos verdade, memória, lembrança e esquecimento, para pensar o que a psicanálise tem a ver com isso. É certo que não se trata de uma cura psicanalítica, mas de pensar essa clínica em termos psicanalíticos. Como produção subjetiva, de que verdade se trata? Como falar a verdade? Como é possível esquecer o que não pode ser lembrado e admitido pelo saber compartilhado? Por que margem se guiar?

A terceira margem se faz presente na travessia pela via da reparação. Apoiados nas margens da reparação econômica e moral, a terceira via surge como o lugar imaginado, quase alucinado, onde a clínica será o norte e a reparação psicológica, o testemunho de anos de silenciamento e terror.

A Clínica do Testemunho nasce do cruzamento da memória com a dívida, mas é filha do sofrimento e do silêncio. Do silêncio que grita e clama por escuta. Violência e silenciamento social que golpeiam diretamente os tecidos básicos da vida (social), constituídos pelos vínculos que ligam mutuamente as pessoas, causando um prejuízo na confiança no entorno social, na lógica mais geral em que vivemos. A matriz da constelação identificatória, base do sentimento de pertença humana e da própria identidade, abala-se de forma profunda alterando seu funcionamento.

A Clínica do Testemunho é a margem mais longínqua de uma dívida eterna, ao mesmo tempo alucinada e constituída na terceira via, a via da reparação de um estado de confiança. Parte do acolhimento das dores, dos afetos, dos signos, das palavras isoladas e acompanha as intenções e os movimentos que podem promover a passagem daquilo que aparece cravado na carne como um signo, a um saber mais subjetivado.

Eleger a clínica como portadora de um caráter imaginativo e definitivamente estabelecê-la como testemunha, significa reconhecer e comprometer o lugar clínico como o mais verdadeiro e radical laço social. Neste sentido a clínica que

toma o testemunho como testemunha é em seu cerne uma clínica do social, ou ainda, uma clínica testemunha do mal social. A clínica que acolhe um testemunho, seja ela individualizada ou grupalizada, está e sempre estará atravessada pelas marcas da memória, pelos traços dos esquecimentos, pelas leis do silêncio, pela desfiliação coletiva e pelo compromisso de uma humanidade.

A CLÍNICA DO TESTEMUNHO *PROJETOS TERAPÊUTICOS*

A Clínica do Testemunho *Projetos Terapêuticos* de São Paulo constitui-se como uma clínica política, colocando em relevo o foco clínico justamente pela posição política da importância do reconhecimento da dimensão de danos pessoais e sociais do terror de estado.

À demanda de cuidado das feridas subjetivas, respondemos com a clínica tomando as dores pessoais como marcas em busca de inscrição no discurso. Partindo de uma composição de *settings* de suporte a essa travessia, iniciamos o trajeto acolhendo as marcas do dano e, apostando nas suas possibilidades de tradução em representações imagéticas ou ideativas, restaurando a condição de linguagem compartilhada. Terceira margem para a lesão pessoal entre a sua dimensão privada e o fato social e, também, entre uma demanda de tratamento e a posição de sujeito com seu testemunho.

O atendimento clínico, portanto, consiste no acompanhamento de um percurso desde os grupos terapêuticos, os atendimentos individuais e os atendimentos familiares, incluindo a abertura de espaços de passagem para os diversos discursos, sejam eles militante, artístico, literário, cênico ou musical, todos eles testemunhos na construção de memória compartilhada.

A composição de dispositivos de atendimento clínico grupal, como eixo do projeto, propicia a historicização e a subjetivação de uma narrativa oral compartilhada, que promove o trabalho psíquico necessário para a produção e a elaboração do testemunho; seja na própria clínica terapêutica ou nos espaços de encontros coletivos como a Conversa Clínica Pública ou a Roda de Conversa, cuja finalidade é também clínica. Um trabalho clínico, que opera na sua dimensão reparatória somente em parceria com o Ministério de Justiça, no contexto da lei de Anistia.

Consideramos também que o atendimento clínico individual é de fundamental importância, quando inserido dentro deste contexto de construção do testemunho. O trabalho no dispositivo de atendimento individual, nesta Clínica, dimensiona o trabalho de reparação na articulação entre o fantasmático-privado e o coletivo-público-político, que situa o testemunho entre a História/história de uma vida, dentro de um ordenamento institucional.

Os pacientes que foram atendidos na Clínica chegaram a partir de demandas diferentes, embora sempre orientados, ou desorientados, pelos significantes que referenciam uma clínica que se constitui em parceira com o estado de direito, disponibilizando um atendimento clínico como parte das políticas de reparação frente à violência do terrorismo de estado das épocas ditatoriais.

Em função desta perspectiva, e a partir de uma leitura da demanda, tentamos responder institucionalmente com os recursos e dispositivos que fomos construindo.

O grupo intergeracional foi formado a partir do processo inicial de recepção dos participantes da clínica, teve duração de aproximadamente um ano e meio, com frequência semanal, e funcionou como um grupo aberto; isto é, novas entradas e saídas aconteciam durante todo o processo e não havia um tempo pré-determinado de duração ou de participação.

Desde o início optamos por receber os inscritos em grupo com uma proposta que consistia em quatro encontros iniciais para levantamento das demandas e indicações para os *settings* de atendimento. Inicialmente pensamos em desenvolver *settings* de atendimento grupal específicos para cada geração, mas a partir das demandas surgidas nesses primeiros encontros, entendemos que seria mais indicado a formação de um grupo intergeracional, em que as diferentes gerações estivessem juntas ao longo de um processo. Ficaram evidentes as diferenças nos discursos e a necessidade de diálogo. As diferentes gerações tinham perguntas a serem feitas umas para as outras e esses grupos iniciais foram marcados fortemente pela abertura dessa conversa.

De maneira geral, foram relatos marcados por muita dor, excessos e emoção. Os horrores da tortura, a crueldade dos agentes torturadores, a eterna sensação de medo, o desejo de vingança e justiça foram temas que afloraram nos encontros desde o início. Viam-se e sentiam-se os efeitos da experiência traumática vivida, direta ou indiretamente, durante a ditadura nas subjetividades, sintomas que se perpetuaram no tempo e dos quais os indivíduos não conseguiam se livrar. Prisões, perseguições, torturas, desaparecimentos, enfim, experiências de terror que produziram efeitos terríveis, um sofrimento que não passa, apesar do longo tempo passado desde então.

O grupo de participantes rapidamente fez laços entre si, criou-se um espaço de continência, acolhimento e afeto. Juntos, algumas vezes com pessoas de até três gerações, foi possível falar e escutar, produzindo-se testemunhos entre gerações e entre famílias. Trabalhar com as diferentes gerações juntas foi um facilitador

nos processos, ajudando e vencer as resistências. O trabalho em torno do testemunho teve o efeito de, aos poucos, criar pele: aquilo que antes se apresentava sem a menor continência, à medida que o trabalho sobre o testemunho se desenvolveu, foi encontrando contorno.

Quando esse grupo intergeracional terminou, a Comissão de Anistia aprovou um aditivo para que o projeto seguisse por mais um semestre. A equipe decidiu, entre outras ações, criar um grupo terapêutico do qual participassem apenas as segundas e terceiras gerações (Grupo de Filhos e Netos). Essa ideia surgiu porque os próprios participantes sentiram a necessidade de compartilhar um espaço entre eles, onde pudessem pensar as questões relativas à sua geração, mas também para poder integrar o nosso trabalho junto ao coletivo de filhos e netos pela Memória, Verdade e Justiça, no espaço das Clínicas do Testemunho.

Para aqueles que eram muito crianças ou para os que nasceram depois, a experiência do grupo na Clínica do Testemunho propiciou uma mudança na relação com essa história traumática que, até então, fora de seus pais, para torná-la sua. Essa memória tornou-se uma herança da qual cada um tem que se apropriar para poder transmitir às gerações seguintes, não como trauma e, sim, como um passado a ser conhecido, para que ele não seja esquecido, para que ele nunca mais aconteça, nunca mais se repita.

Seguindo o eixo clínico de nosso projeto, desenvolvemos outras ações no âmbito coletivo de significativa importância e grande alcance.

À primeira destas ações nomeamos de Conversas Clínicas Públicas. A CCP é um dispositivo de memória que provoca, dá visibilidade, cria condições de possibilidade e de enunciação ao que foi alienado como dor privada, reconhecendo o renegado social pela constituição de um território constituído pela conversa, a clínica e o público.

O discurso não vem pronto, elaborado, acabado, mas é fruto do “conversar”, etimologicamente “viver em companhia, frequentar”. Reunimo-nos com o objetivo principal de ouvir e não de falar porque o testemunho é sempre um ato dirigido a alguém que escuta, permitindo a palavra, organizando o encontro e dando-lhe sentido.

As Conversas Clínicas Públicas são feitas, sempre e necessariamente, em parceria com outra instituição, em lugares abertos e públicos. Como disparador para a circulação da palavra, utilizamos sempre o recurso do audiovisual que, por meio de um filme referido a época dos anos de chumbo, traz o tema à tona e introduz a montagem de uma cena coletiva. Três psicanalistas coordenadores colocam-se frente ao auditório e dizem que estão lá para escutar “junto” o que as pessoas tiverem para contar. Ao Longo destes dois anos e meio de projeto Clínicas do Testemunho, o Projetos Terapêuticos produziu cinco CCPs.

Outro dispositivo clínico coletivo de enorme valia no desenvolvimento do trabalho de testemunho conjunto foram as Rodas de Conversa. Trata-se de estabelecer um momento de encontro coletivo e reservado. Neste dispositivo encontramos-nos todos, equipe e participantes. As Rodas de Conversa são reuniões de testemunho abertas a todos os participantes do projeto, familiares, amigos e convidados. Com os participantes dispostos em roda, a conversa circula e o testemunho individual e coletivo apresenta-se vivo e potente.

A abertura de um espaço coletivo reservado proporciona, para os participantes e para equipe clínica, uma possibilidade viva de todos os envolvidos olharem mais de perto os diversos percursos e efeitos que o trabalho de testemunho carrega em cada um, no grupo e na instituição. A real possibilidade de compartilhar experiências, expectativas e projeções ganha na Roda de Conversa um lugar plural. Onde dores e afetos não respeitarão hierarquias ou posições. O coletivo torna-se o verdadeiro lugar da circulação e da transmissão.

Por fim, a dimensão clínica deste projeto, tal qual concebemos desde o seu princípio, deveria prioritariamente estabelecer um plano futuro e um imaginário reparatório. Para tanto, concebemos um dispositivo que se desenvolve como uma complexa articulação de produções técnicas e sociais, como uma potência promotora de outras invenções, novas associações e cooperações, evidenciando-se assim que a subjetividade é força viva, quantidade social, potência política. Chamamos este espaço potencial de Incubadora de Projetos. Essa incubadora seria um ambiente grupal de pertencimento e compartilhamento de ideias, cujo objetivo é a criação ou o desenvolvimento de projetos, anunciando uma mudança possível a partir da mobilização dos sujeitos, de suas forças vitais e de seus contextos de existência.

Nessa proposta, a reparação relaciona-se diretamente com a articulação entre os projetos pessoais e coletivos. O projeto sempre articula uma tensão de “não ser agora” para “vir a ser futuramente”, operando no sentido oposto do tempo do traumático, que se repete sempre o mesmo. Assim, introduz uma diferença e reposiciona o sujeito, abrindo-o ao desejo de saber e à possibilidade de historicizar seu destino, produzindo efeitos subjetivantes que implicam uma filiação simbólica. A operação de pertencimento a um coletivo é ato constituinte da subjetividade, permitindo que o sujeito restitua uma presença social participativa.

Para além do eixo clínico, a Clínica do Testemunho *Projetos Terapêuticos* de São Paulo desenvolveu, ao longo destes dois anos e meio de trabalho outros, dois eixos que serviram como pilares na nossa margem tríade. São eles: o eixo de capacitação e o eixo de pesquisa/insumos.

No tocante à capacitação, propusemos dois espaços de muita riqueza teórica e clínica, além de um vasto material escrito. A proposta de capacitação da Clí-

nica do Testemunho foi desenvolvida entre agosto e novembro de 2014, num total de 39 horas. Teve como intuito primordial preparar os profissionais que se deparam, em seu trabalho com a população, com questões relativas às consequências psíquicas e sociais da violência do estado até os dias de hoje. A luta pelos direitos humanos – que certamente excede as situações que dizem respeito aos efeitos da violência do Estado na época da ditadura – foi e continua sendo um eixo de fundamental importância para pensar as políticas públicas na área de Saúde Mental.

A tarefa proposta à capacitação foi o aprimoramento pessoal dos terapeutas, o cuidado de cada um com sua história e a possibilidade de trabalhar com ela como um instrumento clínico. A escolha da técnica de grupo operativo como instrumento de nossa metodologia teve como objetivo promover um processo de aprendizagem a partir da interação entre os participantes. A aprendizagem centrada nos processos grupais coloca em evidência a possibilidade de uma nova elaboração de conhecimento, de integração e de questionamentos acerca de si e dos outros no interjogo entre a vida psíquica e a estrutura social, em um processo contínuo em que comunicação e interação são indissociáveis.

Outro dispositivo de enorme relevância e suporte em nosso percurso de formação e trabalho, deu-se pelo nome de Violência e Subjetividade. Em um espaço coletivo reunimos mensalmente, durante todo o projeto-piloto, um grupo de profissionais que, direta ou indiretamente, estavam unidos em torno da especificidade desse nosso trabalho. Constituímos um dispositivo de discussão e reflexão sobre as questões que surgiram a partir da nossa experiência clínica e que dizem respeito às incidências subjetivas da violência do terrorismo de estado sobre a subjetividade de nossa época. Tanto sobre os sujeitos diretamente afetados e seus familiares, quanto sobre a sociedade como um todo.

O dispositivo Violência e Subjetividade propiciou uma perspectiva de trabalho coletivo importante. Além da ampliação do debate e do suporte para as nossas indagações, propiciou a construção e a elaboração de questões que tiveram como desfecho a produção de textos dos participantes, que ampliaram e retomaram, a partir de diferentes perspectivas, a especificidade deste trabalho dentro do terreno dos direitos humanos.

DE UMA MARGEM A OUTRA

Em nosso trabalho, percebemos que as marcas da tortura, do trauma, da resistência e do desaparecido são impiedosas na força da crueza de uma demanda restrita e muito acanhada.

Estabelecer uma terceira margem, a da reparação psicológica, significou partir de uma primeira margem ou, antes, foi fundamental restabelecer uma margem. A mínima margem que assegura a dignidade subjetiva e que estava rompida, retalhada, traumatizada. A restauração de uma mínima margem de contorno e confiança mostrou-se primordial.

Assim, abandonamos o ideal de atender um numero hipotético de pessoas em processo de anistia, para passar a atender as pessoas em processo de encontro, de reencontro, de esquecimento, de lembrança, de testemunho. Margeados pela linha da aposta em uma dignidade clínica, e apoiados em uma escuta testemunhal plural, embarcamos na Clínica do Testemunho.

A segunda margem rapidamente se fez presente na ordem das diversas instâncias políticas e jurídicas. As diversas Comissões da Verdade, o trabalho da Comissão de Anistia, os movimentos por memória e justiça que marcaram os eventos que lembraram os 50 anos do golpe civil-militar, enfim, tudo isso estimulou um campo possível de fala e de permeabilidade de um tema profundamente silenciado na sociedade brasileira.

Ao fim de três anos de muito trabalho, análise e, principalmente, profundo envolvimento, apresentamos este material escrito, certos de que margeamos a dor, a morte, o desaparecido, o exílio, o trauma, a tortura e a história mais maldita deste país. Mas não só de crueldade se fez essa clínica. A terceira margem foi construída e conduzida pelo fio da reparação, pela linha da confiança, pela escuta sensível e, sobretudo, pela aposta em uma sociedade mais justa e mais humana.

Não se faz uma clínica sem a presença do outro. Não se faz uma clínica social sem a mobilização de uma sociedade. Não se pode imaginar, sonhar e realizar uma Clínica do Testemunho sem dar voz à verdade de uma dor psíquica.



1

MEMÓRIA SEM LEMBRANÇA¹⁰

Moisés Rodrigues da Silva Junior

O que exatamente se configura como tortura? As técnicas ancestrais do grande inquisidor Torquemada? O pau-de-arara, os aparelhos de choques elétricos? Na imaginação de muitas pessoas essas são as primeiras cenas que ocorrem quando falamos em tortura.

Para a grande maioria são só essas as cenas e, por isso mesmo, acabam fechando os olhos ou os ouvidos a uma série de outras formas mais sutis mas igualmente cruéis de atormentar o outro. As simulações de execuções, ser testemunha da tortura de pessoas queridas, as ameaças de estupro, o manuseio de genitais e o isolamento apareceram vinculados a, pelo menos, tanta angústia quanto à causada por métodos físicos.

Não são somente os abusos físicos e visíveis que devem ser levados em conta. A manipulação psicológica, a humilhação, a privação sensorial e as posturas forçadas causam tanto dano, estresse e angústias como a tortura física.

No Brasil, desde a Constituição Imperial de 1824, firma-se uma declaração contra a tortura e outros tratamentos desumanos: “Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca do ferro quente, e todas demais penas cruéis”. Ainda assim, em nossas constituições republicanas nada é apresentado sobre a prática da tortura (Constituições de 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967), exceto uma menção na Constituição de 1967 quanto ao “respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário”.

¹⁰ Publicado originalmente na revista *Percurso* (ano XXVI, n. 52, pp. 119-124, 2014).

A tipificação de tortura a ser usada neste trabalho é a mesma adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1984, e ratificada pelo Brasil em 28 de setembro de 1989:

“Para os fins desta Convenção, o termo ‘tortura’ designa qualquer ato pelo qual uma violenta dor ou sofrimento, físico ou mental, é infligido intencionalmente a uma pessoa, com o fim de se obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou confissão; de puni-la por um ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir ela ou uma terceira pessoa; ou por qualquer razão baseada em discriminação de qualquer espécie, quando tal dor ou sofrimento é imposto por um funcionário público ou por outra pessoa atuando no exercício de funções públicas, ou ainda por instigação dele ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência, inerentes ou decorrentes de sanções legítimas.”

A tortura, por seu caráter brutal determinado pela ação humana deliberada, que tem por objetivo, anular pessoas, aterrorizá-las, e que por sua dimensão coletiva e política vale-se de características particulares humanas, não podendo ser considerada um “excesso” produzido por um sádico isolado. É, sim, uma instituição política do estado, produtora de subjetividade não apenas em suas vítimas diretas, mas também em seus familiares, descendentes e por irradiação no conjunto do tecido social.

A experiência extrema que a tortura produz sempre marca e transforma o destino do torturado que se apresenta como a testemunha encarnada de uma ferida que concerne a todos. Seu corpo ferido se oferece como símbolo, como bandeira em que se inscreve o que nele foi atingido e que Robert Antelme (2013) chama de “sentimento de pertença à espécie humana”.

Assim, o clima de terror generalizado e a institucionalização da tortura se traduzem, na subjetividade, como perda do apoio social necessário a seu funcionamento. Como descreve Eric Erikson: “(...) o eu continua existindo, ainda que tenha sofrido dano e mesmo mudanças permanentes; o tu continua existindo, ainda que distante, e pode ser difícil se relacionar com ele; mas o nós deixa de existir.” (p. 73)

Situações de grande violência e silenciamento social golpeiam diretamente os tecidos básicos da vida (social) constituídos pelos vínculos que ligam mutuamente as pessoas causando um prejuízo na confiança no entorno social, na família, na comunidade, nas estruturas do governo, na lógica mais geral em que vivemos. A matriz da constelação identificatória, base do sentimento de pertencimento à humanidade e da própria identidade, se abala de forma profunda alterando seu funcionamento.

Mesmo não tendo um quadro sintomatológico único, nem uma síndrome unívoca, as sequelas psicológicas da tortura são sérias e permanentes, com tendên-

cia ao agravamento com o passar dos anos, e mais. Segundo Léo Eitinger (1995), a lista de danos é extensa:

- * a experiência traumática produz sequelas transgeracionais;
- * o índice de psicoses é cinco vezes mais elevado do que nas populações que não as sofreram;
- * a taxa de suicídio é de 16 a 23% mais elevada nas sociedades onde a tortura ocorreu a inserção social é muito difícil, as rupturas familiares são frequentes;
- * a inserção social é muito difícil, as rupturas familiares são frequentes;
- * a capacidade laboral fica muito diminuída, às vezes até impossibilitada;
- * além do traumatismo inicial, devem ser levados em conta os efeitos agravantes produzidos pela retraumatização posterior;
- * alguns sintomas de sequelas aparecem logo depois de longos períodos aparentemente assintomáticos (20, 30, 40 anos após o ato);
- * as doenças físicas, as hospitalizações, as intervenções cirúrgicas etc. são mais graves e frequentes em sociedades que sofreram atos de tortura.

Pensando nessas condições que a tortura imprime na sociedade, direcionamos o foco de nosso trabalho às sequelas psicológicas dos envolvidos nos atos de tortura e numa possível abordagem clínica dessas situações.

CLÍNICA SEMPRE POLÍTICA

Segundo Gilles Deleuze (1988), as questões com as quais a psicanálise se de-fronta são inevitavelmente políticas. Tratam sempre do “quanto” e do “como” o desejo pode se produzir e se expressar diante das injunções de assujeitamento. Responder clinicamente aos traumas de natureza diversa aos traumas sexuais infantis desafia o clínico a elaborar conceitos úteis à situação, em que a experiência traumática está determinada por uma política de estado com um primeiro e explícito objetivo de fazer falar secundado por uma busca de sileciamento social.

Nicolas Abraham & Maria Torok (1995), comprometidos com a ideia de uma psicanálise com feições humanas e atenta à aceitação do humano, em todo seu sofrimento, diziam que, se alguém lhes pedisse para resumir em uma única palavra o conjunto da temática ferencziana, esta seria *catástrofe* e seus sinônimos: *traumas, acidentes, afecções, pathos*.

Para Sándor Ferenczi (1931), a reação imediata ao trauma é uma “agonia psíquica e física que acarreta uma dor tão incompreensível e insuportável” (p. 79) que o sujeito precisa distanciar-se de si mesmo, vivendo num estado de suspen-

são. As descrições de Ferenczi (1934) em relação à comoção psíquica fazem referência ao terror, à catástrofe, à morte. O desprazer causado pelo excesso não pode ser superado, estando o sujeito enfrentado com a máxima vulnerabilidade e impotência, restando apenas “(...) a autodestruição, a qual, enquanto fator que liberta da angústia, será preferida ao sofrimento mudo.” (p. 111)

Marcelo & Maren Viñar nomeiam esse momento de “demolição” em que o excesso violento, a ruptura de todo laço afetivo com o mundo pessoal amado, cria um continuum solitário em que a presença do corpo dolorido faz desaparecer do mundo toda presença que não esteja no centro da experiência atual. Nessa situação obscena de vulnerabilidade frente ao outro, produz-se a desorientação psíquica que, destruindo a consciência, ajuda a suportar a dor.

Ferenczi (1932) considera que “o ‘choque’ é equivalente à aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do Si mesmo” deixando o psiquismo em “destroços”, perdido de sua própria forma e entregue à “aceitação fácil e sem resistência de uma forma outorgada, à maneira de um saco de farinha.” (p. 109)

O desprazer provocado pela comoção traumática está além do representável. “Uma grande dor tem, nesse sentido, um efeito anestésico; uma dor sem conteúdo de representação é inatingível pela consciência” (Ferenczi, 1932, p. 111). O traumático refere-se a rupturas do psíquico por um excesso que não pôde ligar-se a uma cadeia representacional, não se configurando como representação sexual recalcada. Dessa comoção, resulta que “(...) nenhum traço mnêmico subsistirá dessas impressões, mesmo no inconsciente, de sorte que as origens da comoção são inacessíveis pela memória” (p. 113). Ferenczi situa os traços do traumático numa espécie de memória corporal, o sistema mnêmico do ego, no limite entre o somático e o psíquico.

Diante da dor insuportável ou estado de quase morte produzido pelo choque traumático, o sujeito vê-se obrigado a “se submeter à vontade do agressor, a adivinhar o menor dos seus desejos, a obedecer, esquecendo-se completamente de si, e a se identificar totalmente com o agressor” (Ferenczi, 1933, p.102). A identificação é uma estratégia de sobrevivência do sujeito, que não podendo “romper” com o agressor, do qual depende, abre mão de suas impressões, anulando uma parte de si. Essa modificação de si consiste em incorporar internamente o agressor, identificando-se com sua culpa, o que torna o sujeito “ao mesmo tempo, inocente e culpado” (p.102).

Ante o pavor ocasionado pelo trauma, o sujeito vê-se obrigado a lançar mão de uma defesa mais radical, nomeada por Ferenczi (1931) de “autoclivagem narcísica” (p. 77).

Tendo perdido as ancoragens identificatórias de outrora, é preciso que o su-

jeito passe a valorizar a única presença disponível em sua realidade traumática, qual seja, a do violentador, com quem se identifica. A clivagem narcísica, como a própria nomenclatura sugere, refere-se à divisão que se dá no eu e não entre diferentes instâncias psíquicas que se relacionam de maneira conflitiva, como sinaliza o processo de recalque. Além disso, as partes do eu cindidas pela clivagem não se comunicam entre si, de modo que a ênfase não recaia na dimensão de conflito, tão pregnante na relação entre as partes separadas pelo recalque.

TRAUMA E DESMENTIDO SOCIAL

Ferenczi (1931) postula a realidade do trauma. O fundamental aqui não é a noção de realidade, mas, principalmente, o que pode ser entendido como traumático. Uma catástrofe não é necessariamente traumática; ela pode se tornar traumática se, ao desastre, se somar esse outro elemento, capaz de minar a confiança básica em si, no outro, na vida. “O pior é realmente o desmentido, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento (...) é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico.” (p. 79)

Por desmentido entenda-se o não reconhecimento e a não validação perceptiva e afetiva da violência sofrida. Trata-se de um descrédito da percepção, do sofrimento e da própria condição de sujeito daquele que vivenciou o trauma. Portanto, o que se desmente não é o acontecido, mas o sujeito. Este modelo não privilegia personagens, e sim relações. Relações de poder, de desvalorização, de desrespeito, enfim, relações políticas com o envolvimento de afetos como vulnerabilidade, humilhação e vergonha, cujas implicações são necessariamente políticas.

RECONHECIMENTO: CAMINHO DA CURA

Considerar o reconhecimento como o avesso do desmentido implica dizer que efeitos traumáticos podem ocorrer quando alguém não é reconhecido na sua condição. Não é possível uma posição neutra a este respeito: o desmentido, enquanto não-validação das percepções e dos afetos de um sujeito, pode ser entendido como um reconhecimento recusado.

Nessa linha, podemos dizer que o reconhecimento é, em primeiro lugar, reconhecimento da vulnerabilidade de um sujeito. E porque vulnerabilidade e não desamparo? Freud (1926) conceitua desamparo como situação em que há falta de recursos para lidar com a magnitude das pulsões. Só há desamparo psíquico, escreve Freud, se o perigo for pulsional (p. 191). Ferenczi apresenta o modo de conceber o desenvolvimento do sujeito enfatizando o aspecto relacional, em que

não há desamparo ou vulnerabilidade em si mesmos, o autor faz esse trabalho de identificação antes mesmo de situar o sujeito na sua relação consigo próprio – inconsciente ou pulsões. Se para Freud o sujeito precisa do outro porque é constitucionalmente desamparado, para Ferenczi (1932) o sujeito é vulnerável na relação com o outro, o que implica também o reconhecimento da própria vulnerabilidade. Essa ideia se clarifica com a situação em que o analista, abrindo mão de um lugar verticalizado, arrisca situar-se na mesma linha em que está seu paciente, “trocando suas experiências, que em consequência de um mesmo destino compreendem e buscam instintivamente tranquilizar-se.” (p. 91)

Inaugura-se, assim, a possibilidade de uma comunidade constituída horizontalmente, “comunidade de destino” a partir da precariedade de seus membros. Nas palavras de Ecléa Bosi (1995): “A comunidade de destino se refere ao fato de que um grupo de pessoas pode reunir-se, sem certezas prévias, para discutir ou construir seu próprio destino.” (p. 34)

É nesse momento que o trágico ressurgir. Momento em que a morte já não é denegada, mas deliberadamente afrontada, publicamente assumida. Afrontamento do destino é o elemento essencial que marca a fundamental mudança que se opera. Esse não é um problema abstratamente filosófico, mas o fundamento de uma relação com os outros e com o mundo.

Nas ciências sociais, segundo Bosi (1995), compartilhar o mesmo destino estabelece um “vínculo de amizade e confiança” e a consciência dessa “comunidade de destino” (p. 37) faz com que os parceiros possam “confiar com toda tranquilidade” (Ferenczi, 1932, p. 91).

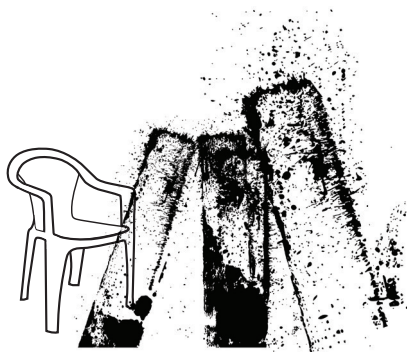
O laço horizontal, tanto nas relações de amizade quanto na relação analítica, permite – a partir da mutualidade – que a confiança se reestabeleça, justamente porque todos nele são precários. Nele, as relações de poder perdem terreno para a solidariedade por despossessão. Quando todos se encontram numa mesma linha é mais fácil percebermos o quanto a violência, assim como a instituição de hierarquias, pode funcionar como um desmentido do que há de precário em todos nós, em todas as relações.

Fundar as relações subjetivas (analíticas ou não) sobre a precariedade de todos nós implica um laço social construído sobre o reconhecimento e este tem o poder de reconstituir a vulnerabilidade. A recusa e a necessidade de reconhecimento sobre a qual Ferenczi nos incita a refletir não é uma questão da lei ou do direito. Trata-se de reconhecer a dimensão vulnerável de qualquer um, protegendo-a e lhe dando condições de existência.

O pensamento de Ferenczi nos aponta para uma possibilidade de vínculo que, ao invés de constituir-se em torno da autoridade e da ilusão de garantias, sustenta-se sobre uma mesma “comunidade de destino”. O quanto se acolhe um

sujeito traumatizado, o quanto se admite a sua queixa de uma injustiça sofrida, o quanto se reconhece a sua necessidade de reparação: tudo isso configura uma necessidade que deve se estender ao campo da cultura, do direito, e da política.

O grande ensinamento destes tempos em que vivemos tem sido que o laço social está ancorado no próprio fundamento do político enquanto arte de viver juntos.



Referências

- ABRAHAM, N. & TOROK, M. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995.
- ANTELME, R. *A espécie humana*. São Paulo: Record, 2013.
- BOSI, E. *Memória e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BUTLER, J. *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DUPONT, J. Prefácio. In: FERENCZI, S. *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ERIKSON, E. Trauma y comunidade. In: ORTEGA, F. (Org.) *Trauma, cultura e historia: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011.
- EITINGER, L. Prisión en campo de concentración y traumatización psíquica. In: AZPIROZ, M. R. A. (Org.) *Represión y olvido: efectos psicológicos y sociales de la violencia política dos décadas después*. Montevideo: Roca Viva, 1995.
- FERENCZI, S. (1922). Psicanálise e política social. In: *Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992; v. III.
- _____. (1928). Elasticidade da técnica psicanalítica. *Op. cit.*, v. IV.
- _____. (1929). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. *Op. cit.*, v. IV.
- _____. (1931). Análises de crianças com adultos. *Op. cit.*, v. IV.
- _____. (1932). *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. (1933). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: *Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992; v. IV.
- _____. (1934). Reflexões sobre o trauma. *Op. cit.*, v. 4.
- FREUD, S. (1926[1925]). Inibições, sintomas e ansiedade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XX.
- GONDAR, J. Ferenczi como pensador político. *Cadernos de Psicanálise*, v. 35, n. 27, pp 193-210, 2014.
- MORENO, M. M. A. & COELHO Jr., N. E. Trauma: o avesso da memória. *Ágora*, v. 15, n. 1, pp. 47-61, 2012.
- VIÑAR, M. & VIÑAR, M. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 2009.

2

CONVERSA CLÍNICA PÚBLICA: O PÚBLICO TESTEMUNHO¹⁰

Rodrigo Blum

“Na confusão dos tempos de guerra em que nos encontramos, confiando, como somos obrigados, em informações unilaterais, demasiadamente próximos das grandes mudanças que já se verificaram ou que começam a se verificar, e sem um vislumbre do futuro que está sendo plasmado, nós próprios ficamos perplexos diante da importância das impressões que nos pressionam e diante do valor dos julgamentos que formamos. Não podemos deixar de sentir que jamais um evento destruiu tanto de precioso nos bens comuns da humanidade, confundiu tantas das inteligências mais lúcidas, ou degradou de forma tão completa o que existe de mais elevado. A própria ciência perdeu sua imparcialidade desapaixonada; seus servidores, profundamente amargurados, procuram nela as armas com que contribuir para a luta contra o inimigo. Os antropólogos sentem-se impelidos a declará-lo inferior e degenerado, os psiquiatras dão um diagnóstico da sua doença da mente do espírito. Provavelmente, contudo, nosso sentimento quanto a esses males imediatos é desproporcionalmente forte e não temos o direito de compará-los com males de outros tempos que não experimentamos.”

Sigmund Freud (Reflexões para os tempos de guerra e morte)

Um século se passou desde a publicação deste impressionante relato em que Freud se mostra aterrorizado e descrente com os efeitos do mal humano. É impressionante a atemporalidade de sua obra e sobretudo sua intensidade contemporânea. Se os ditos de 1915 revelavam o horror e temor com a dimensão que a primeira grande guerra mundial se apresentava, os anos seguintes não seriam menos duros ou traumáticos.

Seu pesar e sentimento de desamparo frente à guerra demonstra o quão profundo é o sentimento de desilusão que tais conflitos provocam nos indivíduos. Mais do que uma dor intensa, Freud nos remete à atualidade dos sentimentos, ou seja, o quanto as guerras são próximas, na medida em que aproximam os sentimentos mais hostis e a proximidade com a finitude.

Mas a desilusão com a guerra não trouxe somente perplexidade à Freud, fez também com que ele refletisse e teorizasse sobre esse acontecimento marcante na história dos homens. Os tempos de guerra foram acompanhados por Freud de uma vasta teorização sobre o mal radical humano. Os anos que seguiram este importante artigo, se ao mundo revelou uma profunda e longa batalha territorial entre os povos, Freud travava uma intensa e produtiva ampliação de sua mais importante teoria acerca das forças que determinam as relações subjetivas dos indivíduos. Assim, ao mesmo tempo em que a guerra gerava uma profunda dor e desilusão ao cidadão, alimentava por completo o Freud cientista.

Anos se passaram e o futuro aguardava um Freud ainda mais incrédulo e sem ilusões. A segunda grande guerra mundial seria a pá de cal em uma pequena e longínqua esperança na humanidade. A impossibilidade de permanecer em sua pátria, o exílio forçado e sobretudo o horror do holocausto colocam Freud frente a frente com a certeza do mal radical no humano. Se em 1915 temos um Freud incrédulo, em 1932 encontramos um Freud desiludido e cético.

A mostra mais fiel de sua clareza e imenso descrédito com o futuro da ilusão humana apresenta-se na famosa troca de correspondência com o físico Albert Einstein. O conjunto dessas cartas e as reflexões de Freud sobre a questão compõem o texto chamado “Por que a guerra?”. Tudo começou quando, no ano de 1932, Einstein escreve uma carta a Freud indagando o colega se existiria alguma forma de livrar a humanidade da ameaça da guerra. A resposta de Freud ao importante cientista é cristalina e definitiva. Primeiramente discorre sobre o tema da violência inclusa no seio da humanidade, e aponta o fato de que as guerras sempre fizeram parte da história das raças humanas e que o uso da violência foi sempre uma prática comum. Mais do que isso, Freud considera que, por mais que as guerras tenham resultado em vencedores e vencidos, a unificação dos envolvidos jamais foi completa; e ainda, que o crescimento dos poderes bélicos somente transformou as numerosas e infundáveis guerras menores em guerras de grande porte.

Mas é a segunda parte de sua argumentação que é realmente impactante e inovadora. Naquele momento, Freud já havia desenvolvido bastante sua segunda teoria das pulsões e, de forma clara, expõe a força da pulsionalidade de morte no interior no funcionamento psíquico dos indivíduos.

Como diz em sua carta resposta: “O senhor expressa surpresa ante ao fato de ser tão fácil inflamar nos homens o entusiasmo pela guerra, e insere a suspeita de

que neles existe em atividade alguma coisa – uma pulsão de ódio e de destruição – que coopera com os esforços dos mercadores da guerra. Também nisto apenas posso exprimir meu inteiro acordo. Acreditamos na existência de um instinto dessa natureza, e durante os últimos anos temo-nos ocupado realmente em estudar suas manifestações” (1933-1932, p. 202).

Se é verdade que após um século as ideias freudianas referentes à estruturação das neuroses podem ser aceitas, ainda que atualizadas com os efeitos da nova ordem mundial, suas considerações sobre as guerras permanecem cada vez mais atuais. Porém, quando tomamos o último parágrafo da memorável correspondência entre estes dois gênios da humanidade, veremos que somente o pacto cultural permanece sendo a melhor expressão humana de criatividade.

“E quanto tempo teremos de esperar até que o restante da humanidade se torne pacifista? Não há como dizê-lo. Mas pode não ser utópico esperar que esses dois fatores, a atitude cultural e o justificado medo das consequências de uma guerra futura, venha resultar, dentro de um tempo previsível, em que ponha um término à ameaça de guerra. Por quais caminhos ou por que atalhos isto se realizará, não posso adivinhar. Mas uma coisa podemos dizer: tudo o que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra.” (Freud, 1932, p. 208)

TESTEMUNHO PÚBLICO E CLÍNICA

Meio século após o fatídico golpe militar de 1964, no Brasil, os efeitos traumáticos deste terrível período da nossa história começam a ser trazidos à público.

Lançado em 2013, o projeto Clínicas do Testemunho compõe a quarta vertente de um programa de reparação que é considerado modelo. As três anteriores são a econômica, a moral (pedido de desculpas) e a coletiva (com projetos de memória). O projeto é uma ação de dimensões clínica e política sobre as consequências subjetivas da violência do estado no período da ditadura civil-militar. Em meio a uma série de iniciativas de reconstrução da memória, dar a palavra aos que sofreram essa violência é um ato reparatório e político, posto que esta clínica entende que o testemunho é um trabalho psíquico que articula a memória, tanto na dimensão da experiência pessoal como coletiva.

Concebido primeiramente como um projeto piloto, as Clínicas do Testemunho propõem, além da atenção terapêutica, trabalhar na capacitação de profissionais na área de psicologia para enfrentar a violência institucional e os danos dos traumas transgeracionais. Cuidar dessa “peculiaridade traumática” para a superação do medo, da dor e da desconfiança, tem sido o desafio das Clínicas que compõem este audacioso e inédito projeto proposto pela Comissão de Anistia.

A destruição das liberdades por aquele que deveria garanti-las leva à sensação de que não há a quem recorrer. Logo, resgatar a confiança nas instituições estatais e governamentais é tarefa fundamental de um estado que se propõe reparador e comprometido com o não-esquecimento de sua história.

Em matéria intitulada “Clínicas do testemunho: a voz contra o medo e a dor”, Vitor Nuzzi (2014) introduz o que vem a ser o tema principal deste artigo:

“São mais de 8 da noite de uma quinta-feira de julho de 2014 em São Paulo, e algumas dezenas de pessoas estão reunidas para ouvir falar de dores. É uma sessão pública de uma Clínica do Testemunho, projeto criado em 2013 sob a responsabilidade da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, para ouvir gente atingida, direta ou indiretamente, pela violência cometida por quem deveria protegê-las: o Estado.

Essas clínicas escutam pessoas que sofreram ou testemunharam dores da ditadura. Depois de alguma timidez inicial, elas começam a se dirigir ao microfone. Os relatos mostram três sensações comuns. O medo que se sentiu e ainda permanece. A dor vivida, física e mentalmente. E a desconfiança do Estado, que ainda desprezita direitos básicos.

‘Eu era mais jovem, militante na JEC (Juventude Estudantil Católica). Discutindo a encíclica, os problemas sociais, estávamos nos comitês que havia em Natal. Toda aquela efervescência acabou, aquela alegria, as pessoas participavam das coisas da cidade. O que fazer?’

‘Nasci em 1974. Sou filha de um operário. A fábrica que o empregou veio dos Estados Unidos, com promessas de desenvolvimento. Meu pai não teve acesso à história que é contada hoje. Para quem não faz parte dessas famílias (de perseguidos), a verdade vem à tona agora.’

‘Sou professor de História, militante, já trabalhei com sindicatos e com sem-terra. Ainda há uma massa sólida de injustiça. Quem tem poder, continua. Só se arranha (a estrutura). Estamos em busca de uma justiça que não sabemos onde encontrar.’” (p. 3)

A ideia de uma Conversa Clínica Pública nasce da concepção psicanalítica que nos atravessa por completo, onde a clínica é o lugar testemunhal por excelência. Testemunha esta que se põe a escutar e a dar sentido àquilo que está incrustado, silenciado, traumatizado. Neste sentido, testemunhar é acima de tudo atravessar a fronteira do privado ao público, ou ainda do individual ao coletivo. Assim, a clínica que nos interessa neste contexto é sobretudo uma clínica social.

Antes de adentrarmos mais diretamente no trabalho que desenvolvemos nas conversas clínicas públicas e na metodologia que estamos desenvolvendo neste espaço clínico e político, introduzirei uma importante ideia de fronteira apresentada por D. W. Winnicott (1989a) no texto intitulado “Os muros de Berlim”, ideia esta que nos faz ficar atentos ao tamanho da delicadeza implicada no terreno que estamos pisando.

Diz ele: “Muito daquilo que chamamos de civilização torna-se impraticável à medida que nos aproximamos da barreira alfandegária, de tal maneira que os que viajam com passaporte ficam maravilhados com a facilidade com que o fazendeiro pode arar seu campo e cruzar a fronteira diariamente quantas vezes quiser, e praticamente sem notar que o faz, ao passo que, se fossemos segui-lo, seríamos mortos. Nos locais em que os fazendeiros não podem brincar com a fronteira desse modo, nessa área reconhecemos um estado de guerra potencial, e aí não buscamos a arte da paz ou a criatividade lúdica.” (p. 234)

Para Winnicott o que está em jogo, sempre, é a liberdade e o modo criativo do viver. A liberdade é um estado tão fundamental e natural ao indivíduo que só se pode pensar na questão da liberdade a partir ameaça à liberdade. Ou seja, é quando um estado de desesperança atinge um grau tamanho e profundo, ou ainda, quando o ambiente atingiu um estado de terror tal a ponto de tornar a criatividade inútil, que o estado de ameaça está posto e instalado. Assim, afirma Winnicott (1989b):

“Considerar o conceito de liberdade conduz a um exame da ameaça de liberdade. Tal ameaça sem dúvida existe, e o único momento adequado para investigá-la é antes de a liberdade ser perdida. Na medida em que se considera a liberdade como uma questão de economia interna do indivíduo, não é fácil destruí-la; ou seja, a liberdade é vista antes em termos de flexibilidade do que da rigidez na organização defensiva, então trata-se de um aspecto da saúde do indivíduo, e não do tratamento a ele dispensado. No entanto, ninguém é independente do meio, e existem condições ambientais que destroem o sentimento de liberdade mesmo naqueles que poderiam gozá-los. Uma ameaça prolongada poderia minar a saúde mental de qualquer pessoa e, como tentei enunciar, a essência da crueldade é destruir no indivíduo aquele grau de esperança que faz algum sentido a partir do impulso criativo e do viver e pensar criativos.” (p. 242)

O que, portanto, o conceito de liberdade apresentado por Winnicott tem haver com uma Conversa Clínica Pública? Até que ponto podemos pensar em liberdade frente ao traumático? Ou ainda, até que ponto é possível estabelecer uma conexão entre o conceito de liberdade e a ideia de testemunho? São questões que serão importantíssimas no andamento deste texto, ainda que certamente não serão respondidas por completo.

Vamos então partir de dois pontos que nos parecem nodais:

1. A essência da crueldade é destruir, no indivíduo, aquele grau de esperança que faz algum sentido a partir do impulso criativo e do viver e pensar criativos.
2. Quando uma testemunha toma a palavra é para afirmar o irredutível de uma experiência, ao mesmo tempo em que é para reatar os fios de uma vida interrompida por essa experiência que se transformou radicalmente. Nesse sentido podemos dizer que o testemunho se torna uma necessidade quando houve ruptura do laço social. (Waintrater, 2003, p. 1)

Partiremos então do campo da desesperança e da falta por completo de sentido, do silenciamento e da ausência de toda sorte de confiança no mundo; para o que chamaremos de uma clínica do social. Apossados da certeza que a clínica do testemunho se faz fundamentalmente no campo do sentido da reparação e da escuta de uma ruptura, iremos atravessar as fronteiras do pacto silencioso da tortura para adentrar o território público do testemunho coletivo.

A Conversa Clínica Pública, primeiramente, como o próprio nome já diz, é uma combinação de uma tríade. Ou seja, para nomearmos este espaço de tamanha envergadura no projeto das Clínicas do Testemunho, fizemos questão de sermos fiéis aos significantes presentes. Assim, as fronteiras entre o público, a clínica e a conversa se aproximaram sobremaneira afim de constituir um mesmo território. Território este que ao longo dos três eventos que realizamos vem revelando a densidade e a riqueza dos depoimentos ou, se preferirmos, dos testemunhos.

Hoje é possível afirmar que a concepção de conversa está presente por experimentarmos em todo o tempo que o evento transcorre o clima de conversa. Ou seja, não se trata de uma palestra, não se trata de um seminário, não se trata de um debate; uma conversa é uma conversa! Uma roda de conversa ampliada, aberta e pública.

Pública por que? Pública porque o tema é público ou, se não é, deve ser! Temos claro que uma das fronteiras mais importantes a ser rompida, é a fronteira do público e do privado. Sabemos o quanto a herança da ditadura militar está presente na sociedade brasileira. No entanto, é notório, também, o poder do encobrimento e do emudecimento social ao longo destes 50 anos. Assim, tornar público um depoimento é, antes de mais nada, tornar público o lugar do estado e sua total responsabilidade no tocante aos crimes de tortura e sobretudo ao papel de agente reparador. Nesse sentido, uma conversa pública seria suficiente para dar conta de uma importante ação política. Ou seja, no que diz respeito a tornar público e ampliar as questões de estado referentes aos anos da ditadura militar, estabelecer um debate público sobre a questão em tese seria o suficiente. Até porque não seria pouca coisa tornar público os anos de chumbo pelas vias das esferas abertas.

Porém, um terceiro elemento se mostrou fundamental tanto na concepção deste espaço como prioritariamente na articulação dos segmentos conversa e pública: a clínica.

Será então a clínica o elo de ligação e – por que não? – de radical diferenciação na conversa pública que estamos abrindo e oferecendo à sociedade via projeto Clínicas do Testemunho? E por que a clínica? Sim a clínica porque não estamos preocupados em falar e, sim, em ouvir. Não é que não falamos, até por que a clínica que estabelecemos, não é uma clínica da neutralidade, muito ao contrário. Temos uma posição clínica e política.

Entretanto, a clínica, elemento central na articulação da conversa, toma o depoimento como testemunho e não o depoimento como mais um depoimento frente aos horrores. Ou seja, testemunhar é sempre um ato dirigido a alguém que escuta, mais do que isso é sempre uma tentativa de restabelecimento de uma esperança ou, ainda, uma via de sentido criativo.

Sublinho a diferença entre testemunho e depoimento na medida em que a clínica da conversa pública é necessariamente coletiva e propositalmente aberta ao público, sendo realizada em lugares públicos.

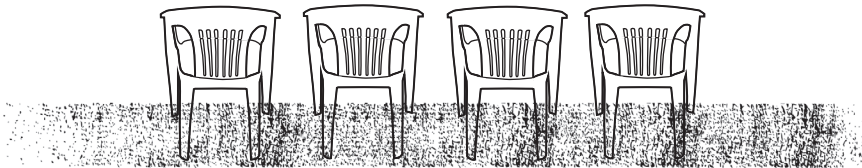
Afirmar que a dupla conversa/pública só se torna testemunhal na presença da clínica, significa ter como forte embasamento a concepção e o trabalho de grupo. A grupalidade é por excelência o lugar de sustentação e circulação dos afetos, desempenha uma função de acolhimento ou amplificação das questões mais individuais. Sabemos que é no grupo e com o grupo que se pode dar sustento ao mais profundo dos temores e, no caso, dos horrores. Assim, se o grupo é o campo de tratamento, é também o grupo ampliado, ao ainda, o coletivo público, que será na conversa o lugar próprio para uma clínica ampliada.

Nas duas reportagens podemos perceber com muita evidência a força da palavra circulante. Podemos também identificar o lugar do público, a som da conversa e sobretudo, o espaço da clínica. Destaca-se, também, o papel dos coordenadores que, na medida do discurso, propõem-se a escutar o testemunho e a dar contorno ao processamento da conversa aberta e encadeada.

Aqui cabe um apontamento muito importante. A Conversa Clínica Pública se autoriza a testemunhar o testemunho quando se apropria do lugar da testemunha. Ou seja, a clínica é a testemunha do testemunho.

Como bem nos coloca Waintrater (2003):

“O processo de testemunho repousa sobre um pacto, implícito, pacto de certo modo ideológico anterior, de uma missão a ser levada a cabo. Essa ideologia da memória é necessária para que o testemunho aconteça; visto que é ela que permite a tomada da palavra, organiza o encontro e lhe dá um sentido. Tanto a testemunha quanto aquele que recolhe o testemunho são delegados pelo grupo, o primeiro pelo grupo dos desaparecidos e o segundo pela sociedade que o envia recolher uma palavra que não soube escutar quando foi preciso. Nesse processo a sociedade é o terceiro mandatário: é ela que representa aquele que recolhe o testemunho e é a ela que se dirige à testemunha em seu relato.” (p. 4)



Referências

- FREUD, S. (1915) *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIV.
- _____. (1932) Reflexões para os tempos de guerra e morte. *Op. cit.*; v. XXII.
- NUZZI, V. Clínicas do testemunho: a voz contra o medo e a dor. *Rede Brasil Atual*, n. 98, 18 ago 2014.
- WAINTRATER, R. *Sortir du génocide: témoignage et survivance*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2003.
- WINNICOTT, D. W. Os muros de Berlim. In: *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1989a.
- _____. A liberdade. *Op. cit.*, 1989b.

3

REFLEXÕES A PARTIR DE UMA CONVERSA CLÍNICA PÚBLICA

Camila Munhoz

A Conversa Clínica Pública é um dos dispositivos da Clínica do Testemunho exercida pelo *Projetos Terapêuticos* em São Paulo. Ela ocorre em um espaço público, após a apresentação de um filme, peça, entrevista ou outro evento cultural cujo tema toque as questões da ditadura civil-militar que acometeu nosso país entre 1964 e 1985. Este evento cultural serve como disparador de pensamentos e afetos no público, e alguns psicanalistas colocam-se à disposição para ouvir quem quiser se colocar. Tive a oportunidade de participar de uma dessas Conversas e, a partir da minha experiência, gostaria de desenvolver algumas reflexões.

Em primeiro lugar, vou contar a conversa a partir da minha visão, o que já traz uma peculiaridade desse dispositivo que tem toda a potência de um encontro analítico. Ou seja, havia uma aposta de que falas surgiriam, falas carregadas de afetos, e que essas falas poderiam modificar quem as proferisse e quem as escutasse, que o inconsciente poderia irromper, mesmo a contragosto de quem fala e de quem escuta. Ao mesmo tempo, posso contar o que vi e ouvi, pois não há questões de sigilo: é a psicanálise em praça pública! O que é essencial tratando-se de algo que ocorreu em praça pública, mesmo que escondido em seus porões malcheirosos.

O que vi, em primeiro lugar, foi lindo. O espaço criado pelo silêncio analítico de três psicanalistas, com um microfone na mão e em cima de um palco (o que, em si, já é uma cena paradoxal), rende. A espera tranquila e paciente, um silêncio um pouco incômodo no início, transforma-se quando pessoas muito diferentes pegam o microfone para contar suas experiências a partir do filme

assistido.¹¹ Os diversos depoimentos deram um panorama da sociedade na época da ditadura que ampliou a maneira como eu mesma a vivi.

O primeiro depoimento foi o da filha de um operário despolitizado, que viveu a década de 70 como o período do milagre econômico, mas que, ao mesmo tempo, criança ainda, sentia uma atmosfera de medo sobre a qual nada entendia, e que só foi entender quando já era adulta. O fato é que, apesar da ditadura não ser assunto em sua casa, o medo pairava nas ruas. Ela se ressentia em uma determinada esquina, se não me engano. Imaginem a sensibilidade dessa criança que, embora não tenha sofrido diretamente os efeitos da ditadura – ao contrário, a vida melhorava materialmente, seu pai podia comprar desejados eletrodomésticos –, ainda assim sentia o clima de medo difuso no ar.

Outro depoimento muito emocionante foi o de uma mulher que declinou da luta contra a ditadura quando seus companheiros começaram a cair presos. Ela imaginava que não suportaria a tortura e que acabaria falando, traindo os companheiros. No entanto, até hoje, ela é perseguida pela culpa ou vergonha de ter sobrevivido e de não ter seguido na luta como fizeram diversos amigos seus. Imaginem como deve ter sido difícil para essa mulher falar sobre estes fatos e sentimentos na frente de uma plateia. Não sabemos se esse assunto é tema de conversas em sua casa, se ela trata disso com outros companheiros da época, ou quanto essa vergonha afeta a maneira como ela leva sua vida. Mas este depoimento encara o sofrimento provocado pela ditadura por outro lado. O sofrimento de quem não foi exilado, nem preso, nem torturado, mas que temeu muito tudo isso. O sofrimento de quem abdicou de algo em si, por medo.

Uma primeira reflexão se impõe, mesmo que seja óbvia: o dispositivo da Conversa Clínica Pública trata a sociedade como um todo, diferentemente dos grupos terapêuticos que tratam de uma parcela da sociedade – talvez a mais traumatizada, mas não a única se considerarmos que a sociedade inteira é traumatizada em uma ditadura. E os efeitos desse trauma se manifestam de forma muito diferente nos diversos atores sociais. Diferentes modos de sofrimento ou maneiras de lidar com uma questão incômoda, a ditadura.

Claro que o trauma dos pacientes da Clínica do Testemunho é mais grave, deixou mais sequelas, mas aquela senhora que abdicou de continuar a luta contra a ditadura e fala da culpa e do medo que a perseguem também tem um sofrimento que precisa ser tratado.

Outro exemplo: um paciente adolescente que chega para uma sessão de análise apavorado pois intui que um de seus familiares queridos esteve muito envolvido com a repressão da ditadura, e ele não tem com quem conversar sobre o assunto

¹¹ A Conversa a que assisti se deu no auditório do Centro Cultural São Paulo, em junho de 2014, após a exibição do documentário *Verdade 12.528* de Paula Sacchetta & Peu Robles (53', 2013).

na própria família. De forma aparentemente mais banal, vários adolescentes que escuto no consultório trazem a questão da ditadura quando o tema surge nas aulas de história. Nos caros colégios em que estudam, pagos por seus pais, além de tomarem conhecimento dos fatos, percebem que há uma contradição entre o que escutam em casa sobre o período e o que aprendem na escola. Contradição que seus pais não estão dispostos a tratar nos jantares de família. Tabus ou buracos de significação sobre determinadas experiências familiares que só atestam o quanto as marcas do silenciamento imposto pela ditadura sobrevivem em diversos âmbitos sociais.

Lembro-me também de um artigo de Alfredo Sirkis (2014), publicado na *Folha de São Paulo*. Sirkis participou do sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Burcher que foi trocado por setenta presos políticos em 1971. A experiência, descrita em seu livro *Os Carbonários* (1980), foi marcante não apenas pela descrição dos mecanismos da política, dos aparelhos das organizações clandestinas, da logística dos encontros, da tecnologia “do escondido”, mas por tudo o que apresentava da vida pessoal: sexo, namoros, intrigas. Ou seja, descrevia fatos banais que, na minha imaginação, não cabiam no comportamento heroico da militância daquela época. Bem, tudo isto já está testemunhado, publicamente, em sua obra.

No artigo do jornal, no entanto, escrito 34 anos depois do livro, ele fala sobre os pesadelos que o acompanham desde aquela época, sonhos nos quais ele teria matado o embaixador, como quase aconteceu. Como encarar este outro testemunho? O testemunho de quem se viu capaz de agir com violência extrema contra um senhor “boa praça”, que na época ocupava o cargo de embaixador, em atos que, atualmente, ele mesmo considera como sendo “atos no limite do terrorismo”?

Até um certo momento daquela Conversa Clínica Pública à qual venho me referindo, todos que haviam se manifestado estavam do lado dos resistentes à ditadura ou dos que encaravam aquele período como algo a ser revisto, algo que precisava ser lembrado e elaborado. No entanto, como estávamos em praça pública e nessa condição, na melhor das hipóteses, a diversidade convive, surgiu um rapaz questionando a frase de chamada para o evento: “Lembrar para não repetir”. Ele sugeria que, na realidade, o melhor seria esquecer tudo aquilo. E acrescentou que ele era psicólogo e que trabalhava com um método que possibilitava o esquecimento. Ele foi veementemente rebatido por pessoas que estavam na plateia e parou de falar.

Eu fiquei muito curiosa para ouvir o que aquele rapaz tinha a dizer, o que passava por sua cabeça, e também bastante instigada pela violência que irrompeu para interromper sua fala. De certa forma, ele foi muito corajoso ao tentar colocar seu ponto de vista em um ambiente claramente contrário ao seu. Mais do

que isso, ele procurou falar em frente a uma *plateia* simpatizante aos resistentes e em frente a psicanalistas que estavam sobre um palco e com o microfone na mão. Isso não poderia ser encarado como uma tentativa de elaboração de algo? Claramente, trata-se de alguém que, embora queira esquecer e manifeste esse desejo publicamente, faz um movimento para fora do esquecimento. Movimento este muito familiar à psicanálise.

Essa cena não poderia ser interpretada como efeito de uma sociedade cindida? E a cisão, para Ferenczi (1931), não é o resultado de um trauma? O tal psicólogo não quer lembrar, pois lembrar e ter que lidar com isso causa dor, incomoda. E ele não sabe (e provavelmente não quer saber, já que não chegou a tempo de assistir ao filme), justamente que várias pessoas sofrem muito para que ele possa não pensar nisso. Lembrei-me de algumas situações em terapia de família em que um membro, que se vê como normal, resiste a reconhecer que tem algo a ver com a loucura do familiar mais doido. Esse também precisa ser tratado, não é?

Uma fala como a desse rapaz causa raiva, asco até, além de risinhos constrangidos, por ser uma fala absolutamente ignorante. Ignorância sobre o período da ditadura e sobre as violências que a sustentaram, ignorância sobre os efeitos dessas violências nos psiquismos de quem a sofreu, ignorância sobre os mecanismos psíquicos que formam a memória. Essa ignorância não o perdoo, nem mesmo o justifica, pois sua fala traz em si o risco da repetição de tudo o que ocorreu. É uma fala perigosa. Esse é um dos motivos das intensas reações que ela provocou. O outro é a facilidade de se viver entre iguais, mesmo que, para isso, nos aprisionemos em guetos, como falarei adiante. Hanna Arendt (1999) chama a essa ignorância de falta de consciência ou de falta de capacidade de juízo, que é precisamente o que funda a banalidade do mal. Leiamos o que ela escreve sobre o Eichmann:

“Para falarmos em termos coloquiais, *ele simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo*. (...) Em princípio ele sabia muito bem do que se tratava e, em sua declaração final à corte, falou da ‘reavaliação de valores prescrita pelo governo [nazista]’. Ele não era burro. Foi pura irreflexão – algo de maneira nenhuma idêntico à burrice – que o predispôs a se tornar um dos grandes criminosos desta época. E se isso é ‘banal’ e até engraçado, se nem com a maior boa vontade do mundo se pode extrair qualquer profundidade diabólica ou demoníaca de Eichmann, isso está longe de se chamar lugar-comum. Essa distância da realidade e esse desapego podem gerar mais devastação do que todos os maus instintos juntos – talvez inerentes ao homem; essa é, de fato, a lição que se pode aprender com o julgamento de Jerusalém.” (p. 310)

Arendt chama isso de “*estranha interdependência entre inconsciência e mal*”. E talvez seja exatamente sobre isso que precisaríamos refletir ao nos depararmos com certos atores sociais.

Claude Lanzmann, diretor de *Shoah* (563', 1985) – documentário de 9 horas e 23 minutos com entrevistas a sobreviventes dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial: os que lá ficaram presos, os que estavam nos arredores dos campos, os que lá trabalharam ou seus familiares... ou seja, todos sobreviventes daquela mesma experiência – em nota escrita para o lançamento do filme, diz que para realizar seu projeto tomou como regra inamovível que a “única atitude possível, ao mesmo tempo ética e prática” era o “não compreender”. Não compreender nunca o que ocorreu, nem as motivações das pessoas ou como conseguiram sobreviver, para “não desviar o olhar de uma realidade que é, literalmente, cegante.” (p. 4)

Essa atitude ética me parece absolutamente correta e necessária quando se pretende lidar com os efeitos da ditadura em praça pública. No filme de Lanzmann, muitos camponeses entrevistados por ele, que escutavam os gritos dos prisioneiros nos campos de concentração e iam para casa dormir, falavam com um estranho sorriso no rosto. Um estranho sorriso também tinha um ex-prisioneiro que, ao ser questionado do porquê sorria, responde: “O que você queria que eu fizesse? Chorar? Uma hora a gente sorri, outra a gente chora. E se você está vivo é melhor sorrir.” Nenhum desses risos me pareceram deboche, e sim uma falta de graça.

Falta de graça, vergonha alheia, a mesma que pode ser identificada nos risinhos constrangidos da plateia que escutava ao desavisado psicólogo que defendia que era melhor esquecer. Talvez, ouvir a obscenidade do horror, lembrar dessa obscenidade, seja motivo de vergonha. Aquele ex-prisioneiro de Shoah achava ruim falar ou lembrar daquela história. Agradecia a Deus por poder esquecê-la. E, nesse ponto, não é que ele parecia concordar com o colega psicólogo? No entanto, por se sentir obrigado, ele falava ao cineasta. E isto, sem dúvida, demonstra uma postura ética que o diferencia, absolutamente, do estranho – ousou chamá-lo de *Unheimliche* – que apareceu na Conversa Clínica Pública. Pois é também obsceno, e muito, quem nega o horror. Ouvir sobre a negatividade do horror me parece tão obsceno, aliás, quanto ouvir sobre o próprio horror.

Seguindo com as observações de Hanna Arendt sobre Eichmann (1999), o “homem normal”, ela afirma que: “A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação. E essa aplicação em si não era de forma alguma criminoso; ele certamente nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto.” (pp. 310-311)

O que esta afirmação absurda quer dizer? Quer dizer que Eichmann não teria matado alguém que ele reconhecesse como igual, alguém que lhe fosse familiar. Não “estranhamente familiar”, como o nosso *Unheimliche*.

Mas por que “estranhamente familiar”? Acaso aquele sujeito ignorante poderia ser considerado um nosso duplo? Não por suas ideias, mas pelo desejo mais que humano de não termos que nos haver com o que dá trabalho psíquico. Como,

por exemplo, a crueldade ou o desejo de exterminar o que pensa diferente. No texto “O estranho”, Freud (1919) descreve o “estranho familiar”, o Unheimliche, como a impressão que nos acomete quando algo do arcaico é despertado em nós. Algo muito nosso, mas muito bem recalcado (p. 275).

Voltemos então ao segundo ponto que considero motivador da repulsa à fala do psicólogo. Lembremos que em primeiro lugar, tal fala carrega em si o risco da repetição de todas as violências havidas durante a ditadura, além de produzir um desmentido de todos os traumas sofridos. Em segundo lugar, a repulsa a sua fala pode ser um reflexo do trabalho que nos dá lidar com o outro, aquele que, em geral, não só “(...) é indigno de meu amor, senão que – para confessá-lo sinceramente – merece muito mais minha hostilidade e ainda meu ódio” afirma Freud (1930) em “O mal-estar na civilização” (p. 345)¹³. E continua dizendo que o outro nos tenta a descarregar sobre ele toda nossa agressividade. E é preciso trabalho duro para que evitemos isso.

Koltai (1998), seguindo Freud, afirma que: “É sempre possível (...) unir os homens uns aos outros, à condição de deixar outros tantos de fora.” E também: “Não há amor entre irmãos sem rejeição dos estrangeiros. (...) É segregativo porque fundado na identificação” (p. 107). Naquele auditório havia um grupo que se identificava entre si por seu modo de pensar. O que fazer com alguém que não pensa como nós? Como iniciar um diálogo entre estranhos? Essas são as questões que o malfadado psicólogo nos coloca. Questões que cabem sobremaneira à psicanálise.

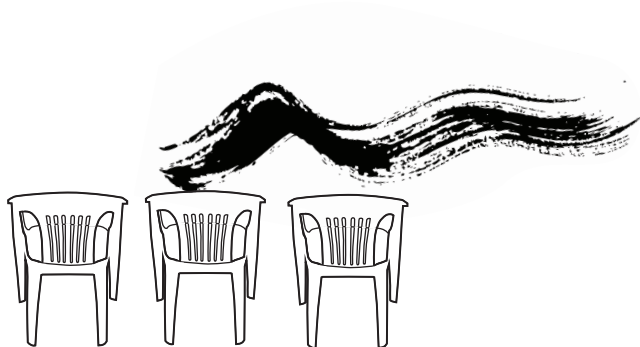
Macedo (2014), em resenha sobre o livro *Tortura* de Maria Auxiliadora da Cunha Arantes afirma que “(...) é impossível recusar a psicanálise e os métodos que dela se inspiram. Não porque a psicanálise seria um sistema explicativo de todo este horror, o que, evidentemente, ela não é, mas porque a psicanálise é o único campo de prática do pensamento capaz de nos fornecer as ferramentas para nomear o inominável, *capaz de fazer da impossibilidade de pensar uma vereda que leva ao pensamento*” (p. 185, grifo meu).

É na aposta que a psicanálise faz na possibilidade de falar – fala esta que leva ao pensamento e que pode modificar também o afeto – que se estabelece toda a potência da psicanálise e também seu destino político. O sujeito que pega o microfone para defender o esquecimento, se continua a falar, ou se inicia um diálogo, já saiu do silêncio. E pode, mesmo sem querer, vir a sair da sua inconsciência. Uma fala iniciada em uma Conversa Clínica Pública não fica reduzida a ela, desdobra-se em efeitos para além do que ocorre no auditório, desdobra-se para além daquele ambiente.

Imagino que neste atravessar paredes – quando a psicanálise sai do consultório e vai para a praça pública, quando as conversas vêm das praças públicas e invadem

¹³ Tradução da autora.

quartos e sonhos – surja um caminho possível para sair do gueto, da ignorância e do esquecimento. Se conseguimos fazer essa travessia, ganha a psicanálise e ganha a cidadania.



Referências

- ARENDE, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- FERENCZI, S. (1931) Análise de crianças com adultos. In: *Obras completas: Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FREUD, S. (1919) Lo siniestro. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.
- _____. (1930) El malestar en la cultura. *Op. cit.*
- KOLTAI, C. A segregação, uma questão para o analista. In: KOLTAI, C. (Org.) *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta / Fapesp, 1998.
- LANZMAN, C. *Hier Ist Kein Warum* (Folheto do filme Shoah). Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 1986.
- MACEDO, H. O'D. O inumano faz parte do humano. *Percurso*, ano XXVI, n. 52, pp. 178-188, 2014.
- SIRKIS, A. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. Rio de Janeiro: Global, 1980.
- _____. Tiro no pé: porque rever a Lei de Anistia é um erro. *Folha de São Paulo*, Ilustríssima, 06/04/2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/04/1435797-tiro-no-pe.shtml>>. Acesso em: 10 jul 2015.

4

TESTEMUNHO EM GRUPO: GERAÇÕES JUNTAS NA ELABORAÇÃO DO TRAUMA

Pedro Tavares Antunes

Este texto é uma narrativa do processo vivido no dispositivo de atendimento de grupo criado no contexto do projeto-piloto das Clínicas do Testemunho pelo *Projetos Terapêuticos* – SP. Tal percurso é apresentado abordando-se duas dimensões: uma leitura clínica do processo de formação do grupo e um relato da experiência vivida na condição de analista na condução desse trabalho.

Em 2012, a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça lançou um edital para que instituições interessadas apresentassem propostas para um projeto-piloto das Clínicas do Testemunho. O *Projetos Terapêuticos* foi um dos grupos que teve seu projeto contemplado, entre outros quatro por todo o país.

O *Projetos Terapêuticos* é uma instituição psicanalítica que, desde sua fundação, tem como proposta o trabalho grupal com casos graves, visando à construção de projetos de vida. Nossa clínica trabalha oferecendo suporte ao desenvolvimento de projetos, que podem ser individuais e/ou coletivos, que são os orientadores e atravessadores da nossa prática. Os projetos ganham força na medida em que podem ser investidos e implicados pelos próprios sujeitos os quais, no seu desenvolvimento, são levados a uma experiência de lançamento no campo das trocas e dos laços sociais, produzindo subjetividade e operando como uma espécie de organizador e balizador das mesmas.

Sendo assim, ao nos defrontarmos com o desafio proposto por este edital, pensamos em como poderíamos montar dispositivos clínicos para trabalhar a questão da reparação psicológica das pessoas afetadas pelo terror de estado

durante o período da ditadura militar no Brasil, dentro da perspectiva e da tradição da instituição, que inclui dispositivos grupais de atendimento e trabalho com projetos.

Sabíamos, pelas informações fornecidas pela Comissão da Anistia, que havia cerca de 70 mil pedidos de anistia política no país e que, grande parte deles, já haviam sido julgados e aceitos. Havia também notícias de que era comum as pessoas adoecerem durante o processo, revelando o tamanho da dificuldade que tinham em se aproximar dessas dores. Era um número expressivo e gerava uma grande incerteza de qual seria, de fato, a demanda pela Clínica do Testemunho. Se, por um lado, os dados mostram um alto potencial de público, por outro, sabem também que há uma forte resistência, uma vez que a ditadura produziu, como um de seus mais notáveis efeitos, um profundo silenciamento dessas questões no campo social.

Imaginávamos que, pelo longo tempo passado desde o final da ditadura – cujo marco é o ano de 1985 – até o início do projeto das Clínicas do Testemunho em 2013, muitas das pessoas envolvidas já haviam procurado, de alguma forma, ajuda para dar conta de suas dores.

No que se refere, ainda, a uma eventual resistência à procura pelo serviço de atendimento, outro ponto importante a considerar seria uma certa desconfiança ou cautela dessas pessoas em relação a um serviço provido e promovido pelo estado, o mesmo que outrora lhes causou tanto mal e que, agora, está oferecendo propostas de reparação. Era preciso estar consciente de que a Clínica do Testemunho *Projetos Terapêuticos*, como parceiro do estado nesta tarefa, estaria sujeito ao surgimento de um sentimento de desconfiança em relação às intenções da clínica. Refazer uma relação de confiança se mostraria um grande desafio para a sua realização.

Apesar de todos esses pontos contrários, existe na sociedade brasileira, hoje, um movimento favorável à discussão do tema e uma abertura maior de espaço para tratar dele. O surgimento das diversas Comissões da Verdade, o trabalho da Comissão de Anistia, os movimentos por memória e justiça que marcaram os eventos que pontuaram o aniversário de 50 anos do golpe civil-militar, enfim, tudo isso estimula um campo possível de fala e de permeabilidade desse tema profundamente silenciado na sociedade.

PRESSUPOSTOS E PROPOSTA CLÍNICA

Na montagem do nosso *setting* de trabalho, pensamos que a proposta de atendimentos grupais seria muito pertinente numa clínica que se afirmou, desde o

princípio, como uma clínica social, ampliando a compreensão do trauma como algo singular para uma dimensão social que diz respeito a todos.

Nesse sentido, nossa proposta clínica seria usar o testemunho como articulador no tratamento, fazendo circular a palavra que esteve negada por tanto tempo. Assim, a tarefa colocada aos nossos grupos de atendimento seria abrir espaço para a construção de testemunhos. Os grupos seriam um espaço privilegiado de testemunho, de reconhecimento da palavra e de suporte. A partir dos encontros grupais, esses testemunhos poderiam ser levados a outros espaços, públicos ou não, atingindo e penetrando o campo social. Consideramos que esse processo seria restaurativo, não apenas para as vítimas diretas da violência de Estado que se calaram pelo medo, mas também para toda a sociedade que ficou marcada pelos males da ditadura e que não tinha a possibilidade de abrir sua escuta em relação a esse período, nem de trazer suas memórias a público.

Essa proposta consistia, portanto, em criar um espaço, o encontro grupal, que intermediasse a experiência traumática e a produção de testemunhos. Os testemunhos seriam nosso projeto por excelência.

Entendemos um projeto como algo que produz movimento, apresenta uma direção e aponta para o futuro. Dentro dessa concepção – o testemunho como projeto grupal – nossa proposta clínica era promover identificações com o objeto “testemunho”, e não com a experiência da dor em si.

O trabalho com a violência e o terror tem a característica de capturar os sujeitos nas intensidades das descrições obscenas e, por isso, pensamos que o “projeto testemunho” teria uma importante função de barrar e proteger o grupo – pacientes e terapeutas – dessa narração da violência explícita.

Aqui, o testemunho é compreendido como algo que é singular e também coletivo, que mistura o real e o simbólico. Singular, pois remete à situação própria do sobrevivente; e coletivo, pois são acontecimentos históricos que dizem respeito à sociedade como um todo. O trauma, nesse caso, se apresenta sempre com essas duas dimensões: singular, mas sobretudo social. Encontrar representações possíveis para uma narrativa do horror vivido, reunir fragmentos do passado dando um nexos e encontrando seu contexto, trabalhando entre a experiência subjetiva e o registro universal do histórico – esta seria a nossa tarefa nesses grupos de atendimento.

Dentro desse enfoque grupalista, aquilo que poderia ser uma tarefa individual, a construção do próprio testemunho, torna-se, desde o início, uma tarefa compartilhada, preservada pelo sigilo característico da clínica ao mesmo tempo que inserida num âmbito público.

O ato de testemunhar estaria presente ao longo de todo o processo, recuperando a dignidade da palavra. Articular falas e memória em nome de um projeto co-

letivo, liberando os sujeitos que têm enclausurada, em sua dor, a memória recusada no discurso social. O testemunho de um ressoa nos outros e produz associações.

Na medida em que há testemunha, existe a possibilidade de se sair da solidão, de compartilhar ou, até mesmo, de transformar em história aquilo que era vivido quase como um delírio solitário, viabilizando assim a transmissão e a prevenção do trauma para as gerações seguintes.

No acontecer dessa clínica, tanto o grupo quanto nós, terapeutas, nos tornamos por inúmeras vezes as primeiras testemunhas de um testemunho dado. A importância do grupo de pertencimento, dos acordos iniciais de sigilo, do acolhimento do discurso de cada um como verdade e a nossa disponibilidade – dos terapeutas – em nos deixar afetar verdadeiramente pelas histórias narradas, abriu a possibilidade do surgimento de narrativas e o ressurgimento de memórias adormecidas.

Percebemos que essa Clínica do Testemunho se faz numa relação de horizontalidade, através da constatação de que estamos todos num mesmo barco; isto é, fomos todos atingidos, em alguma medida, por essa história, ainda que no trabalho clínico se estabeleçam posições diferentes entre pacientes e terapeutas. Essa posição em que nos colocamos mostrou-se fundamental para o re-estabelecimento da confiança perdida em função do trauma e do sofrimento.

Muitas pessoas nos relataram experiências com efeitos traumáticos ao procurarem ajuda para tratarem dessas dores em outros momentos de suas vidas. Diante de um não reconhecimento dessa realidade histórica por parte do analista, tiveram as consequências de seus traumas reforçadas; ou seja, o desmentido operando como uma retraumatização. Nesses casos, a clássica neutralidade do analista se mostra um grande equívoco. O posicionamento deve ser diverso ao tratar desse tema.

Os efeitos da irrupção do real naqueles que foram submetidos a violências indizíveis e inexplicáveis são diferentes dos efeitos da reativação de traumatismos sexuais infantis. Essa diferença teórica coloca, de cara, uma questão técnica importante no manejo com esses pacientes. A diferença na compreensão da modalidade do trauma a partir desse reconhecimento da realidade histórica, diferenciando-a da realidade fantasmática, funciona como uma espécie de acordo de base na Clínica do Testemunho. A história à qual esses pacientes se referem não diz respeito somente a suas vidas singulares, mas sim à história humana.

A FORMAÇÃO DE UM GRUPO INTERGERACIONAL

Todo o processo foi um grande desafio no qual fomos convocados a buscar respostas para uma clínica inovadora e cheia de particularidades. No total, du-

rou aproximadamente um ano e meio com encontros semanais de duas horas e funcionou como um grupo aberto, isto é, novas entradas e saídas aconteciam durante todo o processo e não havia um tempo pré-determinado de duração.

O grupo intergeracional foi formado a partir do processo inicial de recepção dos participantes da clínica. Desde a concepção de nosso projeto clínico optamos por receber os inscritos com uma proposta que consistia em quatro encontros em grupo, nos quais se faria um levantamento das demandas e indicações para os settings de atendimento. Inicialmente pensamos em desenvolver settings de atendimento grupal específicos para cada geração. No entanto, a partir das demandas surgidas nesses encontros iniciais, fomos levados a modificar essa proposta, criando o formato de um grupo intergeracional, isto é, diferentes gerações compartilhando o mesmo espaço grupal.

O LUGAR DA CLÍNICA

Passado o período de inscrições, marcamos uma data para o início do processo de recepção. No primeiro encontro compareceram doze pessoas, membros de três famílias. Chamou a atenção que algumas delas eram compostas por membros de diferentes gerações, fazendo com que desde o início houvesse uma convivência entre gerações.

O início foi trabalhoso. Não foi tarefa fácil definir o lugar desta clínica junto com eles, fazer um “contrato”, criar um “lugar” de confiança para que o trabalho pudesse ser realizado.

A questão da confiança – ou melhor, da desconfiança – estava colocada com força desde esse princípio. O sigilo, a assinatura de presença, uma proposta de reparação psicológica vinda do Estado... eram muitas questões que poderiam se colocar, facilmente, no campo da paranoia e das reticências, sobretudo para aqueles que outrora foram violentados pelo estado. Percebemos que o “contrato” teria que ser feito aos poucos, que demandaria tempo para conseguirmos amararrar todas essas questões e dar lugar a uma proposta de trabalho em torno da ideia do testemunho. Foi um enorme desafio.

Nesse momento de recepção, nossa proposta era que as pessoas do grupo pudessem simplesmente falar de sua própria experiência. Para tanto, precisávamos proporcionar um ambiente acolhedor em que isso fosse possível. Pouco a pouco, alguns deles começaram a falar, contando quem eram e de que maneira ficaram marcados pela experiência que viveram; outros permaneceram na posição de escuta. Sabemos que começar a falar é muito difícil, pois o tema foi profundamente silenciado, guardado com dores inimagináveis. Além disso, muitos deles nunca

havia falado sobre o assunto com ninguém, muito menos em público, diante de um grupo. Ou seja, não bastava apenas pedir-lhes que falassem.

Tivemos alguns momentos mais agudos que logo no início desafiaram a coordenação na condução do grupo. O clima era intenso, comportando muita emoção. Houve participantes que, em determinados momentos, precisaram se retirar por não suportar essa intensidade, o que exigiu o desdobramento dos membros da coordenação, que teve que cuidar de situações dentro e fora da sala simultaneamente.

Enquanto isso, em algumas circunstâncias, a ameaça da instalação de um tom paranóico exigiu da coordenação intervenções de contenção e corte com o objetivo de permitir o seguimento do fluxo através das falas. Não foi preciso transcorrer muito tempo para percebermos a necessidade de agregar alguns dispositivos de retaguarda para trabalhar com esse grupo.

Havia muita dor acumulada e contida, nas várias gerações. Aquele primeiro encontro foi muito forte e já sinalizava a intensidade das emoções que nos acompanhariam dali em diante.



Desde esse primeiro encontro discutimos, em reunião clínica de equipe, os efeitos e os impactos daquele trabalho. Quando digo “nós”, refiro-me tanto aos terapeutas coordenadores desse grupo quanto ao “nosso” grupo, a equipe clínica formada por sete psicanalistas do Projetos Terapêuticos. Essa dimensão de equipe – que também teve o desafio de se constituir como um grupo – mostrou-se essencial uma vez que essa clínica não é possível de ser feita sozinho, apenas acompanhado.

Frente às nossas impressões e dificuldades iniciais de manejo, avaliamos que seria indicada a entrada de um terceiro coordenador. Era preciso alguém que pudesse, eventualmente, assumir a função de retaguarda para que a equipe não ficasse à descoberto no caso de haver a necessidade da saída de um de nós, como havia acontecido no primeiro encontro. Precisávamos de mais gente para dividir essa tarefa. Prevíamos que em uma ou em outra situação aguda aquilo se repetiria e seria preciso que alguém da coordenação soubesse para acompanhar algum dos participantes.

Esse terceiro coordenador daria suporte ao grupo e à própria equipe, formando-se um trio com funções de coordenação móveis. Assim, já na segunda reunião do grupo, éramos três na condução do grupo: Issa Mercadante, Maria Beatriz Vannuchi e eu, Pedro Antunes.

PAIS E FILHOS

O segundo encontro teve início com poucas pessoas, o que nos fez pensar que, depois daquele difícil primeiro encontro, muitos não voltariam. Aos poucos, contudo, as pessoas foram chegando, totalizando um número de nove participantes. Assim, a formação original do grupo sofreu mudanças, algumas pessoas não retornaram, outras ingressaram. O papel da geração dos filhos no processo desse grupo foi bem marcante.

Testemunhamos relatos fortíssimos: excessos da tortura e da crueldade dos agentes do estado provocaram danos que se perpetuaram no tempo e, por sua dimensão traumática, transbordavam para as pessoas mais próximas, sobretudo companheiros e filhos. Os relatos provocavam uma angústia intensa frente ao desamparo. Atravessamos uma verdadeira rodada de explicitação desses excessos repletos de detalhes obscenos e humilhações indizíveis.

Qual o lugar da coordenação nesse movimento? Deixar a conversa seguir livremente, correndo o risco de nos afundarmos todos naquele pântano de horror, ou fazer um corte? Foi importante lembrar de nossas conversas durante a montagem do dispositivo quando pensamos que seria preciso ter cuidado para proteger o grupo diante do horror sem fim. Sabemos que relatos repletos de muita violência provocam uma captura difícil de sair, obstáculo por vezes resistente à tarefa de construção de testemunhos em grupo. Ao mesmo tempo, ainda era um momento de acolhimento, anterior ao contrato que se estabeleceria em torno dessa tarefa. Era importante acolher o emergente e fazer as intervenções necessárias para que o grupo encontrasse um fluxo. Aos poucos, na medida do possível, seria preciso apontar para a tarefa em torno do testemunho que teríamos pela frente.

Foi interessante como o próprio grupo encontrou saídas para o horror. Víamos um grupo cuidadoso em formação, falas de acolhimento apareceram junto às novas histórias. De maneira curiosa, havia uma intensa circulação de afeto, aparecia um grupo que procurava se ligar.

Alguns falaram sobre o efeito produzido pelo primeiro encontro; era difícil afirmar se ele lhes fez bem ou mal, mas algo havia sido desacomodado. Com o surgimento de lembranças, de anotações e escritos feitos ao longo dos anos, fomos apontando para a possibilidade de encontrar algum destino para aqueles conteúdos. Tornava-se mais claro qual seria o nosso trabalho em torno do testemunho.



No desdobrar dos encontros do grupo uma questão chamou nossa atenção: evidenciou-se uma diferença no discurso entre as gerações que apontava o trabalho de elaboração por parte dos filhos dessa história que, afinal, também é deles. No grupo eles encontraram uma possibilidade de falar, fizeram laços entre si rapidamente, foram acolhidos e aproveitaram bastante. Na maior parte das vezes, trouxeram a questão do desamparo em que a condição e as escolhas de seus pais os lançou. Como aponta Maria Auxiliadora Arantes, em seu texto sobre o filme *15 filhos*, trata-se do desamparo em que aquelas pessoas estavam lançadas, dada a sua própria condição de pais.

Esse tema circulava e produzia questionamentos acerca dessas escolhas revelando uma ambivalência: os heróis que lutaram bravamente tinham filhos que dependiam deles. Revelava-se um ressentimento: como era possível que a existência dos filhos não fosse suficiente para impedir que os pais colocassem suas próprias vidas em tal risco? Assim, era necessário fazer caber as diferentes posições, sem a necessidade de um veredicto.

Esse tema se desdobrou intensamente durante os encontros seguintes e os filhos ganharam um papel ativo no grupo. Falavam, escutavam, discordavam, encontravam espaço e, visivelmente, sentiam-se acolhidos. Quando essa ambivalência foi revelada, surgiram tensões intergeracionais, sobretudo quando ocorria algum ataque explícito à geração dos pais, lembrando que algumas vezes estavam juntas duas ou três gerações de uma mesma família. Momentos como esses nos mostravam a potência do dispositivo clínico. A partir das identificações cruzadas era possível falar a outros “pais” e a outros “filhos” tudo aquilo que nunca haviam conseguido falar aos seus próprios: “Falo para minha mãe através de uma outra mãe”. Essa interlocução era mais fácil e se tornava possível através do diálogo com pessoas de outras famílias, não a própria. Em momentos delicados, as falas que mais encontraram ressonância no grupo vieram desses cruzamentos.

Outro efeito da presença das gerações mais novas foi delimitar a tarefa em torno dos testemunhos. Os mais novos conseguiam com mais facilidade quebrar o discurso político – muito intenso e ainda presente na geração anterior, diretamente afetada – e acessar o discurso afetivo. Os testemunhos foram tecidos nessa possibilidade de juntar os acontecimentos com os afetos.

Havia a conversa entre semelhantes e entre gerações. Avós, pais e filhos conversando sobre temas nunca antes abordados com abertura em família. Muitas vezes, inevitavelmente, essas conversas transbordavam em emoção.

Como não poderia deixar de acontecer, considerando o tema em questão, ao mesmo tempo, com muita força, aflorou também o ódio, fruto de um terror que não prescreve. Esse ódio, misturado ao desejo de vingança e de justiça esteve

mais presente naqueles que foram afetados diretamente. Podemos dizer que o grupo se ligou também em torno desse ódio que reconhecem uns nos outros e no qual se reconhecem.

EMOÇÃO À FLOR DA PELE

Durante estes atendimentos era impossível não se emocionar e, em alguns momentos, comover-se perante o grau de intensidade da clínica. Foi importante que pudemos nos emocionar diante dos relatos mas, ao mesmo tempo, suportar aquelas dores na escuta e não desmoronar. É uma clínica onde se opera em um limiar muito sensível, é um eminente estado de comoção. Nesses momentos foi fundamental a dinâmica de confiança e de sintonia existente entre os membros da coordenação, que podia fazer circular com desenvoltura presenças e posições.

Durante esses grupos iniciais e nos momentos de novas entradas, por vezes fui tomado por intensas sensações corporais, impactos de tamanha comoção – uma espécie de vertigem, dificuldade de pensar e de concentração. Os relatos eram de uma intensidade impressionante. Aos poucos percebi como deveria fazer para me recompor diante dessas situações até restabelecer a possibilidade de coordenar o grupo. Era preciso que eu me deixasse atravessar pelo sentimento para não congelar diante do impacto e, assim, poder pensar e falar.

A neutralidade do analista, ressaltada na psicanálise clássica fica de lado no transcórre de um trabalho como esse. Muitas vezes, fomos convocados pessoalmente a tomar uma posição à respeito do tema. Cumpria encontrar uma resposta.

Acredito que é justamente através dessa ressonância do testemunho em nós mesmos, na nossa própria história, que podemos devolver algo ao grupo. Os relatos, por vezes, aparecem de forma muito “chapada”: há o registro dos acontecimentos, mas eles contêm pouca representação afetiva. Assim, nesses momentos, como parte do processo, faz parte dessa clínica que o analista possa oferecer suas próprias representações. O lugar testemunhal oferece escuta, empresta imaginação, palavras e afeto, abrindo brechas na subjetividade adoecida.

Ao fim dos quatro primeiros encontros fizemos uma interrupção de férias e, no retorno, tínhamos a intenção de dividir o grupo por um critério de gerações. Assim, fizemos essa proposta ao grupo logo no primeiro encontro, mas

os participantes, muito rapidamente, se opuseram à divisão. Lembraram como havia sido importante a experiência com as diferentes gerações e os cruzamentos que possibilitaram maior abertura na escuta. Pareceu-nos que a continuidade do trabalho e da conversa entre as gerações se mostrava fundamental, de sorte que decidimos manter o grupo junto. Há algo da elaboração desse trauma que acontece no caldo das relações intergeracionais.

Fazia todo sentido que aquelas pessoas estivessem juntas. O grupo era muito familiar, várias pessoas já se conheciam e, rapidamente, criou-se um ambiente continente e acolhedor. O testemunho em grupo anunciava sua potência.

UMA SÍNTESE POSSÍVEL

O grupo da Clínica do Testemunho conduzido pela equipe do Projetos Terapêuticos teve a duração de aproximadamente um ano e meio, com algumas mudanças na sua formação ao longo do processo.

O trabalho de continência proporcionou novos contornos para as feridas. Com o avanço do processo do grupo, os estados de comoção descritos anteriormente transformaram-se: aquilo que antes se apresentava transbordante encontrou contornos possíveis; os choros podiam ser contidos e as emoções assentadas, dando lugar a falas mais articuladas e transmissíveis.

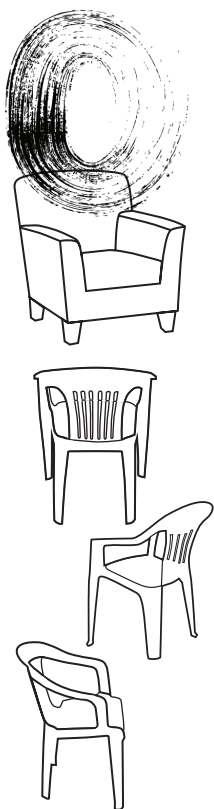
Os relatos daqueles que fizeram seu processo nessa Clínica, seja no grupo intergeracional, seja nos outros dispositivos, exprimem uma sensação semelhante. Aos poucos e dentro do possível, pois é sempre aquém do desejável, é como se o tempo estivesse em movimento e as duras histórias pudessem finalmente encontrar lugar para se acomodar na própria história desses sujeitos.

A ambiguidade – em relação ao Estado e aos pais – aparecia em transferência. Por vezes tivemos que lidar com fortes ataques à coordenação, e, no jogo transferencial, a figura do perseguidor violento circulava entre nós, de modo que frequentemente alguém se percebia ocupando esse lugar no grupo. Cenas traumáticas inevitavelmente se montaram ali e, com muita delicadeza, procuramos caminhos para desmontá-las.

O que permitiu que realizássemos essa árdua tarefa foi a maneira como estabelecemos espaços de cuidado também para nós mesmos, para o “nosso” grupo de trabalho. Para lidar com os entraves colocados por uma experiência transferencial tão forte, ao longo de todo o processo, construímos e criamos elaborações clínicas.

Acredito que a experiência vivida durante o processo desse grupo foi, de fato, transformadora para todos nós. Não há como não sair transformado subjetivamente de uma experiência como essa. Conduzi-la levou a caminhos impre-

visíveis dentro das memórias e histórias individuais. Fazer parte da memória coletiva e da produção de narrativas da história também inclui aqueles que testemunham.



Referências

- PIRET, B. *Narration, histoire: quelle élaboration du traumatisme dans la cure. Paroles sans frontières.* Disponível em: <www.p.s.f.com/psf/spip>. Acesso em: 7 jul 2011.
- SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, v. 20, p. 65-82, 2008.
- SIRONI, F. *Carrascos e vítimas: psicologia da tortura.* São Paulo: Terceira Margem, 2011.

5

TESTEMUNHO SOBRE A CLÍNICA DO TESTEMUNHO

Issa Fernando Sarraf Mercadante

O que em mim me levou a participar do projeto da Clínica do Testemunho? O que de minha experiência, do que é sensível em mim, me jogou inapelavelmente nesse caminho? O que restou em mim daqueles tempos?

Trabalhar com esse tema tocou no que há de mais profundo em mim, nas minhas dores e nos meus limites. Poder escutar algo que fora negado por décadas e encontrar ressonâncias e amplificações dentro de mim, no meu corpo, na minha mente, foi uma experiência inigualável: compartilhar história, fazer parte da história, do resgate da memória e do processo de reparação psíquica de tantas pessoas afetadas pela violência de Estado, testemunhar o que ansiava por circular...

A tortura faz calar a sociedade e marca completamente a vida daquele que passou por ela, bem com a vida de quem a testemunha. Abrir esse espaço de circulação da palavra faz com que a violência se presentifique com toda sua força e crueldade, e esse processo fez em mim, testemunha dos testemunhos, mudanças tão profundas que sinto ser outro depois deste trabalho, mais velho, mais triste, mais sensível para a experiência em que a fala não chega, ou para as quais não existem palavras. Depois de tratar de vítimas da violência de Estado, da ditadura civil-militar, num programa de reparação dos danos psíquicos promovida pelo Estado, sei que não sou mais o mesmo de antes.

Conto aqui um pouco do meu percurso, desde minha entrada no programa, passando pelas diversas modalidades de atendimento de que participei. Minha entrada no projeto veio de um convite que não hesitei em aceitar: minha história

peçoal me levava a não questionar a minha participação naquele processo.

As primeiras recordações marcantes de minha infância e de minha adolescência foram marcadas fortemente pelo período de exceção da ditadura. Nascido em uma família de políticos e jornalistas, lembro-me da casa de meu avô, dos adultos falando baixo e pedindo para que não falássemos determinadas palavras. Palavras que não me faziam sentido.

Nasci em uma cidade que tem nome de doce. De de lá vinham os doces mais doces da fábrica de uns tios de meus primos, cuja proximidade nos levava a considerá-los também como “tios” e a tratá-los como tal. Vinha também o sorriso mais doce dessa minha “tia”, que tinha o nome de uma flor pequenina. Lembro-me bem de um determinado dia de minha infância em que me anunciaram que receberíamos a visita inesperada desses tios. Alegre, sabendo que com eles viriam os doces e o sorriso doce, espantei-me quando chegaram: aquele sorriso de tia havia sido roubado, e, no seu lugar, lágrimas não paravam de escorrer. Minha “prima” – como assim eu a considerava – havia sido presa em Ibiúna. Até aquele momento, para mim – como eu aprendera nos filmes de bang-bang – ia preso quem tinha cometido algum tipo de crime, roubo ou assassinato. Eu sabia que minha prima não podia tê-los cometido. Foi então que aprendi que as pessoas iam presas pelo que pensavam...

Nesse episódio, um pedaço da minha ilusão de menino se foi, numa experiência que se conectava com a estranha proibição de dizer certas palavras na rua. O medo que minha família me botava, pedindo-me cuidado ao andar pelas “tranquilas” ruas de São Paulo, aconselhando-me a não parar quando visse um grupinho de pessoas na esquina, tornou-se mais concreto com a prisão da prima Rosa Maria.

Alguns anos depois, um susto quase estraga minha felicidade de saber que meu pai, que vivera por dois anos nos Estados Unidos, estava voltando para o Brasil: recebemos um telefonema informando que ele seria preso ao desembarcar. Ele chegou a ficar um dia sem nos dar notícias, mas felizmente acabou sendo liberado, graças à intervenção de um político conhecido. Lembro-me daquele sábado em que, logo pela manhã, corri ingenuamente até a banca da esquina de casa para verificar se havia alguma notícia dele estampada nos jornais...

Passei toda a minha meninice ouvindo relatos de tortura e me emocionando com cada nova história que ouvia. Em 1975 era assassinado Vladimir Herzog, um jornalista como meu pai. Saindo do colégio, eu experimentava um misto de medo, indignação e revolta. Estes sentimentos são, assim, meus velhos conhecidos.

Em setembro de 1977 minha prima Fátima, prima daquela “prima” por afinidade, era presa na invasão da PUC de São Paulo. Nas férias do fim do ano, estávamos os primos em Poços de Caldas. Lembro-me de que, ao sairmos à noi-

te, minha prima, que sempre fora linda e alegre, mantinha um olhar assustado. Olhava o tempo todo para os lados. Pedia para voltarmos mais cedo para casa.

Alguns meses depois eu entrava na universidade, onde participei da luta contra a ditadura, a cujo fim pude assistir. Vi o projeto de redemocratização aflorar. Nos dias de hoje, quando vejo forças reacionárias se levantarem com tanta desenvoltura, o projeto da Clínica do Testemunho me faz ainda mais sentido, como busca de reparação e de construção de uma memória que possa servir de exemplo para as gerações futuras, para que não se repitam os horrores daquele período.

Trabalhei na coordenação da Clínica do Testemunho durante todo o período em que ela funcionou. Participei também da coordenação de grupos terapêuticos de testemunho, atendimentos médicos, psicoterapias individuais, rodas de conversas, conversas clínicas públicas, supervisões e grupos de pesquisa.

No processo de trabalho de grupo da Clínica do Testemunho pude experimentar um intenso mergulho nas histórias dos pacientes e testemunhar e dar aval a suas dores e medos. Ali, por muitas vezes, meus medos infantis e minha coragem juvenil se reavivaram. Meus medos, minhas penas, minhas dores, enfim, minhas tragédias, entraram em ressonância com as histórias que desfilavam à nossa frente. Entendi que essa clínica só se tornava possível porque conseguíamos atingir esses níveis dentro de nós mesmo. Só assim podíamos estabelecer um vínculo de afeto e de confiança com aqueles que nos davam seus testemunhos.

No trabalho grupal, as cenas vividas no passado reemergiam com toda sua intensidade dramática e ganhavam novos significados. Para nós, da equipe clínica, os sintomas individuais e grupais apareciam agora em nós e entre nós. Apenas com muito trabalho fora do *setting* de atendimento é que conseguimos dar conta dessas intensidades. Os medos, as paranoias e as dores se levantavam diante dos nossos olhos com vigor e reverberavam em nossos corpos.

O trabalho intenso gerou frutos importantes. Pessoas caladas pela negação do ocorrido, amedrontadas, estraçalhadas, começaram a falar dentro dos grupos e a dar seus testemunhos, a colocar em circulação os excessos contidos no tempo. A partir de lá, conseguiram começar a falar para fora do grupo, dando depoimentos em comissões da verdade, em escolas, entrevistas em jornais, filmes, etc., recebendo o aval dentro e fora do grupo. Pessoas visivelmente adoecidas começaram a se tratar e a procurar lugares de pertinência que lhes possibilitassem uma vida mais saudável.

Os medos foram se dissipando, o discurso foi ganhando corpo e lugar. Ao fim de um ano e meio de atendimento grupal, pessoas que passaram pela clínica propuseram novos projetos, no sentido de encontrar outras formas de expressão

que, para além do testemunho verbal, pudessem levar em si a mensagem dos testemunhos. Surgiram assim propostas de livro, filme, intervenções na cidade e até o projeto de uma oficina de bordado, a “Retalhos da Memória”, idealizada por Camila Sipahi Pires.

Particpei, com Camila, da coordenação desta oficina. Foram oito encontros que ser propunham a “costurar as memórias”. O trabalho, agora não exclusivamente verbal, consistia de encontros nos quais se utilizavam fotografias dos participantes. Eram fotografias que remetiam ao tema central da Clínica do Testemunho e que sofreriam, então, intervenções de bordados. O grupo foi constituído tanto de pessoas que já haviam participado do programa como de outras que não tinham nenhuma relação “aparente” com o tema. Deu-se, logo no início do projeto, uma cisão entre as duas turmas ali presentes, que se sentaram em mesas diferentes e cuja junção parecia impossível. Um dos trabalhos foi o de tentar aproximar as pessoas do tema, visto que tínhamos claro que a ditadura não afetara somente os presos, torturados, exilados ou mortos, mas a todos em geral. A partir do sexto encontro, as turmas conseguiram se sentar juntas e compartilhar as histórias da época.

Ali se abriu uma possibilidade para aqueles que tiveram mais dificuldade de verbalizar suas dores no grupo. Agora, podiam se expressar por meio daquele trabalho. Pessoas que achavam que não tinham o que dizer acabaram realizando pequenos e importantes processos no desenrolar das oficinas. A palavra, difícil de ser posta em circulação, deu lugar a um trabalho expressivo e reparador. Os participantes retomavam, ao fim, a possibilidade de construir um discurso em relação ao trabalho e perceber seus pequenos processos. Havia quem achasse que não conseguiria fazer um único trabalho, e que acabou por fazer não apenas um, mas vários... Trabalhos que continham uma sequência, um processo. Pessoas que não conseguiam olhar para suas fichas do Dops puderam fazer um trabalho de transformação daquelas imagens, agora não mais submetidas, como na época da fotografia. Tomaram para si a transformação do objeto e de si mesmos. Criaram a possibilidade de colocar bordados nas roupas das filhas crianças, retirando a violência do encarceramento em preto e branco da época.

Quando resolvi coordenar a oficina, acreditava que, da mesma forma como fazia na coordenação do grupo verbal, eu deveria acessar minhas emoções. Ao mesmo tempo em que coordenava o grupo, fiz um trabalho em uma fotografia minha da época do movimento estudantil. Ali me deixei levar pela história para compartilhar com os outros participantes a mesma experiência. No meu trabalho apareceu o vazio, a falta de um companheiro, amigo, irmão, e então me dei de presente um colete de veias e artérias, de sangue pulsando, da vida que continua. Morte e vida, silêncio e testemunho, dores.

Sei que foi a minha história, que foram minhas dores e minha necessidade de fazer a diferença na vida dessas pessoas que me levaram a tomar parte do

projeto da Clínica do Testemunho. E sei também que outro fator decisivo para sua viabilização foi a amizade antiga e profunda entre os membros da equipe. Houve dinâmicas entre nós que, não fossem o carinho e o respeito que cultivamos uns pelos outros, teriam acabado com a possibilidade de realizar um trabalho dessa natureza.



6

A CLÍNICA COMO TESTEMUNHA: SILÊNCIO E REPRESENTAÇÃO¹⁴

Rodrigo Blum

“O trabalho, mesmo pouco, continuava a ser para Freud a melhor defesa contra o desespero. Seu irônico senso de humor também não o abandonou por completo. Logo antes das autoridades permitirem a partida dos Freud, elas insistiram em que ele assinasse uma declaração de que não o haviam maltratado. Freud assinou, acrescentando o comentário: ‘Posso recomendar altamente a Gestapo a todos’”

Peter Gay (Freud: uma vida para o nosso tempo)

A ironia expressa nesta frase de Freud nos leva junto com ele para os mais profundos dos ambivalentes sentimentos humanos. Ironia não percebida pelos agentes da SS, segundo Peter Gay (1989), mas altamente carregada de risco e agressividade. O que teria feito Freud “elogiar” os nazistas em um momento tão peculiar e delicado, como o de sua liberação? - pergunta-se Peter Gay.

Os acontecimentos subsequentes mostram que a liberdade tão esperada não significaria para Freud a plena liberdade desejada. Uma forte sensação de morte iminente o acompanhava rumo ao exílio, e o desejo de morrer em Viena pairava em pequenos atos falhos. Gay (1989) assim coloca: “Freud encarava o exílio com uma profunda ambivalência, em parte inconsciente: ‘O sentimento de libertação’, iria escrever em sua primeira carta de Londres, ‘vem muito intensamente mesclado com a tristeza, pois ainda amava-se muito a prisão da qual se fora libertado.’” (p. 568)

¹⁴ Publicado originalmente na revista *Percurso*, ano XXVI, n. 52, pp. 113-118, 2014.

O SILÊNCIO DO EXÍLIO

Londres foi para Freud o lugar de seu refúgio. Entretanto, como bem sabemos de sua teoria, não existe refúgio para a pulsão de morte. Com o exílio, Freud conseguiu sua libertação, mas não sua liberdade. O sentimento de descrédito no ser humano, algo que sempre o acompanhou, ganha no exílio um desfecho ainda mais categórico. Se a guerra o fazia ter absoluta certeza do mal radical que mora no humano, o exílio o transporta para o mais elevado nível de desamparo. Nem mesmo a convivência dolorosa com o inimigo câncer tinha anulado sua vitalidade, seu poder de observação e seu notável dom de expressão. O exílio não tirou por completo a capacidade de Freud trabalhar, nem o fez totalmente improdutivo. Já em Londres, volta a escrever cartas aos amigos e publica o importante texto “Moisés e o monoteísmo” (1939). Porém, algo do estranho, do estrangeiro estava incrustado em seu discurso, em suas manifestações, em sua alma. O exílio não era mais somente um lugar de língua inglesa, o exílio já tinha a cara do *unheimliche* (Freud, 1919).

Curiosamente o exílio carrega para Freud a ambivalência pulsional. Se, por um lado, representa a possibilidade de uma libertação, de uma vida “nova” para ele e para sua família, traz em seu bojo estrutural a certeza da destrutividade. Muito mais do que entendê-lo como o lugar da distância geográfica, ou ainda, o refúgio único para uma sobrevivida, temos que começar a pensá-lo como o pólo simbólico entre a força do silêncio traumático e a representação tecida no campo da irrealidade.

Antes de tomarmos os destinos do representável e do irrepresentável na vida subjetiva dos sujeitos acometidos pelo trauma da tortura, ou ainda, antes de tratarmos do significativo silêncio que se instala nas vidas destas pessoas, cabe aqui sublinhar que o exílio a que me refiro é um estado. Um estado de desapropriação psíquica e afetiva. Um estado de profunda solidão e terror, em que a experiência traumática interrompe a atividade psíquica do sujeito e o lança a um tempo e espaço estrangeiros, um fora do campo simbólico. Neste sentido o exílio é um estado, um estado de sítio, um estado de ruptura, um mal estado.

Quando um sujeito é sequestrado em seu profundo estado de pertencimento, o estado de empatia com o mundo se desmorona. Os sentimentos de abandono e de desfiliação completa se mostram presentes e absolutos. O pior dos exílios é aquele em que o sujeito se vê exilado em si mesmo. O exílio é bidimensional. É este o estado – bidimensional – de silêncio e de irrepresentabilidade que o traumático produz. O campo do abandono, o outro lado do estranho, o não familiar, a marca profunda e permanente do mal radical, a ruptura trágica com o pacto social.

Como afirma Régine Waintrater (2003),

“Essa negação do pacto social constitui para as vítimas da violência extrema a catástrofe que vai deixar marcas indelévels em seu psiquismo. Todos afirmam: a lembrança dos golpes se atenua com o tempo. O que, por outro lado, nunca se atenua é o sentimento de ter sido abandonado pelo mundo. Quando o ambiente não se mostra capaz de ajudar é o próprio sentimento de pertencimento à espécie humana que foi atingido. Ora, é em primeiro lugar essa idéia de um mundo empático que os torturadores de toda obediência procuram destruir, ao isolar a vítima e fazê-lo acreditar que ninguém mais virá em seu auxílio porque foram abandonados por Deus e pelos homens.” (p. 1)

O TRAUMÁTICO, A REPRESENTAÇÃO

O estado de silêncio vivido pelas pessoas exiladas de suas próprias vidas é traduzido na literalidade da memória traumática. A irrealidade, o sentimento absurdo de ruptura com o mundo se apresenta na impossibilidade severa de representação. O traumático carrega em seu núcleo a impropriedade da dimensão temporal. Na memória do trauma, o sujeito está encapsulado em uma estrutura rígida, inflexível e impermeável. O estado embalsamado, ou ainda, exilado, a que a subjetividade está transformada, é marcado por uma ausência de representação, uma impotência simbólica, um imaginário chapado, traumatizado. Desamparado, o sujeito está submetido ao mais alto dos riscos: o risco de não-representação. Muito mais do que a perda do objeto, a ameaça da perda de sua representação representa o mais profundo dos abismos. Portanto, como nos colocam César & Sara Botella (2002): “O perigo da perda da representação provoca um verdadeiro vazio com efeitos implosivos, jogando a percepção odiada para dentro do psiquismo; equivalente fantasmático da representação dissipada, a percepção importuna invade a cena” (p. 27).

A este estado de linearidade e repetição advinda do buraco traumático, é necessário se opor com a imaginação. Somente um espaço de imaginação é capaz de reconstruir a tridimensionalidade advinda da simbolização. É necessário acreditar no fracasso da intervenção analítica habitual e, sobretudo, interpretativa, para criar-se um dispositivo verdadeiro de investimento na via alucinatória. Mas afirmar que a figurabilidade é a única forma de restabelecer o mundo subjetivo, e que a tridimensionalidade só assim será reconstruída, significa afirmar que uma relação bidimensional está instalada neste sujeito. Como então entender a inflexão imaginária e representacional nesta travessia dimensional? Qual será, portanto, o lugar testemunhal nesta difícil tarefa de libertar o sujeito do duplo vínculo a que ficou aprisionado no exílio?

A geometria nos ensina que para que tenhamos um plano tridimensional é necessário um ponto de fuga. Um ponto a partir do qual a perspectiva aconteça e a profundidade se estabeleça: um terceiro ponto. Sem a profundidade de um ponto de fuga, sem a criação de outro ponto de vista, é impossível atingirmos a profundidade e a perspectiva de uma nova dimensão. A possibilidade de resgate do sujeito exilado em sua memória traumática é criar esse ponto de fuga: um plano de simbolização e um espaço de tridimensionalidade. Vamos então estabelecer, como ponto de fuga, o testemunho. Porém, aqui a apropriação do lugar testemunhal será acrescida de outra dimensão: o plano da clínica.

A CLÍNICA DO TESTEMUNHO

Antes de passarmos mais propriamente a tratar da clínica e de seu lugar como testemunha, é importante dar escuta à força simbólica em que está apoiada a idéia de testemunho.

O testemunho de sobreviventes das atrocidades humanas é a prova viva da ruptura do silêncio e do exílio. Testemunhar é muito mais do que narrar uma história, muito mais do que estabelecer um relato memorial dos fatos. Muito além de desvelar uma experiência traumática, testemunhar é, sobretudo, restabelecer o plano tridimensional de sustentação simbólica. O testemunho é sempre único e insubstituível, como afirma Márcio Seligmann-Silva (2008). E principalmente guarda em si a propriedade de uma singularidade. Será a impressionante propriedade de ser singular que nos proporcionará entender o alto grau de liberalidade que se testemunha na escuta do testemunhar.

Para Waintrater (2003), “o testemunho é um relato que conjuga uma reflexão do sujeito sobre sua vida e a descrição de acontecimentos aos quais ele foi submetido e que fazem do narrador uma testemunha. Todo testemunho contém um endereçamento ao outro, o destinatário potencial, aquele que está lá para acolher o testemunho e se tornar a testemunha da testemunha. Ao ‘proceder do Outro’, como diz Paul Ricoeur (1938-45), o testemunho institui relações codificadas que giram em torno de uma procura partilhada da verdade” (p. 3).

Só se pode entender a veracidade de um testemunho se ele for escutado, testemunhado, por um outro, por um grupo, por uma clínica, por uma sociedade. Não existe testemunho em um plano bidimensional. Não existe possibilidade de existência testemunhal sem o desejo de um coletivo, sem aquele que possa portar o testemunho a fim de lhe dar ao mesmo tempo uma dimensão singular e simbólica.

A singularidade de todo testemunho é ao mesmo tempo única e plural. Única na medida de sua autenticidade pessoal, e plural em seu caráter discursivo. Sua mensagem singular carrega uma potencialidade própria capaz de transmitir uma

polaridade. De um lado a linguagem é portadora de uma singularidade absoluta, por outro é sempre universal. É por meio da universalidade discursiva que poderemos entender o testemunho como a única via de restabelecimento de uma dimensão simbólica. A literalidade da situação traumática, sua força em achatar por completo o imaginário, trava o poder de simbolização.

Afirmar a passagem de uma singularidade estéril para uma ficcionalidade fértil significa apostar na ruptura com a literalidade do duplo vínculo. O duplo vínculo a que está aprisionado todo exilado entre a tortura e o silêncio, entre a cena traumática e o irrepresentável, entre a memória e a justiça. A quebra desta literalidade bidimensional se dará pela via do imaginário, como afirmamos antes. Porém, para atravessar o dilema da literalidade singular, será necessário o rompimento com o âmbito factual do testemunho.

A expressão mais forte e contundente do testemunho jurídico não nos serve como ponte entre a esterilidade da sobrevida e a vida. Somente e tão somente uma radicalidade ficcional, proveniente da quebra entre o fato e a narração, é que poderá transportar novamente o sujeito à dimensão simbólica. Assim, ainda que entendamos a coerência e importância do plano testemunhal atribuído à memória e à justiça, não podemos mais destinar unicamente a esse âmbito lingüístico o lugar do testemunho. O plano da memória, mas principalmente a engrenagem da justiça, possui como pano de fundo a verdade dos fatos, a literalidade da prova e, sobretudo, a fragmentação do real.

O testemunho a que testemunhamos e que, fundamentalmente, chamamos à luz do discurso coletivo não aceita o restritivo lugar da literalidade do evento; nem tampouco o palco da historiografia proveniente da memória. Não se trata aqui de recusar ou menosprezar a importância destas duas áreas: muito ao contrário, não se tem testemunho sem a justiça ou a memória. Entretanto, não se faz justiça e memória sem testemunhar o testemunho.

Se é certo que para se ter um testemunho vivo é necessário uma testemunha, é certo também que para uma realidade tridimensional precisaremos de uma dimensão imaginária. Abandonar o binômio justiça-memória e lançar-se ao campo do imaginário significa estabelecer um terceiro ponto de vista ou, ainda, de expressão.

Como bem traduz Waintrater (2003),

“tanto a testemunha quanto aquele que recolhe o testemunho são delegados pelo grupo, o primeiro pelo grupo dos desaparecidos e o segundo pela sociedade que o envia recolher uma palavra que não soube escutar quando foi preciso. Nesse processo a sociedade é o terceiro mandatário: é ela que representa aquele que recolhe o testemunho e é a ela que se dirige à testemunha em seu relato. Aquele que aceita ser a testemunha da testemunha deve saber que está se engajando numa ruela estreita entre as necessidades contraditórias da testemunha e da impossibilidade parcial na qual estará de responder. Para

a testemunha se trata sempre de um momento importante, tenha ele já testemunhado anteriormente ou não, uma vez que se vê confrontado a uma missão que teme e deseja ao mesmo tempo. E por isso que sua palavra é sempre ambivalente, já que se arrepende de testemunhar no exato momento em que o faz. Sua demanda para aquele que colhe seu testemunho é múltipla e paradoxal e constitui um desafio que ambas as partes precisam explorar.” (p. 4)

É a radicalidade da Clínica do Testemunho que se mostra presente e amplamente responsável pelo seu poder de oferecer um campo de representação.

A clínica será, então, protagonista do mais alto plano da testemunha do testemunho. Eleger a clínica como portadora de um caráter imaginativo e definitivamente estabelecê-la como testemunha significa reconhecer e comprometer o lugar clínico como o mais verdadeiro e radical laço social. Neste sentido a clínica que toma o testemunho como testemunha é em seu cerne uma clínica do social, ou ainda, uma clínica testemunha do mal social. A clínica que acolhe um testemunho, seja ela individualizada ou grupalizada, está e sempre estará atravessada pelas marcas da memória, pelos traços dos esquecimentos, pelas leis do silêncio, pela desfiliação coletiva e pelo compromisso de uma humanidade.

Tratar a clínica como testemunha significa abandonar de certo modo o registro da interpretação para situar como paradigma o registro da identificação. O caráter identificatório vem a serviço de uma abertura para o imaginário, abertura esta que parte de um princípio clínico psicanalítico, ou seja, uma escuta ampla e radical para o singular e plural. O reconhecimento de uma identidade comum, dado pela testemunha ao testemunho, provoca um laço identificatório onde aquele que narra o trauma esforça-se por transmitir sua experiência e aquele que o acolhe se debruça em imaginar.

É a partir desta capacidade analítica de imaginar o inimaginável que a clínica se propõe a ser a testemunha do testemunho. Uma tentativa com a profundidade e tridimensionalidade que se exige ao oferecer um campo de simbolização razoavelmente seguro de partilha de um mesmo objeto.

É nessa dimensão de subjetivação que a clínica se estabelece como o registro da testemunha. Testemunha esta que guarda em seu interior o laço com o restabelecimento do pacto social, ou ainda, com a reconquista de uma confiança destruída em seu nível mais primário.

Mais uma vez, como tão certamente nos apresenta Waintrater (2003):

“Essa dimensão de subjetivação pelo Outro constitui o essencial da transação do testemunho. Ao dizer ‘você viu isso’, aquele que ouve restabelece um tu lá onde o eu frequentemente se perdeu. A construção que pode advir nesse momento é um esforço de recentramento sobre a história do sujeito e uma tentativa de amenizar a carência representativa engendrada e mantida pelo efeito traumático. Essa é a razão pela qual aquele que acolhe o testemunho

deve estar atento às mínimas manifestações afetivas, reconhecê-las e usá-las como um fio de Ariadne ao longo de todo o processo de testemunho.” (p. 5)

Voltamos do exílio. Chegamos o mais próximo do que se possa chamar de confiança essencial para uma refundação de territórios: a clínica como testemunha do testemunho. A clínica do testemunho como testemunha do testemunho será a possibilidade de um resgate de uma subjetividade destroçada ou do restabelecimento da narração do traumático pela voz do exilado. Aquele cujo retorno só será possibilitado pela transitória, porém fiel, transferência da atestação dos fatos em revelação de uma verdade. Trajetória cruel, porém única, onde o literal relato dos fatos, do real, assume uma dimensão imaginária e quiçá simbólica.

O testemunho ganha em cores, formas e dimensões. Saindo de um exílio bidimensional, onde o duplo vínculo reina ditatorialmente e a tortura eterniza a prisão, para uma ficcionalidade tridimensional, em que as fraturas, os silêncios e as representações ganham espaços testemunhais.

Pouco antes de a guerra chegar a Maresfield Gardens, ainda usufruindo da boa acolhida dos ingleses e de uma produtividade impressionante, Freud sofria com sintomas que identificava como culpa de sobrevivente. Peter Gay (1989) assim descreve:

“Tinha percebido uma verdadeira inibição ao responder à carta de seu irmão, pois ele e a família estavam muito bem, quase bem de mais. Embora Freud não mencionasse as irmãs que haviam ficado em Viena, evidentemente elas ocupavam seus pensamentos. E Freud estava sentindo as aflições do exílio. ‘Talvez o senhor tenha omitido o único ponto que o emigrante sente de forma tão particularmente dolorosa’, escreveu a um ex-analisando, o psicanalista suíço Raymond de Saussure, que lhe enviara congratulações pela sua fuga. ‘É – inevitável dizer – a perda da linguagem em que se vivera e pensara, e que nunca se poderá substituir por outra, apesar de todos os esforços de empatia.’ Freud estava tendo problemas até mesmo em renunciar à sua costureira ‘escrita gótica’. Era uma ironia: ‘Disse-se com tanta freqüência que não se é alemão. E, de fato, fica-se contente que não precise mais ser alemão.’” (p. 570)

Foi no exílio na Inglaterra que Freud morreu, em 23 de setembro de 1939. O mesmo exílio que lhe deu libertação tratou de lhe tirar o resto de esperança que nutria pela humanidade. Entretanto, se é verdade que ao final da vida ele se via ainda mais exilado em si mesmo, não é preciso muito para dizer que Freud foi muito mais além do próprio exílio. Sua obra é testemunha de seu testemunho. Sua clínica, a mais importante testemunha de sua obra.



Referências

- ABRAHAM, N. & TOROK, M. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995.
- BOTELLA, C. & BOTELLA, S. *Irrepresentável mais além da representação*. Porto Alegre: Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul: Criação Humana, 2002.
- FREUD, S. (1919) O estranho. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1981, v. XIX.
- _____. (1939) Moisés e o monoteísmo. *Op. cit.*, v, XVII.
- GAY P. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RICOEUR, P. O bom uso das feridas da memória. In: *Les résistances sur le Plateau Vivarais-Lignon*. Témoins, témoignages et lieux de mémoires. Les oubliés de l'histoire parlent. Paris: Roure, 1938-45. Disponível em: <www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes>. Acesso em: 20 abr 2014.
- SELIGMANN-SILVA, M. *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. Psicologia Clínica, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.
- WAINTRATER, R. *Sortir du génocide: témoignage et survivance*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2003.

7

AFINAL, O QUE FAZ UM PSICANALISTA NA CLÍNICA DO TESTEMUNHO?¹⁵

Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi

“Minha memória está se movendo como estilhaços do amado caleidoscópio que perdi, menino, em Vila Isabel.”

Aldir Blanc (Em busca da justiça)

Em tempos de Comissão da Verdade, vários de nós, revolvidos pelos afetos e imagens do terror daquela época, fomos convocados a falar, escrever, pesquisar e escutar – fazer algo com os porões de nossa memória, tal como o poeta Aldir Blanc.

Este texto é um testemunho de uma psicanalista que pensa a psicanálise como uma *praxis* em seu tempo e que escolheu a Clínica do Testemunho como caminho de construção de uma memória que nos pertence a todos.

Já são 50 anos do golpe no Brasil e 40 da sistematização da doutrina de Segurança Nacional, verdadeira “arquitetura de exceção” projetada pela ditadura civil-militar. O estado de exceção¹⁶ no Brasil “destruiu livros e documentos, invadiu *campi* universitários, proibiu leituras de obras e de autores considerados antifascistas, socialistas, comunistas entre outros. Censurou textos, livros, letras de músicas, peças de teatro, e criou a função de censor, em redações de jornais e em veículos de comunicação; legitimou a delação, a espionagem entre vizinhos, a escuta telefônica e criou um clima de suspeição, incômodo e de vigilância per-

¹⁵ Publicado originalmente na revista *Percurso*, ano XXVI, n. 52, pp. 103-112, 2014.

¹⁶ Estado de exceção é um conceito de Giorgio Agamben (apud Arantes, 2013): “um patamar de indeterminação entre a democracia e o absolutismo” (p. 123).

manente. Principalmente, instituiu a pena de morte por fuzilamento e o banimento do solo brasileiro. Não instituiu legalmente duas figuras trágicas que, se legalizadas, colocariam explicitamente o país na contramão das Convenções de Genebra: a autorização para a tortura e o desaparecimento forçado dos opositores capturados” (Arantes, 2013, p.129).

A lei como impostura, a pseudo legalidade, acarreta até hoje efeitos na sociedade brasileira.

Paralela, mas correlata à pseudolegalidade, a ditadura civil-militar organizou uma verdadeira máquina de demolição dos seus opositores: a ordem era eliminar os inimigos em todas as dimensões – assassinar, torturar, desumanizá-los, mantê-los apartados do corpo social para que o crime não deixasse vestígios.

A violência do crime sob a tutela do Estado se reitera por seu desmentido, apagando os registros e as provas de sua realidade, destruindo a memória não só nos sujeitos um a um, mas na sociedade como um todo, suprimindo os índices de confirmação que compõem nosso juízo de existência.

Nos últimos anos, nos escritos acadêmicos e mesmo em algumas publicações oficiais, já encontramos registros da estrutura dessa arquitetura, assim como de seus efeitos, as perdas e as sequelas provenientes dessa política de estado. Porém, somente nos últimos meses, em função das Comissões da Verdade¹⁷ e dos eventos ligados aos 50 anos do Golpe, o discurso social tem sido interrogado pelo cinema, pela literatura e até mesmo por reportagens jornalísticas na forma de testemunhos.

O testemunho, como trabalho de construção de memória, “ao confrontar a humanidade com sua parte maldita e chamar a atenção para a posição ética que consiste em transmitir o indizível se tornou, se assim posso dizer, a forma privilegiada de narrar uma experiência qualificada de intransmissível, justamente por aqueles que tentam transmiti-la” (Koltai, 2015, p.1). Tomado como conceito, desde a metade do século XX em função das catástrofes históricas desse período, o testemunho tem sido objeto de estudo tanto em seu aspecto jurídico como literário e histórico. Certamente todos estes aspectos se entrelaçam e são interdependentes.

Este texto busca fazer um recorte, um relato sobre a experiência da Clínica do Testemunho como uma prática de reparação subjetiva, que tem como eixo um trabalho com a construção de memória. Entre os que viveram diretamente a ditadura, seus filhos e netos há, pelo menos, três gerações, todas marcadas com diversas impressões por esses episódios. Impressões que impelem a buscar algum trabalho de restauração. A clínica tem nos mostrado que isso quer ganhar palavras.

¹⁷ Comissão Nacional da Verdade (CNV) é o nome de uma comissão brasileira que teve por objetivo investigar violações de direitos humanos, consideradas graves e ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil por agentes do Estado. Há também as comissões de âmbito estadual, municipal, de órgãos de classe e universitárias, que foram instituídas como desdobramento político da instituição da CNV.

São muitos os resquícios do medo, do silêncio e dos desaparecimentos. Restos impressos naqueles que viveram os tempos de cisões e omissão. Nas novas gerações, a invasão desses estilhaços manifesta-se na profusão de fenômenos que parecem invadir como dor, ferida sem palavras, lesão, desarranjo que sangra, ostentação de excesso, acompanhados de um aparente descaso com a história.

Até recentemente, as narrativas referentes a toda violência ficavam restritas a denúncias de alguns grupos de familiares de mortos ou desaparecidos ou a ex-presos políticos que conseguiam se manifestar em grupos dedicados à manutenção da memória¹⁸. Estes, num esforço reiterado, falam e reivindicam da sociedade e do Estado medidas para que não se esqueça. Uma atividade de rememoração sem descanso na apresentação da dor, que atesta os danos subjetivos, demonstração que por sua própria necessidade de recorrência dá testemunho da dimensão de estrago no laço social.

No discurso corrente, é como se nada tivesse acontecido ou como se o acontecido fosse pouco importante, consistisse em episódios esporádicos referentes a alguns grupos de subversivos e terroristas. Os órgãos de imprensa costumemente representam essa posição, com artigos e editoriais que consideram ressentimento ou vingança as iniciativas de recuperação da verdade dessa história. Até a cínica expressão “dita-branda” foi usada como se fosse uma verdade. Grande parte da população não sabe, não quer saber ou não acredita que tais atrocidades tenham sido cometidas em nome da segurança nacional. E isso se repete...

“Mais do que qualquer outro texto autobiográfico, o testemunho é uma apóstrofe, um endereçamento a um outro, que representa a comunidade humana da qual a testemunha foi isolada num determinado momento de sua existência pelo acontecimento do qual testemunha. Quando uma testemunha toma a palavra é para afirmar o irredutível de uma experiência, ao mesmo tempo em que é para reatar os fios de uma vida interrompida por essa experiência que a transformou radicalmente. Nesse sentido, podemos dizer que o testemunho se torna uma necessidade quando houve ruptura do laço social” (Waintrater, 2003).

A marca da violência se inscreve como um pacto que se arma no silêncio pelo terror que dissemina. A tortura faz calar! (Sironi, 2011). A sujeição ao silêncio não se restringe ao torturador e torturado, mas a toda a sociedade. O saber da tortura paira como um saber impedido de ser dito, a princípio por uma ameaça explícita, depois pelo desmentido no discurso social. Há uma dimensão insuportável no encontro com esse saber: o que foi vivido fica apartado do aparelho psíquico, recusado ou enquistado. Resta a dor como testemunho, efeito da comoção, da perda da trama de linguagem, perda dos enunciados que fazem referência e sustentam a existência.

¹⁸ Memorial da Resistência, Associação dos Ex-presos Políticos, Comissão de Justiça e Paz, Organização “Tortura Nunca Mais”, entre outras organizações da sociedade civil.

Sim, a tortura é um crime demasiadamente humano (Arantes, 2013), mas ela visa desconstruir justamente o trabalho de humanização que a cultura imprime em cada um, dizimando as redes de sustentação subjetiva. Como uma prática própria das relações de poder não submetidas às leis da civilidade, é uma tecnologia que pretende reduzir a pessoa humana de seu inimigo à morte ou a uma condição de vivente constringido ao limiar da vida biológica, a uma vida em que os sonhos e a realidade psíquica ficam devastados.

Há muito de indizível na inumanidade em que se encontram os que tem negada a sua condição de sujeito social. Na radicalidade da privação, da intensidade da dor, os viventes submetidos às piores atrocidades sofrem a ruptura da conexão entre o ser vivo e o ser que fala, restando ao sujeito psíquico a condição de suspensão. Na prática da tortura, a palavra é pervertida em sua função e reduzida à dimensão de insulto, por parte do torturador, e de “confissão” ou “delação”, por parte do torturado.

O trauma decorrente de tal violência separa a vida em duas partes: antes e depois. Só que aquele que respira depois não é o mesmo de antes. Um morreu, outro fica em seu lugar. Um outro que transita pelo mundo como que em estado de sonambulismo, como bem sugere o texto de Jorge Semprún (1995). Há que se criar uma nova vida! Aquele que adentrou a “sucursal do inferno”¹⁹ atravessa a experiência da morte! O sobrevivente é aquele que estaria destinado a morrer, mas não cumpriu esse imperativo por inteiro. É aquele que não se reconhece no que era antes do trauma e que teve que constituir outra vida.

AFASTA DE MIM ESSE CALE-SE!²⁰

A posição do analista na Clínica do Testemunho é a de suportar um encontro com os efeitos de devastação que a função da linguagem sofreu e a consequente impossibilidade do sujeito se situar em relação a essas terríveis experiências. A clínica parte do acolhimento das dores, dos afetos, dos signos, das palavras isoladas e acompanha as intenções e os movimentos que podem promover a passagem daquilo que aparece cravado na carne como um signo, a um saber mais subjetivado.

Maria, após dias de tortura, foi jogada numa solitária fria, sem nenhuma condição de higiene, dias e noites sem que a luz ou qualquer outro sinal fizesse referência à passagem do tempo, além de um prato de comida que era ali depositado. Para suportar, conversava com os filhos.

¹⁹ Nome dado pelos próprios torturadores à OBAN conforme relato no livro *Um homem torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar* (Leneide Duarte-Plon & Clarice Meireles, 2014).

²⁰ Cálice/Cale-se: homofonia do título de uma canção de Chico Buarque e Gilberto Gil, censurada em 1973.

João, nos intervalos das sessões de suplício, falava sem parar a noite toda. Mal podia dormir e não deixava dormir os que dividiam a cela com ele²¹. Falar e falar, mesmo que freneticamente, era a forma que ganhava a resistência à morte e à desumanização.

“AS PEDRAS GRITARÃO!”²²

“O horror não era o mal, não era a sua essência, pelo menos, era apenas a sua roupagem. Poderíamos passar horas depondo sobre o horror cotidiano sem tocar no essencial da experiência do campo” (Semprún, p. 92).

A Clínica do Testemunho encontra o mutismo ou a opacidade do horror, que faz surgir no espaço grupal e no aparelho psíquico do analista ressonâncias que fazem eco ao fenômeno da dor. Não é que não se fale. Fala-se bastante, mas a proximidade com o traumático é sentida pelo índice de dor. A dor como um afeto no entrelaçamento pulsional, fazendo-se limite, ora prestando-se à ação silenciosa da insistência da pulsão de morte, ora enlaçando-se à pulsão de vida, bordejando, contendo, protegendo. Como fenômeno de borda entre o corpo e o psiquismo, entre a linguagem e o mutismo, a dor aparece em sua função de defesa. Defesa da comoção, última barreira no encontro com a loucura e a morte.

Juan-David Nasio (1997), em *O livro da dor e do amor*, recorre a uma alegoria para pensar o lugar do analista quando as palavras estão em suspenso, quando estamos diante dos gritos dos nossos pacientes. Toma emprestada a experiência estética diante da tela “*Head IV*”, de Francis Bacon (1949) e as impressões que ela produz. Essa tela faz parte de uma longa série, um estudo muito atormentado e empenhado sobre o quadro “*Inocência X*” de Diego Velásquez, datado de 1650. Bacon insere um grito seco no lugar do sorriso intrigante retratado por Velásquez. Sua pintura chama a atenção pela precisão de expressão de um grito surdo, um grito de silêncio, um grito que absorve. Nasio relaciona a figura da absorção ou da aspiração desse grito com a ideia freudiana da melancolia, “como uma hemorragia interna provocada por uma aspiração violenta” (p. 155).

O horror é o que resta e ressoa como impacto naquele que contempla a obra. Assim como acontece com quem está no lugar de testemunha do testemunho, de escuta dos efeitos da violência e da barbaridade!

Na cura psicanalítica, no trabalho com a neurose de transferência, embalado pela malha do princípio do prazer e da associação livre, o analista está em posição de interrogar-se e até mesmo de interpretar. Na clínica com os efeitos do trauma, ou do que Freud chamaria de neurose traumática, o analista está diante

²¹ Vários relatos escritos e falados descrevem situações semelhantes. Os nomes são fictícios.

²² Rolland, 2011.

dos fenômenos de limite no humano, diante da dor do grito mudo. Há que se renunciar às interpretações, mas também ao ideal de historiador. Para escutar, às vezes temos que saber não ouvir a narrativa dos fatos, das atrocidades às quais ficou submetido aquele que fala agora.

Há que se fazer algo além. Antes de tudo, é preciso criar condições para o trabalho de figurabilidade daquilo que pode constituir uma referência subjetiva. É preciso ver, reconhecer e conter. É preciso ter escudo, espada, sandália alada, sacola mágica e capacete, ser invisível para abordar o monstro pela transversal. Há que se posicionar como aquele que olha a Górgona pelo reflexo espelhado do escudo.

Diante das situações-limite, no auge da dor e da angústia, cabe àquele que acolhe o testemunho emprestar seu aparelho psíquico, suportado pela malha de representações do grupo, como espaço intermediário, para visualizar ou até alucinar alguma fantasia na transferência. Alucinação que, como fenômeno da atividade imaginativa do analista, como efeito do testemunho, pode suscitar a criação de traços e imagens vívidas, traços e representações transmitidas no trabalho de “ensonhação”²³ no grupo. Trabalho de transmissão intrínseco ao funcionamento das representações, com suas condensações e deslocamentos. A cruza das dores ou as imagens lancinantes que invadem o sujeito podem encontrar imagens, sons, trabalho de composição de lembranças encobridoras, catalisadas pela configuração de um objeto compartilhado.

A função intermediária do grupo, da co-coordenação, da escuta da equipe de analistas²⁴, dá lugar a diversos registros, próprios do aparelho de memória. Nesse traçado, que vai do grito seco à visibilidade, à representação de um objeto, alguma coisa pode ficar de fora, criar intervalo e não dito, sem que se fique condenado ao mutismo.

Falamos de um trabalho de cultura, da criação de malhas discursivas, separando os sujeitos do lugar de presentificação do horror. O trabalho de tecer diferentes expressões diante de alguém que está arrebatado na petrificação significativa sem a mediação das figuras de linguagem.

Trata-se de uma luta e de um luto para que aquilo que é figurado faça barreira de contato, contorno e véu, podendo soar como uma nota musical, uma cor, um ritmo, um cheiro, um fonema. Disso se faz um resto.

²³ René Kaës (2001; 2004), apoiado na tese de Didier Anzieu, propõe pensar o trabalho em grupo como um espaço onírico, onde o inconsciente se inscreve em vários registros, em várias linguagens.

²⁴ A Clínica do Testemunho no Instituto *Projetos Terapêuticos* tem uma equipe composta por oito psicanalistas: Cristina M. E. Herrera, Issa Mercadante, M. Beatriz Vannuchi, Maria Marta Azzolini, Pedro Tavares Antunes, Rodrigo Blum, Moisés Rodrigues da Silva (coordenador) e Caterina Koltai como interlocutora teórico-clínica. A clínica se organiza com um grupo de atendimento, em torno do qual se articula o projeto clínico, acompanhado de intervenções de atendimentos familiares, individuais e mesmo medicamentosos. Trabalhamos em co-terapia nos grupos e famílias

Fernando, “obstinado monge das catacumbas, anotava em papel de seda, em letras microscópicas, o que via e vivia” (Frei Betto, 2009, p.12). Muitas vezes escrevia e destruía o que tinha escrito. Medida de segurança? Encontro com o insuportável? Muitos papéis e escritos foram guardados por anos. Com a ajuda de um amigo reencontra suas anotações e publicam um livro.

PARA A PSICANÁLISE, O SUJEITO É AQUELE QUE PODE ESQUECER.²⁵

O trabalho de recuperação da memória “faz com que não haja nada de mais pessoal, de mais íntimo e mais secreto do que a memória, mas que as memórias de uns e de outros, entre parentes, vizinhos, estrangeiros, refugiados – e também adversários e inimigos – estejam incrivelmente enredadas umas nas outras ao ponto de, às vezes, já não se distinguir nas nossas narrativas o que é de cada um: as feridas da memória são, simultaneamente, solitárias e partilhadas. Esse trabalho é um trabalho de luta e corre o perigo da repetição; essa forma de repisar as humilhações – mas também as ações heróicas – o que impede o verdadeiro trabalho da memória que não se limita à caça dos fatos” (Ricoeur, 1938-45, p. 2).

Mais uma vez, vale insistir que um dos elementos mais importantes na manutenção do efeito traumático da experiência da tortura, do banimento, do exílio e da clandestinidade é o desmentido do discurso social que confina a violência, o terror, a uma esfera de âmbito privado. Nesse sentido, o fora, o outro, não é confiável. Encontrá-lo é sempre o encontro com o estranhamente familiar. Fica-se desoladamente só ou se faz um pacto de recusa de sua própria experiência, como uma defesa, um simulacro de proteção. Rejeição que muitas vezes foi o único recurso para sair da sobrevivência e criar uma “outra vida”, mas que, por sua persistência, constitui-se na manutenção do mandato de morte!

Aliás, esse é um dos efeitos mais aterrorizadores dessa máquina de demolição: os sujeitos foram expostos a tal condição de dor, de frio intenso, de escuridão, de abandono, que sobrevivem a ruptura da aliança com seu próprio corpo, a erosão do *si-mesmo*. É certo que muitos puderam se re-compor, se re-fazer na convivência com companheiros no cárcere, como nos contam os que falam das relações de apoio entre eles e de suas atividades de artesanato, estudo e escrita. Porém, como bem disseram Marcelo & Maren Viñar (2009), “a barbárie totalitária compreendeu bem o saber psicanalítico e utilizou métodos muito bem elaborados que levam em conta esta verdade originária: a primazia da relação do homem com seu corpo” (p. 46) e a dependência desse laço com o outro.

²⁵ Garcia, 1988, p.42.

Como efeito de tal devastação, há uma perda brutal de confiança no mundo e no semelhante. Isso aparece no profundo isolamento, nos relatos, no modo como se fazem presentes, ou ainda na hesitação da busca de reparação, manifestações que atestam a desconfiança e a desolação do profundo abandono social a que foram relegados.

O analista ou terapeuta que se fizer presente em nome do bem ou do saber ou da ciência será rejeitado e reproduzirá a ruptura por se colocar como alvo da desconfiança ou mesmo do ódio. Aliás, não há saber que dê conta! Dispor-se ao encontro com os efeitos do pior consiste em deparar-se com seus efeitos no cerne da transferência, tanto com a equipe de atendimento, como com o próprio grupo, ou a clínica como um todo.

Muitas vezes, surgem nos relatos figuras de outros terapeutas que escutam seu sofrimento em busca de alguma patologia em sua narrativa. A sensibilidade à flor da pele para a desqualificação de seu testemunho se dá, justamente, porque em geral ninguém quer ouvir. Qualquer um que se coloque no lugar de saber é revestido de desconfiança.

Contudo, aquilo que constitui o testemunho mais trágico dessa experiência é a incorporação da loucura incutida pela língua do torturador, solapando e buscando destruir as possibilidades de restauração subjetiva e o acesso à vida viva. O efeito de ruptura promovido pelo terror não só pretende a demolição das representações com as quais o sujeito se identifica, o que intensifica o desamparo, mas busca introduzir, por meio do ódio, o carrasco na pessoa de sua vítima.

“Durante a noite sou acometido de alucinações auditivas. Vozes múltiplas me chamam pelo nome e impõem ordens. Todos os meus pensamentos e ideias parecem continuamente captados e gravados a distância. (...) são imagens díspares, fugazes, terríficas, traços necrófilos de perfis indefinidos; porém assustadores. E elas impedem que o sono me vença” (Frei Betto, 2009, p. 42).

“Como contornar a lógica da tendência se o sabotador, com toda a sua malícia, instalou-se dentro da cabeça, enfiou-se no interior do interior, sugando os esforços e comprometendo a objetividade do pensamento?” Como fazer fluir a memória se as grades estão nela ainda “duramente plantadas”, “grades que continuam imaginárias, a me comprimir o cérebro?” (Salinas Fortes, 1988, p. 100).

É importante grifar que não estou me referindo à loucura como efeito psicopatológico no torturado, pois isso seria patologizar a experiência subjetiva daquele que foi submetido ao terror, dar continuidade aos intentos da tortura. Ao contrário, falo dos efeitos do implante da patologia do torturador, que invade com a incrustação da culpa, da vergonha, e com a presentificação de seus insultos e vozes perfurantes, aos quais os corpos e almas foram submetidos.

Pedro²⁵, numa Conversa Clínica Pública²⁶, contava que no exílio, depois de ter sido sequestrado, preso, torturado e banido, buscou uma psicoterapia. Tomou coragem e começou a tentar buscar palavras para relatar o que se passou com ele. Seu testemunho teve como retorno uma pergunta: desde quando o senhor começou a delirar? Sua indignação fez com que abandonasse o tratamento e aderisse a um grupo de encontro entre exilados. Felizmente ele teve forças para rejeitar essa “interpretação” e não se submeter a mais esse desmentido. É claro que quem não passou pelo pior não desconfia da existência dessas dores, porque elas não se apagam. Mas o desmentido no outro pode causar muitos fenômenos de confusão, de desconfiança de si mesmo, reafirmando a língua do carrasco.

Tanto Rolland (2011), em seus escritos sobre Frei Tito, como Sironi (2011) e Marcelo & Maren Viñar (2009), já nos alertaram que o caminho para pensar os efeitos avassaladores da tortura deve passar pela pergunta sobre a língua do torturador, pelo que ele pretendia instalar no corpo e na alma do torturado. Apontaram de que forma a técnica que compõe a intensidade insuportável de dor física e privações físicas e afetivas com os insultos e ataques aos principais enunciados de identidade do militante, seus suportes narcísicos, busca levar suas vítimas à morte.

“Se não falar será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver jamais esquecerá o preço de sua valentia.” Assim falou o Capitão Albernaz para Frei Tito, segundo seu testemunho (Duarte-Plon & Meireles, 2014, p. 167).

A morte como uma assombração, uma injunção e a condição de absoluta impotência diante da ameaça muitas vezes retorna em eventos acidentais, doenças e episódios melancólicos. Isso se reapresenta também pela figura da ruptura, pela desarticulação do laço, pela repetição do que, no decorrer da vida de cada um, ficou como marca da impossibilidade de ligação com o outro.

O trabalho com os efeitos traumáticos da violência consiste na construção de memória, porque o trauma é precisamente aquilo que não se faz passado. Para Freud (1895), a consciência e a memória eram incompatíveis. O trauma como exceção é dissociação entre o passado e o presente: uma pedra no caminho, que insiste em machucar, gritar, em causar o horror. Requer um trabalho de fusão, de incorporação e transmissão em termos audíveis, a fim de permitir sua substituição.

A tarefa de sujeição do trauma ao aparelho de linguagem cabe a cada um e a todos, pois depende de que os testemunhos tenham alguma incidência nos es-

²⁶ Nome fictício.

²⁷ Conversa Clínica Pública é um dispositivo da Clínica do Testemunho do Instituto *Projetos Terapêuticos*. Nessas sessões, convidamos as pessoas presentes a falar a partir da exibição de algum filme, geralmente documentário, que trabalha com testemunhos. É um dispositivo de sensibilização e acolhimento do testemunho em público, trabalho de intervenção sobre aquilo que apontamos como desmentido do discurso social. Ou seja, chamamos de Conversa Clínica Pública algo que não é propriamente um evento público, mas um trabalho de clínica ampliada.

paços coletivos. O grupo, como um dispositivo de suporte desse trabalho, apresenta-se com um espaço transicional, lugar de jogar carretéis, forjar palavras que localizem o acontecimento traumático no mundo.

O encontro das palavras ou de outras formas plásticas de sublimação da dor pode acontecer por meio dos projetos de depoimentos nas Comissões da Verdade, pela militância política, através de escritos literários, estudos acadêmicos, reportagens jornalísticas, canto, pinturas, colagens, esculturas, cinema, projeto clínico etc. Toda essa parafernália destina-se a resgatar a dignidade da língua (Rolland, 2011, p. 3).

O campo de significantes é infinito. A propriedade de significação é que é finita, limitada. De qualquer modo, essa labuta e essa luta são trilhadas com a parceria da angústia, pois o percurso sublimatório margeia o delicado traçado da dor, tem proximidade com o inominável! A sublimação é um destino, mas não um refúgio!

Não há tutela possível no encontro com o maldito. Entretanto, isso não implica desconsiderar a função que ganham os efeitos dos testemunhos nas formações da cultura, nos rituais de justiça, para aguentar, suportar os restos de assombração da morte, do definhamento, da aniquilação, da destruição e do desaparecimento.



Referências

- ARANTES, M. A. A. C. *Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- BLANC, A. (2012). *Em busca da justiça*. Disponível em: <<http://www.oabrij.org.br/artigo/3130-em-busca-de-justica--aldir-blanc>>. Acesso em: 03 mar 2014.
- BRAUNSTEIN, N. *Sobrevivendo ao trauma*. 2006. Disponível em: <http://nestorbraunstein.com/escritos/index.php?blog=2&title=sobrevivendo_ao_trauma&more=1&c=1&t=1&pb=1>. Acesso em 04 ago 2015.
- DUARTE-PLON, L. D. & MEIRELES, C. *Um homem torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FREUD, S. (1895) Projeto para uma psicologia científica. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976; v. I.

- FREI BETTO. *Diário de Fernando*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- GARCIA, C. História e psicanálise. In: *Percurso na história da psicanálise*, Rio de Janeiro: Taurus, 1988.
- KAÉS, R. Introdução ao conceito de transmissão psíquica no pensamento de Freud. In: *Transmissão da vida psíquica entre as gerações*. Casa do Psicólogo: São Paulo, 2001.
- _____. *A polifonia do sonho: a experiência onírica comum e compartilhada*. São Paulo: Ideias e Letras, 2004.
- KOLTAI, C. *Entre psicanálise e história: o testemunho*. Conferência (inédito). São Paulo: Projetos Terapêuticos, 2015.
- NASIO, J.-D. *O livro da dor e do amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- RICOEUR, P. O bom uso das feridas da memória. In: *Les résistances sur le Plateau Vivarais-Lignon. Témoins, témoignages et lieux de mémoires. Les oubliés de l'histoire parlent*. Paris: Roure, 1938-45. Disponível em: <www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes>. Acesso em: 20 abr 2014.
- ROLLAND, J. C. *Soigner, témoigner*. Conferência. V Colóquio da Associação Primo Levi "Linguagem e Violência: os efeitos dos discursos sobre a subjetividade de uma época", junho de 2011. Disponível em: <<http://agemt.org/?p=827>> Acesso em: 20 mar 2013 a 16 out 2015.
- SALINAS-FORTES, L. R. *Retrato calado*. São Paulo, Marco Zero, 1988.
- SEMPRÚN, J. *A escrita ou a vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SIRONI, F. *Carrascos e vítimas*. Psicologia da tortura. São Paulo: Terceira Margem, 2011.
- VIÑAR, M. & VIÑAR, M. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 2009.
- WAINTRATER, R. *Sortir du génocide: témoignage et survivance*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2003.

8

ENREDOS NA TRANSMISSÃO: A CONSTRUÇÃO DO TESTEMUNHO ENTRE AS GERAÇÕES NA CLÍNICA DO TESTEMUNHO?

Cristina Herrera

“(...) há pesares que não sucumbem a argumentos, há dores que não se exageram. Há histórias que não se inventam à mesa, entre goles e garfadas, entre papos quaisquer, histórias que recusam a proximidade com a leveza, que não se prestam à ruminância corriqueira, às frases diárias. Há casos que não habitam a superfície da memória e que, no entanto, não se deixam esquecer, não se deixam recalcar. (...) às vezes no espaço de uma dor cabe apenas o silêncio. Não um silêncio feito da ausência das palavras: um silêncio que é a própria ausência.”

Julián Fuks (O irmão impossível)²⁸

Um filho de militantes políticos foi atendido na clínica. Nasceu anos depois da prisão e tortura dos pais. Pais que foram detidos junto com seu irmão ainda criança que, separado deles, permaneceu alguns dias preso antes de ser entregue à família.

Este filho, já homem, pergunta-se por seu lugar no enredo desta história familiar. Ele está dentro ou fora? Livre desta história poderia fazer parte desta família? Como estaria dentro sem estar preso? E fora, como fazer enredo sem ter estado enredado? Ele nasceu depois da dor e da humilhação sofridas por estes pais, impotentes e desesperados frente ao desamparo de um filho. Uma história presente, congelada no tempo, que até hoje assombra a vida familiar.

²⁸ O escritor Julián Fuks é filho de exilados políticos argentinos que vivem no Brasil; o romance *A resistência*, ganhador do Prêmio Icatu de Artes, faz alusão a marcas do trauma da ditadura militar.

Na produção de um sonho, este paciente se encontra enredado em uma cena de horror com seus filhos, na qual ele os chama por seus nomes gritando – um grito seco, desesperado, doído, doído. A partir daí se inicia uma pergunta sobre o seu lugar na história familiar. Já não mais a pergunta sobre se faz parte desta história de horror que marcou para sempre a vida da família; agora se trata dos enredos da transmissão. De pais para filhos. De filhos para netos.

De que forma os efeitos do terror de estado se transmitem entre as gerações? Do enredado ao enredo se constroem as transmissões, fazendo laço com o outro / Outro da filiação.

A construção de um enredo entre as gerações, ainda enredadas na herança de um grito de horror – enredo significado a partir de um sonho que inicia a possibilidade de um contexto/texto que possa ter um efeito de transmissão. Um grito que pode ser escutado, chorado e dito, incluído na história / História das gerações.

O TERROR DE ESTADO E SEUS EFEITOS.

Até os dias de hoje guardamos, através das gerações, as marcas dos efeitos devastadores decorrentes da violência traumática exercida pelo poder das ditaduras latino-americanas que, entre as décadas de 60 e 80, amparadas pelo discurso da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)²⁹, instituíram como política de atuação o terrorismo de estado. O Estado – instância que deveria garantir uma relação com a sociedade intermediada e pautada pela lei – instaurou uma política de terror e impunidade que teve como consequência a quebra da sua função como regulador dos laços sociais, devastando com seus efeitos a matriz das identificações e a confiança no pacto social.

Poder de Estado que se sustentou na impostura da lei que governou sob a vigência de um Estado de Exceção permanente, isto é, que ignorou o próprio conceito estabelecido juridicamente para fazer referência à lei que, em determinadas circunstâncias sociais excepcionais, funciona sob forma de sua suspensão. Um Estado que arquitetou um sistemático e planejado exercício do poder político e econômico através da violência e da impunidade, e que teve como objetivo eli-

²⁹ "Durante este período, que se caracterizou pela ausência de democracia, o poder era exercido através de Atos Institucionais, havendo censura, repressão e perseguição política. No Brasil criou-se a Escola Superior de Guerra, marcada pela Doutrina de Segurança Nacional, que se transformou em lei em 1968, a partir da publicação do decreto 314/68. No Brasil, o presidente Costa e Silva (1967/1969) criou o Serviço Nacional de Informação (SNI) que, com o objetivo de garantir a segurança do poder do Estado, se propôs a matar, torturar ou fazer desaparecer qualquer cidadão que ameaçasse a ordem estabelecida" (Comparato, 2014, p. 1.)

minar qualquer ação ou dissidência que questionasse ou colocasse em perigo o regime totalitário e antidemocrático.³⁰

Os Centros de Detenção e Tortura que operaram nas ditaduras latino-americanas foram espaços de intervenção e controle do Estado totalitário que, sob o regime de exceção, estenderam seu poder sobre a vida e a morte de todo o corpo social. Um poder institucional inquestionável, implacável, com uma lógica de operar aleatória e sujeita a uma total arbitrariedade, sustentada por uma estrutura institucional que coordenou a implementação de uma política de desorientação e terror. Segundo Giorgio Agamben (2012) trata-se de uma forma de exercício de poder a partir da qual os conceitos de direito subjetivo e proteção jurídica deixaram de fazer sentido.

O que se faz com este terror que assombra? É possível deixar de repetir o trauma? Como se aproximar das experiências de horror que às vezes só são conhecidas pelas marcas deixadas nos pais e que atravessam as gerações? Marcas recusadas, *encriptadas*, mudas, como corpos que caem pelo peso do silêncio.³¹ E quanto a uma subjetividade ainda não instalada, com um psiquismo em formação – como o dos filhos dessa geração de militantes que viveram junto aos pais, o dos que foram separados deles ou que nasceram após estas circunstâncias –, que incidências têm este tipo de traumático, que abala as estruturas do discurso social?

Quais os efeitos daquilo que pode ser chamado de *catástrofe / traumático social* na transmissão entre gerações quando lá, onde a brutalidade perversa quebrou os laços com a linguagem, com as referências, houve fissuras, vácuos de sentido, que abalaram a confiança naquilo que nos precede e estrutura – os valores, os interditos, o tecido social que sustenta a possibilidade de filiação ou de pertencimento a uma cultura?

A filiação simbólica sustenta-se pela transmissão de um nome, uma história e uma língua (Rousseau, 2005) que estruturam o nosso lugar de pertencimen-

³⁰ Agamben (2012) sustenta que a vigência do Estado de Exceção na condução da política contemporânea implicaria necessariamente a redução do ser político, expresso no vocábulo grego *bios*, em um ser desprovido de qualquer atributo ou potência política, um *homo sacer* – figura jurídica do direito romano arcaico que designa aquele que pode ter cometido um determinado delito ou até é suspeito de poder cometê-lo e que, nestas circunstâncias, pode ser morto impunemente sem precisar sequer ser submetido a um ritual de sacrifício. “O campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se regra” diz Agamben referindo-se aos campos de concentração nazista. ‘

³¹ De acordo com Susana Kaufman (2014) “*histórias clínicas e aportes teóricos da psicanálise como os de transposição traumática ou de telescopagem geracional de Haydée Faimberg (1996) e Jean Kestenberg (1993), ajudaram a formalizar a compreensão de patologias cujas origens tiveram a ver com violências padecidas pelos antecessores, vítimas de genocídios da segunda guerra mundial e cujos efeitos evidenciam-se nas gerações seguintes. São experiências de transmissão entre as gerações, mudas de sentido de um lado, mas reveladoras da sua presença, pelo impacto que provocam do outro lado*” (tradução da autora).

No caso da transmissão dos efeitos da violência traumática do terrorismo de estado entre as gerações, ver a formulação da diferença entre os conceitos de *incorporação* e *introjeção*, e do conceito de *cripta* em Abraham & Torok (1995).

to social, a partir do qual metabolizamos a herança dos enunciados e marcas que nos constituem, para fazê-los próprios. O tema da transmissão em Freud está presente na obra desde seus inícios e o avanço de suas proposições foi fundamental para a formulação do conceito de sujeito da pulsão, do inconsciente e da herança (Kaës, 2011). Um sujeito tributário das condições simbólicas que o precedem e subordinado às leis da linguagem que o introduzem na ordem das relações humanas, mesmo antes de nascer e de falar.

TESTEMUNHOS DO TRAUMA ENTRE AS GERAÇÕES: O FILME 15 FILHOS.

“Oficial do Exército: Qual é sua profissão

Advogado: Advogado.

Oficial do Exército: Conhece a Declaração Universal dos Direitos do Homem?

Advogado: Conheço Capitão.

Oficial do Exército: Então a esqueça enquanto estiver aqui.”

É assim que começa o filme *15 filhos* das diretoras Marta Nehring e Maria de Oliveira (28', 1997), filhas de militantes políticos brasileiros³². Uma voz que contextualiza o espaço do terror, da violência social e da impunidade, tornando-nos testemunhas dos efeitos psíquicos e sociais da impostura da lei, que caracterizou a brutalidade perversa das ditaduras latino-americanas. O silenciamento social no Brasil atravessou a vida de três gerações até dar voz aos filhos, pelo menos vinte e cinco anos depois, quando estes já tinham ao redor de trinta anos de idade.

Introduzido pelo diálogo entre um oficial do exército e um advogado, com a música *Aos nossos filhos*³³ de fundo, o documentário é um comovente depoimento de lembranças de infância. Um legado dos sonhos e pesadelos de uma

³² Arantes (2008) relata como se iniciou este projeto: “Marta Nehring conta que o documentário foi realizado em 1996, para um seminário da UNICAMP intitulado “A revolução possível”, com a finalidade de discutir a repressão política, o esquecimento e as possibilidades de reparação. A proposta das diretoras, Marta e Maria, era colher lembranças dos filhos de militantes políticos. Lembranças de sua infância, dos pais, do tempo de escola. Não a opinião de cada um sobre o que ocorreu, mas, tão somente, a lembrança.”

³³ *Aos nossos filhos* (Ivan Lins & Vítor Martins) gravado por Elis Regina no disco Saudade do Brasil (1980): “Perdoem a cara amarrada / Perdoem a falta de abraço / Perdoem a falta de espaço / Os dias eram assim... / Perdoem por tantos perigos / Perdoem a falta de abrigo / Perdoem a falta de amigos / Os dias eram assim... / Perdoem a falta de folhas / Perdoem a falta de ar / Perdoem a falta de escolha / Os dias eram assim... / E quando passarem a limpo / E quando cortarem os laços / E quando soltarem os cintos / Façam a festa por mim... / E quando lavarem a mágoa / E quando lavarem a alma / E quando lavarem a água / Lavem os olhos por mim... / Quando brotarem as flores / Quando crescerem as matas / Quando colherem os frutos / Digam o gosto pra mim... / Digam o gosto pra mim...”

época que testemunha tanto o impacto que teve o terrorismo de estado na vida dos filhos de militantes políticos, como os efeitos do desmentido da experiência traumática no meio social. Vidas marcadas pela dor, pelo desamparo, pelo medo, pela vergonha, pela culpa, pela palavra interrompida pelo engasgo, pelo horror da violência física e psíquica sem nenhum anteparo, pela incredulidade do exercício do mal sem narrativa, sem palavras possíveis. Vidas marcadas pelos silêncios que falam, pelo silêncio envergonhado, pelos sussurros assustados, pelas penumbras do horror das histórias mal contadas.

Que tempo era aquele? Como encontrar uma linguagem que possa falar das histórias vividas pelo olhar de uma criança?

Marta Nehring e Maria de Medeiros encontraram uma maneira própria, uma maneira coletiva de juntar retalhos para a construção de um testemunho, no depoimento de Marta em *Infância roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil* (p.45) “retalhos para constituir um corpo de depoimentos, capaz de reproduzir uma experiência comum compartilhada”³⁴. Também para construir em conjunto imagens borradas, imagens que, de tão nítidas, não puderam se tornar lembranças e permaneceram na memória de cada um como marcas viscerais, apenas horror. Um filme que testemunha coletivamente as experiências traumáticas destes jovens que, na época da filmagem, tinham idade próxima dos trinta anos. Filhos de pais que durante a ditadura brasileira viveram na clandestinidade, no exílio ou que foram sequestrados, torturados ou mortos nas prisões. Filhos que acompanharam o sofrimento e a dor destes pais, que viveram muitas vezes a angústia do desamparo e a impossibilidade de processar o improcessável. Filhos que entre pares tecem narrativas impactantes sobre as experiências de desumanização que sofreram junto aos pais. Experiências que situadas nos limites da linguagem se tornam incompreensíveis e, por vezes, até inenarráveis.

“Nem o nome deles eu sabia. Chamava de pai, mãe, tio, assim...” referindo-se aos membros da família, ao pai, ao tio. “Demorei anos para descobrir que não sabia o nome deles e quando soube achei um absurdo!” *15 Filhos*. Uma filha que aprendeu a vida sem saber que não sabia nem os nomes das pessoas da família mais próximas.

A clandestinidade durante as ditaduras foi uma experiência desorganizadora e profundamente marcante, do ponto de vista dos efeitos que produz na transmissão, ou nas suas fissuras, na história entre as gerações. Vidas que foram atravessadas pelo silêncio, pela desconfiança e pelo medo, quando o terror de estado abalou a confiança no laço social provocando um trauma que afetou toda a comunidade.

³⁴ COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2014.

Na clandestinidade, a necessidade de se desfazer de qualquer objeto que compromettesse a segurança levou à destruição de fotos, cartas ou qualquer lembrança que deixasse rastros das histórias de vida familiar dos militantes – até atos mais radicais, como a mudança dos nomes –, o que introduziu na existência das famílias uma dissociação na sua relação com a experiência dos sentidos e dos afetos.

Escreve Arantes (2008): “Os militantes que ficaram no Brasil durante a vigência da ditadura militar se tornaram quase todos clandestinos políticos, única possibilidade para os que permaneceram no país e que continuaram a luta de resistência. Abandonaram sua casa paterna, seus nomes de família, seu emprego e profissão, seus documentos de identidade e se tornaram anônimos, sem sobrenome, sem o que dizer para os filhos, sem lhes contar o que realmente faziam. Homens reservados, mulheres taciturnas, relações entrecortadas no convívio familiar.”

Também em seu depoimento para Infância roubada, Marta Nerhing fala sobre os efeitos da clandestinidade na sua vida: “Havia aquele clima opressivo de ditadura, que é tão difícil de explicar para quem não viveu. Esse ‘não poder dizer quem se é’ fica terrivelmente entranhado na gente. (...) as obrigações dessa quase clandestinidade não era uma imposição. Era uma questão de sobrevivência (p. 45).

Entre não poder “saber quem se é” e não poder “dizer quem se é”, transcorreram as histórias na clandestinidade entre pais e filhos. Os militantes que ficaram clandestinos, assim como seus filhos e netos, continuam até hoje marcados pelos efeitos desta experiência, agora cicatrizes do silêncio, do sofrimento, da desconfiança, da convivência com aquela parte da vida que ficou mais ou menos cindida, mais ou menos recusada pelo discurso social, mas não sem marcas – marcas profundas na sociedade brasileira atual.

Voltando aos relatos do filme *15 Filhos*:

“Fui torturada ou não?”, pergunta a filha. A mãe sempre teve essa preocupação, desde que foi presa na OBAM junto com ela, na época com um ano e meio de idade. A mãe sofreu ameaças de que iriam torturar a filha se ela não falasse... uma mãe que foi impossibilitada de proteger sua filha e que permaneceu sempre atenta às consequências dessa impossibilidade. Uma relação entre mãe e filha que ficou marcada por um buraco de horror.

“Tenho uma memória incrível sobre o homem que matou o meu pai. – Será que isso aconteceu?”, uma irmã fala para a outra sobre a cena do assassinato brutal do pai, executado na frente das filhas. Duas irmãs que, após mais de vinte anos testemunham a cena do assassinato do pai de uma forma quase alucinatória, que assombra suas vidas até hoje como cena presente, memória incrível, inacreditável. Ao mesmo tempo, em algum lugar, mesmo sob o impacto da cena ainda presente, uma delas duvida e pergunta à irmã, e ao próprio espectador, testemunho do documentário: Será que aconteceu? Ou será que imaginei isso tudo que aconteceu? O estabelecimento do terror e a abolição da ordem simbó-

lica substituíram o processo de sentir e pensar pela incerteza sobre a realidade da experiência, diz Kaës (2011).”

“Não conheci meu pai” diz uma filha. “É difícil aceitar a morte. Mais do que a materialidade da morte, para mim é a materialidade da vida. É enlouquecedor tentar por um lado imaginar como meu pai era, e por outro aceitar que isso que você imaginou morreu...” Houve uma impossibilidade de realizar essa morte ocorrida há mais de vinte e cinco anos, de sair do registro da pura imaginação, entre a vida e a morte, sem temporalidade possível, porque foi uma morte sem rastros, sem corpo, sem palavras e sem rituais que apoiassem o luto na inscrição política e social dos desaparecimentos, na História com maiúscula, e na história de uma vida.

“Tentei reconstituir um pai, um jeito de me entender” diz a filha de um pai desaparecido.”

“Tenho dificuldade em aceitar a morte. Todo mundo procurou muito e foi uma frustração muito grande não encontrarem o corpo” diz outra filha, também referindo-se ao desaparecimento do pai.

Fragments do inimaginável, que perambulam se tornando traços da memória que estão sempre presentes, não sendo possível esquecê-los. Fragmentos de uma experiência traumática que para ser reconhecida na sua dor, precisará ser integrada em uma rede narrativa que a legitime no discurso / campo social. Efeitos do desmentido social e da violência traumática sobre a história pública e política do país, que continua até hoje afetando profundamente a vida social e familiar dos seus membros. Traumas que permaneceram como impressões, como marcas que incidiram sobre a inscrição da própria legalidade constitutiva do psiquismo.

Para Davoine & Gaudilliere (2011) “...a gênese do sujeito da palavra é uma questão de vida ou morte (...). A explosão, sem metáfora, das garantias da palavra e a desconstrução de todas as referências deixam o sujeito, que se vê confrontado com elas, em um estado de estranhamento e de solidão absoluta em relação aos laços que até então eram lhe familiares. Essa estranheza no mundo se transmite a tal o qual descendente que tentará, por um golpe de loucura, fazer ouvir e mostrar o estrépito e os gritos que permaneceram em uma memória que não esquece” (p. 38).

Como nomear, como narrar, como inscrever, como transmitir de pais para filhos a dor da catástrofe do desaparecimento forçado e do assassinato de militantes que lutavam contra o terrorismo de estado? Um acontecimento que se tornou permanente, sem temporalidade, e que impactou sobre a narrativa dos sentidos e sobre a identidade de mais de uma geração. Como reconstruir, reparar, restaurar a história? Qual é a palavra para cada um? Como enterrar os mortos sem a presença dos corpos, ou dos vestígios materiais e imateriais que acompanham a memória de uma vida – as fotos, os objetos, as lembranças, as palavras, as imagens? Como prosseguir sem a possibilidade de fazer rituais de elaboração de um luto por falta de narrativas familiares e sociais para concluir uma história?

O desaparecimento dos corpos favoreceu deliberadamente a impunidade dos responsáveis, que agiram com a finalidade de intimidar e aterrorizar a comunidade e o coletivo social ao qual pertenciam: por parte das ditaduras latino-americanas, foi uma tentativa de sumir com os rastros da memória coletiva e individual de uma história que perpassa gerações. O terror de estado instalou socialmente um significante, o “detido desaparecido”, que suspendeu a realidade do tempo e deixou a materialidade dos corpos entre a vida e a morte e, ao redor deles, o medo, a vergonha e a culpa.

Quando na vida social se quebram os laços simbólicos que a sustentam como efeito de uma violência sem limites, quando já não há mais instâncias de lei às quais recorrer frente à impunidade do poder do estado, os espaços de socialização se desarticulam, as referências que estruturam as filiações se afrouxam, e o processo de transmissão entre as gerações estará atravessado por fraturas narrativas ou buracos de sentido, produtos de lutos não resolvidos e histórias silenciadas.

Arantes (2008) referindo-se ao filme *15 filhos*, escreve sobre o peso do silêncio familiar, silêncio em relação àquilo que só podia ser negado, àquilo que não tinha palavras para ser nomeado: o desaparecimento e morte dos pais: “Os filhos sentiram, mais que muitos, o peso de um segredo que, se escutado não podia ser repetido. Sentiram o que de tão familiar lhes era ao mesmo tempo estranho e o que, de tão secreto, era profundamente assustador. (...) Estabeleceram, na alvorada de suas vidas, ao tempo ainda incipiente de constituição de seu equipamento psíquico, uma defesa maciça, a única então possível: organizaram uma negação da dor e seus corpos adoeceram febrilmente, ao duvidar de uma quase certeza: a morte do pai” (p. 75).

As experiências de desumanização não podem ser reduzidas aos elementos da realidade que as constituem. Por isso, mesmo quando se trata de testemunhar algo do indizível, impensável ou inimaginável, não se trata apenas dos limites do testemunhar em função de uma falta de palavras para comunicar, mas da distância existencial entre o que é vivenciado e o que é possível processar, quando no corpo social se instala o desmentido da experiência traumática.

Como se processa e o que se transmite desta experiência, quando o que está em questão é não poder mais retomar os rastros, os vestígios do inconsciente que foi recalçado? Quando já não se trata de trabalhar no registro da interpretação de sentido, do retorno do recalçado – lá onde o sentido foi recusado no discurso social porque se borraram as fronteiras entre os vivos e os mortos –, mas de encontrar maneiras de testemunhar ao redor do mal absoluto, que se opõe à fraternidade? Como disse André Malraux, citado por Arendt (1968), “busco essa região essencial da alma em que o *mal absoluto se opõe à fraternidade*.”

DISPOSITIVOS TESTEMUNHAIS: CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO

O efeito do traumático produzido pela quebra das referências simbólicas nas catástrofes sociais incide no psiquismo mais além do fantasma, mais além do terror sexual traumático que se desenvolve na trama do desejo edipiano, que nos remete à problemática das identificações na constituição do sujeito, no território da intimidade. Para Marcelo & Maren Viñar (2009), o traumático, como efeito das catástrofes sociais, “é o social que sofre antes que o indivíduo” (p.104 e 106). Quando o Estado deixa de operar na função de regulador dos laços sociais, há uma quebra na articulação entre narcisismo e laço social que produz no sujeito um abalo na sua relação com as insígnias de pertencimento à comunidade de linguagem.³⁵

Segundo Seligmann-Silva (2008) – que retoma a questão dos limites do saber e do discurso quando se trata de refletir sobre as experiências de sujeitos traumatizados no âmbito das catástrofes históricas – a literatura testemunhal³⁶ é fundamental para esta reflexão por ser considerada uma prática discursiva da contemporaneidade que, como tal, “tem o desafio de resgatar os sobreviventes das catástrofes sociais do sítio da outridade, de estabelecer uma ponte de comunicação com os ‘outros’, os demais companheiros de humanidade. Um trabalho de reconexão com o mundo” (p. 65).

No ato de testemunhar há a transmissão de uma experiência vivenciada nos limites do discurso social. Neste contexto, testemunhar é um ato de sobrevivência psíquica e, ao mesmo tempo, um ato que tem um compromisso de transmissão da experiência no espaço social ou coletivo, face à precariedade de recursos simbólicos disponíveis na cultura para situar e dar sentido aos acontecimentos catastróficos que marcaram de maneira radical a vida de pelo menos três gerações de seres humanos.

Os testemunhos, orais ou escritos, de Jorge Semprún, Primo Levi e tantos outros pensadores que, a partir do século XX, refletiram sobre os efeitos devastadores do traumatismo decorrente das catástrofes sociais – como psicanalistas, historiadores, filósofos, juristas ou antropólogos – não deixam de ter uma im-

³⁵ O reconhecimento da responsabilidade do estado frente à tortura, ao assassinato e ao desaparecimento de cidadãos que lutavam pelas liberdades democráticas e a justiça social na época da ditadura, é um primeiro passo para a abertura no processo de transição democrática. É também um marco jurídico que tem efeitos simbólicos importantes para a recuperação de um espaço coletivo de reconstrução da memória e da palavra que ficaram caladas ou foram renegadas pela instalação de um silêncio social, que perdurou por décadas, como efeito de uma política de estado que sustentou seu poder através da institucionalização do terror e da impunidade.

³⁶ Seligmann-Silva refere-se à literatura testemunhal como uma narrativa que surgiu no século XX, a partir do relato dos sobreviventes das catástrofes históricas europeias: o genocídio armênio de 1915; os Gulags, Campos de Trabalho que abrigavam inimigos do Estado, após a Revolução de 1917 na ex-URSS; e nas duas grandes guerras mundiais de 1914-17 e 1939-45.

portantíssima função simbólica para a construção e transmissão da memória social, quando as referências que fundam o laço social foram pervertidas e, nas palavras de Waintrater (2003), quando “o próprio sentimento de pertencimento à espécie humana foi atingido” (p. 33).

Ela retoma a temática do testemunho, no ponto em que se trata de recuperar a função de sustentação simbólica de um outro / Outro, como testemunho, quando há situações de catástrofes sociais: “Mais do que qualquer outro texto autobiográfico, o testemunho é uma apóstrofe, um endereçamento a um outro que representa a comunidade humana da qual a testemunha foi isolada num determinado momento de sua existência, pelo acontecimento do qual testemunha. Quando uma testemunha toma a palavra é para afirmar o irredutível de uma experiência, ao mesmo tempo em que é para reatar os fios de uma vida interrompida por essa experiência que a transformou radicalmente. Nesse sentido podemos dizer que o testemunho se torna uma necessidade quando houve ruptura do laço social” (p. 72).³⁷

Testemunhar, ainda segundo Seligmann-Silva (2008), é contar aos outros e contar com os outros; e poderíamos dizer, também, se contar entre os outros. Testemunhar é contar sobre o trauma instaurado socialmente, sobre a ruptura do laço, sobre a quebra de narrativas entre as gerações, sobre a irrealidade que leva a língua até o não sentido ou até o seu limite.

Podemos dizer que nos traumatismos sociais o ato de testemunhar de um sujeito é uma maneira de construir uma suplência, um empréstimo de sentido no laço com o Outro/outro da Cultura – aqui pensado como o público, o coletivo ou o político institucional – que possibilita contextualizar a experiência singular a partir de um lugar terceiro que restitui sua temporalização no espaço da memória social e histórica entre as gerações. Como na construção freudiana³⁸, no traumático social também se trata da construção da verdade do testemunho para poder dar textura ao vivenciado, evocá-lo fazendo borda ao real. Fazer suplência àquilo que, como vivência individual e familiar, é intransponível se não for enunciado e legitimado socialmente, na medida em que ficou fora do circuito da significação. Criar contexto para o texto.

Para Miguelez (2014): “A construção se faz não sobre o que aconteceu e não se tem lembranças, mas sobre algo que faltou entre o acontecido e a lembrança,

³⁷ Tradução da autora.

³⁸ Freud (1937): “O caminho que começa com a construção do analista deveria finalizar com as lembranças do paciente, mas nem sempre vai tão longe. (...) No lugar disso, se a análise e conduzida corretamente, produzimos nele uma firme convicção da verdade da construção que obtém o mesmo resultado terapêutico que uma lembrança evocada” (pp. 3371). “Os delírios dos pacientes se apresentam como os equivalentes das construções que edificamos no decorrer de um processo psicanalítico: tentativas de explicação e cura (...) Assim como nossa construção só é eficaz porque recebe um fragmento de experiência perdida, os delírios devem seu poder de convicção ao elemento de verdade histórica que introduzem no lugar da realidade recusada” (pp. 3372-3373).

como registro psíquico. (...) um elemento de verdade que não pode ser processado no discurso. (...) um tipo de vivência que estaria fora, recusada da relatividade que lhe dada pela referência ao outro / Outro do discurso. Vivências que remetem ao ouvido, ao visto, ao sentido que não é lembrado porque se inscreve no registro das imagens ou das sensações” (pp. 49-51).³⁹

Além dos trabalhos propriamente clínicos – como podem ser os das Clínicas do Testemunho e de todos os outros ligados às ações reparatórias do estado de direito – os trabalhos de produção cinematográfica (documentais ou ficcionais), ou as produções artísticas e literárias de uma maneira geral, têm se mostrado ferramentas de linguagem importantíssimas para a construção de uma prática testemunhal reparatória. Prática que, tecida no trabalho de escritura e ficção, produz no âmbito coletivo dos espaços jurídico-político-culturais, a possibilidade de transmissão da história / História entre as gerações, na sociedade latino-americana após as ditaduras.

A TEXTURA DO TESTEMUNHO: EFEITOS DA TRANSMISSÃO INTER GERACIONAL

“Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.”

José Saramago (Ensaio sobre a cegueira, epígrafe)

Repare bem (95', 2013)⁴⁰ de Maria Medeiros é um documentário sobre a história de três gerações de mulheres, profundamente atingidas nas suas vidas pela violência do terrorismo de estado no Brasil dos anos 70, e pelo desenraizamento de sucessivos exílios⁴¹. Uma narrativa que, introduzida por cenas da visita de Hitler à Itália do Mussolini, em 1938, situa a saga da família Crispin no contexto da Segunda Grande Guerra, desde a geração dos pais de Denise, avós de Eduarda Ditto Crispin Leite. Uma narrativa que testemunha tanto a dor, a fragilidade e a vulnerabilidade humanas quanto a força e a confiança nas possibilidades de um ato reparatório que resista ao horror e à violência. Um testemunho de construção de uma linguagem que restaure o sentido de uma história entre as gerações

³⁹ Tradução da autora.

⁴⁰ O filme *Repare bem*, de Maria de Medeiros, foi realizado pelo Instituto Via BR, financiado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Brasil. Faz parte do projeto “Marcas da Memória” da Comissão de Anistia que tem parceria com a Cinemateca Brasileira, e participa dos processos de reparação das famílias das vítimas da ditadura.

⁴¹ Durante a ditadura militar no Brasil, Denise Crispin, filha de pais militantes, envolve-se com o guerrilheiro Eduardo Leite, conhecido como Bacuri. A relação dá origem a uma gravidez, no mesmo período em que o regime começa a perseguir a família de Denise. Em pouco tempo, seu irmão é assassinado e sua mãe é presa. Quanto à Bacuri, ele é preso e torturado durante mais de três meses e, depois, assassinado. Com o nascimento de Eduarda, Denise consegue asilo político no Chile, embora o golpe de Pinochet force mãe e filha a se mudarem para a Itália. Mais de quarenta anos após esses fatos, as duas recebem anistia do governo brasileiro, e decidem contar a sua história. <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-215734/>> Acesso em: 19 jul 2015.

no contexto coletivo/político do seu tempo. Um filme que tem na força do desejo, o fio que tece sua transmissão.

Uma avó operária que foi militante política, presa na época da ditadura brasileira. Seu marido – avô de Denise – um deputado do Partido Comunista que foi exilado do Brasil. Uma avó que deixa um legado escrito da sua vida e da vida de uma geração, fazendo disso seu motor para viver. Uma mãe que com garra leonina resiste à destruição da sua história, protegendo sua transmissão. Uma filha que quer reconstruir/restaurar a saga da história familiar desenhada e suavizada em suas mãos.

“Isso não é tortura?”, afirma e pergunta ao mesmo tempo Denise Crispim no começo do filme, dirigindo-se às testemunhas, aos espectadores. “Abrir a jaula dos leões ou tigres no zoológico, no meio da noite, enfiar uma pessoa dentro e ter um bicho que você não sabe se vem te comer?”⁴² “Tinha quase vergonha de dizer que tinha sido torturada quando esteve presa, grávida da sua filha Eduarda”, ela diz. E é a primeira vez que descreve cenas desse tipo...

Denise conta que Eduardo Leite, seu companheiro e pai de sua filha, “lutou como um leão” para salvá-la da tortura quando estava grávida de 6 meses. Eduardo ameaçou os militares de matá-los com bombas, até que conseguiu que a levassem para um sanatório e, depois, que a trocassem pela liberdade do embaixador suíço sequestrado pela VPR⁴³. Novamente a ferocidade dos leões pela sua voz, agora “incorporada” na garra e na força do relato que constrói e defende uma história.

Logo após a morte de Eduardo – brutalmente assassinado e desfigurado pela tortura –, Denise é tomada pela força de uma “fúria leonina” diz, quando o avô paterno da sua filha lhe pede a guarda da neta e sugere que ela, naquela situação, não teria condições de cuidar dela. Nada vai separá-los ou destruir esta história de amor defendida com unhas e dentes – é o que repete quando seu próprio pai fala que “sua filha é filha da revolução”. “A força de uma onça permanece nela!”, diz sua filha Eduarda no documentário. “O signo da minha mãe é Leão, e sua missão é me proteger”. Ou proteger um legado a ser transmitido.

Eduarda, vivendo longe, pelos canais da Holanda, casada, já mãe de duas filhas, trabalha para reconstruir um pai. Não só quem era o seu pai, mas a história de amor que ele viveu, da pessoa que se apaixonou por sua mãe – ela diz.

Ela trabalha com as mãos no seu ofício: retratista e restauradora. Retratou seu pai com um rosto mais gentil – comenta – e restaurou as únicas fotos que ficaram dele, recuperando-as das manchas do tempo. O tempo que se constrói na sua passagem pelo tempo.

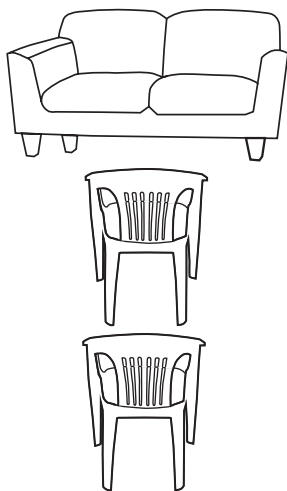
⁴² Uma das formas de tortura utilizada nas prisões

⁴³ Vanguarda Popular Revolucionária.

Eduarda veio ao Brasil para participar, junto à mãe e ao padrasto, do processo de anistia. Na cerimônia recebeu as desculpas do estado e, na mesma viagem, recebeu de Paulo Vannuchi – companheiro de prisão do seu pai – uma blusa deste, que foi cuidadosamente guardada e entregue para ela após 40 anos. Ao redor da blusa de seu pai, Eduarda construirá um corpo de palavras.

A possibilidade de poder imaginar e realizar, finalmente, um pai a partir de um tecido de história compartilhado. Ou tecer a textura de um pai, com pernas, braços e cabeça e, a partir de uma blusa, completar a sua imagem. Reconstruir, reconstituir este corpo, imagem sempre desfigurada. Uma relíquia, um legado simbólico preservado e cuidado para ser transmitido, entregue às próximas gerações.

Sobre os tigres e as feras... continuam aí. Eduarda os pinta nas telas coloridas do seu atelier e suaviza as imagens dos bichos, agora feras soltas nas suas paisagens.



Referências

- ABRAHAM, N. & TOROK, M. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995.
- AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- ARANTES, M. A. A. C. Dor e desamparo: filhos e pais 40 anos depois. *Psicologia Clínica*. v. 20, n. 2, pp. 75-87, 2008.
- _____. *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: Escuta, 1999.
- ARENDE, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1968.
- COMISSÃO da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil*. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2014.

- COMPARATO, F. K. *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro*. Tribunal Tiradentes III (Ato simbólico que condenou a Lei de Anistia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 19/03/2014.
- DAVOINE, F. & GAUDILLIÈRE, J.-M. *Historia y trauma: la locura de las guerras*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- FREUD, S. (1914) Introducción al narcisismo. In: *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.
- _____. (1914) Recuerdo, repetición y elaboración. *Op.cit.*; v. XII.
- _____. (1914) Introducción al narcisismo. *Op.cit.*; v. XIV.
- _____. (1915) Consideraciones de actualidad sobre la guerra y la muerte. *Op.cit.*; v. XIV.
- _____. (1917) Duelo y melancolía. *Op.cit.*; v. XIV.
- _____. (1920) Más allá del principio del placer. *Op.cit.*; v. XVIII.
- _____. (1932-33) El porque de la guerra. *Op.cit.*; v. XXII.
- _____. (1937) Construcciones en psicoanálisis. *Op.cit.*; v. XXIII.
- FUKS, J. *A resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KAÉS, R. *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- KAUFMAN, S. G. Violencia y testimonio. Notas sobre la subjetividad y los relatos posibles. *Clepsidra*, n. 1, pp.100-113, 2014.
- LO GIÚDICE, A. (Org.). *Centro de atención por el derecho a la identidad de Abuelas de Plaza de Mayo*. Psicoanálisis: identidad y transmisión. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2005.
- MIGUELEZ, L. *Herramientas psicoanalíticas*. Buenos Aires: Letra Viva, 2014.
- NEHRING, M. & OLIVEIRA, M. de. *15 filhos*. Documentário, 28', Brasil, 1997.
- PENOT, B. *Figuras de recusa: aquém do negativo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, v. 20, n. 1, pp. 65-82, 2008.
- SEMPRÚN, J. *La escritura o la vida*. Buenos Aires: Fabula Tusquets, 2004.
- VIÑAR, M. & VIÑAR, M. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 2009.
- WAINTRATER, R. *Sortir du génocide: témoignage et survivance*. Paris: Petite Bibliothèque Payot. 2003.

9

O TRAUMA DE UM PONTO DE VISTA HISTÓRICO-POLÍTICO

Moisés Rodrigues da Silva Junior

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se faz apenas através da consciência ou da ideologia, mas também no corpo e com o corpo.

Michel Foucault (Vigiar e punir: nascimento da prisão)

A ditadura civil-militar provocou efeitos devastadores que ainda hoje persistem na sociedade brasileira: o obscurantismo de parte de nossa história, a criação da figura dos “desaparecidos”, a naturalização dos autos de resistência e a banalização da tortura. No entanto, ainda que nela tenha sido refinada e naturalizada, a violência institucionalizada não foi invenção da ditadura, mas uma prática que sempre permeou a história do país, desde que o Brasil foi descoberto.

Em nossa história colonial são conhecidas as torturas infligidas aos índios, aos negros escravos e aos “perigosos” de todos os tipos, como aqueles perseguidos pela Inquisição ou que praticavam crimes de “lesa majestade”, crimes cometidos contra a Coroa Portuguesa, quando, ainda, éramos colônia de Portugal.

Em seu livro “O povo brasileiro” (1995), Darcy Ribeiro nos conta que, em 1500, os portugueses chegaram em uma terra com cerca de um milhão de índios, praticamente a mesma população de Portugal à época. As décadas que se seguiram a essa chegada, foram um período de muita guerra e morte. Os povos originais que resistiram à chegada do invasor foram, progressivamente, massacrados e escravizados.

No século XVI, grandes contingentes populacionais chegaram ao território brasileiro, trazidos acorrentados da costa ocidental africana. Escravizados, os africanos foram incorporados à força a uma cultura e a uma sociedade estranha a eles. Submetidos a terríveis condições de vida, onde o espancamento, as torturas, a humilhação e a morte eram rotineiras, assim como havia acontecido aos índios. Darcy Ribeiro diz:

“Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos.” (p. 30)

Dois massacres, portanto, são fundadores do Brasil como nação e essas marcas brutais e cruéis seguem presentes até hoje como comportamento social reproduzido e estimulado pela impunidade. Essa é a verdadeira impunidade que segue reinando no Brasil, atualizada e legitimada institucionalmente desde o topo da cadeia jurídica que segue mantendo os torturadores ao abrigo da Lei da Anistia.

Proponho uma discussão que leve em conta os aspectos histórico e político do trauma partindo das elaborações de Giorgio Agamben, um autor que vem construindo uma obra extensa que visa dar conta, entre outras coisas, dos desafios próprios à ação política na contemporaneidade, sobretudo no âmbito da reflexão *biopolítica*. Para ele, Auschwitz é um marco na contemporaneidade. É o lugar onde o estado de exceção coincide com a regra; onde a situação extrema torna-se o próprio paradigma do cotidiano referido à figura contraditória dos momentos extraordinários; onde o Estado usa de dispositivos legais justamente para suprimir os limites de sua atuação, a própria legalidade e os direitos dos cidadãos.

O conceito de estado de exceção tem origem jurídica precisa e aponta para um fenômeno social muito específico: a suspensão do estado de direito, um conceito que designa qualquer Estado que se aplica a garantir o respeito das liberdades civis, ou seja, o respeito pelos direitos humanos e pelas garantias fundamentais, através do estabelecimento de uma proteção jurídica. Em um estado de direito, as próprias autoridades políticas estão sujeitas ao respeito das regras de direito.

Historicamente, as constituições burguesas incluem o recurso de suspender o estado de direito no caso de “ameaça à ordem pública”, “à nação”, “ao povo” etc, para que o poder executivo possa agir “energicamente”. Às vezes essa situação é chamada de estado de sítio, de emergência, de urgência e nos Estados contemporâneos, muitas vezes o estado de exceção, pode ser decretado sem ser chamado por qualquer nome. Nesses casos, podemos falar de medidas de exceção.

A ideia regente da exceção é que é preciso suspender a constituição em momentos de crise e que tal suspensão deve ser legal, apesar de inconstitucional,

gerando um primeiro operador na relação com a realidade, o contrassenso. Segundo Agamben (2004), “o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (p. 10). Pode-se falar de estado de exceção nos casos em que a legislação prevê que o indivíduo não pode contar com a legislação para se defender.

O Brasil viveu um desses momentos, entre os anos de 1964 e 1985, uma ditadura civil-militar, período em que os direitos constitucionais foram suprimidos e implantados através de atos institucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime. Durante esse período elaborou-se e implantou a doutrina da segurança nacional sustentada por ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, que se fez lei em 1967 por um Congresso Nacional, a que o Ato Institucional n. 4 (AI-4) atribuiu função de poder constituinte originário. Esse Congresso Nacional transformado em Assembleia Nacional Constituinte, já com os membros da oposição afastados, presos ou exilados, elaborou uma Carta Constitucional semi-outorgada que buscou legalizar e institucionalizar o regime militar consequente do golpe militar de 1964. Seu principal articulador: a tese de que o inimigo do Estado não era mais externo e sim interno, como podemos acompanhar:

Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967.

Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, combinado com o art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966,

DECRETA:

Capítulo I — Disposições Preliminares

Art. 1º Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 2º A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com

a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.

Art. 4º Na aplicação deste decreto-lei o juiz, ou Tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores.

A doutrina de segurança nacional com seu conteúdo totalitário vem das concepções positivistas, que buscam transferir modelos da biologia para as sociedades contemporâneas. O funcionamento de um corpo humano saudável daria o modelo para o funcionamento das sociedades em que cada parte contribui para o bom funcionamento do todo. Como consequência, qualquer segmento que não esteja nessa lógica estaria sabotando o funcionamento harmônico da totalidade e deveria ser extirpado.

Essa lógica resultou numa proposta totalitária, que não comportava o conflito, a divergência, a diversidade e significava que a diferença e o diferente fariam o jogo dos que queriam destruir o corpo social e, a exemplo de uma infecção, deveriam ser combatidos com toda a força e extirpados.

ATOS INSTITUCIONAIS

Os Atos Institucionais foram normas e decretos elaborados no período de 1964 a 1969, durante o regime militar no Brasil, editadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, Marinha e Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Todas estas normas estavam acima de todas as outras e até mesmo da Constituição e foram utilizados como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos governos militares, estabelecendo para si próprios diversos poderes extra constitucionais. Entre 1964 a 1969 foram decretados 17 atos institucionais regulamentados por 104 atos complementares.

Colocando trechos de atos institucionais em sequência, como a seguir, vemos como se deu, passo a passo, a constituição da base para a instalação da ditadura militar e o aumento da repressão aos inimigos do novo governo.

Ato Institucional nº 1 (1964): deu ao governo militar o poder de alterar a Constituição, cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por dez anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que tivesse atentado contra a segurança do país, entre outras determinações.

Ato Institucional nº 2 (1965): instituiu eleição indireta para a presidência da República, dissolveu todos os partidos políticos, reabriu o processo de punição aos adversários do regime, estabeleceu que o presidente poderia decretar estado de sítio por 180 dias sem consultar o Congresso.

Ato Institucional nº 3 (1966): estabeleceu eleições indiretas para governador e vice-governador e definiu que os prefeitos das capitais passariam a ser indicados pelos governadores, com aprovação das assembleias legislativas estaduais.

Ato Institucional nº 4 (1967): atribuiu função de poder constituinte originário (“ilimitado e soberano”), transformando o Congresso Nacional em Assembleia Nacional Constituinte e, já com os membros da oposição afastados, elaborou, sob pressão dos militares, uma Carta Constitucional semi-outorgada que buscou legalizar e institucionalizar o regime militar consequente do golpe de 1964 que começara com caráter transitório.

Ato Institucional nº 5 (1968): o chamado “golpe dentro do golpe” se deu na edição desse AI, instaurado em 13 de dezembro, e foi a vitória da “linha dura”. Incluía a proibição de manifestações de natureza política, além de vetar habeas corpus para crimes contra a segurança nacional. Concedia enormes poderes ao presidente, tais como fechar o Congresso Nacional e cassar mandatos parlamentares.

Ato Institucional nº 13 (1969): endureceu ainda mais o regime militar, institucionalizando o banimento ou a expulsão do Brasil de qualquer cidadão que fosse considerado inconveniente para o regime.

Ato Institucional nº 15 (1969): estabeleceu que todo condenado à morte seria fuzilado se, em 30 dias, não houvesse a comutação da pena em prisão perpétua, por parte do presidente. Ficou previsto, também, a prisão de jornalistas cujas notícias estivessem em desacordo com o regime.

Promulgou-se uma ordem através da própria suspensão de direitos, com a destruição quase por completo dos direitos individuais e coletivos, com forte repressão política, uma ordem que anulou radicalmente qualquer estatuto propriamente jurídico do indivíduo, criando um ser juridicamente inominável e inclassificável.

Foi em nome dessa concepção que a ditadura civil-militar buscou expurgar todos aqueles que constituíam risco para o controle militar do país. Prendia-se arbitrariamente, interrogava-se com os mais brutais métodos de tortura, prática que passou a ocupar, no Brasil, a condição de instrumento rotineiro nos interrogatórios sobre atividades de oposição ao regime. As torturas, além de produzir dores físicas nos sujeitos com o objetivo de levá-los a fazer declarações que favorecessem o sistema repressivo, tinham a intenção de destruir moralmente

suas vítimas, produzindo uma ruptura dos limites emocionais que cercavam as relações afetivas e de parentesco, o que causou um efeito de irradiação por toda a sociedade.

PODER DISCIPLINAR, BIOPODER

Entre 7 de janeiro e 17 de março de 1976, Michel Foucault ofereceu um curso, no *Collège de France*, com o título “Em defesa da sociedade” (2000). O tema desse curso é o poder, seu exercício, seus efeitos. À noção de que o mecanismo de exercício do poder seria a repressão, Foucault chama de “hipótese de Reich”; à noção de que ele é resultado de um enfrentamento de forças, ele chama de “hipótese de Nietzsche”. É essa segunda hipótese que Foucault exercita em suas análises, sobretudo aquelas que trouxeram à luz a emergência de um poder disciplinar. Nesse curso Foucault analisa a emergência de um outro poder: aquele que se exerce sobre a vida num movimento de estatização do biológico. Enquanto a soberania se ocupava em “fazer morrer” ou “deixar viver”, esse novo mecanismo de poder vai se ocupar de “fazer viver” e “deixar morrer”. A ele, Foucault chamará de biopoder.

O biopoder não se opõe ao poder disciplinar, mas são tecnologias de poder complementares. Se o poder disciplinar é uma tecnologia centrada no corpo e, portanto, um mecanismo de individualização, o biopoder aparece como uma tecnologia exercida sobre a espécie e não sobre o indivíduo. Neste aspecto, a biopolítica retoma a disciplina, ressignifica-a.

Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra base de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. A tecnologia do poder disciplinar tem por objeto a sujeição do corpo do indivíduo, tornando-o dócil, manipulável; já a tecnologia do biopoder é exercida sobre um corpo coletivo. Esse novo corpo político, distinto do corpo individual e do corpo social, é a população. Se a disciplina opera no nível do detalhe, do corporal, do individual, por intermédio das instituições, o biopoder opera num nível mais global, atravessando as populações, por meio do Estado.

No contexto do poder disciplinar, a convivência com o diferente ainda é possível. Claro que se trata, de toda forma, de tentar trazê-lo para o âmbito do mesmo, de partir da constatação da diferença como desvio da norma para, em seguida, discipliná-lo, colocá-lo na norma ou, pelo menos, dentro de um desvio-padrão “aceitável”. Mas, no reino do biopoder, a diferença é por demais nociva, e precisa ser eliminada. Mais que isso, ela cumpre uma “função social” de garantir a legitimidade do Estado em promover a exclusão, a morte, como garantia da sanidade social.

Até agora acompanhamos Foucault em sua análise da biopolítica como exercício de um poder de “fazer viver”. Mas como fica o lado do “deixar morrer”? É aí que se inscreve a criação do inimigo interno, que é aquilo que realmente importa em nossa presente análise.

A criação do inimigo interno é o mecanismo pelo qual o Estado justifica seu direito de matar, numa sociedade biopolítica, fundada na afirmação da vida. O direito de matar é justificado como uma afirmação da própria vida, uma vez que a eliminação do diferente, do estranho implica o melhoramento da população como um todo. A cada um que morre, o conjunto resultante é melhor que o anterior.

Neste sentido, o totalitarismo moderno pode ser definido como a instauração, através do estado de exceção, de uma guerra civil legal, que permite a eliminação física não apenas dos adversários políticos, mas de categorias inteiras de cidadãos que, por uma razão ou outra, pareçam ao regime não se integrar neste sistema político.

Com isso, promulga-se uma ordem que anula radicalmente qualquer estatuto propriamente jurídico do indivíduo, criando um ser juridicamente inominável e inclassificável, tal como foi feito com os resistentes, os detidos, os clandestinos, os quais não são nada mais do que os novos homens sacros da vida nua da atualidade. Nem prisioneiros nem acusados eles são objeto de uma pura soberania de fato quanto a sua própria natureza, na medida em que estão totalmente subtraídos à lei e ao controle judiciário.

A ordem da lei se desmorona, a vítima já não pode apresentar queixa uma vez que o crime é cometido com a cumplicidade do poder judicial e nem confiar em qualquer ordem simbólica.

O INIMIGO INTERNO

“O combate (pólemos) é o pai de todas as coisas.
Alguns ele transformou em deuses, outros em homens”.

Heráclito

Carl Schmitt (1888-1985) é considerado um dos mais relevantes juristas e teóricos políticos do século XX e seu pensamento continua alimentando polêmicas e controvérsias sobre tudo a partir de seu compromisso com o regime nacional socialista alemão. Isso, no entanto, não impede que autores como Bobbio, Habermas

e Agamben tenham Schmitt como referência no debate sobre a organização democrática das sociedades, mesmo sendo antípodas de seu pensamento conservador.

Parte dele a discutida definição de que a esfera da política coincide com a da relação amigo-inimigo, decorrendo daí que o campo de origem e de sua aplicação seria o antagonismo e que sua função consistiria na atividade de associar e defender os amigos e de desagregar e combater os inimigos. A distinção política específica, a que é possível referir as ações e os motivos políticos, é a distinção de amigo e inimigo.

Assim, enquanto houver política, ela dividirá o coletivo em amigos e inimigos e é característico do Estado eliminar, dentro dos limites da sua competência, a divisão dos seus membros ou grupos internos em amigos e inimigos, não tolerando senão as simples rivalidades ou as lutas dos partidos. É, também, reservado ao Governo o direito de indicar o(s) inimigo(s) externo(s).

Por outras palavras, a política tem que enfrentar-se com os conflitos humanos, sendo a oposição política a mais intensa e extrema de todas; qualquer outra oposição concreta será tanto mais política quanto mais se aproximar dos agrupamentos baseados nos conceitos amigo-inimigo.

O político passa a ser visto não mais como uma referência específica a um objeto, mas como uma relação de oposição que se caracteriza, fundamentalmente, pela intensidade, pela hostilidade e pela possibilidade extrema da guerra.

Todo o desencontro de interesses pode, em qualquer momento, transformar-se em rivalidade ou em conflito; e tal conflito, desde o momento em que assuma o aspecto de uma prova de força entre os grupos que representam esses interesses, ou seja, desde que se afirme como uma luta de poder, tornar-se-á político.

A relação amigo-inimigo se distingue de todas as outras relações conflitantes por se tratar de conflito que, em última instância, só pode ser resolvido pela força ou que, pelo menos, justifique o uso da força para se pôr fim à luta. O conflito por excelência é a guerra, cujo conceito compreende tanto a guerra externa quanto a interna, que se constitui como um conflito caracterizado principalmente pelo uso da força e nos põe frente à definição de política, em termos de amigo-inimigo no que se refere ao monopólio da força.

De acordo com o autor, quando os grupos sociais ascendem ao poder e exercem o monopólio político, o Estado não consegue exercer mais o seu papel de protetor. É com a pluralidade política que se sustentam os conflitos internos. Assim, para que o Estado possa realizar a sua dupla função de estabilização da ordem e de mantenedor da paz impõe-se a eliminação da pluralidade.

Ora, é dessa pluralidade que surge o a antítese entre amigo e inimigo. Para Schmitt, a diferenciação entre amigo e inimigo tem o propósito de caracterizar o

grau de intensidade de uma união ou separação. O inimigo é precisamente o outro, o desconhecido e, para sua essência, basta que ele seja, em um sentido especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido. Desse modo, em caso extremo, os conflitos com o inimigo tornam-se possíveis, os quais não podem ser decididos nem através de uma normalização, nem através da sentença de um terceiro.

O inimigo não é o concorrente ou o adversário em geral. Inimigo é somente o inimigo público, pois tudo o que se refere a um conjunto semelhante de pessoas, torna-se, por isso, público. Schmitt diz que o Estado é quem pode determinar o inimigo e, por decisão própria, combatê-lo. O Estado concentrou em si mesmo uma imensa competência: a possibilidade de fazer guerra e, assim, o poder de interferir na vida das pessoas em busca, sobretudo de obter dentro do Estado e de seu território uma pacificação completa, produzindo segurança, ordem e tranquilidade.

Esse era o objetivo dos militares que assumiram o comando do Brasil com o golpe de 1964, realizado através do combate ao inimigo de todas as formas, desde prisões até a eliminação (morte).

Para Hannah Arendt (1989) o totalitarismo está apoiado em dois pilares: ideologia e terror. Sendo a ilegalidade a essência do governo tirânico, o terror é a essência do domínio totalitário que se difunde do próprio interior do corpo social à toda sociedade, silenciando-a. Assim, chegamos a que o fim último da tortura é fazer calar a sociedade como um todo, determinando um sofrimento que produz uma subjetividade submetida a um estado de comoção psíquica, esse sim, o enorme legado traumático que atinge a população como um todo, fruto da violência que a política de exceção tornou regra.

Existir é também poder permitir ao outro a liberdade de existência.



Referências

- AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- _____. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARANTES, M. A. A. C. *Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ATOS Institucionais. Portal da Legislação, Governo Federal. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: set 2015.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUO, G. *Dicionário de política*. Editora da UNB, 1998.
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DECRETO-LEI nº 314 de 13 de março de 1967. Legislação, Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 out 2015.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão* Petrópolis: Vozes, 1987.
- GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HASSOUN, J. *A crueldade melancólica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SADER, E. *O golpe no Brasil e a doutrina de segurança nacional*. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/O-golpe-no-Brasil-e-a-doutrina-de-seguranca-nacional/2/27107>>. Acesso em: mar 2012 a out 2015.
- SCHMITT, C. *O conceito do político: teoria do partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

10

O PIOR SEMPRE PODE NOS SURPREENDER⁴⁴

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes

BEBÊS

Sobre a infindável espiral da violência, que emergiu da fenda expandida com os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, há sempre testemunhos que conseguem nos surpreender. Ana Berezin, psicanalista argentina publicou em 2010 um livro sobre a crueldade, onde transcreve um testemunho da escritora vietnamita Marguerite Duras que, no final da 2ª guerra, esperava seu marido Robert Antelme, enviado pelos nazistas a um campo de concentração de prisioneiros políticos franceses. O episódio descrito por Duras é a cristalização do paradoxo humano na sua provavelmente mais cruel experiência.

Ao longo de seu testemunho, Duras (*apud* Berezin, 2010) escreve:

“São muito numerosos, os mortos são verdadeiramente muito numerosos. Sete milhões de judeus foram exterminados, transportados em comboios para animais, e imediatamente asfixiados nas câmaras de gás construídas para esta finalidade. Em Paris, porém, não se fala dos judeus. Seus bebês recém-nascidos foram entregues ao destacamento de mulheres encarregadas do estrangulamento de crianças judias, especializadas na arte de matar por meio de uma pressão nas carótidas. Morrem com um sorriso, não sentem dor,

⁴² Este texto, especialmente preparado para apresentação na Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos, incorpora trechos do livro *Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano*, de minha autoria (Arantes, 2013) e que serviram como subsídios para esta apresentação. Algumas partes deste artigo foram extraídas daquele livro

dizem elas. Este novo rosto da morte organizada, racionalizada, descoberta na Alemanha, provoca constrangimento antes da indignação.” (p. 25)

O que levaria um grupo de mulheres, possivelmente mães ou futuras mães, a abandonar sua função de cuidar e se implicarem na função de matar? As contingências da guerra? O medo, a dor, a insensatez, o enlouquecimento e a perda da razão? Jamais saberemos. Podemos responder muito pouco a esta pergunta, talvez não consigamos, não dispomos de parâmetros para operar um raciocínio lúcido. Difícil pensar que as mulheres que mataram os bebês, deixando um sorriso nos seus lábios, eram mulheres e humanas.

Mas sim, eram mulheres e humanas, e congelaram na terrível ordem que lhes foi imposta, e da forma que o fizeram, a fronteira inexpugnável onde se materializa a descida do humano à sua pior condição, onde a crueldade como política nazifascista manifestou seu rosto mais inquietantemente cruel.”

Uma das únicas vertentes possíveis é supor que a própria guerra, como expressão máxima da destrutividade, impõe atos que ultrapassam barreiras extremas e encontra seres humanos que determinam este tipo de ordem e outros que a executam.

Quando Freud conversou com Einstein sobre a guerra, em 1932, em carta publicada sob o título “Por que a guerra?”, disse, sem meias palavras, que o ódio e a destruição nas guerras se materializam quando o homem preserva sua própria vida, destruindo uma vida alheia. O sorriso dos bebês explicita a humana face de um crime petrificado. (Arantes, 2013, pp. 385-6)

A maciça indignação da humanidade contra os crimes nazistas é conhecida de todos nós. Acompanhamos as declarações e convenções que se organizaram imediatamente após o término da 2ª Guerra Mundial e que materializam o repúdio à barbárie. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948 e o conjunto de manifestações contra o extermínio nazifascista criaram uma zona de respiro onde a brisa do “nunca mais” soprou. Imaginamos: o melhor prevaleceu. Mas, exatamente porque a destrutividade é intrínseca aos humanos qualquer ato humano pode chegar ao excesso. O melhor, que poderia ter sido uma promessa, se desfez.

ARGENTINA

O assassinato e roubo de bebês não ficou circunscrito ao III Reich, estendeu-se. Menos de 32 anos após o término da 2ª Guerra, reencontramos na América Latina, a prática da matança de bebês e de crianças. Aqui, uma dupla morte. A morte dos vínculos de sangue e a morte da identidade fundadora de vidas e do nome próprio. O palco é a Argentina a partir de 1976. Hoje conhecemos o que ocorreu com os filhos dos militantes políticos na Argentina. Ficamos sabendo

que mulheres militantes foram poupadas, enquanto estavam grávidas, até o nascimento de seus filhos.

Em Buenos Aires, dentro da Escola Superior de Mecânica da Armada – ESMA – uma cela foi destinada a estas militantes, cuidadas por outras mulheres militantes igualmente prisioneiras. A condição precária de gestação escondida dentro da prisão tinha um propósito nefasto. Assim que nascidos, os bebês foram surrupiados das mães e entregues para adoção, aos próprios assassinos destas mães. A eles e aos amigos deles. Provavelmente comercializados, ainda não sabemos todo o macabro procedimento.

Há cerca de 500 casos de recém-nascidos e crianças desaparecidas na Argentina. Em 1978 o primeiro dos bebês roubados foi localizado: Ginés Scottó. Sucessivamente e ao longo de todos os anos e até hoje, as buscas permanecem. Das 500 crianças, 115 foram localizadas. Entre estas 115, 9 não chegaram a nascer. Em agosto de 2014, acompanhamos pela imprensa nacional e internacional, o encontro da presidente das Avós da Praça de Maio, Estela de Carlotto que, aos 84 anos de idade, encontrou seu neto, Guido de Carlotto, que vivia há 37 anos com o nome de Ignacio Hurban. Roubado de sua filha Laura, que deu à luz dentro de um centro militar clandestino, o neto foi entregue por um fazendeiro amigo dos militares a um casal de peões.

Cristina Herrera diz que “o sequestro de crianças, de pais desaparecidos e mortos é o ato mais cruel e perverso a que um estado terrorista pode chegar. É a apropriação da identidade de um ser humano indefeso, cuja falsa filiação se sustenta a partir de um assassinato, do ocultamento de uma história sinistra amparada pela lei, ou melhor, pela impostura da lei. A apropriação de crianças quebrou o direito à identidade, que deveria ser garantido pelo estado, porque o próprio estado participou ativamente desta quebra, desta fratura entre as gerações”⁴⁵.

As avós destas crianças organizaram-se como uma instituição hoje internacionalmente conhecida, as Avós da Praça de Maio. Tornaram-se resistentes à tentativa de expropriação do nome de família pelos que roubaram as crianças e as distribuíram para adoção. Sustentam seu propósito, altivas e ao mesmo tempo alquebradas pela dor e pelo tempo de vida avançado. Querem resgatar a verdadeira identidade de seus netos e dar continuidade à família que fundaram. Foram atingidas diretamente por duas mortes em família: sua filha e a filha de sua filha, ou seu filho e o filho de seu filho, ou... O que importa é que afrontaram suaves e duras as armas e as dragonas militares e perguntaram: onde estão nossos netos? Em seu breve texto, Cristina Herrera também pergunta: O que fazer com o horror, com o reparável e o irreparável?

⁴⁵ Cristina Herrera, em mensagem pessoal enviada em setembro de 2014.

BRASIL

Também o Brasil se inscreve no mau-trato de bebês nascidos em cativeiro, também repetido no sequestro de filhos de militantes presos juntos com seus pais, alguns encaminhados para instituições durante a detenção dos pais. Os casos se avolumam. Imaginávamos que os casos eram poucos, mas hoje, somente em São Paulo, listamos casos de 90 crianças que passaram por situações de usurpação de seus direitos, em levantamento ainda em processo no Brasil.

As iniciativas da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo trouxeram à luz, com a organização em maio de 2013 da Audiência Pública com filhos de militantes, em evento denominado “A infância roubada”, resultado da busca destes casos, que pouco a pouco foram se multiplicando. Estas crianças e bebês cresceram, hoje são jovens adultos que vão ocupando seu lugar na cena da história política do país, lugar até então vazio. Hoje falam em nome próprio. Abraçam sua história e vão atrás da linhagem de família, de sua ascendência e das vicissitudes de uma geração ferida pela barbárie e pelo pior.

Entre as histórias de nascimento em cativeiro, a história de Hecilda é inominável. Seu testemunho expressa o que os torturadores brasileiros conseguiram fazer com Hecilda Fonteles Veiga e seu filho. Ex-militante de Ação Popular, Hecilda era estudante de Ciências Sociais quando foi presa em 6 de outubro de 1971 em Brasília, no Distrito Federal.

“Quando fui presa, minha barriga de cinco meses de gravidez já estava bem visível. Fui levada à delegacia de Polícia Federal, onde, diante da minha recusa em dar informações a respeito do meu marido, Paulo Fonteles, comecei a ouvir sob socos e pontapés a frase: “Filha desta raça não deve nascer!”. Depois fui levada ao Pelotão de Investigação Criminal (PIC), em Brasília, onde houve ameaças de tortura no pau de arara e choques. Dias depois, soube que Paulo também estava lá. Sofremos a tortura dos refletores. Eles nos mantinham acordados a noite inteira com uma luz forte no rosto. Fomos levados para o Batalhão de Exército do Rio de Janeiro, onde, além de me colocarem na cadeira do dragão, bateram em meu rosto, pescoço, pernas. Fui submetida á tortura científica, numa sala profusamente iluminada. A pessoa que interrogava ficava num lugar mais alto, parecido com um púlpito. Da cadeira em que sentávamos saíam uns fios que subiam pelas pernas e eram amarrados nos seios. As sensações que aquilo provocava eram indescritíveis: calor, frio, asfixia. De lá, fui levada para o Hospital do Exército, e depois de volta à Brasília, fui colocada em uma cela cheia de baratas. Eu estava muito fraca e não conseguia ficar de pé e nem sentada. Como não tinha colchão, deitei-me no chão. As baratas, de todos os tamanhos, começaram a me roer. Eu só pude tirar o sutiã e tapar a boca e os ouvidos. Aí, me levaram ao Hospital de Guarnição de Brasília, onde fiquei até o nascimento de Paulo. Nesse dia, para apressar o parto, o médico,

irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência difícil, mas fiquei firme e não chorei. Depois disso, ficavam dizendo que eu era fria, sem emoção, sem sentimentos. Todos queriam ver quem era a fera que estava ali.” (Merlino & Ojeda, 2010, p. 76)

Seu filho Paulo Fonteles Jr, nascido em cativeiro, sobreviveu: é um militante político, ativo advogado de trabalhadores do campo e de militantes resistentes. Paulo Fonteles, o pai, foi assassinado pelos grileiros de terra do sul do Pará em 1987.

O que as mulheres nazistas em Paris, os torturadores na Argentina e os torturadores do Exército brasileiro têm em comum?

Primo Levi (2004), sobrevivente de Auschwitz, respondendo a perguntas sobre os guardiões dos campos de extermínio, feitas durante pronunciamentos em conferências e debates, disse aos seus perguntadores que, “na qualidade de sobrevivente ao campo de extermínio, pude perceber, lentamente e com horror, que os carrascos da SS eram feitos da nossa mesma matéria, eram seres humanos médios, medianamente inteligentes, medianamente maus: salvo exceções, não eram monstros, tinham nossa face; (...) tinham sofrido a aterradora deseducação fornecida e imposta pela escola tal qual fora querida por Hitler e seus colaboradores (...), e eram demasiadamente obedientes” (p.173). Sabemos que esta clareza de pensamento e análise não foi suficiente para lhe trazer a paz: Primo Levi matou-se em 1987, aos 68 anos de idade. Cumpriu a sina dos egressos dos campos: quem esteve em Auschwitz, de lá nunca consegue sair.

Esta é a terrível verdade que descobrimos quando entramos no território da tortura. As mulheres especializadas em matar bebês, envolveram num abraço macabro corpos gentis e indefesos. Os ladrões de bebês na Argentina, colocaram-se como a gênese de histórias tramadas sobre a vilania e a sordidez: autorizaram-se como donos destes corpos e de suas histórias. Distribuíram as filiações a quem lhes aprouve e tentaram enterrar sinais de nascença. Romperam o calor entre pais e filhos e congelaram suas relações. Sabem estas crianças quem foram os pais que lhes deram a vida? Sabem quem são os que as roubaram e as tomaram em adoção? Alguém lhes contou?

Se acreditamos no inconsciente, estas crianças portam sim, suas histórias; tentarão decifrá-las e terão que se haver com seu funesto passado e com os atos de fundação sua história própria. Uma bruma envolve suas origens.

Este é o legado dos ditadores. São eles os responsáveis pela fenda irreparável que afeta toda a humanidade. Determinados, os torturadores argentinos cinzelaram com o sangue dos pais, a vida destes bebês. O que pode haver de pior? Frente às vítimas-bebês, expandiu-se, em paradoxo espetacular, a ignomínia.

NUVEM

Não há tempo para o inconsciente, esta é uma premissa freudiana. O que parecia um enigma, hoje pode ser mais bem compreendido se usarmos uma aproximação extramuros com a cibernética. Quando Freud (1930) escreveu sobre vestígios que não se desfazem, usou como comparação a construção de Roma e as sucessivas ruínas soterradas para dizer que nada delas permaneceu sobre o solo e explicou que, para o psiquismo, é exatamente o oposto. Tudo o que uma vez se formou não pode perecer, disse em “O mal-estar na civilização”.

Este *tudo* pode dizer respeito a cada humano em sua singularidade e também diz respeito à história da espécie na cultura concebido pela psicanálise, como um processo em permanente construção: “a ela devemos tudo o que de melhor herdamos bem como tudo aquilo de que padecemos” (Freud, 1932, p. 258).

Marcas não se desfazem independentemente do tempo individual, a história da espécie nos ultrapassa. O tempo é fermentado por uma herança inscrita na civilização. Com o desenvolvimento da compreensão do mundo virtual ao alcance de boa parte dos homens, das mulheres e das crianças lidamos com naturalidade com o armazenamento de dados em plataformas virtuais – as nuvens – dados que são recuperáveis a um simples clique de nossos equipamentos ligados à rede. Entendemos perfeitamente o armazenamento em nuvem e a imediata disponibilização, a qualquer momento, dos dados que nos interessam. Esta condição torna-se facilitadora para a compreensão da nebulosa que acompanha nossa passagem pela terra, que armazena a história dos humanos em suas opostas condições que vão do pior ao melhor.

Mas um estranhamento permanece: ao longo do tempo, as civilizações incorporam avanços intangíveis no campo do conhecimento, da tecnologia, da ciência. E acima e além de qualquer compreensão, cristalizou-se como resíduo insolúvel, um tipo de prática sinistra: a tortura. Esta prática ocorre mesmo que as armas matem maciçamente. Eventuais sobreviventes são invariavelmente torturados. Ferir em combate parece não ser suficiente. Há que ferir homens desarmados e indefesos. Parece ser necessário, ao torturador, desfrutar da condição de desamparo, de nudez e debilidade de sua presa.

MARCAS HUMANITÁRIAS

No lado oposto à barbárie, houve quem se indignasse frente ao pior. Relacionamento três acontecimentos, que em diferentes momentos, desvelaram possibilidades humanitárias.

DUNANT: SÉCULOS XIX E XX

Em 21 de junho de 1859, 118 mil soldados franco-piemonteses enfrentaram 100 mil soldados austríacos perto da comuna italiana de Solferino. A batalha, decisiva para a Segunda Guerra de Independência Itália e vencida pelos franceses e piemonteses, foi particularmente dura, durando mais de nove horas. Ao final, os dois lados haviam sofrido cerca de 40 mil baixas – quase um quinto dos dois exércitos –, entre mortos, feridos e capturados ou desaparecidos.

A sangrenta batalha, na qual soldados feridos de ambos os lados foram mortos a sangue frio, a tiros e golpes de baionetas, foi presenciada pelo homem de negócios suíço Jean Henri Dunant, que acompanhava a guerra em campo. Horrorizado com o sofrimento dos soldados feridos que tentavam abandonar o campo de batalha, Dunant passou a se dedicar à organização de um serviço de primeiros socorros que propunha a criação de grupos nacionais de ajuda para apoiar os feridos em situações de guerra, que evoluiu, depois, para a formação de uma organização internacional de auxílio às vítimas da guerra e melhora de suas condições de vida.

A campanha empreendida por Dunant resultou na fundação, em 1893, da Cruz Vermelha, sob o nome de Comitê Internacional para ajuda aos militares feridos, e na realização da Primeira Convenção de Genebra, no ano seguinte. Nessa conferência diplomática, foi aprovada a ordem de respeitar e cuidar dos militares feridos ou doentes sem discriminação, iniciando uma série de tratados que estabeleceram as bases para as leis internacionais de direitos humanos.

As chamadas Convenções de Genebra, que definem os direitos e os deveres de pessoas, combatentes ou não, em tempo de guerra, foram elaboradas em quatro conferências internacionais mantidas naquela cidade, na Suíça. As duas primeiras convenções, aprovadas 1864 e 1906, definiram o tratamento médico sem discriminação a soldados feridos em combates terrestres e navais, determinando, ainda, que ambulâncias e hospitais devem ser protegidos de todo e qualquer ato hostil – boicotes, bombardeios, assaltos etc. A primeira aplicação real desses tratados aconteceu durante a Primeira Guerra Mundial.

A terceira Convenção de Genebra, escrita em 1929, teve como objetivo estabelecer normas para o tratamento dos prisioneiros de guerra, que foram definidos da seguinte forma: ‘É reconhecido como prisioneiro de guerra todo combatente capturado, podendo este ser um soldado de um exército, um membro de uma milícia ou até mesmo um civil, como os resistentes’⁴⁶.

Esta Convenção permitiu aos representantes e enviados do Comitê Internacional da Cruz Vermelha fazer visitas a todos os campos de prisioneiros de guerra,

⁴⁶ Cristina Herrera, em mensagem pessoal enviada em setembro de 2014.

sem nenhuma restrição, e dialogar, sem testemunhas, com os prisioneiros. Este terceiro tratado também estabeleceu a obrigação de: dar tratamento humanitário aos prisioneiros, sendo a tortura e quaisquer atos de pressão física ou psicológica proibidos; oferecer condições sanitárias dignas, tanto de higiene como de alimentação; respeitar a religião dos prisioneiros.

Em 1949, após o final da Segunda Guerra Mundial e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada um pouco antes em 10 de dezembro de 1948, a luta em prol das leis internacionais de direitos humanos deu um enorme passo, com a quarta Convenção de Genebra. Ela revisou os tratados anteriores e acrescentou um quarto tratado relativo à proteção dos civis em período de guerra. Hoje, quando hoje se fala a respeito da Convenção de Genebra, refere-se ao resultado dessa Convenção de 1949. De acordo com ela, os civis são claramente protegidos de toda hostilidade: diz o texto que eles não podem ser sequestrados, para servir, por exemplo, de “escudos humanos”, e que toda e qualquer medida visando os civis ou seus bens é estritamente proibida⁴⁷.

As Convenções de Genebra foram sistematicamente desrespeitadas pelo governo dos EUA. O presidente George W. Bush (2001-2009), ao não querer assumir que desrespeitava os protocolos que seus antecessores assinaram, preferiu desqualificar os prisioneiros que capturou, exercendo a tortura em suas bases militares fora do território geográfico norte-americano: no Iraque, Abu-Ghraib; no Afeganistão, Candaar; e em Cuba, Guantânamo. Bush outorgou-se o poder soberano, emitiu declarações e comunicados, afirmando que os prisioneiros destes países não se enquadram dentro das especificações de prisioneiros de guerra e, por isso, estavam – e estão – fora da proteção das convenções de Genebra. E este procedimento se mantém nos EUA!⁴⁸

VERRI: SÉCULO XVIII

Um acontecimento ocorrido em 1630, na Europa, recebeu dos iluministas italianos atenção especial, tornou-se igualmente um marco civilizatório. A ação dos iluministas decorreu de um processo que ficou conhecido como o Processo dos

⁴⁷ Em 1977, foram agregados dois protocolos adicionais às Convenções de Genebra. O primeiro protocolo se refere à proteção das vítimas de conflitos armados entre estados, e o segundo estabelece normas para a proteção das vítimas durante guerras civis. Finalmente, dentro das medidas de caráter humanitário e internacional, está a Convenção da ONU de 1984, especificamente direcionada às práticas de tortura, também conhecida como “Convenção da ONU Contra a Tortura e outros tratamentos ou penas, cruéis, desumanas ou degradantes”.

⁴⁸ O conteúdo deste item é uma versão modificada de livro de minha autoria: Arantes, *Op. cit.*, 2013, pp. 291-2; 344-5.

Untores. O analisador deste episódio é Pietro Verri, que nasceu e viveu em Milão entre 1728 e 1797⁴⁹.

Em 1770, Verri escreveu a primeira redação das “Observações sobre a tortura”, publicado 34 anos depois, em 1804. Os fatos que subsidiaram seu texto partem da reconstrução e análise de um processo criminal realizado em Milão no ano de 1630, o Processo dos Untores, que recebeu este nome “porque os réus eram acusados de untar as paredes da cidade, passando um óleo venenoso para espalhar a peste, que exterminava grande parte da população milanesa, chegando a matar 800 pessoas por dia”, segundo nos informa Dalmo Dallari no prefácio à edição do livro de Verri (2000).

Após a prisão e atrozes torturas, dois habitantes da cidade de Milão foram acusados de serem os responsáveis pela disseminação da peste. Um deles era o comissário de saúde e o outro o barbeiro da cidade: seus nomes Piazza e Mora. Ambos foram conduzidos numa carroça, “sofrendo as tenazes em várias partes do corpo; tiveram a mão decepada, depois, fraturados os ossos dos braços e das pernas, ficaram entrelaçados vivos (...) por seis horas, ao cabo das quais foram finalmente decapitados pelo algóz, sendo depois queimados e suas cinzas lançadas ao rio” (Verri, 2000, p. 96).

No local da casa destruída de Mora, em agosto de 1630, foi erguida a “Coluna Infame” com uma inscrição relatando o histórico obtido através dos suplícios; para que se conservasse uma memória dos fatos e da qual os cidadãos deveriam se afastar para não se contaminarem. Piazza e Mora renegaram todas as acusações, declarando-se inocentes, e denunciaram as torturas a que foram submetidos antes de sua execução.

Frente à grotesca história sobre as causas da disseminação da peste na Europa⁵⁰, e fazendo referência aos processos “contra feiticeiras acusadas de bruxaria e outros procedimentos semelhantes, que o tempo se encarregou de explicitar como fruto da ignorância e da estupidez” (p. 57), Verri perguntou, há 244 anos: A tortura realmente é um meio para se conhecer a verdade? As leis e a prática penal consideram a tortura como um meio para obter a verdade? A tortura é um meio lícito para descobrir a verdade? Verri demonstra estar convencido que os tormentos não constituem um meio para desvendar a verdade, “porque às vezes não resultam em nada, e outras vezes, resultam em mentiras”; (...) “a tortura é um meio muito incerto e perigoso para buscar a verdade, pois muitos com a robustez e a paciência

⁴⁹ Verri escreveu vários trabalhos, entre os quais “Meditações sobre a economia política” (1771); “Discurso sobre a felicidade” (1781), publicado anteriormente como “Meditações sobre a felicidade”; “História de Milão” (1783) e “Pensamentos sobre o estado político do ducado de Milão” (1790).

⁵⁰ A peste bubônica, também conhecida como peste negra, é uma doença infecto-contagiosa, transmitida ao homem pela pulga através do rato preto, por isso o nome de peste negra. Foi uma pandemia que ocorreu no fim da Idade Média na Europa Central e matou um terço da população europeia.

superam a tortura e não falam de maneira alguma e outros, não a suportando, preferem mil vezes mentir a resistir à dor” (pp. 91 e 93).

Concluindo seu livro, Verri diz aos defensores da tortura: “Reflitam que os processos contra as feitiças e os magos, tal como a tortura, se apoiavam na autoridade de inúmeros autores que publicaram textos sobre a ciência diabólica, que a tradição dos mais venerandos homens e tribunais ensinava que as feitiças e os magos deviam ser condenados à fogueira, (...) e ficou demonstrado que não existem feitiças nem magos. (...) Parece-me impossível que o costume de torturar privadamente no cárcere para obter a verdade possa se sustentar por muito tempo (...) ela é intrinsecamente injusta!” (p. 129-130).

A análise de Verri o coloca no lugar de um narrador implicado com seu tempo e explicita seu pensamento sobre a necessidade de abrir os arquivos com o objetivo de convocar seus contemporâneos ao repúdio da tortura, propondo que prevalecesse o progresso e a razão, metas pelas quais lutava através da Accademia dei Pugni, juntamente com seu irmão Alessandro e o amigo Cesare Beccaria, entre outros iluministas italianos.

Com o advento do Iluminismo no século XVIII, a prática da tortura foi criticada duramente, bem como foram questionadas a legalidade e a legitimidade das provas obtidas sob tortura para a instrução de processos penais judiciais. O século XVIII “assistiu não só a uma torrente de literatura relativa à abolição da tortura, mas também a uma onda de legislação reformadora que levou amplamente a cabo este programa. (...) A abolição da tortura esteve, sem dúvida, ligada ao pensamento iluminista, pelo menos nos aspectos que insistiam na jurisprudência penal e um crescente sentimento moral de dignidade humana” (Peters, 1985, pp. 88-91). Em meados do século XVIII a maioria dos Estados europeus iniciou um processo de abolição da tortura. Iniciado na Suécia entre 1722 e 1734, o movimento chegou à Prússia (1740), à Rússia (1766), à Noruega e Dinamarca (1771), à Áustria e Polônia (1776), à Toscana (1786), à França (1788) e à Lombardia (1789).⁵¹

As ideias iluministas sobre a tortura prevaleceram por um tempo, mas não se sustentaram.”⁵²

SARTRE: SÉCULO XX

No século XX deparamo-nos com as guerras colonialistas, dentro das quais destaco, como analisador, a guerra contra a Argélia, protagonizada pelos franceses.

⁵¹ A tortura somente será abolida em Portugal em 1826.

⁵² O conteúdo deste item é uma versão condensada de livro de minha autoria: Arantes, *Op. cit.*, 2013, pp. 277-290.

A principal crítica à presença da França na Argélia, partiu de um francês: Jean-Paul Sartre. O ácido prefácio que escreveu ao livro “Os condenados da terra” de Frantz Fanon, publicado em 1961, foi proibido de circular na França. Também o silenciamento sobre o que os franceses fizeram na Argélia, segue na contra-mão do posicionamento da França em relação aos direitos do homem e do cidadão.

É notável que um dos principais narradores da guerra da Argélia seja justamente um homem nascido em Fort-de-France, na Martinica (Antilhas Francesas), formado na França dentro dos princípios decorrentes da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade oriundos da Revolução Francesa de 1789. Fanon escreveu sobre o processo de descolonização dos países da África em relação aos países europeus e, durante os anos 1960, seu livro foi quase um manual necessário, referência para os jovens grupos que se organizavam em torno da solidariedade aos países africanos na sua luta de libertação.

Diz Fanon (2007) que “a descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagônicas que extraem precisamente sua originalidade desta espécie de substância que produz e ao mesmo tempo alimenta a situação colonial” (p. 31). Sua análise sobre a colonização denuncia ao mesmo tempo a relação de convivência obrigatória, e por isso mesmo dolorosa, para o colono que, sob permanente exploração, entrega seus bens ao sistema colonial. Este processo em algum momento incluirá as baionetas e os canhões. Para ele, esse processo de libertação nacional, de renascimento nacional e de restituição da nação ao povo, “será sempre um movimento violento” (p. 30).

Anticolonialista militante, Fanon nasceu em 1925; estudou medicina em Lyon e se especializou em psiquiatria. Em “Os condenados da terra” ele denuncia a presença colonialista da França na África. Trabalhando com a lucidez de um anticolonialista determinado e com a paixão de um médico da alma, ele escreveu um capítulo específico sobre a relação entre a guerra colonial e transtornos mentais.

Em dezembro de 1961, ainda jovem, aos 36 anos de idade, Fanon morreu em decorrência de leucemia. Não teve tempo de assistir à libertação da Argélia, apesar da militância tenaz contra o colonialismo, exercida como profissional médico psiquiatra, sobretudo na Tunísia, e como militante da resistência argelina junto à Frente de Libertação Nacional (FLN)⁵³, à qual representou em vários congressos e conferências pela paz realizados no continente africano.

⁵³ A Frente de Libertação Nacional, criada em 1954 pelo Comitê Nacional de Unidade e Ação Argelino, em menos de dois anos, unificou todas as organizações nacionalistas que combatiam pela independência da Argélia frente à França. A sangrenta guerra continuou até março de 1962, quando finalmente o governo francês assinou um cessar-fogo com a FLN. Em julho do mesmo ano, a população argelina aprovou, em referendo, o cessar-fogo com a França.

O inventário psiquiátrico e psicológico que Fanon expõe em seu livro antecede em quase 40 anos ao “Protocolo de Istambul”⁵⁴. Ele apresenta um documento detalhado sobre transtornos mentais, psíquicos e psicossomáticos, decorrentes da experiência coletiva de opressão, e relata vários casos clínicos, que atendeu e seguiu, decorrentes de acontecimentos traumatizantes.

“Ocupamo-nos do problema dos transtornos mentais surgidos da guerra de libertação nacional que o povo argelino realiza. Desde 1954 chamamos a atenção dos psiquiatras franceses e internacionais sobre a dificuldade de curar o colonizado, quer dizer, da tentativa de torná-lo totalmente ‘homogêneo’ em um meio social de tipo colonial. Como há uma sistemática negação do outro, uma decisão violenta de privar o outro de todo atributo de humanidade, o colonialismo exige que o povo dominado se pergunte permanentemente: quem sou eu, verdadeiramente? (...) A guerra de libertação nacional que o povo argelino vem sustentando há sete anos se converteu em um terreno favorável para a eclosão de diversos tipos de transtornos mentais, decorrentes da submersão em um homicídio gratuito e coletivo.” (Fanon, 2007, pp. 228-229)

Em determinado momento, Fanon faz um diagnóstico sem esperança e diz: “o futuro destes doentes da colonização está hipotecado”.

Vários casos apresentados se referem a torturas sofridas e, sobre isso, Fanon tem uma opinião clara: a de que os franceses “adotam um ponto de vista estri-tamente francês” (p. 230) em relação à tortura. Diz que esta não é uma opinião, apenas, mas uma comprovação na prática, pois “querem proteger a consciência dos torturadores atuais e potenciais com o objetivo de evitar o apodrecimento moral da juventude francesa” (p. 230).

Em relação à sua experiência como profissional, ele apresenta vários casos que atendeu e acompanhou. Alguns títulos: Caso 1: Impotência de um argelino como consequência da violação de sua mulher; Caso 2: Impulsos homicidas frequentes de um sobrevivente de um massacre coletivo; Caso 3: Psicose de angústia grave com sintomas de despersonalização depois de um brutal assassinato da mulher; Caso 4: Transtornos de comportamento em crianças argelinas com menos de dez anos de idade; Caso 5: Psicose pós-parto em mulheres argelinas refugiadas.

Além dos casos enumerados, apresenta um relatório extenso sobre as sequelas das torturas por água (afogamento); por eletricidade (choque elétrico); por uso de medicação severa para extração de informações (soro da verdade); privação de sono; entre outros métodos. O emprego sistemático da tortura na Argélia foi denunciado energicamente a partir de 1957 por vários intelectuais franceses, entre os quais Henri Alleg, torturado durante a Guerra da Argélia.

O prefácio do livro “Os Condenados da terra”, escrito por Jean-Paul Sartre,

⁵⁴ O Protocolo de Istambul arrolou todas as marcas possíveis detectadas nas vítimas de tortura e foi construído em 1999 por uma equipe multiprofissional que reuniu médicos, psiquiatras, psicólogos e profissionais que cuidavam de pessoas presas, ou que as atenderam após sua prisão ou vivências traumáticas.

por sua vez, é um texto de irrestrita condenação à colonização europeia e, particularmente, francesa na África. Seu texto é surpreendente ainda hoje, apesar de escrito em 1961. Sartre ataca os desmandos dos colonizadores e dos governantes franceses e chama a atenção dos seus compatriotas para o que estava sendo perpetrado em nome da França, na Argélia. Apoiava integralmente o texto de Fanon e expressa sua própria concepção do colonialismo europeu.

“Essas diferenças nasceram da história colonial, quer dizer, da opressão. Aqui a Metrópole contentou-se em pagar a alguns senhores feudais; ali, sob a consigna de “dividir para vencer”, fabricou de um só bloco uma burguesia de colonizados; em outra parte, desferiu um golpe duplo: a colônia é tanto de exploração como de população. Assim a Europa fomentou as divisões, as oposições, forjou classes e racismos, tentou por todos os meios provocar e aumentar a estratificação das sociedades colonizadas. Fanon nada oculta: para lutar contra nós, a antiga colônia deve lutar contra si mesma. Ou melhor, ambas as lutas não são mais do que uma única.” (p.10)

Mais adiante, Sartre descreve também o que foi feito em outros países africanos pela dominação europeia:

“Que cada qual reflita como quiser, desde que reflita: na Europa de hoje, aturdida pelos golpes recebidos, na França, na Bélgica, na Inglaterra, a menor distração do pensamento é uma cumplicidade criminosa para com o colonialismo. Este livro não necessitava de um prefácio. Sobretudo porque não se destina a nós. Escrevi-o, porém, para levar a dialética até suas últimas consequências: também a nós, os europeus, nos estão descolonizando; quer dizer, estão extirpando, em uma cirurgia sangrenta, o colono que vive em cada um de nós. (...) Somos exploradores. Sabem que nos apoderamos do ouro e dos metais e do petróleo dos ‘novos continentes’ para trazê-los às velhas metrópoles. Não sem excelentes resultados: palácios, catedrais, capitais industriais; e quando a crise ameaçava, aí estavam os mercados coloniais para amortecê-la ou desviá-la. A Europa, carregada de riquezas, outorgou de jure a humanidade a todos os seus habitantes: um homem, entre nós, significa um cúmplice, posto que todos nos beneficiamos com a exploração colonial. Esse continente obeso e lívido acaba por cair no que Fanon chama precisamente de ‘narcisismo’. (...) Não é bom, compatriotas, vocês que conhecem todos os crimes cometidos em nosso nome, não é realmente bom que não digam uma só palavra a alguém, nem sequer à sua própria alma, por medo de terem de julgar-se a si mesmos. De início vocês ignoravam, quero crê-lo, depois duvidaram e agora sabem, mas continuam calados. Oito anos de silêncio degradam. E em vão: agora, o sol ofuscante da tortura está no zênite, ilumina todo o país; sob essa luz, nenhum riso soa bem, não há um rosto que não se cubra de cosméticos para dissimular a cólera ou o medo, não há um ato que não traia nossa repugnância e cumplicidade. Atualmente, basta que dois franceses se encontrem para que haja entre eles um cadáver. (pp. 27-28)

No final de seu longo prefácio, Sartre concebe um possível e bom futuro para os homens livres: “um dia que não se definirá como a soma dos habitantes do globo, mas como a unidade infinita de suas reciprocidades”.

ISTO POSTO: ONDE FICAMOS NÓS?

Não somos iluministas e nem colonizadores. Não somos mais colonizados. Somos brasileiros e brasileiras, na flor das nossas idades, saudáveis, livres e lúcidos. Por alguma disposição que nos ultrapassa escolhemos estar neste lugar como profissionais que pensam sobre a tortura.

Podemos fazer exatamente o que?

Vou pedir emprestada uma fala que não tem pátria e nem lugar, porque é uma fala atribuída a um mito. E os mitos são nossos ancestrais. Não podemos escapar. Na psicanálise sempre recorreremos ao mito da fundação do humano, da origem da culpa, da repetição do ato e da tentativa de dar nome ao que escapa. Então vamos ficar com um mito. Para não dizer que fabriquei a interpretação dou a palavra a Lacan.

De todas as referências sobre a tortura e o desaparecimento, a história de Antígona, a mais antiga no tempo, é a que permanece sem tempo e sustenta a virtualidade de um não lugar onde habitam os desaparecidos.

Lacan (1959-60) apresenta uma leitura de Antígona que nos implica. Ao contestar o rei de Tebas, que estabeleceu a lei contra o sepultamento de Polínice, irmão de Antígona, o rei diz que a lei contra o sepultamento, era um decreto dos deuses. Antígona se opõe a Creonte e reivindica para si a autorização para o ato que praticou, invocando laços de sangue. Diz que a lei dos deuses não está escrita, logo também pode interpretá-la segundo seu critério: “de nenhuma maneira Zeus proclamou isso para mim; não é Zeus quem te dá o direito de fazer, de dizer isso” (p. 328).

Apesar da contestação, ela é derrotada por Creonte e encaminhada para um local em que estará suspensa entre a vida e a morte, suplício que lhe é destinado. Sem estar morta, já está riscada do mundo dos vivos e, durante longo tempo, vai queixar-se de partir sem tumba, ainda que trancada numa tumba, sem morada e sem amigo que chore por ela. Mas... diz Lacan, “as coisas poderiam ter tido outro desfecho se o corpo social tivesse aceitado perdoar, esquecer e cobrir tudo (a morte dos irmãos) com honras funerárias. É na medida em que a comunidade se recusa a isso que Antígona deve fazer o sacrifício de seu ser para a manutenção desse ser essencial (...) familiar, motivo, e eixo verdadeiro, em torno do qual gira toda essa tragédia” (p. 334).

A interpretação de Lacan enlaça ao destino de Antígona à comunidade que foi surda ou indiferente ou imobilizada frente ao castigo que ela iria sofrer, um suplício paradoxal, pois ainda viva poderia ter sido escutada. Mas a surdez do rei e a surdez do corpo social que poderia apoiá-la na sua queixa acabaram por determinar sua extrema dor e suplício de sua vida, tornada opaca e indeterminada.

SÉCULO XXI: UM ANALISADOR PARA O BRASIL

Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu uma sentença em que ordena que o estado brasileiro realize uma investigação completa, efetiva e imparcial dos desaparecimentos forçados, ocorridos na região do Araguaia, envolvendo um total de 70 pessoas; e que, após a investigação dos fatos e a punição de todos os responsáveis, determine o paradeiro das vítimas; e que sejam removidos os obstáculos, criados com a Lei de Anistia 6693/1979, para que as famílias tenham acesso a todas as etapas judiciais. Enquanto persistir o desaparecimento, persiste a violação de direitos. Até hoje, não se sabe, de fato, o que ocorreu. O fato de se referir ao Araguaia, não restringe a busca de todos os desaparecidos em qualquer situação onde tenha ocorrido, ou presuma-se que tenha ocorrido, algum desaparecimento forçado.

Ou seja, a análise do caso Araguaia, feita pela Corte Interamericana de Direitos Humanos serve como um analisador contemporâneo para os procedimentos que o corpo social pode acompanhar, rompendo a surdez que prevalece desde que os fatos ocorreram a partir da década de 1970.

Somos cidadãos e cidadãs de um país cujo estado foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Nossa tragédia foi escrita sem metáforas e o crime foi apontado. Fazemos parte do corpo social deste país.

Os desaparecidos continuam desaparecidos e o Estado continua sem cumprir o que lhe foi determinado.

Os torturados foram torturados pelos torturadores que não foram responsabilizados pelos crimes: que deuses teriam assim decidido?

Os que compõem a Suprema Corte?

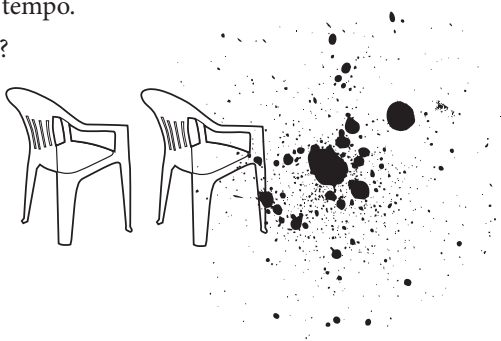
Os legisladores que confeccionaram e aprovaram a Lei de Anistia de 1979?

Falam em nosso nome aqueles que interpretaram esta lei aceitando que os torturadores estão também anistiados?

A interpretação que deram aos fatos está acima de nós?

O que poderiam nos dizer Verri, Dunant ou Sartre? Podemos, nós mesmos, ser analisadores do nosso tempo.

O que temos a dizer?



Referências

- ARANTES, M. A. A. C. *Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- BEREZIN, A. N. *Sobre la crueldad: la oscuridad en los ojos*. Buenos Aires: Psicolibro, 2010.
- DALLARI, D. A. Prefácio. In: VERRI, P. *Observações sobre a tortura*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FANON, F. *Los condenados de la tierra*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- FREUD, S. (1930) O mal-estar na civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976; v. XXII.
- _____. (1932) Por que a guerra? *Op. cit.*; v. XXII.
- HECILDA, V. F. Luta, substantivo feminino. In: MERLINO, T. & OJEDA, I. (Org.). *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*. São Paulo: Caros Amigos; Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.
- LACAN, J. (1959-60) *O Seminário*. Livro 7: A ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LEVI, P. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- PETERS, E. *História da tortura*. Lisboa: Teorema, 1985.
- SARTRE, J.-P. Prefácio. In: FANON, F. (Org.) *Los condenados de la tierra*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- VERRI, P. *Observações sobre a tortura*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

11

A EXPERIÊNCIA-SOFRIMENTO NA TORTURA: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL⁵⁵

Myrna Coelho

“Torna-se desnecessário eu descrever aqui o que passei no DOI-CODI. Dezenas de pessoas já o fizeram e muitas ainda o farão. Escuta-se gritos de pavor durante 24 horas por dia, choros desesperados, de homens e mulheres. Vi velhos de 70 anos serem brutalmente espancados. Pais e filhos, esposas e esposos e irmãos serem torturados uns na frente dos outros, serem obrigados a torturarem-se uns aos outros. Alguns comparam aquele órgão ao inferno. Eu diria que essa palavra não consegue exprimir todo o horror que sentem aqueles que tiveram a infelicidade de entrar como prisioneiros naquela casa”.

Ednaldo Alves Silva (Brasil: nunca mais)⁵⁶

O presente artigo é um recorte de tese de doutorado realizada entre 2007 e 2010. Nela foram analisados todos os inquéritos civil-militares produzidos no Brasil entre 1964 e 1979, relativos à pesquisa brasileira “Brasil: Nunca Mais”, ao relatório argentino “Nunca Más”, documentos, relatos, literaturas de testemunho e entrevistas de presos políticos torturados nas últimas ditaduras civil-militares do Brasil (1964-1985) e da Argentina (1986-1973).

⁵⁵ O presente artigo é baseado na tese de doutorado Sofrimento e tortura: Brasil (1964-1979) e Argentina (1976-1983), apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM / USP) em 2010 e financiada pela CAPES.

⁵⁶ ARQUIDIOCESE de São Paulo, tomo V, vol. 1, p. 790.

Este acesso se deu objetivando explicitar os modos da experiência-sofrimento⁵⁷ do preso político na situação de tortura e compreender esse acontecimento a partir do referencial da fenomenologia-existencial.

Os regimes terroristas costumam justificar a utilização do dispositivo da tortura como defesa da segurança interna (Naffah Neto, 1983, p. 14). Na verdade, esse dispositivo tem outros objetivos bem mais perversos:

“(…) uma das armas fundamentais da repressão é a disseminação do preconceito: os inimigos potenciais do regime são postos como inimigos da nação, agentes internacionais, pessoas a quem é preciso destruir para que a paz no país possa ser restaurada. Aí o discurso ideológico pode, por vezes, ter seu efeito doutrinário aumentado, em função da situação caótica instaurada; de qualquer forma, é uma palavra aparentemente capaz de ordenar e explicar a situação, especialmente para populações pouco politizadas. Na medida em que controla os meios de comunicação de massa, o poder instituído pode lançar mão de todos os tipos de propaganda, de técnicas de persuasão e de doutrinação para a formação ideológica das grandes massas”. (Naffah Neto, 1983, p. 14)

Ou seja, um de seus fundamentos é a *disseminação do preconceito*, pois a violência – compreendida como qualquer situação onde ocorra a redução do homem a objeto (Chauí, 1994) – apoia-se no terreno do preconceito para se justificar e atuar. Dessa forma, reduzir a complexidade duma situação política limite onde pensamentos discordantes e opostos tomam a cena social a um fenômeno de criminalização de um dos pensamentos discordantes é um mecanismo preconceituoso de fomentação e sustentação da própria violência.

Segundo Kordon (1994), a repressão ditatorial buscou um consenso social a partir de campanhas de ação psicológica que ampliavam a situação de terror. A principal campanha, segundo a autora, era destinada a promover o silêncio. Assim, a partir do terror, não se podia falar sobre o que estava ocorrendo. Outra campanha se dedicava a culpabilizar as vítimas da repressão em conjunto com a sociedade, a que ela denomina como campanha de indução psicológica. Nessa campanha, a partir dos meios de comunicação em massa, tentava-se induzir as famílias e os sequestrados à ideia de que estavam em contraposição aos valores sociais – no caso, valores implantados pelas ditaduras. Nesse pacto perverso, cria-se a ideia de que aquele grupo não pertence aos valores sociais vigentes, portanto, não reconhecendo determinado grupo como pertencente aos valores daquela cultura. Dessa forma, as ditaduras pretendem acordar com a sociedade diferentes

⁵⁷ “Nos valeremos do conceito ‘experiência-sofrimento’ para nos aproximarmos fenomenologicamente da experiência do preso político. Esse conceito se baseia no caráter de processo na compreensão da loucura que indicou tanto a viabilidade quanto a necessidade de abordagens que possibilitassem compreender o que, de certo modo, é impreciso, dinâmico, não quantificável. Para pensar a clínica da reforma psiquiátrica, Basaglia (apud Amarante, 2003, p. 55) propõe que coloquemos a doença entre parênteses, utilizando-se da redução fenomenológica de Husserl. A ideia da doença entre parênteses pode ser entendida como uma atitude epistêmica de suspensão de um determinado conceito a fim de criar possibilidades de novos contatos empíricos com o fenômeno em questão. Esse fenômeno é a experiência vivida. Desta forma, a doença

padrões culturais de modo a sustentar um novo contrato coletivo que possibilite a mudança dos valores de determinada sociedade (Kordon, 1994, p. 79).

As implicações psicológicas da repressão não devem ser estudadas dentro da categoria de enfermidade. Segundo Kordon & Edelman (1994), elas devem ser consideradas como efeitos de uma situação de emergência social.

“(…) Não há uma patologia específica da tortura, uma sintomatologia unívoca que permita fazer um diagnóstico claro e propor um tratamento efetivo (…). Quanto às sequelas psicológicas, dificilmente enquadráveis na semiologia clássica, são provocadas tanto pela situação mesma da tortura (métodos diversos, sequências e períodos variáveis, associadas a outras circunstâncias traumáticas – tortura de outro membro da família, violação, simulacros de fuzilamento, desaparecimento, exílio etc), pelos traumatismos físicos e as suas sequelas fisiológicas como pelo refinamento das próprias torturas psicológicas utilizadas (‘os vamos enlouquecer...’ dizia um torturador argentino) e a significação social e política que fora dada a esses gravíssimos fatos (a impunidade judicial dos torturadores, a cumplicidade governamental e institucional, o silêncio da mídia, o esquecimento, a rejeição etc).” (Martín, 2005, pp. 436-437)

Muitos relatos afirmam que os torturados falavam “coisas desconexas” quando saíam das torturas.

“Uma noite se entretiveram com um rapaz de Las Palmas (Chaco) e eu. Os soldados executavam as torturas ao mesmo tempo em que escutavam o rádio: jogavam Pátria, time local, e Rosário Central. Durante toda a partida eles se dedicaram a espancar o rapaz que *a partir desse momento ficou louco por umas duas semanas*. Depois, foi a minha vez. Durante os interrogatórios sempre havia alguém que, com uma pequena madeira, destroçava as articulações e os nós das minhas mãos ou pés. (...) Um dia, por fim, descobri qual havia sido a lógica do meu infortúnio, se é que se pode falar de lógica nestes casos. Enquanto os presos políticos estavam em horário de “recreio” alguém, que estava na cela em frente, me contou que Mirta Infran havia “cantado”. Ela e seu marido tinham sido presos. Primeiro, eles torturaram até destruir seu marido; em seguida, o eliminaram. Então começaram a tratar dela. *Em determinado momento, ela enlouqueceu e, talvez, pretendendo se salvar ou tendo ultrapassado o limiar da demência, começou a “cantar” coisas inverossímeis*. Mandou para a prisão, facilmente, mais de 50 pessoas. Disse que eu havia planejado a ocupação do regimento de La Tablada, que eu militava na organização dos “Montoneros” e que eles haviam me oferecido apoio logístico.” (Depoimento de Antonio Horacio Miño Retamozo. Nunca más)⁵⁸

entre parênteses não significa a negação da existência da experiência que a psiquiatria convencionou denominar doença mental. A estratégia de colocar a doença entre parênteses é uma ruptura com o modelo teórico-conceitual da psiquiatria, que adotou o modelo das ciências naturais para conhecer a subjetividade e terminou por objetivar e coisificar a experiência humana (Amarante, 2003, p. 67). A estratégia da doença entre parênteses é uma forma de fazer surgir o sujeito da experiência que estava neutralizado pelo modelo metafísico de aproximação do humano. Assim, a partir da fenomenologia-existencial, podemos denominar o campo da saúde mental como aquele que se ocupa não das doenças ou dos diagnósticos, mas da “experiência-sofrimento” (Coelho, 2010, p. 114).

⁵⁸ Tradução do editor.

Bermann (1994) considera que a tortura se dá em três etapas: a primeira, a mais denunciada e conhecida, objetiva o aniquilamento do indivíduo, a destruição de seus valores e convicções. A segunda consiste numa experiência limite de desorganização da relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo: é o que Marcelo & Maren Viñar (2009) denominam de “demolição”. Entendemos que os relatos acima tornam visível o aspecto bastante concreto da “demolição”. A terceira consiste na “resolução” dessa experiência limite: com o fim da crise se produz uma reorganização a partir de uma conduta substitutiva.

A fim de pontuar nossa proposta de compreensão da existência-sofrimento na situação de tortura, selecionamos dois relatos – um brasileiro e um argentino – que serão apresentados na íntegra. Essa escolha se justifica na medida em que os desdobramentos desses relatos vão nos indicar outras possibilidades de discussão dessa experiência-sofrimento.

RELATO BRASILEIRO

“(…) foi agarrado por vários indivíduos que não se identificaram e não apresentaram mandado judicial que o encapuzaram, que o algemaram, quando tem o direito de não ser algemado, por ter diploma superior: que foi conduzido às dependências do DOI/CODI-I, onde foi torturado nu, após tomar um banho pendurado no pau-de-arara, onde recebeu choques elétricos através de um magneto, em seus órgãos genitais e por todo o corpo e teve introduzido em suas narinas, na boca, uma mangueira de água corrente, a qual era obrigado aspirar cada vez que recebia uma descarga de choques elétricos; que, na técnica de torturas conhecida como afogamento, que, depois de retirado do pau-de-arara, foi-lhe amarrado um dos terminais do magneto num dedo de seu pé e no seu pênis, onde recebeu descargas sucessivas a ponto de cair no chão e tal era o seu descontrole fisiológico que defecou e urinou no chão; que, foi obrigado a comer suas fezes e a beber sua urina; que, foi pisoteado, socado, até sangrar violentamente pela boca, pelo nariz; que, durante 4 horas, sofreu todas essas torturas; que recebeu ameaças de que iria ser assassinado e jogado o seu corpo (ilegível) da baixada fluminense; que, após essas ameaças, encapuzado, algemado nos pés e nas mãos amarrados entre si, foi introduzido em um carro e transportado para local ignorado; que, a viagem durou 5 horas, tendo se chegado nas dependências do CODI/DOI-II, em S. Paulo; que, ali chegando, ouviu as palavras de que iria saber os corredores, os porões da (ilegível) que, foi imediatamente recebido e por volta da meia noite do (ilegível); que ratificando, por volta das 3 horas da manhã, do dia 6 de setembro, sentou-se numa cadeira conhecida como a cadeira do dragão, que é uma cadeira de madeira extremamente pesada, cujo assento é de zinco e que na parte posterior tem uma proeminência para ser introduzido um dos terminais da máquina de choque chamado magneto; que, passou dois dias nesta sala de torturas sem comer, sem beber, recebendo sal em seus olhos, boca e em todo o seu corpo de modo que

aumentasse a condutividade de seu corpo; que o terminal da máquina era ligado sucessivamente nos seus pés e no seu pênis; que, em seu pênis e na folha de zinco da cadeira, entre as suas mãos estavam amarrados no braço da cadeira, nas suas narinas, na sua boca (ilegível) e, principalmente, em seus tímpanos; que o terminal dessa máquina era em forma de cápsulas de balas para facilitar a introdução nos orifícios do seu corpo; que, além disso, a cadeira apresentava uma mesa de madeira que empurrava as suas pernas para trás, de modo que cada (ilegível) de descarga, as suas pernas batessem na travessa citada, provocando ferimentos profundos, cujas marcas têm até agora, decorridos (ilegível) e 5 dias; que mostrará a este nobre tribunal tais marcas; que (ilegível) suas mãos foram machucadas, queimadas pelos choques elétricos e ainda apresentam marcas evidentes, inclusive, em seus braços; que ficou praticamente louco com os três dias de choques; que só levantava da cadeira do dragão para ter o seu tórax socado violentamente de modo a que perdesse o controle de toda sua musculatura e pudesse, assim, entrar na frequência das máquinas de choques e, com isso, aumentar o perigo de paradas cardíacas, que teve várias; que, após três dias de violentas torturas passou, praticamente, 15 dias numa solitária infecta, exalando odores de esgoto e só saía carregado porque não podia andar, para as sessões de torturas que se desenvolveram por todo esse período; que foi, por duas vezes, nesse período, pendurado no pau-de-arara e lá teve parada cardíaca e respiratória e, inclusive, tendo sido diagnosticado pelo enfermeiro que fazia o acompanhamento dos torturados, como sentindo a doença de aerofagia, ou seja, bloqueio das vias respiratórias por conta de choques elétricos; que, a sua pressão chegou a 18 a 20 por 14, tendo sido lhe ministrado maciças doses de cepasol de 25 mg e relaxantes musculares de modo que seu corpo voltasse a ser sensível às dores das pancadas que foi submetido, pois a partir de certo instante tornou-se insensível a qualquer dor; que, depois desse período em que sua família era ameaçada de morte, de ser presa, torturada e do interrogando mesmo de ser jogado de precipícios da via Anchieta, passou a ser torturado conjuntamente com Gildásio Westin Cosenza, sentados os dois, um ao lado do outro, amarrados pelos braços onde os terminais das máquinas eram ligados em cada um dos pênis dos citados acusados; que depois assistiu Gildásio ser torturado no pau-de-arara, enquanto o interrogando era torturado na cadeira do dragão; que chegaram ao ponto de nos obrigar a torturar um ao outro com as mesmas máquinas de modo a nos brutalizar, a tornar-nos animais, para conseguirem seus intentos; que teve suas unhas varadas por estiletos de bambus por mais de duas vezes, lentamente; que teve a palma de suas mãos inchadas por pancadas de palmatórias, o mesmo acontecendo com as solas dos seus pés de modo que não pudesse andar e era carregado pelos carcereiros para as diversas salas de torturas; que, depois, foi obrigado a assinar vários depoimentos, que foram peças de depoimentos apresentados como declarações de próprio punho; que os instrumentos de tortura a que foi submetido eram os seguintes: 1) havia uma máquina chamada 'pimentinha', na linguagem dos torturadores, a qual constituía de uma caixa de madeira; que no seu interior tinha um ímã permanente, no campo do qual girava um rotor combinado, de cujos terminais uma escova recolhia corrente elétrica que era conduzida através de fios que iam dar nos terminais que já descreveu; que essa má-

quina dava uma voltagem em torno de 100 volts e de grande corrente, ou seja, em torno de 10 amperes; que detalha essa máquina porque sabe que ela é a base do princípio fundamental: do princípio de geração de eletricidade; que essa máquina era extremamente perigosa porque a corrente elétrica aumentava em função da velocidade em que se imprimia ao rotor através de uma manivela; que, em seguida, essa máquina era aplicada com uma velocidade muito rápida e uma parada repentina e com um giro no sentido contrário, criando assim uma força contra eletromotriz que elevava a voltagem dos terminais em seu dobro de voltagem inicial da máquina; que, aliava-se assim uma tensão muito alta ou uma corrente muito alta; que ela era acionada com uma determinada frequência, levando o seu corpo e o seu coração a entrarem na frequência da máquina provocando o que se chama frequência de ressonância ou sincronismo; que pode, inclusive, levar pontas de concreto armado à destruição a esses terminais dessa máquina que eram aplicados nos dois lados do coração levavam-no sucessivamente à paradas cardíacas; que, existiam duas outras máquinas que são conhecidas, na linguagem técnica de eletrônica como: dobradores de tensão, ou seja, a partir da alimentação de um circuito (ilegível) por simples pilhas de rádio se pode conseguir voltagem de 500 ou 1.000 volts, mas, com correntes elétricas pequenas, como (ilegível) nos cinescópios de televisão, nas bobinas de carro; que essas máquinas possuíam três botões que correspondiam a três seções, fraca, média e forte, que eram acionadas individual ou em grupo o que nesta dada hipótese somavam as voltagens das três sessões; (ilegível) todas essas máquinas eram ligadas ao seu corpo ao mesmo tempo; que provocavam uma composição elétrica extremamente danosa para o seu organismo porque paralisava os seus músculos, a sua respiração e provocava queimaduras onde os terminais eram aplicados; que, em consequência disso a língua se partiu completamente e está toda marcada até hoje porque seus maxilares trepidavam violentamente esmagando-a; que, passou por mais de 10 dias praticamente sem comer; que, o pau-de-arara era uma estrutura metálica, desmontável guardada embaixo da escada que vai para a sala de interrogatórios no 1º andar; que era constituído de dois ângulos de tubo galvanizado em que um dos vértices possuía duas meias luas em que eram apoiados e que por sua vez era introduzida de baixo de seus joelhos e entre as suas mãos que eram amarradas e levadas até os joelhos; que foi torturado psicologicamente por todo o tempo, inclusive, sendo acompanhado a todo instante por elementos que analisavam as suas reações às ameaças, às próprias torturas, ao interrogatório que se pretendia a qualquer hora do dia ou da noite, para então escolherem as melhores técnicas de abaterem ou aniquilarem física e psicologicamente; que passou dias sem comer e quando passou a comer tinha a sua ração diminuída ao máximo e sabia que logo em seguida seria torturado porque eles usavam a técnica de os torturar com o estômago vazio para que não vomitasse, não defecasse e nem tivesse problemas de congestão; que os enfermeiros desempenhavam um papel de saberem até que ponto o interrogando resistiria às torturas e em segundo lugar de colocá-lo em condições de ser novamente torturado repetindo assim essa situação por várias vezes; que, depois, cuidavam do interrogando para eliminar as marcas que o seu corpo acusava; que, pior do que isso tudo, foi passar dias inteiros, por

vários dias, vendo e ouvindo várias pessoas serem torturadas, crucificadas, penduradas nos registros das celas, espancadas nos corredores, gritando uma agonia indescritível; que viu pais e filhos sendo torturados, esposas e esposos serem também torturados e um sendo obrigado a torturar o outro; que viu velhos de quase 70 anos serem praticamente espancados e chegarem a ponto de debilitação total; que, essas coisas que diz agora são uma síntese do que viveu; que, podem ser comprovadas pela carta que sua mãe, seu irmão, sua irmã, escreveram ao Dr. José Carlos Dias, no dia 9 de outubro, quando eles o visitaram por 15 minutos no DOI/CODI-II, carta esta que está anexada em seu processo; que foi para o DOPS no dia 14 de outubro e o seu peso era de menos quase 20 quilos pelos maus tratos que sofreu a ponto de que, quando no DOPS entrou, não vestia nenhum macacão, porque os que tinham lá não cabiam no seu corpo e, quando saiu de lá já estava usando folgadoamente um macacão; que esse macacão não apresentava cintos; (...) que no DOPS não foi torturado, mas sobre aí, pesavam as ameaças de voltar ao DOI, inclusive, tendo lhe sido dito que existia um ofício pedindo o seu retorno (...) ficou mais de 45 dias sem assistência jurídica; (...) (ilegível) que, embora no Brasil haja uma legislação que lhe permite ser preso com mandado de autoridade judicial competente, a sua prisão revestiu-se de um verdadeiro sequestro, já que após um jogo de futebol de salão com os seus colegas da fábrica de projéteis do Andaraí foi agarrado por vários indivíduos que não se identificaram e não apresentaram mandado judicial (...).” (Depoimento de José Milton Ferreira de Almeida. Brasil: nunca mais, tomo V, Vol. 2, p. 598-610)

RELATO ARGENTINO

“Quando, carregado pelas extremidades porque não podia me locomover em virtude das feridas nas pernas, eu atravessava a porta de entrada do edifício, consegui enxergar uma luz vermelha intermitente que vinha da rua. Pelas vozes, ordens e ruídos das portas do automóvel, em meio aos gritos e reclamações de meus vizinhos, poderia afirmar que se tratava de um carro de polícia.

Logo em seguida, depois de uma acalorada discussão, a viatura se retirou e, então, me levaram a força. Fui jogado no chão de um automóvel, provavelmente um Ford Falcon, e começou a viagem.

Tiraram-me do carro da mesma maneira como eu havia sido embarcado, carregado por quatro pessoas. Seguimos por um pequeno trecho (4 ou 5 metros) que, pelo ruído dos passos, era um pátio com chão de pedregulhos. Me largaram sobre uma mesa e amarraram meus pés e mãos nos quatro cantos dela.

Já amarrado, o primeira voz que ouvi foi de alguém que disse ser médico. Ele me informou da gravidade das hemorragias que tinha nas pernas e que, tinha sido por isso, que eu não tentara nenhuma resistência à prisão.

Em seguida, outra voz se identificou como sendo O CORONEL. afirmou que eles sabiam que minha atividade não era vinculada ao terrorismo ou à guer-

rilha, mas que eu seria torturado por ser opositor ao regime; porque eu “não tinha entendido que não existia espaço político no país para que houvesse oposição do governo do Processo de Reorganização Nacional”. E acrescentou: “Vais pagar caro por isso. Acabaram-se os padrecos dos pobres!”

Foi tudo muito vertiginoso. Desde que me tiraram do carro até que começou a primeira sessão de choques passou-se menos tempo do que o que estou demorando para fazer o relato.

Durante dias fui submetido a constantes choques elétricos aplicados nas gengivas, mamilos, genitais, abdômen e ouvidos. Nesse tempo, não propositadamente, consegui incomodá-los muito, porque ainda que me fizessem gritar, saltar e estremeecer com os choques, eles não conseguiram fazer com que eu desmaiasse.

Começaram, então, a me espancar de modo sistemático e rítmico com vergalhões de madeira nas costas, nos glúteos, nas panturrilhas e nas plantas dos pés. No princípio a dor era intensa. Depois tornou-se insuportável. Por fim, perdia-se a sensação corporal e a zona espancada ficava totalmente insensível. A dor, impossível de conter, reaparecia no mesmo instante em que o castigo cessava. E aumentava mais ainda quando eles arrancavam minha camisa grudada nas feridas, para me levar a uma nova “sessão”.

Por vários dias, eles continuaram a proceder dessa forma, alternando os espancamentos com as sessões de choques. Algumas vezes foram simultâneas.

Esta combinação pode ser mortal porque, enquanto os choques produzem contrações musculares, as agressões por espancamento, para se defender do golpe, provocam o relaxamento do músculo. E, nem sempre, o coração resiste a esse tratamento.

Nos intervalos entre as sessões de tortura, deixavam-me pendurado, pelos braços, em ganchos fixos nas paredes da cela em que me despejavam.

Algumas vezes me jogaram sobre a mesa de tortura e me esticaram amarrando pés e mãos a algum instrumento, que não posso descrever porque não o vi. E eu tinha a sensação de que partes de meu corpo seriam arrancadas.

Em certo momento, estando de boca para baixo sobre a mesa de tortura, segurando a cabeça fixamente, eles me retiraram a venda dos olhos para me mostrar um trapo manchado de sangue. Perguntaram-me se eu o reconhecia e, sem esperar muito por uma resposta – que eu não tinha porque o trapo estava irreconhecível e porque minha visão estava muito afetada pela tortura – disseram-me que trata-va-se de um pedaço da calça de minha mulher. E nada mais. Como para me mostrar quanto ela estava sofrendo... Voltaram a me vender e seguiram me batendo.

Depois de dez dias nesse “matadouro”, eles levaram minha mulher, Hilda Nora Ereñú, até o lugar onde eu estava largado. Vi que ela estava muito mal. Seu estado físico era deplorável. Só nos deixaram dois ou três minutos juntos. E na presença de um torturador. Quando a levaram eu pensei – depois soube que ambos pensamos a mesma coisa – que aquela era a última vez que nos vería-

mos. Que era o fim para ambos. Apesar de terem me informado que ela havia sido liberada junto com outras pessoas, só voltei a ter notícias dela quando, já legalizado na Delegacia de Gregorio de Laferrère, ela se esteve na primeira visita junto com minhas filhas.

Também sofri queimaduras, em duas ou três ocasiões, feitas com algum instrumento metálico. Tampouco nesse caso, pude ver do que se tratava mas a sensação era de que era me encostavam algo duro; não um cigarro que se amassa, mas algo parecido com um prego aquecido ao fogo.

Um dia me jogaram de boca para baixo sobre a mesa e me amarraram (como sempre) e, com toda a paciência, começaram a esfolar as plantas dos meus pés. Suponho – não pude ver porque estava “emparedado” – que usavam uma lâmina de barbear ou um bisturi. Às vezes, eu sentia que me rasgavam como se arrancassem a pele (a partir das bordas das feridas) com uma pinça. Dessa vez, eu desmaiei. E, a partir daí, foi muito estranho porque os desmaios começaram a acontecer com uma incrível facilidade. Inclusive quando, mostrando-me outros trapos ensanguentados, disseram-me que pertenciam às calças de minhas filhas. E me perguntaram se eu preferia que elas fossem torturadas comigo ou em separado.

Desde então comecei a sentir que convivia com a morte.

Quando eu não estava nas sessões de tortura, eu tinha alucinações com elas. Às vezes acordado e outras em sonhos.

Quando vinham me buscar para uma nova sessão, eles o faziam aos gritos e entravam na cela chutando a porta e golpeando tudo o que encontravam pela frente. Violentemente.

Por isso, antes mesmo de se aproximarem de mim, eu já sabia o que me aguardava. Por isso, também, eu vivia na expectativa do momento em que eles chegariam para me buscar.

De todo esse tempo, a lembrança mais vívida, mais aterrorizante que eu tenho, era o pensamento de que eu estava convivendo com a morte. Sentia que eu não podia pensar isso. Buscava, desesperadamente, outro pensamento qualquer que me fizesse sentir que eu estava vivo. Que eu não estava louco. Mas, ao mesmo tempo, eu desejava com todas as minhas forças que me matassem o quanto antes.

A luta no meu cérebro era constante. Por um lado: “recobrar a lucidez e não deixar que eles desestruturassem minhas ideias”. E, por outro: “que acabassem comigo de uma vez”.

Eu tinha a sensação de estar girando no vazio de um grande cilindro viscoso pelo qual eu deslizava sem poder me agarrar a nada.

E que um pensamento, um único pensamento, seria algo suficientemente sólido para que eu pudesse me agarrar, impedindo a queda até o nada.

A lembrança desse tempo é tão concreta e, simultaneamente, tão íntima que eu sinto como se fosse uma viscera que realmente existe.

Em meio a todo esse terror, não sei bem quando, um dia me levaram à “sala de cirurgia” e, novamente, como sempre, depois de me amarrar, começaram a torcer meus testículos. Não sei se o faziam manualmente ou se utilizavam algum instrumento. Nunca senti dor semelhante. Era como se me dilacerassem por completo, desde a garganta e o cérebro até embaixo. Como se garganta, cérebro, estômago e testículos estivessem unidos por um fio de nylon e tudo fosse arrancado e esmagado ao mesmo tempo.

O desejo era o de que conseguissem me arrancar tudo para que eu ficasse definitivamente vazio.

E eu desmaiava.

E sem saber quando nem como, recuperava a consciência e já estavam me a arrancando de novo. E eu, novamente, perdia os sentidos.

Nessa época, a partir de 15 ou 18 dias depois que fui sequestrado, eu já sofria de uma insuficiência renal com retenção de urina. Três meses e meio depois, preso no Penal de Villa-Devoto, os médicos da Cruz Vermelha Internacional diagnosticaram uma insuficiência renal aguda grave de origem traumática, cuja origem poderíamos encontrar nas surras.

Aproximadamente 25 dias depois do meu sequestro, pela primeira vez, depois do mais absoluto isolamento, me jogam numa cela em que havia uma outra pessoa. Tratava-se de um amigo meu, companheiro de trabalho no Dispensário del Complejo Habitacional: o Dr. Francisco García Fernandez.

Eu estava muito machucado, estrupiado mesmo. Foi ele quem fez os primeiros e precaríssimos curativos em mim. Durante todo aquele tempo, eu não tive nem condições nem capacidade de me cuidar ou de ter qualquer tipo de cuidado ou higiene.

Alguns dias depois, dando uma espiada com o canto dos olhos, pude verificar o tamanho do estrago que eles me haviam causado. Antes tinha sido impossível, não porque eu não tenha tentado ou não tenha querido olhar, mas porque, até então, minha vista estava muito deteriorada.

Então eu vi meus testículos...

Recordei que, quando eu estudava medicina, no famosíssimo livro de texto Housay, havia uma fotografia de um homem que tinha que carregar seus testículos num carrinho, em virtude de seu tamanho agigantado deles. O tamanho dos meus eram semelhantes aos daquele homem e sua cor era de um azul enegrecido intenso.

Outro dia me levaram e, apesar do tamanho dos meus testículos, eles me deitaram uma vez mais de boca para baixo. Me amarraram e, sem qualquer cuidado, destruindo-me conscientemente, ele me violaram introduzindo através de meu ânus um objeto metálico. Depois, eles me aplicaram choques elétricos por meio desse objeto, introduzido como estava. Não sei como descrever a sensação, era como estar sendo inteiramente queimado por dentro.

A imersão na tortura diminuiu. Isoladamente, duas ou três vezes por semana, davam-me uma surra. Mas já não usavam instrumentos, geralmente apenas socos e pontapés.

Com esse novo regime, comparativamente terapêutico, comecei a me recuperar fisicamente. Havia perdido mais de 25 quilos de peso e sofria daquela insuficiência renal já mencionada.

Dois meses antes do sequestro, quer dizer, lá pelo mês de fevereiro daquele ano, tive uma recaída de uma antiga febre tifóide.

Entre os dias 20 e 25 de maio, cerca de 45 ou 60 dias depois do sequestro, tive uma outra recaída da febre, associada à minha grande fragilidade física.

O tratamento habitual que os torturadores e guardas tinham para conosco era o de nos considerar menos do que servos. Éramos como coisas. Pior ainda: coisas inúteis. E incômodas. Suas expressões: “Você é um merda! Desde que te “chupamos” você não é mais nada. Além disso, ninguém mais se lembra de você. Você não existe! Se alguém te procurasse (e ninguém te procura...) você acha que iriam te procurar aqui? Nós somos tudo para você. A justiça somos nós. Somos deuses!”

Isto sempre sendo repetido várias vezes. Por todos. Todo o tempo, muitas vezes acompanhado de uma palmada, uma rasteira, um soco ou um chute. Ou de molharem nossa cela, o colchão e a roupa às 2 da madrugada. Era inverno.

Com o passar das semanas, eu comecei a identificar as vozes, reconhecer nomes (entre eles: Tiburón, Víbora, Rubio, Panza, Luz, Tete). Também percebia alguns movimentos que – junto com memória dos trajetos que fazíamos – me permitem opinar que o lugar em que eu estava detido tinha as características de uma dependência policial. Somando os dados (aos quais podemos juntar a vizinhança de uma delegacia, de uma escola – ouvia-se cantos de meninas – também vizinha, a proximidade de uma igreja – pelo toque do sino – posso inferir que tratava-se da Brigada de Investigações de San Justo.

Também sei quem eram as pessoas com as quais compartilhei o cativeiro, porque ouvi suas vozes e porque me disseram seus nomes, ainda que estivéssemos em calabouços separados: Aureliano Araujo, Olga Araujo, Abel de León, Amalía Marrone, Atilio Barberan, Jorge Heuman, Raúl Petruich, Norma Erenú.

No dia 1º de junho, início da Copa do Mundo de futebol, junto com outros seis cativos-prisioneiros-desaparecidos, fomos trasladado em um veículo tipo caminhonete (empilhados como bolsas, uns sobre os outros), com os olhos vendados até o que depois descobrimos ser a Delegacia de Gregorio de Laferrere.

Participou desse traslado um dos mais ativos torturadores. Também posso afirmar que foi ele quem disparou eu mim quando me sequestraram.

O trajeto e o tempo gasto corrobora a hipótese anterior no que diz respeito à localização do Centro Clandestino.

Um dado prévio, de suma importância, depois, é o de minha participação profissional a partir de 1971, na Escola Piloto de Integração Social de Crianças De-

ficientes, que havia sido criada em 1963. Funcionava em Hurlingham, Município de Morón.

Depois de permanecer dois meses em um calabouço dessa Delegacia (uma noite me fizeram assinar um papel – com os olhos vendados – que depois utilizaram como a primeira declaração frente ao Conselho de Guerra Estável 1/1), no dia 18 de agosto me levaram até o Regimento de Palermo, onde o Juiz de Instrução fez-me saber quais eram as minhas acusações. Entre elas figurava a minha participação na Escola Piloto de Hurlingham, mencionada anteriormente.

Ali denunciei todas as violações às quais fui submetidos, incluindo as torturas, a pilhagem de minha casa e a assinatura sob coerção de um depoimento do qual não conhecia o teor.” (Depoimento de Norberto Liwsky. Nunca Más)⁵⁹

Estes dois relatos foram selecionados entre todos os lidos, por entendermos que trazem características fundamentais para compreendermos a “experiência-sofrimento” nas situações de tortura.

Para o ser humano, nada fica fora de um contexto de entendimento. Se não conseguimos compreender determinada conjuntura, criamos uma, de modo a circunscrever as experiências a partir de um contexto de remetimentos. Nossa tonalidade afetiva é colada na compreensão e a situação de tortura não é possível de ser compreendida, pois nela a vítima encontra-se reduzida ao inumano. Isso denuncia que na tortura a vítima está restrita ao modo afetivo da angústia.

A tortura mostra, de forma radical, o que é estar exposto e abandonado diante do outro (Pompéia, 2002, p. 37). Como muitos torturados por ambos Estados, Norberto Liwsky e José Milton não receberam nenhuma acusação além de discordar do regime. Foram utilizados, provavelmente, pelo dispositivo do terror como exemplo, o que consistia num fundamento para silenciar a sociedade, tanto no Brasil quanto na Argentina.

Aqui, entendemos que o dispositivo da tortura objetiva o aumento do poder do torturador (Foucault, 1987) em detrimento do torturado (Arendt, 2009a). O poder do torturador, apesar de ilegal, torna-se fortalecido sob a lógica da exceção⁶⁰ (Agamben, 2004). Isso faz com que o sentimento de injustiça do torturado fique ainda mais exacerbado.

Percebemos que, apesar da dor física indescritível, o marco da trajetória de sofrimento foi à percepção de conviver com a morte. Encontramos esse marco assinalado em muitos outros relatos.

⁵⁹ Tradução do editor, grifos do autor

⁶⁰ Estado de exceção não é ditadura: “Nessa perspectiva, o estado de exceção não se define, segundo o modelo ditatorial, como uma pleitude de poderes, um estado pleromático do direito, mas sim como um estado kenomático, um vazio e uma interrupção do direito.” (Agamben, 2004, p. 75). Mas podemos compreender o estado de exceção como o direito de legítima defesa para o Estado (Agamben, 2004 e Coelho, 2010).

“(…) a dignidade humana foi avassalada pela indignidade humana, mediante uma máquina de massacre, metódica e cientificamente calculada, e no simplesmente pela barbárie irracional.” (Viñar & Viñar, 2009, p. 70)⁶¹

Nesses relatos notamos também o quanto a experiência da tortura não é resignificada. De todas as experiências humanas, mesmo as mais dolorosas, essa é a única marcada pela ausência de possibilidade de resignificação. Lembrar é sempre reviver, o que nos leva a revisitar as experiências vividas ampliando seus significados em nossas vidas. Não aqui. A tortura não pode ser resignificada porque marca o torturado de forma imodificável, é uma situação que não suporta adjetivos, que não se traduz na linguagem. Só pode ser efetivamente compartilhada, assim, com quem também foi submetido a ela. Teoricamente, só podemos nos aproximar, mas nunca compreender de fato o que ela representa, ela é um conviver com a morte tão próximo como em nenhuma outra experiência humana.

“O dor do campo [de extermínio] e da tortura geram *um horror indizível* que resulta, diretamente, em algo *socialmente impossível de ser recebido ou reconhecido (irrecibible)* porque traz de volta o espanto. (...) E é ali, no momento da recepção humana dos congêneres (família, amigos, terapeutas), que se encontra a encruzilhada: ou o testemunho é capaz de acolher, compartilhar e viver/sofrer a experiência; ou esta será projetada adiante na criação de uma patologia alienante e segregadora.” (Viñar & Viñar, 2009, p. 75)⁶²

É o encontro com esse “torturador-deus” auto-proclamado que traz a singularidade da tortura como uma condição de absoluta resignação ao nada. A frase do torturador “Você é nada” resume com exatidão a condição humana na situação de tortura. O torturado se torna extensão do seu próprio inimigo na medida em que, ao continuar a existir, possibilita a tortura.

Segundo Bermann (1994), mesmo existindo vários depoimentos e descrições das situações de tortura, é muito difícil estudar esse tema. Em primeiro lugar, pelo que ela chama de “vivência contratransferencial evidente e consciente”, ou seja, o tema nos toca diretamente, levando a um envolvimento consciente por parte do pesquisador. Esse se imagina na situação do torturado invariavelmente, o que desperta questões relativas aos próprios posicionamentos políticos do mesmo. Essa situação, pela sua crueza, também desperta a sensação da pesquisa sobre esse fenômeno estar sempre aquém da dramaticidade do tema.

Além disso, em segundo lugar, temos um outro fator de dificuldade nesse tipo de pesquisa. Quem conta sua experiência de torturado o faz de uma maneira que Bermann (1994) chama de “despersonalizada”, ou seja, automaticamente, de modo a cumprir com uma tarefa política de denúncia. Isso faz com que os relatos sejam marcados por detalhes técnicos e linguagem objetiva: os torturados

⁶¹ Tradução do editor.

⁶² Tradução do editor, grifos do autor

descrevem o que lhes fizeram e como. Especialmente o relato de José Milton nos chama a atenção por isso. E quem escuta luta contra o horror do que o outro omite, como se ambos tentassem reprimir suas sensações e sentimentos.

“Trata-se de uma realidade que se sobrepõe à nossa imaginação e capacidade de empatia: horror sem limites, ao qual o torturado escapa fazendo uso do racional político para não reviver situações traumáticas em alto grau. Necessita reprimir a lembrança de sua dor, sua impotência, pânico ou desespero, ou vesti-los numa situação íntima, quase terapêutica, ainda que esta não seja formal ou que escape ao enquadre clássico de uma tarefa profissional. Sem dúvida, quem pode sobreviver e resistir a esse inferno, sem delatar nem se quebrar, carrega também um justo orgulho, por ter sido capaz de resistir com base em suas convicções humanas e políticas.” (Bermann, 1994, p. 16)⁶³

O modo como os relatos são apresentados – especialmente o de José Milton – torna visível esse aspecto levantado por Bermann. José Milton tenta intensamente descrever um dos aparatos de tortura tecnicamente, como se a descrição técnica pormenorizada fosse nos aproximar do horror da situação de tortura. Mesmo numa leitura técnica, percebemos que a descrição de José Milton não se justificaria. Como engenheiro, ele poderia ter explicado o funcionamento dos aparelhos de tortura de uma forma mais sintética. Isso nos faz pensar que, de fato, seu relato não objetiva uma explicação técnica, e sim a compreensão do absurdo dessa situação.

Na leitura dos relatos ficou evidente a presença duma tentativa constante dos torturados em apreenderem o tempo e o espaço. Em muitos relatos os torturados tentam marcar o tempo com uma exatidão impressionante, que surpreende até quem utiliza relógio regularmente. Parece que essa tentativa se dá na medida em que reter a referência do tempo torna-se, aqui, uma resistência ao sofrimento. Como se assim pudessem se agarrar a algo que a tortura insiste em arrancar.

Entendemos que essa necessidade se mostra como se essa apreensão pudesse significar uma possibilidade de saída do absurdo da situação, uma tentativa de buscar referências lógicas que determinam a experiência-sofrimento como localizadas num tempo e num espaço e, portanto, finitas. Assim, concluímos que a necessidade apresentada nos relatos de situar os presos no tempo e no espaço implica, na verdade, a necessidade em situar a possibilidade de finitude de experiência de absurdo em que consiste a tortura.

A temporalidade na situação de tortura possui um modo específico. Na situação de tortura, o que quer ser acessado é o que o torturado retém de seu passado. Dessa forma, ele fica despotencializado de seu tempo na medida em que é obrigado a não mais ter propriedade na retenção da história. O presente é vivido como ameaçador e aniquilador da existência, a morte torna-se tão próxima quanto desejada,

⁶³ Tradução do editor.

na medida em que se apresenta como única saída possível de uma situação de terror absoluto. Já não se tem esperanças no porvir, que aparece como distanciado e plenamente ameaçado. Dessa forma, o existencial da temporalidade fica completamente atravessado pela violência, rompido pela submissão absoluta. À medida que, como *Dasein*, somos sempre um a-fim-de-quê, na situação de tortura isto fica reduzido à possibilidade de resgatar a qualquer custo a condição humana, mesmo que seja pela morte. Mas a questão é que a morte também é negada, de forma que o torturado não fica mais lançado a nada, a não ser à violência.

Somos sempre solicitados pelo mundo. Mas, na tortura, essa solicitação se move sob a forma de violência e, como tal, aniquila todas as outras possibilidades de solicitação. A condição da indigência traz a experiência da necessidade e da limitação. A necessidade tende a encurtar o tempo que a separa da satisfação. A limitação está presente em todas as dimensões da existência e, ao mesmo tempo em que nos impede, nos confere identidade. Ela delimita nossa existência. Essas condições existenciais são impostas ao *Dasein* de modo fundamental.

“O homem sente o peso de ter que suportar limites, imposições de necessidades, transformações que nunca param, e isso em todos os aspectos da existência. A existência pesa. Quando o peso só é sentido como aprisionador, como impeditivo, existir se torna extremamente difícil.” (Pompéia, 2002, p. 35)

E é exatamente o peso aprisionador que se impõe na situação da tortura, impedindo a existência do homem como *Dasein*. A indigência da existência fica ainda mais evidenciada na experiência da dor. E a dor não se limita ao corpo, “ela pertence à existência” (Pompéia, 2002, p. 36).

A dor aparece como algo esvaziado de sentido que não leva a nada. Na tortura, a dor é produzida como instrumento de dominação e de destruição. Por isso, numa situação de tortura, é comum ouvirmos relatos de torturados que entendem que a única superação possível é *calar*⁶⁴, como uma resposta a motivação de preservar sua existência. Vários relatos nos mostram que o torturador não compreende como o torturado pode suportar a dor e calar.

Na situação de tortura, a vítima fica exposta e abandonada, a mercê do domínio e do controle do outro, numa experiência de ser invadido pelo outro. Mas essa invasão não se dá só no “corpo”.

“É a própria existência que é invadida em sua privacidade. Isso porque, embora a corporeidade seja aquela dimensão existencial que mais nos atesta a nossa permanente exposição ao outro, o nosso estar à mercê, por outro lado, a corporeidade, enquanto diz respeito exatamente àquele particular corpo que somos, é o existencial que nos fala de algo – o nosso corpo –, que é aquilo que mais de perto experienciamos existencialmente como sendo nosso, como

⁶⁴ Ver tese *Sofrimento e tortura: Brasil (1964-1979) e Argentina (1976-1983)* de minha autoria (Coelho, 2010).

sendo nós; nesse sentido, ele é privado, é particular. Ter o corpo invadido é ter a privacidade da existência profundamente invadida.” (Pompéia, 2002, p. 37)

Na medida em que a existência é invadida, a potência de ser fica violentada. Nessa situação de submissão total, nada pode ser feito, a não ser resistir e calar. Mas resistir e calar significa aumentar a dor e a invasão da existência, o que coloca o torturado num beco sem saída. Tanto *abrir* quanto *calar* aniquila sua existência. Não há forma de sobreviver à tortura na tortura. Isso não quer dizer que quem sobreviveu a essa situação não possa ressignificar sua existência. Mas, na situação específica da tortura, enquanto ela ocorre, a vítima se encontra absolutamente despotencializada, a mercê da violência e da invasão.

Segundo Arantes (2008), em uma sessão de tortura temos sempre três participantes: o torturador, o torturado e a sociedade, que, por omissão ou conivência, admite tal prática. Para não ser cúmplice dessa violência, cabe a sociedade se posicionar de forma clara e inequívoca em relação à tortura. Apesar de considerar em separado tortura física e a psicológica, ela considera que ambas estão relacionadas. Entende que as duas – para nós simplesmente a tortura – utilizam o sofrimento, a dor e a destruição do ser humano para alcançar um objetivo. Desta forma, entende que não podemos considerar qualquer prática violenta e invasiva como o que denomina *tortura light* ou *pressão física intermediária*.

“A tentativa contemporânea de desqualificar a tortura e de banalizá-la tem sido um esforço permanente na tentativa de anestesiamento da sociedade. Sabemos também que os efeitos da tortura não se extinguem no ato que a sustenta. Se espalham no tempo e atravessam gerações. Ao estabelecer esses parâmetros e referências do que pensamos sobre a tortura e ao reafirmar nosso absoluto repúdio contra a prática, consolidamos nosso compromisso contemporâneo como cidadãos brasileiros e como psicólogos.” (Arantes, 2008)

Segundo Cardoso (*apud* Freire, Almada & Granville Ponce, 1997, p. 478), a cena da tortura não tem regras. Ela é baseada numa relação dual entre torturador e torturado onde a onipotência do primeiro se dá na medida da impotência do segundo. E nessa cena, a aposta não é somente na confissão, ela se configura como uma submissão à vontade do torturador, a partir da ideia de *transparência do pensamento*, condição de intenso sofrimento psíquico.

Essa submissão leva à ausência total de controle. Sabemos, a partir da fenomenologia-existencial, que a tentativa de controle é um modo de ser do homem que não se edifica de fato. Mas essa tentativa é fundamental para nossa sobrevivência. Numa situação de ausência de controle, o homem sofre. Mas na situação de tortura, essa ausência assume um caráter presentificado ao extremo, conduzindo o homem a um grau de sofrimento absoluto.

Lamas (1956) apresenta algumas características da situação de tortura que a aproxima da violência da submissão, e também mostra essa submissão como

categoria criada como dispositivo de tortura:

1) O pelotão se apresenta com chocante espetacularidade, opulento, para impressionar suas vítimas. Esse impressionar, objetiva a humilhação e a submissão antes mesmo de qualquer contato corporal.

2) Nega-se a oportunidade de calar quando está em jogo a vida de um companheiro. Negar a oportunidade de calar e proteger a quem se ama, coloca o torturado no lugar de delator, atribuindo-lhe a responsabilidade na tortura de outros. Isso dificilmente vai ser considerado pelo torturado como um contexto porque, ao sofrimento extremo da situação, soma-se o sentimento de que ele é corresponsável pela prática daquela mesma violência contra outros.

3) Demonstra-se, através do lugar escolhido para exercer a violência, que o governo a estimula considerando-a uma ação razoável. Isso faz com que o torturado se reconheça como sujeito absolutamente sem direitos e, dessa forma, como objeto do estado. Fica claro que o torturado não tem a quem recorrer e que, portanto, nada pode ser feito para que a situação de injustiça extrema possa, algum dia, ser reconhecida como tal, de fato.

4) Enaltece-se o orgulho com afirmações de que os algozes são bons torturadores, que aprenderam com os melhores. Somente essa fala já indica o quanto a tortura será cruel e torna visível todos os elementos anteriores. É a constatação de que o torturado será absolutamente violado em sua humanidade, sem nenhuma possibilidade de proteção e sem nenhum poder de resistência. Configura-se claramente a subordinação a que o torturado está sendo submetido.

5) Viola-se a soberania de um país. Fica claro nesse procedimento que o país pelo qual o torturado lutou não o reconhece como cidadão ou sujeito de direitos. Isso faz com que alguns militantes passem a questionar sua própria militância, o que provoca um esvaziamento do sentido de sua existência.

6) Produz-se uma falsa acusação. Mais uma vez, fica claro que o torturado está à mercê de uma situação onde não será reconhecido como humano, uma vez que os direitos humanos estão suspensos.

Essa descrição do dispositivo de tortura esclarece como essa estratégia vai aniquilando qualquer possibilidade de saída ao torturado. Nega-lhe a condição humana, reduzindo-o a objeto *sem possibilidades de resistência*⁶⁵.

Lamas continua levantando mais algumas características desse dispositivo de dominação. A humilhação, a dor, os insultos e a desidratação total fazem com que o torturado se sinta sem saída. Isso fica agravado pela estratégia do torturador de se impor o tempo todo contra ele e de, contrariamente, tratar bem seus familiares na sua frente, como forma de esvaziar a possibilidade do reconhecimento de seu sofrimento e de permitir o acolhimento.

A impossibilidade de acreditar numa justiça reparadora frente à constatação da impunidade, que se torna cada vez mais clara na situação de tortura, aumenta

⁶⁵ Ver tese *Sofrimento e tortura: Brasil (1964-1979) e Argentina (1976-1983)* de minha autoria (Coelho, 2010).

o sofrimento do torturado de forma a continuar e ampliar a tortura: ele passa a compreender, a partir da relação com o torturador, sua qualidade de ser efetivamente reconhecido fora da condição humana.

Dessa forma, era comum que torturados relatassem que, ao serem transferidos de campos de concentração para presídios – o que configurava legalmente deixar de ser desaparecido – chegassem falando “coisas desconexas”. A experiência de desumanidade vivenciada ao extremo fazia com que muitos atingissem um grau de sofrimento tão grande, que a única possibilidade de sobrevivência era cindir com a realidade, num experimento de *enlouquecimento reacional e temporário*. Para alguns, essa experiência não se configurou como temporária, mas sim como sem retorno, seja pelo enlouquecimento ou pelo suicídio como única saída⁶⁶.

Alguns teóricos apresentam o enlouquecimento como seqüela *psicológica reacional à situação de tortura*. Entendemos essa leitura como equivocada e simplificadora da dimensão do ser-no-mundo. O sofrimento é transgeracional e se tornará visível em todos os aspectos da vida de alguém que passou por essa situação limite e, também, na vida de sua família, assim como na vida de toda a sociedade.

Ainda a experiência de ter que se tornar clandestino ou exilado se configura como tortura. Sair da vida pública implica romper laços familiares, sociais e urbanos e, por mais que isso possa parecer uma escolha, não é possível que consideremos assim frente a esse estado de exceção. Frente à exceção, qualquer tentativa de resistência ou sobrevivência pertence a um contexto de violência e, portanto, de negação da humanidade (Arantes, in: Freire, Almada & Granville Ponce, 1997, p. 446).

Além disso, também temos a tortura apresentada no dispositivo do desaparecimento. Cardoso (1998), ao estudar a perda e a melancolia vivenciadas pelas vítimas dos acontecimentos de 1968, compreende o desaparecimento como a configuração de uma experiência de morte sem sepultura: “...*uma experiência de morte que se carrega em vida. A impossibilidade de realização do ritual de luto – a sepultura* – configura uma situação de perda em que não se consegue renunciar ao objeto perdido, o que produz a melancolia” (p. 235). Vázquez & Vázquez (1984) completa: “Ter um filho desaparecido é dor que mata e não deixa morrer, e que cada vez dói mais. É dor tremenda e constante que obriga, permanentemente e sem descanso, buscar essa vida.” (p. 5)⁶⁷

A importância dos rituais da morte é assinalada por Hannah Arendt (1989). Quando escreve sobre os campos de concentração, ela diz que neles ocorreu uma matança, conceitualizando a situação como a morte do homem *coisificado*,

⁶⁶ Ver tese *Sofrimento e tortura: Brasil (1964-1979) e Argentina (1976-1983)* de minha autoria (Coelho, 2010).

⁶⁷ Tradução do editor.

desumanizado. Arendt assinala que, no mundo ocidental, em situações de guerra o inimigo sempre teve o direito de ser lembrado, a partir das listas de mortos e desaparecidos. Os campos de concentração tornam a morte anônima, retirando seu significado de desfecho de uma vida, como se suas vítimas jamais tivessem existido.

“A tortura continua atingindo as famílias que não tiveram a chance de enterrear seus entes queridos” (Formaggini, 2007)

Assim como no nazismo, os desaparecimentos dos regimes terroristas deixam os familiares sem terem o direito ao reconhecimento da morte e, com isso, o direito de vivenciar a dor da perda. Ao impedir rituais funerários, impede-se também o estado de luto, negando, assim, a vivência de busca de adequação e reordenação de significados. Ao negar essa experiência de ressignificação, nega-se a compreensão da morte aos familiares, desamparando-os, deixando-os permanecer indefinidamente na situação de tortura.

“O não-reconhecimento da morte significa, outrossim, a negação da identidade pessoal do indivíduo e o corte do vínculo de humanidade no sentido arendtiano. Nesta direção, o desaparecido transforma a morte num assunto político. Este diz respeito à história da violação dos direitos humanos, da liberdade, e aponta para a existência de uma violência mais explícita e insuportável, aplicada pelos sistemas de repressão dos Estados autoritários, configurada objetivamente na morte sob tortura e no desaparecimento. A autoridade, que mesmo um pobre diabo possua ao morrer, conforme Benjamim (1985), não faz parte da experiência do desaparecido.” (Pietrocolla, 2006)

Dessa forma, a figura do desaparecido existe para intimidar e ameaçar a sociedade. Com ela, além de se torturar os familiares, se tortura a sociedade a partir do dispositivo do terror.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Somente a denúncia dos parentes, amigos, representantes da coletividade em todos os níveis, entidades de todas as naturezas, todos os meios de comunicação, do povo enfim, pode salvar os que, neste instante, em S. Paulo e outros pontos do país, estão sendo cruelmente torturados nos ‘buracos’ secretos da repressão, assassinados e lançados com pés amarrados ao corpo em qualquer rio, lago, represa ou ponto do mar, ou enterrados em qualquer local escondido de floresta, pântano ou campo brasileiro, negados seus corpos ao último olhar, abraço e ósculo dos pais, cônjuges, filhos, parentes e amigos, ou mesmo qualquer informação sobre seu ‘desaparecimento.’” (Depoimento de Affonso Celso Nogueira Monteiro. Brasil: nunca mais, tomo V, v. 1, p. 175)

Ao final dessa reflexão, entendemos que a tortura assume a condição de instituição política do Estado (Martín, 2005).

“A tortura e o genocídio são pandemias de origem humana, cujos efeitos são racional e cientificamente calculados, e que adoecem não apenas alguns indivíduos mas que afetam a qualidade e a textura de todo o tecido social e dos vínculos e nexos que ali se tecem.” (Viñar & Viñar, 2009, p. 74)⁶⁸

Ou seja, o problema da tortura não equivale ao problema do torturador. Esse é apenas um dos dispositivos que essa complexa questão engendra. A tortura é viabilizada pela disseminação do preconceito e pela violência – como condição de transformação do sujeito em objeto. Ela revela, em sua essência, o *poder* em detrimento do poder, visualizados na ausência de treino dos homens em suportar e conviver com a diversidade a partir da ação (Arendt, 2009b).

O âmbito castrense revela outra forma de estar no mundo. Nele, a obediência é condição, e o questionamento, em qualquer nível, é coagido. A partir do dispositivo da segurança cria-se a percepção de outra realidade controlável via hierarquia. Isso se torna visível a partir da nomeação utilizada pelas forças armadas: a patente antecede o nome próprio. Nessa nova realidade não há ambiguidade. Dessa forma, a vida de um oficial das forças armadas se resume ao cumprimento da missão, inquestionável. Esse tipo de lógica possibilita que o oficial cumpra ordens absurdas e abusivas, como a tortura. Além disso, permite que se crie a argumentação para leis de obediência devida, como se a própria lógica das forças armadas desobrigasse os oficiais de qualquer responsabilidade sobre seus atos.

“(…) aquele que tortura sob as ordens de um outro deve também sentir suas ações como que comandadas por uma outra mente, o que também o exime de qualquer responsabilidade pelo que pratica. Essa clivagem entre comando voluntário e ação concreta representa uma das facetas desse tipo de alienação que rege as práticas de terror. Não é, entretanto, incomum, a existência de um prazer sádico por parte do torturador; milhares de denúncias de torturados atestam esse fato, que também encontra justificativa no gozo pela violência e pelo poder de subjugar o outro, desenvolvido no adestramento militar.” (Naffah Neto, 1983, p. 17)

“Talvez alguém que seja responsável por um genocídio não se envergonhe da quantidade de pessoas que tenha matado; porém, ao contrário, ele poderia se envergonhar de não ter cumprido as normas formais de saudação às autoridades quando era julgado. Ou seja, o pertencimento ao grupo social, com seus sistemas de valores, assinala e determina o quê deve ser motivo de vergonha ou não.” (Edelman, 1994, p. 80)⁶⁹

Esse modo de funcionamento do âmbito castrense que dá origem às absurdas leis de obediência devida, só é possível em sociedades que não se instrumentalizaram para a convivência com a diferença. Sociedades que – especialmente em sua reificação – vão criando dispositivos que permitam que os homens tenham uma condição de humanidade efêmera.

⁶⁸Tradução do editor.

⁶⁹Tradução do editor.

A partir do momento em que a sociedade pode questionar essa efemeridade, ela pode também se reorganizar. Assim, cria-se um contradiscurso que propõe um novo contrato social, denunciando a imposição do discurso terrorista. Exemplo disso são as organizações que lutam por justiça. Tanto os familiares buscando seus desaparecidos quanto as associações de ex-detidos-desaparecidos, buscam na justiça uma reparação simbólica (Edelman, 1994).

Aqui salientamos a importância fundamental das Clínicas do Testemunho como política reparatória do estado democrático.

A consolidação da justiça restaurativa vai além da luta contra a impunidade. É fundamental o reconhecimento pelo estado dos atos de violação contra os direitos humanos praticados não só contra os presos políticos, mas contra toda a sociedade, inclusive levando em conta o dano transgeracional (Cintras *et all*, 2009). Se, do ponto de vista individual, o processo de reparação representa o resgate da dignidade humana ferida durante os períodos de exceção, do ponto de vista coletivo ele representa uma responsabilização da nação com seus cidadãos. Assim sendo, o processo de reparação torna-se um momento ímpar na construção da história e da identidade nacional.

O processo de redemocratização solicita ao estado a utilização de mecanismos para lidar com as graves e sistemáticas violações de direitos humanos produzidas em massa. Isso implica a justiça restaurativa se instaurar no pressuposto de aumentar o direito à verdade para a sociedade como um todo.

A busca da verdade pressupõe o alinhar das memórias coletivas, presentes tanto em testemunhos quanto em documentos oficiais. A publicização da nossa história desvela a sistematização da violência e coletiviza o que está privatizado, rompendo com a cultura do não enfrentamento e do esquecimento (Rauter, 2002).

O direito à memória e à verdade vai sendo garantido na formação desse processo onde relembrar é pressuposto para não repetir. Portanto, abre-se aí um campo importante de educação, para que experiências de graves violações de direitos humanos não se repitam.

Verdade e memória, justiça e reparação não são instâncias estanques, elas se entrecruzam. Em enfrentamento às mentiras construídas pelo estado ditatorial, o processo de justiça de transição produz verdades históricas.

No Brasil, temos um modo particular de construir a transição, chamada de transição por pactuação, onde o processo de reparação é o eixo estruturante. Podemos dizer que a justiça de transição no Brasil tem como primeiro marco legal a promulgação da Lei da Anistia (6.683/1979). Posteriormente à constituição de 1988, a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão da Anistia criam a possibilidade da reparação financeira simbólica. Finalmente a criação da Comissão Nacional da Verdade e também a aprovação

da Lei de Acesso à Informação abrem campo para o aprofundamento histórico e a democratização de nossas relações sociais na desindividualização da dor e na problematização da verdade e da justiça (Abrão, 2011).

Desse modo, o Brasil está fazendo um percurso de reparação, memória e verdade. A Argentina, de modo diferente, iniciou seu processo de transição por ruptura e a partir do direito à verdade, com a criação da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas. Posteriormente a Argentina tratou do direito à justiça no julgamento das Juntas Militares e declarou inconstitucionais as Leis de Obediência Devida e Ponto Final.

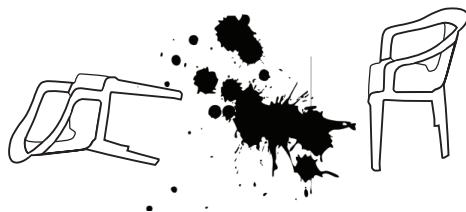
Comparado a países latinoamericanos que passaram por ditaduras, o Brasil é o que menos avançou nas áreas da Justiça Restaurativa já que a Argentina julga crimes militares pela justiça comum e não mantém um código penal militar e, assim como o Chile, criou mecanismos para que, mesmo com leis de anistia, o judiciário possa manter processos contra violações aos direitos humanos.

Sabemos que a transição democrática depende de diversos dispositivos. A busca do estado por reparação, verdade, memória e justiça é fundamental nesse processo. A criação e implantação das Clínicas do Testemunho aparecem aqui não apenas como possibilidade de reparação às vítimas diretas da violência estatal e aos seus familiares, mas também a toda a sociedade.

A democracia é um processo aberto e sujeito a avanços e retrocessos. No processo de redemocratização é preciso que aquelas instituições que, no passado, estiveram a serviço da repressão agora no regime democrático sejam vocacionadas para o respeito aos direitos humanos e a cidadania. Nesse sentido, lidar com o legado das violações em massa de direitos humanos com vistas à construção de um futuro mais democrático e pacífico tem a ver com fundar novos marcos democráticos.

Transformando as Clínicas do Testemunho em política pública, o Estado tem a possibilidade de se refazer e de ampliar o processo de redemocratização e reparação às vítimas, potencializando toda a sociedade e avançando na restauração dos danos causados por esse período de graves e sistemáticas violações de direitos humanos.

Assim como no romance *The Strange case of Doctor Jekyll and Mister Hyde*, de Robert Louis Stevenson (1886), é necessário nos darmos conta de que a qualquer momento relações e contextos limites viabilizam o surgimento de novos torturadores. É nosso dever, a partir da ressignificação da triste história dessas ditaduras, impedir que esse tipo de relação ocorra.



Referências

- ABRÃO, P. A Lei de Anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. *Acervo*, v. 24, n. 01, pp. 119-138, 2011.
- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AMARANTE, P. (Org). *Archivos de saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: NAU, 2003.
- ARANTES, M. A. A. C. Direitos humanos: tortura não! *Jornal do CRP*, 2008. Disponível em: <www.crsp.org.br/crp/midia/jornal_crp/155/frames/fr_direitos_humanos.aspx> Acesso em 10 ago 2010.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.
- _____. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009b.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. São Paulo: Vozes, 1985.
- BERMANN, S., EDELMANN, L., KORDON, D. et alii. *Efectos psicosociales de la represión política: SUS secuelas en Alemania, Argentina y Uruguay*. Córdoba: Goethe Institut, 1994.
- CARDOSO, I. A. R. 68: a comemoração impossível. *Tempo Social*. São Paulo, v. 10, n. 2, pp. 01-12, 1998.
- CHAUI, M. A existência ética. In: *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.
- CINTRAS, EATIP, GTNM-RJ, SERSOC. *Daño transgeneracional: consecuencias de la represión política en el cono sur*. Santiago, 2009.
- COELHO, M. *Sofrimento e tortura: Brasil (1964-1979) e Argentina (1976-1983)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, 2010.
- DESAPARECIDOS. *Nunca más*. Buenos Aires. Disponível em: <www.desaparecidos.org/arg/conadep/nunca-mas/nuncamas.html>. Acesso em: mai 2009 a set 2010.
- FORMAGGINI, B. *Memória para uso diário*. Documentário. 4 ventos, Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, União Europeia. Brasil, 94 minutos, 2007.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão* Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, A., ALMADA, I. & GRANVILLE PONCE, J. A. (Org). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.
- KORDON, D. & EDELMAN, L. I. *Efectos psicológicos de la represión política*. Buenos Aires: Sudamericana/Planeta, 1986.
- LAMAS, R. *Los torturadores: crímenes y tormentos en las cárceles argentinas*. Buenos Aires: Lamas, 1956.
- MARTÍN, A. G. As sequelas psicológicas da tortura. *Psicologia Ciência e Profissão*, n. 25, 2005.
- NAFFAH NETO, A. *Poder, vida e morte na situação de tortura: esboço de uma fenomenologia do terror*. Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1983.
- PIETROCOLLA, L. G. *A herança dos herdeiros*. Fundação Perseu Abramo. São Paulo. Disponível em: <www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/ensaio-heranca-dos-herdeiros>. Acesso em: 14 jan 2010.
- POMPÉIA, J. A. Corporeidade. *Revista da Associação Brasileira de Dasainanalyse*, n. 12, 2002.
- RAUTER, C., PASSOS, E. & BARROS, R. B. (Org). *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia / TeCorá, 2002.
- STEVENSON, J. L. *The Strange case of Doctor Jekyll and Mister Hyde / O estranho caso do Doutor Jekyll e do Senhor Hyde*. Edição bilingue. São Paulo: Landmark, 2008.
- VÁZQUES, I. & VÁZQUEZ, A. C. *Con vida los llevaron: 12 historias del tiempo de violencia*. Buenos Aires: La Campana, 1984.
- VIÑAR, M. & VIÑAR, M. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 2009.

12

DO RELATO AO TESTEMUNHO⁷⁰

Caterina Koltai

Anne Martine Parent (2006), em seu artigo “Trauma, témoignage et récit”, chama nossa atenção para a diferença existente entre o relato – definido por ela como a forma pela qual o humano dá conta da heterogeneidade de sua experiência conferindo-lhe sentido e coerência – e o testemunho. Nesse caso, quando o relato se depara com o trauma, impõe-se uma outra forma de relato cuja possibilidade não está dada, uma vez que a literatura de testemunho remete ao real, àquilo que resiste à representação.

Como bem lembrou Márcio Seligmann-Silva (2000), confrontados ao extermínio individual e coletivo, alguns sobreviventes da época das catástrofes⁷¹, sentiram-se na obrigação de deixar uma marca, um traço, testemunhando da própria experiência e, apesar da maioria deles ter afirmado que no que diz respeito à essas vivências extremas pode se dizer impressionantemente pouco, tentaram assim mesmo transmitir a verdade da realidade.

O testemunho, ao confrontar a humanidade com sua parte maldita e chamar a atenção para a posição ética que consiste em transmitir o indizível, se tornou a forma privilegiada de narrar uma experiência qualificada de intransmissível,

⁷⁰ Esse artigo, escrito a partir de conferência apresentada em Colóquio realizado na USP (2014) e na Clínica do Testemunho do Instituto *Projetos Terapêuticos* (2015), será publicado na revista *Psicologia USP* (2016) com o título “Entre psicanálise e história: o testemunho”.

⁷¹ O curto século XX, que começa com a primeira guerra mundial e termina com as bombas atômicas lançadas sobre o Japão e o fim da segunda guerra mundial, passando pelo primeiro grande genocídio de massa – do povo armênio, em 1915 – e pelos dois totalitarismos europeus com seus campos – de extermínio nazista e de reeducação política, o *goulag* stalinista.

justamente por aqueles que tentaram transmiti-la. Toda a “literatura dos campos” – de Primo Levi a Chalamov – lembra Revault d’Allones (1995) é uma tentativa de transmitir a monstruosidade da desumanização praticada por humanos sobre outros humanos, e restabelecer através da escrita, seu pertencimento à espécie humana.

Pensar no testemunho, diz Jean-François Chiantaretto (2004), supõe pensar naquilo que funda o laço indissolúvel entre o lugar de cada um e o conjunto humano: a pertinência ao humano, razão pela qual deve ser encarado como um ato de linguagem, uma palavra que requer a presença psíquica do outro, como ser singular e representante do conjunto.

Ao afirmar que, na literatura de testemunho o relato encontra o trauma, estou me referindo ao trauma na cultura, que Freud foi o primeiro a perceber no pós Primeira Guerra Mundial. Foram justamente as neuroses traumáticas que o levaram a reformular sua teoria e introduzir a pulsão de morte e um novo dualismo pulsional estabelecidos no texto “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920).

O conflito entre Eros e Tãnatos passou a atravessar tanto o processo civilizatório quanto o desenvolvimento individual surgindo, a partir daí, uma nova concepção do traumatismo que lhe permitiu opor as neuroses de transferência às neuroses traumáticas. Ficou claro que, aquilo que a neurose de transferência recalca, a neurose traumática torna presente. Uma presença terrível que faz com que o sujeito não cesse de reviver a cena traumática, razão pela qual no lugar da angústia – enquanto mecanismo de proteção contra o perigo, uma vez que o acontecimento traumatizante atinge um psiquismo não preparado e, portanto, mais vulnerável – o afeto predominante na neurose traumática é o pavor.

A guerra e as neuroses de guerra questionaram, aliás, praticamente todos os analistas da época, como se constata nos anais do V Congresso da Associação Psicanalítica Internacional, realizado em Budapeste, em 1918. Numa Europa recém-saída da guerra – o armistício sequer tinha sido assinado – reunidos em torno de Freud, após vários anos de separação, os psicanalistas tentavam entender os efeitos da guerra sobre suas práticas e teorizações. Datam desse momento as importantes contribuições de Karl Abraham, Sándor Ferenczi, Ernst Simmel e Ernest Jones, diretamente implicados na guerra, que foram editadas sob o nome de *Psicanálise das neuroses de guerra* (1918) e que continuam atualíssimas. Eles logo se deram conta que essas neuroses traumáticas divergiam em muitos aspectos das já conhecidas neuroses de transferência, e que entre as diferenças tinham que se haver com o fato de que nessas neuroses a dimensão sexual parecia ausente.

Apesar do mal-estar provocado por esta constatação, lembra Bertrand Piret, eles não se furtaram ao desafio de tentar entender estes novos sintomas. Rapidamente eles se deram conta de que, ao contrário do que acontecia nas neuroses

de transferência, nas neuroses traumáticas, em vez de se depararem com a já conhecida amnésia, precisavam lidar com um excesso de memória: o problema dos traumatizados residia, justamente, em não poderem esquecer nem as cenas, nem os acontecimentos dos quais foram vítimas, visto que estes não cessavam de assombrar a consciência e o sono dos pacientes. Na neurose traumática, o vivido traumático inicial nem é recalçado, nem entra em ressonância com a rede simbólica que caracteriza, nesse momento, a posição e a estrutura do sujeito. A lembrança do trauma permanece presente sem modificações e sem se fragmentar em vários fantasmas.

Freud não viveu o bastante para tirar todas as conclusões sobre os efeitos da Segunda Guerra Mundial e dos campos de extermínio nazistas, onde morreram duas de suas irmãs. Outros o fizeram em seu lugar e, entre eles, gostaria de salientar Jacques Lacan (1967) e Natalie Zaltzman (1999).

O primeiro, por chamar nossa atenção para a mudança que representou, para nossa subjetividade, a passagem de um mundo organizado em torno da religião para um mundo organizado em torno da ciência; e a percepção, decorrente dessa constatação, de que a segregação, que chegou ao extremo com os campos, iria necessariamente se ampliar.

A segunda, por ter explicitado claramente que, ao atacar a noção de espécie humana, o regime nazista demonstrou que valores que acreditávamos, definitivamente, inscritos na História podiam se desfazer de uma hora para a outra, fazendo com que a humanidade adentrasse num novo patamar do mal, do qual ainda somos os tristes herdeiros. A realidade totalitária e concentracionária nos colocou perante um acontecimento maior, simultaneamente coletivo e individual, posterior à metapsicologia freudiana da *psicologia das massas*: o desmoronamento da civilização ocidental em sua função de proteção do indivíduo contra o reino do assassinato, desmoronamento este que passou a fazer parte de cada um de nós e da herança da realidade humana.

Entre os filósofos contemporâneos, merece destaque Giorgio Agamben (1997) que chamou nossa atenção para o fato de que a história do século XX por meio dos seus regimes totalitários e formas inéditas de massacre, inscreveu o assassinato de milhares de pessoas como algo possível, fora de qualquer norma, como se os humanos não participassem de uma realidade comum. Chegamos ao ponto de o assassinato ter deixado de ser entendido enquanto tal, como se pode constatar, diariamente, na longa série de genocídios e assassinatos de massa que se seguiram à derrocada do nazismo. Entre os quais destacam-se os massacres cambojano (Indochina), o ruandês (África) e o perpetrado por algumas ditaduras latino-americanas, com seus estádios transformados em depósitos humanos e seus anjos da morte atirando pessoas vivas para fora do avião em alto-mar.

Debruçar-me-ei aqui, principalmente, sobre testemunhos da Shoah, o Holocausto judeu, na medida em que, enquanto paradigma mor da era das catástrofes, foi aquele que nos legou a maior parte do que passamos a chamar de literatura de testemunho. A figura da testemunha sobrevivente que se descortina através dessas leituras permite ao testemunho ultrapassar o estrito campo jurídico. Nas palavras de Jean-François Chiantaretto (2004), a partir da obra emblemática de Primo Levi, redefiniu-se o testemunho como sendo o relato em primeira pessoa de um sujeito alterado pela alteridade do passado do qual testemunha, pela alteridade daqueles perante os quais testemunha e que toma por testemunha. Toda sua obra é habitada pela desumanização que viveu nos campos e a transmissão dessa vivência se tornou o maior desafio de sua vida, já que a ofensa vivida em Auschwitz, esse lugar de destruição da metáfora, nunca acaba.

O testemunho, enquanto relato assumido e endereçado, cuja autenticidade é certificada pela presença do narrador no acontecimento relatado, assume a partir daí duas funções distintas: a atestação (ou testemunho) dos fatos e a revelação de uma verdade, sendo que é no trajeto do real à verdade que intervém a forma literária que postula o valor de um sentido. Esse dever de testemunhar, na obra de Levi, reflete-se em seu rigoroso trabalho de escrita, tanto no estilo quanto na forma e no vocabulário.

De fato – nunca é demais repetir – Auschwitz representou o momento de uma irreversibilidade do inumano que nenhuma palavra pode expressar, visto que todo testemunho é, por definição, testemunho do humano. Os que testemunharam e cujos testemunhos chegaram até nós, o fizeram tanto em nome próprio quanto em nome dos que já estavam mortos antes mesmo de serem mortos, antes de desaparecerem definitivamente nas câmeras de gás. Seus restos foram privados do estatuto de cadáver e, por isso mesmo, não foram sepultados: apagava-se, dessa forma, a fronteira entre o vivo e o morto, uma vez que a essência do nazi-fascismo era matar a morte, fazer reinar a morte, infectando com isso a vida.

Não por acaso, Nathalie Zaltzman (1999) nos lembra que a literatura concentracionária põe em evidência a existência de uma referência inconsciente que, em situações extremas, assume a forma – consciente ou não – de que cada vida representa de modo impessoal a vida humana ou a condição humana em seu conjunto. Ela testemunha da existência de uma referência inconsciente de inclusão indestrutível do indivíduo no devir do humano. Esse pertencimento à espécie humana parece sobreviver à destruição de todas as marcas da civilização sendo o que, anteriormente, Zaltzmann (1998) nomeou de identificação sobrevivente. No sentido mais pleno do termo, que remete àquilo que no humano resiste, não perde o rumo, não descola de sua inscrição na realidade humana, mesmo quando essa realidade, tal qual ela podia ser pensada até então, deixou de ser inteligível nos termos legados pela história humana. O humano não deixa

de ser humano, independentemente do que lhe aconteça, e não deixa de existir em relação ao conjunto dos humanos mesmo na realidade bestial e mecânica.

Nesse momento e, antes de prosseguir, parece-me fundamental distinguir os campos de concentração dos campos de extermínio, distinguir os que foram perseguidos pelo que acreditavam dos que foram exterminados pelo que eram. Como disse Jorge Semprún, ele próprio um sobrevivente de Buchenwald, um abismo separa o campo de trabalho do campo de extermínio e, esse abismo, foi a seleção, reservada exclusivamente aos judeus, que foram enviados para as câmeras de gás simplesmente pelo que eram.

Uma rápida comparação entre as obras de Robert Antelme – jovem resistente comunista francês, deportado para os campos de concentração de Buchenwald e Dachau – e de Jean Améry – judeu austríaco deportado para Auschwitz – talvez me permita ilustrar mais precisamente o que quero dizer.

Antelme, antes de ir para o campo, fazia parte de um grupo de resistência e o horror que viveu nos campos foi, como lembra Régine Waintrater (2005), consequência de seu pertencimento a esse grupo do qual, livremente, escolheu participar. Se tivesse desaparecido, o grupo teria se encarregado de perpetuar sua lembrança. Isso se reflete em seu livro *L'espèce humaine*, escrito logo após a sua volta, no qual ele se questiona sobre as condições necessárias para a manutenção do sentimento de pertencimento ao humano. A determinação de permanecer vivos a qualquer preço, reivindicação quase biológica que o horror despertou em alguns, serviu-lhe para meditar sobre os limites e a relativa solidão da espécie, concebendo uma opinião mais clara a cerca de sua indivisível unidade. É, em todo caso, o que leio em suas palavras quando afirma que “não há ambiguidade, permanecemos sendo humanos e acabaremos enquanto tais (...) é por sermos humanos como eles que os SS acabarão impotentes perante nós (...) o carrasco pode matar um homem, mas não pode transformá-lo em outra coisa” (p. 79). Mas bem que os nazistas tentaram de todas as formas, inclusive reciclando partes do corpo de suas vítimas.

Jean Améry escreveu *Par delà du crime et du châtimeut: essai pour surmonter l'insurmontable* vinte anos após seu retorno de Auschwitz. Diferentemente de Antelme, ele já era um excluído antes de ser deportado para lá, visto que as leis de Nuremberg, promulgadas em 1935, já o haviam privado do grupo ao qual legitimamente julgava pertencer, assim como de sua própria língua: o alemão. Apesar de seus esforços, parece que jamais conseguiu se reintegrar de fato a um grupo, sua confiança no mundo foi estilhaçada para sempre, uma vez que seus antigos colegas e vizinhos tornaram-se seus delatores e torturadores. Nas palavras de Waintrater (2005) a língua que ele pensava ser sua, tornou-se uma língua contaminada, era a língua falada por aqueles que o torturaram. Em seu livro, Améry (2005) reivindica o direito ao rancor, entendendo que o ressentimento passou

a constituir para ele, vítima que foi, a única maneira de reencontrar a própria dignidade, razão pela qual considerou o perdão e o esquecimento exigidos pelo ar do tempo, como profundamente imorais. E afirma “o mundo que perdoa e esquece me condenou, e não àqueles que cometeram os crimes ou os que deixaram que eles fossem cometidos” (p.129).

Para concluir essa rápida comparação, diria que faltou a Améry a presença de um amigo com o qual Antelme pode contar e graças ao qual pode voltar à vida, sua presença tendo funcionado como o outro garantidor da alteridade. Após o campo, o *outro* não desapareceu para Antelme pois seu amigo Mascolo assumiu a função de testemunha do testemunho, função que Waintrater (2005), no texto já citado, descreveu como sendo “intermediária e provisória, mas indispensável e que se produz no encontro do corpo próprio de Antelme e o eu do outro” (p.103). Segundo ela, Mascolo, em sua função de testemunha da testemunha esteve totalmente investido de uma função empática materna, como é possível constatar nas palavras de Antelme que lhe escreveu: “É a você que eu escrevo em primeiro lugar, pois quero que possa entreter em você (...) o maravilhoso sentimento de ter salvado um homem” (p.103).

Esse lugar da *philia* nas catástrofes históricas e a função analítica que o amigo pode desempenhar em tais situações, têm sido abordadas por vários autores, entre os quais gostaria de destacar a importante obra *Histoire et trauma*, de Françoise Davoine e Marx Gaudillère (2006). Num livro escrito a quatro mãos, eles defendem a ideia de que o trauma reduz o indivíduo a uma interioridade invadida pela angústia do nada, e que o sujeito, ao se tornar coisa entre as coisas, se vê condenado à solidão, à ruptura absoluta de todos os laços comunitários e culturais. Nada na cultura contemporânea se oferece para ajudar a reintegrar a vítima ao mundo dos vivos, a não ser, de certa maneira, a psicanálise que tenta encontrar o ponto de ruptura de um antes onde fantasma e sonho ainda tinham seu lugar.

Voltando à literatura de testemunho. Não há como negar que eu aprendi muito com esses escritores que escreveram sobre o que havia acontecido nos campos da morte, esperando que aqueles que os leriam poderiam vir a imaginar o inimaginável, partilhando algo com eles. Entendo esses testemunhos, como sendo um misto de confissão, documento histórico e reflexão que o sujeito faz sobre si próprio. Convém encará-los não como uma mera manifestação da memória, mas como uma atividade de pensamento aplicada à compreensão do inumano enquanto produção política humana. Sua leitura me ajudou muito a refletir sobre os efeitos da violência da história sobre a subjetividade humana ajudando-me, conseqüentemente, a articular a história pessoal e coletiva e permitindo-me escutar a história que acompanha e emoldura as histórias. E isso me coloca perante a responsabilidade de poder ouvir tanto a destruição quanto a resistência a ela.

Penso, como Anne Levallois (2007), que a psicanálise não pode se dar ao luxo de esquecer que lida com um sujeito histórico, depositário de uma história, razão pela qual todo analisando acaba, num determinado momento de seu percurso, vendo-se obrigado a testemunhar sobre a relação que sua história individual mantém com a grande história. E isto exige um analista capaz de relacionar a escuta da história que ouve com a história do mundo; caso contrário, em vez de ajudar seu analisando a construir sua singularidade, poderá vir a criar nele o sentimento ilusório e tóxico de o estar abandonado a uma solidão de exceção, e de ser o único a ter vivido um determinado horror. Aí estão em jogo, tanto a responsabilidade do sujeito que fala, quanto àquela de quem o escuta.

Se uma das saídas do traumatismo é a adesão a ideologias que têm por palavra de ordem a erradicação da memória, é importante notar que os sintomas traumáticos são, como já foi apontado no início desse artigo, o sinal de uma memória por demais presente. Nessas situações, me parece que o lugar transferencial do analista não pode ser o mesmo que ele ocupa nas neuroses de transferência, pois uma proximidade maior se torna necessária. Ao mesmo tempo, o analista precisa agir com o máximo de tato, aqui entendido mais no sentido ferencziano do que freudiano⁷².

Se digo isto, é porque partilho com Bertrand Piret (2013) a percepção de que lidar com sintomas traumáticos pode exigir uma maior proximidade do analista, do que aquela recomendada nas neuroses de transferência. E isso por inúmeras razões, entre as quais a de que a vergonha parece ser o afeto mais comum encontrado nas neuroses traumáticas em oposição à angústia e à culpa que caracterizam as neuroses de transferência. A partir de sua longa experiência com sujeitos traumatizados, ele nos lembra que a vergonha não remete à cena sexual edípica e sim a um estágio de constituição do sujeito anterior, o da formação do *eu* no olhar do *outro*. Tratar-se-ia aqui, sempre segundo ele, de fazer face ao que Giorgio Agamben (1997) chamou de “vida nua”, uma destruição do sentimento de humanidade no humano e que remete a uma existência quase biológica, desatada das filiações simbólicas que são o próprio do humano. Face ao humano traumatizado que se sente abandonado, não apenas por seu grupo de pertencimento mas pela humanidade como um todo, já não tendo mais o registro do que significa interessar alguém, nos diz Piret, que o analista não pode repetir o crime e se contentar em permanecer identificado ao modelo caricatural do espelho sem reação, da neutralidade absoluta e do silêncio glacial que alguns acreditam de praxe. Nesses casos, não só ele pode, como deve, manifestar sua curiosidade e seu investimento explícito na escuta que suscitou nele um desejo de saber.

⁷² Embora tanto um quanto o outro se referissem ao tato, para Freud ele dizia mais respeito ao que não deveria ser feito numa análise. Ferenczi, entretanto, o define como a faculdade de “sentir com” o paciente, exigindo do analista uma atenção especial em exercer para o paciente um papel facilitador e não traumatógeno. Isto implica colocar-se no diapasão do paciente, sem abandonar a posição de analista.

Em outros termos, dessa vez lacanianos, o analista não pode hesitar em manifestar seu desejo, seu desejo de analista.

Encaminhando-me para a conclusão, e tocada pela experiência vivida na Clínica do Testemunho do *Projetos Terapêuticos*, retomo aqui o que julgo ser a responsabilidade do analista: poder ouvir a grande história que acompanha a história do sujeito, assim como a transmissão transgeracional, no sentido de que todo genocídio é a destruição simultânea de três gerações, as mesmas que são necessárias para o estabelecimento de qualquer filiação.

É por isso que, alertada por Nathalie Zaltzmann (1999), acredito que o tratamento analítico deve tratar o homem, o ser psíquico, o sujeito, como sujeito da condição humana, como portador de uma realidade psíquica, que é concomitantemente a sua e a do conjunto humano que faz dele aquilo que ele é. Dito de outra forma, uma análise não diz respeito apenas à determinada organização psicopatológica, ela tem que se haver, quer queira, quer não, com o rochedo daquilo que constitui a realidade do humano.

O analista, ainda que não seja um historiador, não pode, a meu ver, dar-se ao luxo de ignorar a história pois, como diz Pierre Fedida (2007), é seu dever poder imaginar o inimaginável, caso contrário estaria negligenciando que o fato aconteceu. Alguns pacientes nos dizem que nós teremos que imaginar o que eles viveram. E eles estão cobertos de razão. Temos que imaginar se quisermos fazer decentemente nosso trabalho. Os horrores vividos por aqueles que viveram a experiência dos campos, genocídios, torturas, ditaduras militares desafiam nossa imaginação. Mas nosso trabalho é justamente poder imaginar o horror sem entrar nele, reconhecendo-o no que ele destrói em nossas próprias representações. Aquele que nos fala do horror precisa saber que há um semelhante que o escuta, o que não é sinônimo de empatia no sentido de dar a impressão de que vivemos o que ele viveu. Trata-se de uma empatia no sentido de que podemos tentar imaginar o que ele viveu e que aceitamos nos prestar a isso.

Para concluir, se o testemunho é um endereçamento que a testemunha dirige a um outro que representa a comunidade humana da qual ele foi excluído, aquele que o escuta tem que responder: “Presente!”. Isto é necessário para que sua escuta possibilite àquele que ousou tomar a palavra para falar do irreduzível de sua experiência, possa religar os fios de uma vida interrompida por uma catástrofe histórica, visto que ele representa a possibilidade de uma reintegração na comunidade humana.



Referências

- ABRAHAM, K. Contributions à la psychanalyse des nevroses de guerre. In: *Oeuvres complètes*, t. 2. Paris: Payot, 1973.
- ABRAHAM, K., FERENCZI, S., SIMMEL, E. & JONES, E. (1918) Contributions à la psychanalyse des nevroses de guerre. In: ABRAHAM, K. *Oeuvres complètes*. t. 2. Paris: Payot, 1973.
- AGANBEM, G. *Homo sacer*. Paris: Seuil, 1997.
- _____. *Ce qui reste d'Auschwitz*. Paris: Payot, 1999.
- AMÉRY, J. *Par-delà le crime et le châtement: essai pour surmonter l'insurmontable*. Arles: Actes Sud, 2005.
- ANTELME, R. *L'espèce humaine*. Paris: Gallimard, 1957.
- CHIANTARETTO, J.-F. *Témoignage et trauma: implications psychanalytiques*. Paris: Dunod, 2004.
- COQUIU, C. L'émergence d'une "littérature" de non-écrivains: les témoignages des catastrophes historiques. *Revue d'Histoire Littéraire de la France*, v. 103, pp. 342-363. 2003.
- DAVOINE, F. & GAUDILLÈRE, J.-M. *Histoire et trauma: la folie des guerres*. Paris: Stock, 2006.
- FEDIDA, P. *Humain/désormais*. Paris: PUF, 2007.
- FERENCZI, S. *Psychanalyse des nevroses de guerre*. In: *Oeuvres complètes*. v. 2. Paris: Payot, 1970.
- FREUD, S. (1919) *Introduction à la psychanalyse des nevroses de guerre*. In: Résultats, idées, problèmes. Paris: PUF, 1991.
- _____. (1920) Além do princípio do prazer. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, v. XVIII.
- LACAN, J. *Proposition du 9 octobre 1967*. In: *Silicet 1*. Paris: Seuil, 1968.
- LEVALLOIS, A. *Une psychanalyste dans l'histoire*. Paris: Campagne Première, 2007.
- LEVI, P. *A trégua*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- _____. *Les naufragés et les rescapés*. Paris: Gallimard, 1989.
- _____. *Si c'est un homme*. Paris: Julliard, 1987.
- OPPENHEIM, D. *Peut-on guérir de la barbarie?*. Paris: Desclée de Brouwer, 2012.
- PARENT, A. M. Trauma, témoignage et récit. *Actualités du récit. Pratiques, théories, modèles*, v. 34, n. 2-3, pp. 113-125, 2006. Disponível em: <<http://www.erudit.org/revue/pr/2006/v34/n2-3/014270ar.html>>. Acesso em: 30 ago 2015.
- PIRET, B. *Approche psychanalytique du traumatisme: de l'irruption du réel à l'errance psychique*. Disponível em: <<http://www.parole-sans-frontiere.org/spip.php?article297>>. Acesso em: 06 ago 2015.
- REVAULT D'ALLONES, M. *Ce que l'homme fait à l'homme: essai sur le mal politique*. Paris: Flammarion, 1999.
- SELIGMANN-SILVA, M. A história como trauma. In: NESTROVSKI, A. & SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- SEMPRÚN, J. *L'écriture ou la vie*. Paris: Gallimard, Folio, 1994.
- SEMPRÚN, J. & WIESEL, E. *Se taire est impossible*. Paris: Mille et Une Nuits, 1995.
- WAINTRATER, R. *Dès Lumières à l'obscurité: Robert Antelme et Jean Améry, deux itinéraires*. *Topique*, v. 3, n. 92, pp. 95-110, 2005.
- ZALTSMANN, N. *La résistance de l'humain*. Paris: PUF, 1999.
- _____. *De la guérison psychanalytique*. Paris: PUF, 1998.

13

DE PAIS PARA FILHOS...: QUANDO AS HISTÓRIAS SÃO INTERROMPIDAS⁷³

Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi

O tema sobre o qual pretendo discorrer neste texto foi formulado como uma questão na minha trajetória de psicanalista, há mais ou menos trinta anos, quando eu era uma jovem recém-formada. Venho trabalhando com isso desde então, e a composição desta hipótese teórico-clínica me acompanha nos atendimentos de famílias, em alguns trabalhos de análise e, sem dúvida, é uma questão que faz parte da Clínica do Testemunho.

Fazia a minha formação em hospital-dia quando recebemos Jean⁷⁴, um jovem em crise. Sendo um rapaz bastante estudioso, segundo filho de uma família judia de intelectuais, havia conquistado uma bolsa de estudos em Paris. Foi um orgulho para toda família. Nos primeiros meses do curso, Jean foi invadido por alucinações auditivas - vozes que o insultavam - e um sentimento de perseguição sem trégua fez com que tivesse que interromper sua frequência no curso. Voltou ao Brasil por absoluta impossibilidade de suportar tudo isso. Jean estava totalmente “fora de si”, diziam seus pais.

Dentre os dispositivos terapêuticos que compunham o tratamento de Jean fazia parte um atendimento familiar. De início falavam do susto, da decepção, do medo do que seria o seu futuro. Relembavam sua infância, os conflitos com os irmãos e os pais. Numa certa altura, apareceu uma “informação que todos sabiam”, como algo totalmente sem importância: tanto seu pai, ainda menino,

⁷³ Texto originalmente preparado na forma de aula para o curso de capacitação da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos – São Paulo, ministrada em outubro de 2014.

⁷⁴ Esse nome é fictício e alguns dados foram alterados para preservar o sigilo.

quanto os pais de sua mãe, antes dela nascer, haviam fugido da França e da Holanda, durante a ocupação nazista. As pessoas da família que não haviam conseguido sair foram mortas.

Mesmo sendo bastantes intelectualizados e ciosos de suas origens, eles não conseguiam fazer nenhuma conexão entre o que irrompia agora através do sofrimento de Jean e o “retorno” para o lugar de onde o pai tivera que fugir para evitar a morte. Jean foi atacado do pelo terror indizível vivido por seu pai e avós. Para ele isso estava lá e era impensável. Irrompeu como uma invasão de algo “fora de si”, mas que tomou posse dele.

A terapia familiar consistiu em recuperar ou construir narrativas relativas à emigração forçada ou, mais diretamente, à experiência de ameaça de morte e o exílio.

Esse trabalho lançou uma questão que me acompanhou por anos nos atendimentos com famílias e, muitas vezes, nos processos de análise. Como alguém poderia ser marcado no corpo por uma dor, um susto, uma impressão de terror, sem que isso tivesse uma ligação com a própria experiência? Como os filhos ou netos podem carregar os traumas das gerações precedentes? Como pensar a metapsicologia nesses fenômenos e como abordá-los?

SOBRE O CONCEITO DE TRANSMISSIBILIDADE DO REGISTRO PSÍQUICO EM FREUD

Como apontou Luiz Alfredo Garcia-Roza (1993), Freud pensou o aparelho psíquico como um aparelho de memória. Com a premissa de que essa memória é uma memória pulsante, a “cura pela fala” foi fundada justamente para trabalhar com os registros dos acontecimentos através de seus caminhos de transmissão, considerando o conflito psíquico implicado nos sintomas neuróticos. Freud dizia que as histéricas sofriam de “reminiscências”.

A metapsicologia freudiana pensou um sistema de memória disposto em três registros distintos e sucessivos. Uma primeira forma de registro, que Freud chamou de signo de percepção, é constituída pelas marcas do sistema perceptivo, impressões que se relacionam por simultaneidade e são incapazes de se tornar conscientes.

O registro que se segue é composto pelos traços ou representações inconscientes e esses traços se relacionam entre si por associação. São passíveis de se transmitir ao registro pré-consciente os traços que puderem ser traduzidos na terceira forma de registro, o registro verbal. Cada uma dessas inscrições corresponde a

diferentes espaços psíquicos que comportam uma lógica singular. As passagens de um registro para o outro se dão por uma espécie de rearranjo dos traços de memória, ou uma retranscrição, como diz Freud (1876).

Caso uma inscrição gere um aumento de tensão ou um desprazer, o mecanismo de defesa, conhecido como recalque, promove uma falha de tradução. Nas palavras de Freud, “é como se esse desprazer provocasse um distúrbio do pensamento que não permitisse o trabalho de tradução” ((1876,p319).

Dessa forma, a transmissão só seria possível por intermédio de outros caminhos associativos, “representações substitutivas”. É segundo essa perspectiva que uma perna paralisada pode ser lida como uma dramatização de um impulso erótico; ou o imperativo de cumprir um ritual diante de passagens no umbral das portas, como uma representação deslocada do encontro com a diferença sexual. Da mesma forma, a dificuldade de aprendizado numa criança poderia ser associada à censura sobre o saber sexual, ou o medo de cavalos um apelo ao pai.

Os sintomas neuróticos conteriam uma mensagem e uma forma de reincidência velada. Embora comportem sofrimento e limitações, são formações intermediárias entre o desejo inconsciente e a censura, sendo ao mesmo tempo lembrança e esquecimento. Como faces da memória, lembrança e esquecimento teriam sua alternância justamente pela diversidade de registros nos caminhos da re/apresentação. A insistência da pulsão pressiona o trânsito dos traços de memória no sentido de sua tradução em novas inscrições, fazendo da transmissibilidade um atributo do aparelho psíquico decorrente do princípio do prazer, como ressalta René Kaës (2001).

Na primeira tópica, o *eu*⁷⁵ aparece tanto como o agente do recalque quanto como o correspondente do pensamento pré-consciente. Com a análise dos chamados transtornos narcísicos e o giro teórico da segunda tópica, o eu passa a ser pensado como uma instância que vive o conflito entre o que seriam seus traços de representação do prazer inconscientes e sua função de representante da realidade, da autoconservação física e psíquica e do pensamento pré-consciente. Além disso, e é esse ponto que merece nosso destaque aqui, a teoria passa a considerar que a representação de *si* não é inata, mas construída em vários tempos, a partir complexos processos de identificação aos traços transmitidos nos laços com outros.

O processo de diferenciação *eu/não eu* – *eu/outro* seria uma construção em três tempos e podemos pensar esses tempos pelo viés cronológico, mas principalmente em sua conotação lógica.

⁷⁵ Escolho a denominação *eu*, e não *ego*, para a nomeação da instância psíquica da representação do “si-mesmo”.

Nos primórdios da vida, tudo o que fosse experimentado como prazeroso seria registrado como idêntico ao *eu*, ao passo que o desprazeroso simplesmente não teria registro. Num segundo momento, o que produzisse prazer passaria a ser registrado como “bom” e idêntico ao *eu* e o desprazer seria designado como “mau” e idêntico ao *não eu* (Freud, 1915 e 1925). Só com a aquisição da simbolização da ausência, seria possível a inscrição do outro.

É importante notar que a noção de julgamento de valor, ou seja, a distinção entre o que é bom e o que é mau (me faz bem ou me faz sofrer), é anterior ao julgamento de existência e, além disso, o afeto original em relação ao outro é o ódio e não o amor. Segundo essa referência, o *outro* seria aquilo que faria limite ao *eu prazer* (Freud, 1911, 1915 e 1925) e seria tomado como externo e projetado para fora do eu. A fome, o desconforto e a privação, seriam o *não eu* e o seio, o leite, o canto de ninar seriam identificados ao *eu*. A existência da mãe como algo destacado do si- mesmo seria inscrita, a princípio, pela vivência da privação, quando se fizesse ausente. E o movimento de superação do desprazer, geraria um grito, uma descarga.

Para que a experiência corporal ganhe a dimensão de realidade psíquica, ou seja, para que o dentro e o fora ganhem um registro significativo, haverá todo um jogo de alternância entre satisfação e privação, de repetições alucinatórias e da presença do seio e da mãe, gerando transcrição de traços que estabelecem a realidade do corpo próprio e o corpo do outro. Tudo isso acompanhado pelas marcas da diferença entre a produção alucinatória e a presença, tanto do objeto da satisfação como do objeto da dor. Portanto, seria na construção dos caminhos para contornar a dor e na busca de prazer que o choro do bebê ganha outra dimensão, para além de uma descarga motora, de um apelo do *infans* ao seu entorno.

Do outro lado desta cena, a existência corporal do recém-nascido já é, desde o princípio, uma realidade para a mãe que escuta seu choro como uma convocação a sua presença e à oferta do alimento. Quando a mãe interpreta o choro com sua presença, ela transmite uma mensagem, antecipando a conotação de invocação ao choro, ou seja, conferindo sua dimensão de linguagem. A repetição dessa vivência e o trabalho psíquico de sua transcrição é que demarca índices, gera traços na condição de representações. Trabalho psíquico que enlaça constituindo a pulsão e a *gestalt* do corpo.

Acerca do processo de construção da representação de uma imagem de *si* no mundo, Freud (1914) apresenta mais extensamente, em “Sobre o narcisismo: uma introdução”, a ideia de que o *eu* é uma composição que tem como fundamento e suporte a projeção do narcisismo dos adultos sobre o futuro do pequeno filhote. A partir da ligação amorosa dos pais com seu rebento, da projeção da sua condição de humanidade, inscreve-se o valor da ligação *eu/outro* como

protótipo do processo de humanização. As mensagens que vêm a significar esses encontros primordiais são transmitidas pela presença e ausência, pelas palavras ditas, as não ditas, os gestos, os cheiros, as luzes, as sombras, o calor, o frio, o tom de voz. O bebê humano tem necessidade dos cuidados físicos, mas também das traduções de um adulto que podem imprimir sentidos à sua experiência corporal, seus afetos e os objetos que o rodeiam. E isso vem carregado dos afetos e conflitos experimentados por parte dos que enunciam essas “interpretações”. Junto com o leite o bebê humano é nutrido de todo um repertório de significância que o precede e o acolhe.

Nesse sentido, também a história de cada um acaba sendo construída por um rearranjo singular e pessoal, às vezes inusitado, das narrativas dos outros sobre os acontecimentos da sua história, mas também da sua pré-história. Esse repertório se transmite pelo conjunto de hábitos, palavra, gestos, rituais, em fim pelos sentidos construídos com os outros. É o que podemos chamar de transmissão psíquica intersubjetiva e também intergeracional. Herdamos, além da vida biológica, das condições materiais numa sociedade, todo um universo simbólico e afetivo.

Portanto as inscrições psíquicas de um sujeito em formação são permeadas por um trabalho de transcrição e identificação aos traços de sua ligação ao outro. Da multiplicidade de mensagens que recebe, o Eu se identifica com alguns desses traços e constitui o que podemos chamar de repertório pessoal com suas matrizes significantes que representam as experiências e compõem o aparelho para interpretar os fatos da vida. Essa concepção do si-mesmo como construção e efeito do laço social pode ser relacionada à idéia freudiana de que “a oposição entre a psicologia social e a psicologia individual que pode parecer muito significativa à primeira vista, perde boa parte de sua agudeza se a examinamos mais detidamente”. (1920, p 91)

UM POUCO DE HISTÓRIA

“Eu nunca vou esquecer! Será que aconteceu mesmo?”⁷⁶

A Grande Guerra, teve grande impacto na sociedade ocidental pela dimensão devastadora desse conflito que, como disse Freud em *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915), fazia da morte uma presença “não uma a uma, porém muitas, dezenas de milhares, num único dia” (p. 329). Também para um pensador como Walter Benjamin (1980), entre 1914 e 1918 a humanidade esteve diante de

⁷⁶ Trecho de depoimento no documentário *15 filhos de Marta Nehring & Maria de Oliveira*.

uma das mais terríveis experiências da história e o que chamava a sua atenção era que “os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha (...) mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos (...) porque nunca houve experiência mais radicalmente desmoralizada do que a guerra de trincheiras” (p. 57).

O reconhecimento de uma força psíquica para *além do princípio do prazer*⁷⁷, capaz de se fazer violência entre os homens, mas também de desviar, interceptar e até destruir os registros de memória do aparelho psíquico, levou a teoria psicanalítica a repensar o conceito de trauma. De acordo com Bertrand Piret (2011), a introdução do conceito de pulsão de morte ampliou o campo de intervenção da clínica psicanalítica para além do trauma sexual e seus efeitos de neurose. Segundo o autor, isso “não só transtornou a teoria, mas trouxe elementos para pensar outro tipo de traumatismo, ligado ao que contemporaneamente tem sido chamado de irrupção do real, como efeito da guerra, da violência da tortura, dos traumas coletivos, das tentativas de desumanização com as catástrofes sociais” (p.1).

A contemporaneidade tem convivido com as chamadas *catástrofes sociais* e suas produções de cadáveres nas guerras, nas ditaduras e nas situações de extermínio. Catástrofes que marcam a comunidade humana, cunhando, mais do que dor, efeitos de desolação.

O trabalho com aqueles que sobrevivem a isso implica o encontro com os efeitos de fratura de suas referências fundamentais, em que restam destroçados o espelho de si e do mundo. A sobrevivência exige a travessia do massacre da relação com o outro incrustado no próprio corpo, ou seja, a sobrevivência ao horror! Como efeito da violência, muitas vezes o aparelho psíquico sofre um tal abalo que entra em colapso.

Bernard Penot, em *Figuras da recusa: alguém do negativo* (1992), apresenta um minucioso percurso sobre a radicalidade do mecanismo da recusa da realidade, quando a experiência subjetiva é da ordem de uma ruptura intolerável, no limite da autopreservação. Embora ele desenvolva essa pesquisa para tratar de quadros psicopatológicos conhecidos como psicoses, podemos tomar o mecanismo da recusa como mecanismo de defesa diante do insuportável. Mais do que um *quantum* de dor estaríamos diante da comoção como incidência traumática.

Para sobreviver há que se desligar das marcas de horror e fazer uma espécie de suspensão do juízo de existência, retirando a condição de verdade e de memória, com um recurso muito mais radical do que o recalque. No entanto essa cissura não apaga a marca do terror, fica um estrago, uma chaga sem registro de sentido, uma espécie de ruptura no *eu*, comprometendo os limites da noção de realidade.

⁷⁷ Referência ao título do artigo de Freud de 1920 com esse nome.

Tomo emprestada de Nicolas Abraham & Maria Torok (1995) a ideia de *cripta*⁷⁸ para descrever o registro que resta do impacto traumático. Entretanto, proponho um recorte peculiar deste conceito, fazendo uma composição com o mecanismo da *recusa*, composição distinta da que fazem os autores desse conceito. Tomo a *cripta* pela propriedade metafórica, de uma cápsula isolada que envolveria os signos do acontecimento recusado e restaria paralela à rede de representações inconscientes, fora de sua lógica de ordenação. Marca que resta incrustada à margem e à revelia do aparelho psíquico.

É importante ressaltar que não é toda a rede de representações em um sujeito que fica destruída, como efeito da recusa. Embora isso possa acontecer. Mas ela geraria uma “cripta” que não só fica de fora das narrativas relativas aos acontecimentos significativos, como também não se relaciona por associações, não tem a propriedade de produzir lapsos, atos falhos ou sintomas como intermediários no conflito.

Também não é que todo o saber sobre a experiência traumática fique apartado do repertório subjetivo, mas a marca do estrago traumático não se liga a esses saberes e permanece inassimilável. A marca cravada retornaria com a irrupção da angústia, como presença bruta, nos fenômenos psicossomáticos ou alucinatórios, como “corpo estranho, assustador e mortífero”.

Em relação ao “aparelho de memória” apresentado no início do texto, podemos pensar os efeitos da *recusa* pela severa obstrução no trabalho de transmissibilidade, produzindo um impasse na base da condição de figurabilidade, impedindo a tradução dos signos de percepção (marcas sensoriais da experiência) em traços e representações inconscientes. O que viria a ser transcrito na forma de representação, por ser excessivo, é expulso para *fora do eu*. Defesa muito mais poderosa, como dizia Freud (1894), distinta do recalque e seus efeitos de formação de compromisso. Se o recalque faz barreira para a transmissão, gerando uma falha na passagem da representação inconsciente para a representação verbal pré-consciente, a recusa suspende, desliga, suspende as representações do vivido, isolando a marca da experiência de toda a possibilidade de tradução e de contorno. Não há conflito nem sentido: apenas excesso.

Jorge Semprún (1995) levou quarenta anos para poder redigir a *Escrita ou a vida*, sua pungente narrativa sobre o horror vivido no campo de concentração e seus caminhos de sobrevivência e reconstrução de *si-mesmo*. Alienado de qualquer imagem de seu corpo, durante seu confinamento, assustou-se em primeiro lugar com o terror que viu refletido nos olhos dos soldados russos ao avistar sua

⁷⁸ Esse conceito é apresentado pela dupla Abraham & Torok numa articulação diferente do que estou propondo. Originalmente aparece como uma espécie de invólucro de identificações inconscientes, como efeito do recalque.

figura cadavérica e vazia. Seu relato sobre os primeiros tempos de liberdade fala sobre um permanente estado de sonambulismo e que era assim que perambulava pelo mundo. Muitas vezes era invadido pelo desespero e o desamparo. Sendo escritor, tentou narrar o que tinha passado, mas teve que interromper esse trabalho porque sentiu que esse encontro poderia ameaçar novamente a sua vida. Precisou criar distância, se afastar daquilo ao que sobreviveu. Para ele o único modo de reconstruir um laço com a vida seria ficar longe da “coisa”. Às vezes a latência ante o vivido e alguma possibilidade de expressão leva uma vida, uma geração, duas ou até três para ganhar a possibilidade de figuração.

Nas palavras de Kaës (2011), “não há nada que seja abolido, e que não apareça, algumas gerações depois, como enigma, como impensado, ou seja, como signo do que não pode ser transmitido na ordem simbólica (...). O traço segue seu caminho através dos outros até que um destinatário se reconheça como tal” (p. 56), isto é, seja tomado por isso⁷⁹.

Voltemos à citação de Benjamin sobre a experiência incomunicável da guerra de trincheiras entre 1914 e 1920. Acompanhamos isso como um trauma coletivo pelo mutismo dos soldados. Testemunhamos o mesmo mutismo nos sobreviventes do genocídio armênio, do holocausto e também nos sobreviventes das sangrentas ditaduras na América Latina, nas décadas de 1960, 1970 e 1980. O silenciamento, que atende a uma ordem de mão dupla, sela e condena as vítimas da violência e as sociedades como um todo a recusar os acontecimentos e seus significados.

No Brasil, entre 1964 e 1985, a prática da tortura, de assassinatos e dos desaparecimentos forçados foi parte de uma política de Estado não só exercida pelos poderes policiais e militares como financiado pelo capital nacional e internacional.

As marcas do terror restam em estado de suspensão, como uma presença indizível e no lugar de serem transmitidas como memória e como história, são *transfusionadas*, como uma presença invasiva e impensável para as gerações seguintes. Segundo Kaës (2011), o que é indizível para a primeira geração, torna-se impensável para a segunda e inimaginável na terceira. Quando a inscrição psíquica não é mediada pela figurabilidade, com suas propriedades simbólicas, sua transmissão não comporta as alterações do deslocamento e da condensação, nem o desgaste do tempo. Nestes casos a “coisa” seria *transfusionada* para as outras gerações sem a possibilidade de subjetivação (p. 22).

Haidê Faimberg (2001) empregou outra metáfora para pensar esse tipo de invasão do material psíquico de uma geração na outra. Diz que os signos do trauma, que permanecem imunes ao tempo e à significação, fazem uma intrusão na realidade psíquica das gerações seguintes instalando-se através de uma

⁷⁹ A pesquisa de Kaes não aborda a distinção entre as identificações inconscientes e as marcas recusadas.

telescopiação transgeracional. O traumático não é nem dizível, nem pensável nem imaginável. Não se representa, é pura presença.

Uma menina de dezoito anos⁸⁰, de uma família do interior paulista, entrou na faculdade na capital e, depois dessa mudança, que era tudo que ela queria, começou a se bater compulsivamente, causando hematomas em seu próprio corpo. Seus pais costumavam ir a São Paulo visitá-la e, a repetição dessa situação fez com que ficassem horrorizados, levando-a a um analista. Esse analista suspeitou que algo destes atos de “bater-se e fazer hematomas” se destinaria aos pais, principalmente pela proximidade de sua incidência com as visitas. Algo tomava corpo nela pelas pancadas. Houve um encaminhamento para um atendimento familiar.

Nas primeiras entrevistas a menina diz que, para ela, a vida “é uma tortura”. Os pais ouviram sem nenhum espanto e, quando perguntados, o pai disse que para ele também sempre tinha sido assim, principalmente desde que o seu pai, avô da menina, fora destituído de seu trabalho porque era um sindicalista na época da “Revolução de 64”. Chamou atenção que ele falasse do golpe como revolução, porque essa era a linguagem das forças repressoras e não dos opositores na ditadura. Apareceu nessa sessão, pela primeira vez para seus filhos, um relato de que o avô deles havia sido preso, torturado e destituído de sua função, sendo transferido pela fábrica para uma outra unidade, longe de casa. Sua narrativa não continha nenhuma dor relativa ao sofrimento do pai durante a tortura ou a prisão, mas a queixa de uma perda de poder aquisitivo. A família passou a viver em condições bastante precárias, tiveram que mudar de casa e de escola por motivos econômicos. Além disso, ainda menino, o pai da moça de agora teria encontrado o carro de seu pai cravado de balas e “nunca pensara nisso”, nem falara sobre isso para ninguém. Seu pai adoeceu e morreu alguns anos depois.

Com dezoito anos, o pai da garota de agora foi cumprir o serviço obrigatório no Exército e lá, segundo ele, “aprendeu a disciplina e a resistência às durezas da vida”. Fez alguns relatos onde temia o ataque dos “terroristas” e não questionava nem de longe o fato de que os terroristas que haviam aterrorizado seu pai eram do próprio Exército. Trabalhando com esta família, pudemos resgatar que havia algo que não fazia conflito nem memória, que era absolutamente impensável e irrompia como hematoma no corpo da filha que tinha saído de casa. Sua “compulsão” era ao mesmo tempo sua dor e sua denúncia daquilo que ela não podia saber. Retorno traumático como efeito da recusa que fazia parte de um silêncio familiar. Nada disso lhe fazia questão, apenas estava lá.

Há um aspecto fundamental quando se trata dos traumas decorrentes das catástrofes sociais. É que o segundo tempo do trauma, que é marcado pelo silen-

⁸⁰ Esse atendimento clínico não fez parte da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos. Alguns dados foram alterados para preservar o sigilo.

ciamento, não é fruto exclusivamente da recusa nos âmbitos pessoal e familiar. É também determinado pela recusa instalada no discurso coletivo. E isso teria que ser tomado como conceito na prática da Clínica do Testemunho.

O que condena os fatos ao “desaparecimento”, ou, dito de outro modo, o que retira a sua condição de realidade por tantos anos, é o imperativo de abolição simbólica que o terror de estado imprime. Como bem lembra Françoise Sironi, em *Carrascos e vítimas* (2011), “a tortura faz calar” (p.19). Os regimes totalitários visam a aniquilar o trabalho de transmissão da história, extinguindo os registros de memória. É fundamental que isso seja levado em conta nas propostas de tratamento.

Tomemos o percurso de Janine Altunian (2012), francesa, filha de um armênio que escapou do genocídio de 1915 e fundadora da Associação Internacional de Pesquisa sobre Crimes contra Humanidade e Genocídio. Altunian, ensaísta e tradutora, vem se dedicando, sobretudo, à “tradução” do psiquismo de um trauma coletivo nos descendentes dos sobreviventes. Esse trabalho de tradução e testemunho teve início pelo encontro, depois da morte do pai, de um diário escrito por ele, ainda criança, narrando a sua travessia pelo deserto. Era o diário de um menino de família armênia, nascido e criado na Turquia, e sua resistência ao terror. Estava escrito em turco, língua do carrasco. E esse encontro teve o efeito de provocar a necessidade da tradução para o francês de um relato relativo ao massacre ainda hoje não reconhecido por grande parte do mundo ocidental.

Para que esse trabalho fosse feito – lido, escutado, registrado como memória – ela avaliou a necessidade de constituir um grupo de tradutores, psicanalistas e literatos. Numa intersecção de línguas, em suas palavras, “essa obra seria um escrito conjunto entre uma viva (ela) e um morto (seu pai)” e de um grupo multiprofissional e multicultural. Tradução realizada num espaço coletivo, permeado de multiplicidades, para que se pudesse fazer História a partir daquela história, ou o que Altunian (2012) chamou de “gestação através das gerações” (p.112).

A Clínica do Testemunho do *Projetos Terapêuticos* ganhou uma configuração própria para compor um enquadre para uma “recepção polifônica” das narrativas. Sustentar o acolhimento das expressões de dor de cada um foi o ponto de partida para uma clínica que busca traçar perspectivas a partir dos cacos de memória de cada um e deles entre si. Embora existam vários elementos comuns entre eles, por terem sido afetados pela tortura, pelo exílio ou pelo desaparecimento forçado de familiares, os efeitos de ruptura nos seus laços, seus corpos e seus sonhos são peculiares. Além disso, não é o mesmo ter sido afetado diretamente pelo terrorismo de estado do que ser um descendente de quem passou por isso. A variedade de vozes, relativa à variedade entre os membros do grupo, abre brechas para a diversidade e facilita a criação de ressonâncias e transcrições, esboços de re/apresentações para o que aparece petrificado.

De fato, a recusa não incide para todos e para cada um nos mesmos lugares psíquicos. Cito Paul Ricoeur (1938-1945) ao dizer que, para dar voz “às feridas da memória, simultaneamente solitárias e partilhadas” (p. 2) montamos um grupo intergeracional⁸¹, com frequência semanal, em composição com atendimentos pontuais das famílias nucleares ou em sessões individuais. Esse arranjo de *settings* apresentava diferentes espaços para compartilhar narrativas na busca de “desprivatizar” a dor, mas também permitia considerar a singularidade e a intimidade de cada um.

Contando com a intermediação de um grupo, pais, filhos e netos tiveram a possibilidade de fazer perguntas ,de uns filhos para outros pais e vice versa e, pela distinção entre seus pontos cegos ou surdos, a possibilidade de se ouvir. A alternância entre semelhança e a diferença sucitou frases do tipo: “agora eu percebo a desconfiança e o medo que sempre senti na minha mãe” ou “só agora eu vi que nunca falamos sobre o tempo da prisão”.

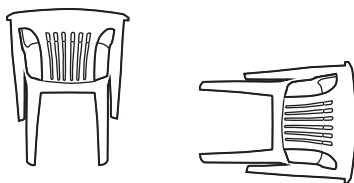
As sessões familiares foram indicadas quando havia demanda de recuperação das narrativas interrompidas, quando já se apresentava um não dito a ponto de poder ser dito. As sessões individuais, quando o sigilo era condição para contornar a irrupção da angústia, como uma escuta para dar lugar à construção de alguma narrativa ou de algum projeto que permitisse a saída do terror pela subjetivação da dor.

A Clínica do Testemunho buscou ainda uma extensão de sua intervenção nos espaços públicos para lidar com o “silêncio” no discurso social: as Conversas Clínicas Públicas⁸². Nessas conversas, que foram abertas a quem quisesse participar, por vezes pessoas de uma mesma família, que pouco puderam falar sobre o que aconteceu no período da ditadura, participaram juntas da conversa, ouvindo ou falando, se reconhecendo e sendo reconhecidas em suas histórias, em meio a outros que também o faziam.

Cada um desses espaços e a intersecção entre eles fez parte da arquitetura de uma clínica cujo objetivo foi permitir a fala entre as gerações, compartilhar presenças, gestos e afetos e descongelar ao menos um tanto da dor. Uma espécie de caldo de cultura de linguagem, pelo acolhimento, pela proximidade, pela busca de sentidos, imagens e narrativas, movimento de figuração e transmissibilidade característicos ao trabalho psíquico de inscrição de memória.

⁸¹ Sobre o grupo intergeracional ver os textos “Afinal o que faz um Psicanalista na Clínica do Testemunho”, de minha autoria, e “O dispositivo de grupo e sua operação”, de Pedro Tavares Antunes, ambos nesta mesma obra.

⁸² Conversa Clínica Pública é um dispositivo da Clínica do Testemunho do Instituto *Projetos Terapêuticos*, em que convidamos as pessoas presentes a falarem a partir da exibição de algum filme, geralmente documentários, que trabalham com testemunhos. É um dispositivo de sensibilização e acolhimento do testemunho em público, trabalho de intervenção sobre aquilo que apontamos como desmentido ou silenciamento no discurso social. Ou seja, chamamos de Conversa Clínica algo que não é um evento público, mas um trabalho de clínica ampliada. Sobre esse dispositivo ler os textos de Rodrigo Blum *Conversa Clínica Pública: testemunho e reparação* e *A clínica como testemunha: silêncio e representação*, nesta mesma obra.



Referências

- ABRAHAM, N. & TOROK, M. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995.
- ALTOUNIAN, J. Exumar um traço e fazer ouvir uma voz exige várias gerações. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 46, n. 3, p. 112, 2012.
- BENJAMIM, W. *Magia e técnica, arte e política: Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- FAIMBERG, H. Escuta da telescopagem das gerações: pertinência psicanalítica do conceito. In: *Transmissão da vida psíquica entre as gerações*. Casa do Psicólogo: São Paulo, 2001.
- FREUD, S. (1876) Carta 52 a Fliess. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, v. I.
- _____. (1894) *As neuropsicoses de defesa*. *Op. cit.*, v. III.
- _____. (1911) *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico*. *Op. cit.*, v. XII.
- _____. (1913) *Totem e tabu*. *Op. cit.*, v. XIII.
- _____. (1914) *Sobre o narcisismo: uma introdução*. , v. XIV.
- _____. (1915a) *O instinto e suas vicissitudes*. *Op. cit.*, v. XIV.
- _____. (1915b) *Reflexões para os tempos de guerra e morte*. *Op. cit.*, v. XIV.
- _____. (1920) *Além do princípio do prazer*. *Op. cit.*, v. XVIII.
- _____. (1921) *Psicologia de grupo análise do ego*. *Op. cit.*, v. XVIII.
- _____. (1925) *A negativa*. *Op. cit.*, v. XIX.
- GARCIA-ROZA, L. A. *Introdução à metapsicologia freudiana 2*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- KAÉS, R. *Introdução ao conceito de transmissão psíquica no pensamento de Freud*. In: *Transmissão da vida psíquica entre as gerações*. Casa do Psicólogo: São Paulo, 2001.
- NEHRING, M. & OLIVEIRA, M. *15 filhos*. Documentário, 28 minutos, Brasil, 1997.
- PENOT, B. *Figuras da recusa: aquém do negativo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- PIRET, B. *Narration, histoire: quelle élaboration du traumatisme dans la cure. Paroles sans Frontières*. Disponível em: <www.p.s.f.com/psf/spip>. Acesso em: 7 jul 2011.
- RICOEUR, P. *O bom uso das feridas da memória*. In: *Les résistances sur le Plateau Vivarais-Lignon. Témoins, témoignages et lieux de mémoires. Les oubliés de l'histoire parlent*. Paris: Roure, 1938-1945. Disponível em: <www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes>. Acesso em: 20 abr 2014.
- SEMPRÚN, J. *A escrita ou a vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SIRONI, F. *Carrascos e vítimas: psicologia da tortura*. São Paulo: Terceira Margem, 2011.

O ATENDIMENTO DE UMA FAMÍLIA: DA PRIVATIZAÇÃO DO DANO À PALAVRA E AO EFEITO DA ESCRITA⁸³

Jorge Broide

INTRODUÇÃO

“Ler, escrever, contar, falar.

Nazira está morrendo.

Nazira: Nawal!

Nawal (16 anos) vem correndo

Segura minha mão! Nawal!

Nazira: Nawal, tem coisas que a gente tem vontade de dizer no momento da morte. Coisas que a gente gostaria de dizer às pessoas que a gente amou, que nos amaram... dizer a elas... para ajudá-las uma última vez... armá-las para a felicidade!... Faz um ano já, uma criança saiu do teu ventre e desde então você anda com a cabeça nas nuvens. Não caia, Nawal, não diga sim. Diga não. Recusa. Teu amor foi embora, tua criança foi embora. Ele fez um ano.. Há apenas alguns dias. Não aceita Nawal, não aceita nunca. Mas para recusar é preciso saber falar. Então se arma de coragem e trabalha duro! Escuta o que uma velha mulher que vai morrer tem pra te dizer: aprende a ler, aprende a escrever, aprende a contar, aprende a falar. Aprende. É a tua única chance de não se parecer conosco. Promete isso pra mim.

Nawal: Te prometo.

Nazira: Vão me enterrar daqui a dois dias. Vão me colocar na terra, com a cara virada pro céu, sobre o meu corpo eles vão lançar, cada um, um balde d’água,

⁸³ Publicado originalmente na Revista da APPOA, n. 47, “Clínica à flor da pele”, 2005. Agradeço aos colegas da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo, que trouxeram muitas contribuições para este trabalho nas discussões em grupo; do Cartel da APPOA, onde realizei uma apresentação prévia e incorporei importantes sugestões; e a Paulo Vannuchi por sua enorme contribuição.

mas eles não vão marcar nada sobre a pedra pois nenhum deles sabe escrever. Você, Nawal, quando você souber, volta e grava meu nome sobre a pedra: “Nazira”. Grava meu nome pois eu cumpri as minhas promessas. Estou indo embora Nawal. Para mim, está terminando.

Nós todas, nossa família, as mulheres de nossa família, estamos presas numa teia de raiva há tanto tempo: eu estava com raiva da tua mãe e tua mãe estava com raiva de mim e também de você, você esta com raiva da tua mãe. Você também vai deixar pra tua filha a raiva como herança. É preciso quebrar o fio. Então aprende. Depois vai embora. Pega a tua juventude e toda a felicidade possível e deixa a aldeia. Você é o sexo deste vale, Nawal. Você é a sensualidade dele e o cheiro dele. Leva com você e te extirpa disso aqui como a gente é extirpada do ventre da mãe. Aprende a ler, a escrever, a contar, a falar: aprende a pensar. Nawal. Aprende.”

Wajdi Mouawad (Incêndios)

O CASO

Trata-se de um paciente psicótico que chega encaminhado por outro analista. O paciente se indispusera com ele, negava-se ao atendimento e o insultava. Foi contatado pela família, que pagava sua análise. É um sujeito de aproximadamente 50 anos, que é formado em mecatrônica e vive quase como morador de rua; come nas “bocas de rango” e perambula pela cidade durante todo o dia. É filho de um imigrante da Europa Oriental, que viera inicialmente para outro país da América Latina após a II Grande Guerra Mundial, onde havia sido soldado. O exército de seu país havia lutado ao lado dos alemães, ele não entrou em combate pois foi incorporado já no final da guerra. Neste novo país latino-americano, conheceu a esposa e nasceu o primeiro filho do casal. Após um ano, quando o bebê tinha dois meses, a família imigrou para o Brasil.

Inicialmente, o analisante relata que está rompido com a família. Além da mãe, ele tem duas irmãs que o sustentam. O pai havia morrido há cerca de 8 anos. Tinha sido um pequeno e próspero empresário que havia se separado, casando-se novamente com uma mulher que havia tirado todo o seu dinheiro e levado a empresa à falência. Uma irmã é profissional liberal, casada com um médico bem-sucedido e tem três filhos. A outra é engenheira, divorciada, não tem filhos, mora no interior do Estado e é gerente industrial de uma grande indústria.

Seu aspecto chama a atenção: barba por fazer, malvestido, com aspecto semelhante a uma pessoa em situação de rua. Ataca a todos, diz-se injustiçado e roubado pela família. Nega-se a tomar remédios. Diz que não está doente, que não é louco, mas sim um injustiçado. Diz que o Brasil é um país horrível, que

deveria haver a supremacia branca, despreza negros e nordestinos e se apresenta como um admirador de Hitler. É bastante culto.

Ao longo da análise foi possível promover alguns encontros com a família. A mãe tem medo de sua violência – já havia morado com ela e quebrado coisas em seu apartamento. Fazia escândalos no prédio da mãe, bem como em frente da casa da irmã. A família lhe comprou um apartamento onde mora agora. Relatou de passagem, em uma sessão, que teve um irmão morto na época da ditadura pelas forças da repressão. Não quis abordar o caso.

Além do atendimento individual, passo a atender a mãe e a irmã, juntas ou separadamente e, eventualmente, consigo atender todos juntos. Iniciam, no consultório, um diálogo que há anos não tinham.

O paciente tinha fortes crises paranoicas, durante as quais atacava o analista e todos a seu redor. Uma vez disse inclusive que eu “era a única pessoa da minha raça que ele respeitava”. Começou a trabalhar algumas vezes como operário metalúrgico e auxiliar de pedreiro, mas, em suas crises, abandonava o trabalho. Eu o atendi diretamente durante aproximadamente dois anos e meio. De tempos em tempos, quando entrava em crise, saía do consultório em fúria e dizia que não voltaria mais. Como ele não tinha telefone, a única maneira de fazer contato era através de telegramas. Algumas vezes ele retornou para a análise até que, em uma de suas crises, disse-me que não voltaria mais e não voltou. Segui atendendo a mãe e a irmã, que mora em São Paulo, e esporadicamente, outros membros da família.

O ASSASSINATO E A ANISTIA

A mãe relata que o filho mais velho havia sido morto pela polícia numa emboscada promovida pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOI-CODI, no período da ditadura. A família não falava do crime, nem ela e nem seu marido. Tinham muito medo, até pelo fato de serem estrangeiros. Quando o filho foi assassinado com dezessete tiros, no meio da rua e desarmado, e teve o corpo jogado no porta malas de um carro, seu filho menor (meu analisante) tinha cinco anos. O irmão mais velho era adorado por ele. E a família nunca falou sobre o caso. No dia da morte, quando a foto do irmão apareceu na televisão e anunciaram que haviam matado um “terrorista”, o pai o levou para o quarto e, simplesmente, disse: “Dorme”.

A mãe começa a falar sobre seu filho morto: “Doutor, o senhor está me fazendo falar e me fazendo chorar depois de 40 anos...”. Ela fala da injustiça e do que a família passou, entre humilhação e acusações; diz que tinha muito medo e que

eram vigiados. A filha maior (na época com 14 anos) relata nas sessões como era seguida no ônibus, todos os dias, quando ia para a escola. A mãe queria preservar os filhos. Traz à consulta, inclusive, uma carta de despedida do filho quando este estava na clandestinidade, dizendo que tentaria sair do Brasil indo para algum país da América Latina. Os outros filhos e netos souberam somente agora da existência desta carta. Pergunto se ela quer justiça. Ela quer e o processo se inicia. Ela relata que havia recebido uma indenização por parte do Estado a partir de uma ação que o ex-marido havia ganho quando do início do processo de reparação dos crimes da ditadura. Era uma quantia em dinheiro.

Telefonei para Paulo Vannuchi, ministro de Direitos Humanos no Governo do Presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, que imediatamente acolhe o caso. Após receber a mãe algumas vezes, inicia-se um lento caminho de elaboração até que ele propõe que se realize, no consultório, um encontro entre a família e os companheiros sobreviventes. Surpreendentemente, Vannuchi, junto com mais dois companheiros que ficaram presos por muitos anos, havia pertencido à mesma célula política do rapaz. Do encontro participam a mãe, as duas filhas e o filho de uma delas. Um dos desdobramentos desse encontro é a decisão da família, por sugestão do próprio Vannuchi, de entrar com um pedido de anistia política, sem reparação financeira, na Comissão de Anistia do Ministério de Justiça.

A cerimônia se deu há cerca de um ano atrás, no auditório da Faculdade de Educação da USP, com a presença do Reitor, do ex-diretor do Colégio de Aplicação – onde o rapaz estudou –, da diretora da Faculdade de Educação, de uma líder do Movimento Estudantil, entre outros.

Estas cerimônias são chamadas de Caravanas da Anistia pois se deslocam pelo país constituindo tribunais volantes para o julgamento de crimes de direitos humanos cometidos pelo Estado. O tribunal se estabelece em local público – no caso, foi na Faculdade de Educação da USP –, são lidos dois pareceres sobre o caso e toma-se a decisão. Foi uma seção tocante em que, inclusive, uma das pareceristas, ao ler seu voto, teve uma crise de choro. Ao final, o Estado Brasileiro reconheceu o crime contra a vítima e, por extensão, contra sua família, pedindo desculpas publicamente à sua mãe e aos familiares. A cerimônia foi transmitida online pela Internet. Pessoas significativas para a família, tanto no Brasil como no exterior, foram convidadas a acompanhar o tribunal através de um convite da família explicando o que havia ocorrido, com uma foto do filho assassinado com meu paciente nos ombros e a outra irmã menor ou lado. Junto ao texto-convite, havia uma carta da mãe, manuscrita, relatando tudo o que havia ocorrido.

O caso segue sendo atendido (a mãe e a irmã mais velha e, eventualmente, o neto que participou de várias sessões e do encontro no consultório, tendo ajudado muito em toda a preparação do processo de anistia). O paciente não foi a cer-

imônia da anistia e não vem mais ao consultório, mas estamos todos de acordo que ele segue em análise através do trabalho realizado com a família.

A FORÇA DA TEORIA

Um caso como este nos remete a uma produção muito interessante de Vera Vital Brasil (2009), em seu trabalho no Grupo Tortura Nunca Mais, na Comissão da Verdade, na Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro e na Comissão de Anistia. Ela coloca que há uma “limitação do dispositivo clínico se não houver uma responsabilização pública dos danos causados pelo Estado. Sem isto haverá a privatização do dano” (p. 246). Esta reparação pública é a única forma possível de articulação do luto que só encontra passagem através do trânsito entre a memória pessoal e familiar com a memória social.

Podemos observar neste caso como a privatização do dano levou à quebra da intimidade familiar, impedindo a palavra e fraturando os laços. O paciente psicótico é porta-voz do não-dito familiar. Podemos dizer que o silenciamento do crime e a ausência da palavra na família em função do terrorismo de Estado e de sua própria dinâmica, fez com que o analisante, apaixonado que era por seu irmão 14 anos mais velho, ficasse impedido de elaborar o luto e o medo. A hipótese aqui é que, como nos diz Freud, na impossibilidade de elaborar o luto, houve uma forte identificação com o irmão morto: morto insepulto, fora da palavra e da cultura. Por isso, ele vaga pelas ruas e cheira mal. É o cadáver insepulto do irmão que denuncia o crime e o silêncio familiar através de sua loucura.

Outro aspecto a ser levantado é que o crime de Estado destruiu a função paterna e todos os homens da família. O relato das sobreviventes é que após a morte do filho amado, o pai afastou-se de todos e passou a relacionar-se de forma fria e formal. Começou a beber, ficou paranoico (possuía quatro armas em casa e dormia com uma embaixo do travesseiro) para, finalmente, separar-se da mãe do filho perdido para casar-se com uma segunda mulher. E esta, segundo o meu analisante, batia no marido quando ele já estava imobilizado em uma cadeira de rodas.

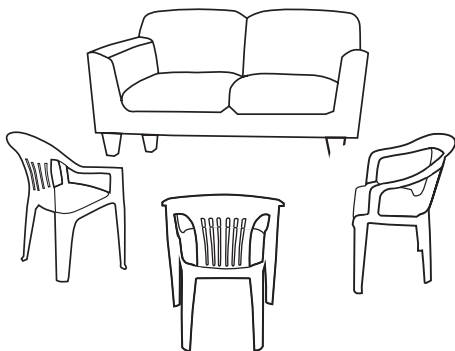
Vale uma citação de Lacan (1971) quando aborda a relação entre a letra, a palavra e a escrita, afirmando que ela possibilita ao sujeito a inserção na cultura e no discurso. Ele coloca, em *De um discurso que não seja semblante*, que: “Quando penso naqueles senhores e, num futuro próximo, naqueles senhores e senhoras que passearam num lugar absolutamente sublime, que por certo é uma das encarnações do objeto sexual – a lua –, quando penso que eles vão até lá, simplesmente carregados por um escrito, isso me dá muita esperança. Até no campo em que isso poderia nos servir, isto é, o do desejo.” (p. 78)

O documento da anistia é o papel que nos leva a lua. É o resultado do ato analítico.

CONCLUINDO

Quando a mãe do jovem assassinado foi falar com o psicólogo que atendia a família, ouviu dele que era melhor não comentar sobre o caso com o então menino, agora paciente. O padre completou, dizendo-lhe que ela não deixava o filho ir embora. A psicanálise, ao contrário, nos mostra que é por meio do ato analítico que o luto pode ser elaborado e que, neste caso, ele tem que ser público e na letra da lei – na escrita – que faz intersecção entre o íntimo e o público.

Anistia é a palavra escrita na lápide de Nazira. Nawal, agora uma velha senhora de 80 anos, com a letra da anistia inscrita na lápide de seu filho, coloca a si e a sua família na cultura. Agora o morto pode ir embora.



Referências

- DOLTO, F. Prefácio. In: MANNONI, M. *A primeira entrevista em psicanálise*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1980.
- FREUD, S. (1917) Duelo y melancolía. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1986; v. XVII.
- _____. (1921) *Psicología de las masas y análisis del yo*. Op. cit.; v. XVIII.
- _____. (1933) Conferencia XXXI: la descomposición de la personalidad psíquica. Op. cit.; v. XX.
- LACAN, J. (1971) *O Seminário*. Livro 18: de um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- _____. *A família*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1981.
- MOUAWAD, W. *Incêndios*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2013.
- VITAL BRASIL, V. Dano e reparação no contexto da Comissão da Verdade: a questão do testemunho. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Governo Federal / Ministério da Justiça, 2009.

15

MÃE LOUCA OU UMA NOÇÃO DE MÃE DE SEQUESTRADO, MORTO E DESAPARECIDO POLÍTICO DURANTE A DITADURA BRASILEIRA (1964-85)⁸⁴.

Maria Noemi de Araújo

As lembranças são de várias mães, camponesas, operárias, anônimas. São, por exemplo, a goiana Maria Baptista que morreu lutando para conseguir, ao menos, enterrar o corpo do filho, Marco Antônio Dias Baptista, um dos desaparecidos políticos mais jovens que o Brasil já teve, sequestrado antes mesmo de completar 16 anos em 1970 e que, desde então, nunca mais foi visto. Ou então, a dona-de-casa Maria Rosa Monteiro Guimarães que precisou abandonar sua vida e o seu cotidiano na cidade de Itaberaí (GO) para procurar o filho, Honestino, desaparecido em 1973, em Brasília. Outras tantas mulheres e mães afetadas pela ditadura ainda sustentam o desejo de fazer o luto de seus filhos. Logo, é no abandono e no desamparo, que as mulheres, cada uma a seu modo, foram se tornando “mães loucas”. Elas não tinham um lugar.

Tudo isso remete ao mito de Antígona que, condenada à morte por sustentar seu desejo de enterrar o irmão Polínicos, inspira Jacques Lacan (1959-60) a elaborar o conceito de ética em psicanálise a partir da noção de desejo levado até o limite, como o “desejo da mãe”.

Neste texto vou me deter à análise do tratamento dispensado pelos militares à mãe do resistente Stuart Angel Jones, sequestrado, preso, morto e desaparecido em 1971, aos 26 anos. Através do significante de “mãe louca” – como passou a

⁸⁴ Este texto se propõe a alinhar as atividades do grupo de pesquisa “Violência e Subjetividade” com as lembranças da minha infância, no período da ditadura, e com as questões presentes no debate sobre a Clínica do Testemunho e as suas consequências no estado democrático. A experiência me possibilitou pesquisar as manifestações culturais sobre o tema, envolvendo filmes e vídeos, peças de teatro, exposições, testemunhos, audiências públicas da Comissão da Verdade da ALESP e Conversas Clínicas Públicas.

ser nomeada por seus detratores – a estilista Zuzu Angel era recebida pelos militares, transitava pelos porões da ditadura, circulava nas rodas de artistas e socialites cariocas e norte-americanas, e cometia atos e imprudências “como uma louca” em busca da verdade sobre o desaparecimento do filho.

HOMENAGEM À “MÃE LOUCA”

O dia em que o golpe civil-militar de 1964 completou 50 anos foi a data escolhida para o encerramento da exposição denominada “Ocupação Zuzu”⁸⁵, homenagem a Zuleika Zuzu Angel Jones (1921-1976). Era o dia das mães do ano de 2014, no mês de maio, marcando também o dia dessas mães que tiveram seus filhos sequestrados, mortos e desaparecidos.

O conteúdo político desta exposição, da história da prisão e da morte de Stuart e do trágico fim de Zuzu foi amplamente divulgado na imprensa nacional e estrangeira. Amigos da família Angel Jones – como Chico Buarque, Zuenir Ventura, Paulo Pontes e Elke Maravilha – se arriscaram para tentar publicar as cartas escritas e entregues em suas casas, pessoalmente, por Zuzu um ano antes de sua morte. Nelas, estilista contou que estava sendo perseguida pela repressão e alertava a todos que, se algo lhe acontecesse, “se eu aparecer morta, por acidente, assalto ou qualquer outro meio, terá sido obra dos mesmos assassinos do meu amado filho” (trecho da carta escrita em 23/04/1975).

Também narram essa tragédia, ainda no calor e na comoção de sua morte, a canção “Angélica” (Miltinho “MPB-4” & Chico Buarque, 1978) e os livros “Eu, Zuzu Angel, Procuo Meu Filho” de Virgínia Valli (1987) e “Em carne viva” de José Louzeiro (1980).

Mais adiante no tempo, o assunto voltou à tona e a justiça começou a ser feita: em 1993, com a criação do Instituto Zuzu Angel⁸⁶; em 1998, com o trabalho da Comissão de Direitos Humanos que responsabilizou o Estado por sua morte; e, em seguida ao reconhecimento das circunstâncias de seu assassinato, o antigo “Túnel Dois Irmãos”, onde Zuzu morreu numa emboscada mais de vinte anos antes, foi rebatizado com seu nome que se popularizou. Em 2003, a série de reportagens televisiva Linha Direta Justiça, da Rede Globo, exibiu um especial sobre Zuzu⁸⁷. Em 2006, a cine-biografia de longa-metragem “Zuzu Angel”, estrelada por Patrícia

⁸⁵ *Ocupação Zuzu*, exposição realizada no Itaú Cultural em conjunto com o Instituto Zuzu Angel. São Paulo, abr-maio 2014. Informações disponíveis em: <<http://sites.itaucultural.org.br/ocupacao/#!/pt/artistas/471/zuzu-angel/1/inicio>>. Acesso em: 16 ago 2015.

⁸⁶ Instituto Zuzu Angel / IZA. Disponível em: <<http://www.zuzuangel.com.br/html/instituto.html>>. Acesso em: 16 ago 2015.

⁸⁷ O programa *Linha Direta* foi um programa produzido pela Rede Globo, no ar entre 1999 e 2007, que se dedicava a apresentar crimes que aconteceram no Brasil, cujos autores estavam foragidos ou casos

Pillar no papel principal e dirigida por Sérgio Rezende, teve grande repercussão de público. Todas essas manifestações disseminaram e amplificaram o sentido do significativo “mãe louca” pela verdade sobre o desaparecimento do filho.

Todo esse movimento teve sua culminância com a “Ocupação Zuzu”, cuja surpresa estava no modo pelo qual os curadores da exposição escolheram para transmitir as consequências da devastação do estado ditatorial nas famílias brasileiras que resistiram ao golpe e suas consequências na moda.

Do mesmo modo como Lacan (1959-60) disse que a psicanálise deve existir no seu tempo, a exposição mostrou como a moda e o modo de fazer política também só sobrevivem na sua contemporaneidade. Nesse sentido, a estilista foi lembrada também como uma mulher trabalhadora, independente, pesquisadora, inovadora, criativa, que soube aplicar conceitos elaborados nas suas peças de vestuário que resistem ao tempo e aos modismos.

A narrativa cronológica da inserção da costureira no mundo da moda e na cena política foi mostrada através daquilo que ela sabia fazer muito bem – costurar e escrever. Costurando em casa, Zuzu conseguiu reconstruir sua vida após a separação do marido em 1961. Escrevendo e costurando, ela denunciou a violência do regime militar no início dos anos 70 até sua morte e, com seu legado, depois dela. “Mamãe ter feito isso” no governo Médici “foi seu diferencial”, diz sua filha Hildegard (Angel, 2015).

Um documentário inédito exibido na exposição mostra sua ruptura brusca, passando da fase de criar e produzir coleções românticas, com bordados de pássaros e flores, para fazer seu famoso desfile-protesto, realizado na casa do cônsul brasileiro em Nova York em 1971. Ali, a estilista passou sua mensagem sobre a tirania em que vivia o estado brasileiro, propondo e exibindo roupas femininas onde estavam bordados os seus “protestos”. No lugar dos pássaros, bordaram-se singelos canhões, soldados, aviões de guerra... misturados com anjos, crianças, sol no xadrez, entre outros elementos icônicos.

Com a quebra do silêncio imposto pela força da ditadura, a estilista internacionalizou a sua denúncia de violação dos direitos humanos que ocorria em solo brasileiro. Isso teve consequências e repercussão na imprensa, no mundo da moda, no corpo diplomático e nos órgãos repressivos do Brasil, que cuidou de apagar, cirurgicamente, os rastros da tortura e do assassinato de Stuart que era cidadão norte-americano. Usando vestido e véu pretos, um cinto com crucifixos pendurados, a estilista provocou em sua própria figura uma sensação de estra-

não solucionados e misteriosos. O programa sobre Zuzu Angel foi o primeiro episódio da série a tratar de um crime político, dentro da série especial Linha Direta Justiça. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/linha-direta-justica/zuzu-angel.htm>>. Acesso em: 16 ago 2015.

nhamento para a plateia e para o mundo, passando a sua mensagem de luto. Depois de tudo, Zuzu sai desse evento sentindo-se vitoriosa na esperança de obter notícias do filho. Com figurino semelhante, a cantora pop norte-americana Madonna protestou contra os valores religiosos da sociedade no final do século XX.

MAS, QUEM É ESSA MÃE ENSANDECIDA PARA ENTERRAR O CORPO DO FILHO?

Esta é uma questão que perpassou toda a “Ocupação Zuzu”. A indagação podia ser sentida através do material audiovisual exibido, dos mais de 400 objetos em exposição, da revista-catálogo, das réplicas dos vestidos (confeccionados por Ofélia Lott), *performances*, oficinas, visitas guiadas e debates, estando especialmente presente na montagem dos “cantos de escrita e de leitura” de correspondências e cópias de cartas de Zuzu.

A trilha sonora, composta por cantos de pássaros e pela música “Angélica” já citada, alinhavava uma conversa entre as obras de Chico Buarque de Hollanda e Heitor Villa-Lobos e da própria estilista, lembrada pela brasilidade singular do seu estilo de corte & costura.

Para tudo isso acontecer, o Instituto Zuzu Angel abriu seus arquivos para que os pesquisadores pudessem selecionar o que havia de mais significativo para a exposição.

Em um canto da Ocupação havia uma representação mais do que alegórica da ânsia de Zuleika querendo, a todo custo, fazer “algo daquilo que fizeram com ela”, lembrando Jean-Paul Sartre (1946) que dizia não se importar com aquilo que falavam dele, mas sim com o que ele fazia do que falavam dele.

Através da sua produção de escrita ofegante e da impossibilidade de tudo dizer, ela se dava conta da inexistência de uma palavra que traduzisse todo o sofrimento produzido pelo trauma da perda de seu filho. Seus últimos cinco anos de vida foram passados costurando, obsessivamente, uma luta em diário, tecido, montando dossiês assinados por ela, inventando objetos. O visitante que lá esteve, leu seus escritos, usou sua escrivanhinha e escreveu cartas para algum desaparecido ouvindo sua própria voz de “mãe louca” ressoando no ambiente: “Sou brasileira, mineira (...) meu filho foi sequestrado e assassinado pelas autoridades brasileiras”.

Da figura do filho resistente à ditadura, militante, a exposição trouxe fotos guardadas numa gaveta e, nas mãos das atrizes, durante as performances, recortes de jornais noticiando a morte – também sob tortura – de sua esposa Sônia

Stuart, em 1973 e enterrada pela família em 1991. Em um dos vídeos, a cineasta anistiada Lúcia Murat, contextualiza sua militância historicamente, é o testemunho de uma amiga do casal de militantes.

É conhecido o ato destemido da inquieta Zuzu, a “mãe louca”, que quebrou o protocolo durante uma audiência fazendo chegar um bilhete até as mãos do juiz que, ao lê-lo, derramou lágrimas. Em seu diário, ela registrou detalhadamente sua experiência com a tirania do estado brasileira. Incansável, escreveu ao presidente Ernesto Geisel, ao ministro do Exército Sylvio Frota, ao cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e à Anistia Internacional.

Enfim, em 1975, chegou às suas mãos a tão almejada carta-testemunho, escrita pelo preso político Alex Polari no presídio da Ilha Grande, contendo detalhes das sessões de tortura e do assassinato do filho pelo comando da Aeronáutica dentro do Galeão. Esse relato a enfureceu ainda mais e intensificaram seus atos e atuações. “Tirei a carta da Ilha pela vagina pois Zuzu precisava desse documento”, diz Lúcia Murat (2013). Driblou-se a repressão com a adulteração da data da carta, como se ela estivesse sido escrita três anos antes (em 1972), e Zuzu recebeu a carta pelas mãos da mãe de Lúcia. Com essa carta, em 1976, ela montou um completo dossiê cujas cópias foram distribuídas entre autoridades norte-americanas, como o senador Edward “Ted” Kennedy e o secretário de estado Henry Kissinger, denunciando o sequestro, a tortura, a morte e o desaparecimento de corpos de jovens brasileiros. Esta última loucura acelerou as perseguições e a sua morte anunciada. Entre as cartas testemunhais exibidas encontrava-se a da psiquiatra e amiga de Zuzu, Germana Delamare, que a recebeu em casa apavorada, dois antes de morrer. A amiga lamenta não ter escutado a sua angústia e levado em conta suas queixas de perseguição pelos militares.

Destacou-se, também, o trabalho das atrizes Laís Marques e Marília Adame que, na performance, circularam pelos variados espaços da exposição, ocupando-os simbolicamente. Quase como uma citação de Primo Lévi, vestindo réplicas de peças das coleções da modista, Laís e Marília andavam para lá e para cá, lendo trechos das cartas de Zuzu e mostrando os visitantes uma foto de Stuart, seu filho. O visitante era, então, capturado pela apropriação poética desses objetos. Uma cena que, certamente, agradaria a Lévi, o inventor do testemunho literário como dispositivo para transmitir o horror dos campos de concentração, para transformá-lo em algo que nunca mais deve ser repetido – mesmo após a constatação de que de nada adiantaria narrar a experiência de horror se o outro não estiver disposto a ouvi-la.

Na “Ocupação Zuzu”, as atrizes se aproximavam cuidadosamente dos visitantes, seus possíveis ouvintes, que, *a priori*, se encantavam com a beleza da cena. Fato que ocorreu com a própria filha de Zuzu, Hildegard, que como os demais

ouvintes anônimos, ao passar pela exposição, escutou a leitura de uma carta de sua própria mãe, algo que lhe soou tão familiar e tão estranho ao mesmo tempo.

Com esse espírito, a concepção e a montagem da “Ocupação” alinhavaram gestos singelos com o espírito trágico da mãe ensandecida para enterrar o filho, e associou tudo isso à ideia de liberdade de criação, de expressão e de empreendedorismo da costureira e estilista Zuzu. No entanto, o que acaba prevalecendo, além da sua ousadia no uso da escrita, são as cores vibrantes, os cortes, os tecidos, as rendas e os temas populares. O material de arquivo – documentários, fotos, recortes de jornal, revistas e coleções – testemunham suas influências e seu apogeu nos anos 1960, na fase em que seu estilo de costura ficou marcado pela ruptura com a tradição da dita “alta costura” nacional que copiava a moda e o estilo europeus.

Da sua origem mineira – de sua mineiridade - a exposição resguardou algo da tradição ligada a uma educação à moda antiga, tradicional, em que as meninas “conversavam” com seus diários, tinham o hábito de ler romances e se comunicavam por cartas. Vistas sob o ângulo da “Ocupação”, as anotações do dia-a-dia vivido na cidade do Rio Janeiro habitado por Zuzu sob o regime ditatorial são consequências dessa educação: no momento em que ela precisou, usou o recurso da escrita confessional como uma arma, a única que lhe sobrava, na luta contra a violência do estado.

Dessa forma, a “Ocupação” deu importância e destaque para isto que era o capital simbólico da vida de uma mulher liberada das décadas de 1960-70, o que já estava registrado no livro “Eu Zuzu Angel, procuro meu filho”, onde suas cartas foram reproduzidas. Aliás, o hábito da escrita de diários de Zuzu é muito semelhante ao de Helena Morley (1942) que, ainda adolescente, nos anos de 1893-1894, na cidade de Diamantina (MG), anotava os costumes das garotas como ela em relatos que, posteriormente, foram publicados no livro “Minha vida de menina”.

Além de trazer de volta esse hábito de sua inspiradora, incentivando os visitantes da exposição a escreverem também, o Instituto Zuzu Angel também incitou outros pesquisadores a estudarem e tirarem consequências do material escrito, tanto o que estava exposto, como os inéditos.

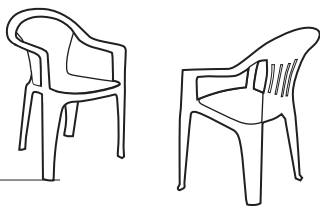
A exposição acolheu, ainda, um jeito particular de construir uma relação afetiva “sob medida”, dentro de um espírito onde prevalece a ideia de que “cada corpo é único”, assim como cada amigo também o é, como testemunham vários dos amigos de Zuzu. Elke Maravilha, por exemplo, embora politizada, nada tinha a ver com os movimentos revolucionários e militantes da época. Mesmo assim, teve sua cidadania de brasileira cassada em consequência de sua prisão por ter rasgado cartazes de “Procura-se” com fotos de Stuart no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro em 1971.

Diferentemente das mães e avós dos presos políticos argentinos que, naquele mesmo período, juntaram-se para protestar contra o desaparecimento dos filhos caminhando diariamente em silêncio pela Praça de Maio, em Buenos Aires, Zuzu travou uma luta individual, visceral contra o regime militar, configurada em sucessivos atos e atuações de amor e ódio pelo Brasil. Ela não se curvava, nem se calava sobre o seu luto e frente às ameaças de morte. Assim, ela acabou entrando na lista dos brasileiros mortos pela ditadura, ou pior, como a única mãe de peso político assassinada tragicamente pela polícia política no Brasil. Segundo o relatório da Secretaria de Direitos Humanos ficou “provado que sua morte foi desdobramento e consequência da morte de seu filho”.

Concluindo, mais do que apenas uma exposição, a “Ocupação Zuzu” foi um conjunto de eventos que pretendeu contribuir para que as gerações futuras possam evitar que aquilo se repita, que não aconteça “nunca mais”. Como diz Lúcia Murat (2013): “Não se pode esquecer que não existe nada pior do que uma ditadura”. Foi também uma homenagem a todas as “mães loucas” pela verdade sobre os mortos e desaparecidos políticos no período da ditadura, representadas pela “mãe louca”, estilista e costureira, Zuzu Angel. O significante “nunca mais” uniu sociedades traumatizadas com a realidade da violação dos direitos humanos.

Também em outros países desencadearam-se inúmeros eventos numa tentativa de recordar a história dos 50 anos da ditadura do Brasil. Em 2014, em Berlin (Alemanha), por exemplo, a exposição “Ausências”, do fotógrafo argentino Gustavo Germano, homenageou os brasileiros resistentes.

Hoje é possível trabalhar essa noção de “mãe louca” também no caso das “mães de maio” na Argentina. Todas elas, mães ensandecidas que lutam, de maneira semelhante, pelo esclarecimento da verdade sobre o sequestro, o desaparecimento e a morte dos seus filhos.



Referências

- ANGEL, H. *Um desabafo histórico de Hildegard Angel* (2015). Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/um-desabafo-historico-de-hildegard-angel>>. Acesso em: 16 out. 2015.
- LACAN, J. (1959-60) *O Seminário*. Livro 7: A ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- LOUZEIRO, J. *Em carne viva*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- MORLEY, H. (1942) *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MURAT, L. *Depoimento à Comissão da Verdade do Rio* (2013). Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1506981-depoimento-de-lucia-murat-a-comissao-da-verdade-do-rio>>. Acesso em 26 out. 2015.
- SARTRE, J.-P. (1946) *O Existencialismo é um Humanismo*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- VALLI, V. *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

16

CLANDESTINIDADE E DEMOCRACIA: 50 ANOS DEPOIS DAQUELE GOLPE MILITAR

Marcus Góes

Escrevo para fazer um pedido público de desculpas e, publicamente, reconhecer mais uma ferrugem em meu espírito, ferrugem dessas que não se contenta consigo mesma e gosta de promover a ferrugem dos outros, até mesmo nos jovens, acreditando fazer o bem. Ferrugem complicada, cheia de argumentos, mas também cheia de uma espécie de medo, medo que nos gruda na ferrugem. E então, trabalhei para enferrujar jovens que mantinham viva uma cidadania, a brincadeira com o mundo. Certamente também sofriam de outras ferrugens; algumas delas poderíamos chamar de ferrugens sociais, como as que concentram o dinheiro e o acesso aos tais dos direitos em poucos bairros em detrimento de outros tantos. Aliás, é uma pena que, na maioria das vezes, para acessar esses direitos, somente usando o dinheiro. Tem maço de dinheiro, tem direitos.

Por isso, minha chegada até eles, chegada misturada com a chegada da Organização 3, uma ONG, também desenferrujava algo. Eles aproveitaram, criaram um *fanzine* e, nesse processo, acompanhei com gosto o entusiasmo de jovens, em grupo, brincando com o mundo, envolvidos numa ação em prol de seu bairro: UmDoisZine. E por ter-lhes podado uma parte de sua brincadeira, ainda que tenha sido apenas uma parte, sinto-me hoje impelido a fazer esse pedido público de desculpas. Mas, talvez esteja também pedindo desculpas a mim mesmo, por não ter brincado junto.

“O mundo é assim, para ganhar dinheiro. Para um dia o *fanzine* ser financiado, eles terão que ceder em algumas coisas”. É. Esse mundo, o mundo democrático em especial, mais do que o autoritário, está cheio de argumentos. E o dinheiro?

Parece até que dinheiro se ganha com ferrugem. Lembra-me outro argumento: “Imagine se a Empresa 5, a financiadora, descobre que a Organização 3, a ONG, deixou passar um nome como esse para o *fanzine* dos jovens! E imagine quando a Diretora B, da Organização 3, que é minha chefe, souber que a gente sabia de tudo e permitiu!” O medo de perder o emprego, de ficar sem dinheiro, o medo do *fanzine* perder o financiamento. Um impasse. De fato, não é fácil ficar sem dinheiro, aliás é bem complicado. Mas é curioso como esse medo me fez entrar numa situação de outro risco, o risco de assassinar a poesia. E foi o que fiz.

UmDoisZine. Gosto da agilidade, da versatilidade, um bom nome para o *fanzine*. E foi isso que eles nos contaram, ou melhor, assim eles nos driblaram, porque o outro sentido se revelou depois, quando já tínhamos estabelecido com eles o tal do vínculo de confiança. UmDoisZine. Que arrependimento! Um nome vivo, alegre, irreverente, até insolente. Lembra Chico Buarque na época daquela ditadura, ou algum colega dele, mais cômico um pouco. UmDoisZine. Um drible na ditadura, não a que o Chico por vezes driblou, mas a ditadura anti-drogas.

E o que foi que fiz com esse vínculo de confiança? Assassinei a poesia e a graça dessa ação meio clandestina, que aparece para alguns e não para outros, que não se esconde ou que se esconde mas aparece, não recua. E, claro, assassinei o prazer de quando, de fato, se dá *umdoiszinho*⁸⁸, sem nem precisar dar umdoiszinho, e sentir um pouco dos efeitos que umdoiszinho pode produzir.

Hoje, 50 anos depois daquele golpe, 13 anos depois desse outro golpe, essa ação meio clandestina me intriga. Gostaria de ter participado dela, mas não como uma reedição da antiga Divisão de Censura de Diversões Públicas, a DCDP. Aliás, que nome interessante: quem será que criou esse nome? O constrangimento que essa pessoa não sentiu contrasta com o que agora sinto, lembrando do UmDoisZine. Censurar uma diversão pública. Que coisa estranha, estranha e atual. Não devem ser poucas as diversões clandestinas por aí.

Talvez por isso tenha me interessado pelos escritos de uma ex-clandestina da época daquele golpe: “A clandestinidade política foi a alternativa que muitos militantes de esquerda, encontraram para continuar no país, combatendo o regime militar. (...) Tornaram-se clandestinos. Nos nomes, nos rostos, nos documentos pessoais. Afastaram-se de seu grupo familiar, de amigos e de suas profissões.” (Arantes, 1993, p.173)

A ação e o aparecimento dessas pessoas, os militantes de esquerda, eram um incômodo para outras, os militares. Era como se somente esses outros, os militares, pudessem brincar de fazer mundo, mas isso também é confuso. Soube que lá longe, militares militantes de esquerda também não gostavam muito que outras pessoas brincassem de fazer mundo, de fazer amor com quem quisessem e dizer o que pensassem. É tudo bem confuso. E mesmo no mundo dos argumentos

⁸⁸ “Dar umdoiszinho”: expressão utilizada em referência ao ato de tragar um cigarro de maconha.

que é a democracia, são tantas contingências que um monte de gente fica de fora dessa brincadeira, às vezes bairros inteiros, às vezes a maioria das pessoas.

Quando estamos em meio a um ambiente assim, parece que a clandestinidade surge como uma alternativa para continuar agindo, para continuar brincando, sem precisar aparecer muito, porque aparecer tornou-se um risco. É preciso desaparecer para continuar aparecendo. Mas especialmente nesse grau de radicalidade em que essa ex-clandestina se envolveu, o desaparecimento era quase total: “Deixaram suas casas, seus bens, suas roupas. (...) Tinham sido alijados das fileiras dos cidadãos brasileiros, cassados como profissionais, jubilados como estudantes, demitidos por decreto de seu trabalho” (Idem). Ao mesmo tempo, a vida continuou, e continuou intensamente: “Formaram a coluna vertebral da resistência aos militares. Reuniram-se febrilmente, fizeram planos estratégicos de ação. Brigaram entre si e se abraçaram como nunca. Cada despedida talvez fosse a última” (Ibidem). Uma vez localizada por uma repressão bastante ativa, para se manterem no país a única opção era o esconde-esconde da clandestinidade.

Parece haver uma clandestinidade que decorre de uma explícita escolha na trajetória da vida vinculada a um estado explicitamente violento e repressor, um estado de terror organizado e amparado legalmente para agir dessa maneira. No caso dos jovens a que me refiro e sua ação clandestina, também há uma escolha, porém ela não depende de um estado dessa natureza, mas de outro, em parte herdeiro do anterior, herdeiro de uma polícia e de suas práticas de terror. E ocorre também em meio a uma sociedade e uma específica maneira de lidar com as drogas.

Será que depois de falar aqui sobre essa história de dar *umdoiszinho* terei que esconder meu rosto? Apesar da liberação do consumo da maconha no Uruguai, a situação no restando do mundo e no Brasil ainda é delicada. Mas será que essa ex-clandestina gosta de dar *umdoiszinho*? Aliás, ela também escreveu sobre um pessoal envolvido com a resistência ao regime repressivo que parecia gostar bastante de dar *umdoiszinho*, e não era um pessoal que, necessariamente, precisaria sumir: “Eram profissionais liberais, artistas, músicos, escritores, estudantes, professores, reitores, religiosos, bispos, padres e freiras, empresários, sindicalistas... Foram se constituindo na legião dos brasileiros que mantinham bolsões de luta política dentro da legalidade”. E, enquanto isso: “No avesso do Brasil, pulsava a clandestinidade” (Arantes, 1993, p.174).

Hoje, 50 anos depois daquele golpe, estou aqui em meio a encontros e conversas sobre um passado tão distante e tão presente. Uma distância de 50 ou 30 anos, quando elegeram um presidente civil mas, vez ou outra, acompanhado do adjetivo de coronel. Vejo nessas conversas um esforço enorme para resgatar a história, a verdade da história, em contá-la para as novas gerações.

Ao mesmo tempo, as presenças desse passado me assustam e me aproximam dele de um jeito bastante incômodo. Por vezes, nesses encontros e conversas, sin-

to a necessidade de me manter numa certa clandestinidade: meu avô era militar há mais ou menos 50 anos. O que eu faço com esse dado? Omito das pessoas? Omito de mim? Incluo nas conversas? Nesse momento, minha opção é incluir. Mas será que corro algum risco de ser colocado do lado dos militares? Como posso ficar ao lado do meu avô? Difícil evitar sentimentos ruins como o medo de ser descoberto, de ser localizado. Talvez, por isso, eu fique tão constrangido e me esconda. Com frequência sinto que minha presença em meio a esses encontros é quase ilegal e a clandestinidade me atrai. Além disso, escondido sempre se pode dar *umdoiszinho* sem muitos problemas...

Será que meu simples interesse pelo assunto me legaliza por aqui, nesses encontros sobre o golpe? O problema é que os demais interesses envolvidos também não são simples e o meu me parece meio torto. O estado violento que conheci foi nas conversas que tive com aqueles jovens do *fanzine*, com quem a polícia foi violenta; tão violenta que mistura tempos. Dizem até que se trata da mesma polícia do golpe e também a mesma que trouxe gente da África no chicote tempos atrás. É tanta mistura que perco o foco. Por outro lado, dizem por aqui que a polícia deixaria de ser violenta com o pessoal do *fanzine* se os militares que praticaram tortura fossem condenados.

Difícil sair da clandestinidade, difícil distinguir e avaliar as forças repressivas, agir e falar livremente depois de tanto tempo falando com um agente repressor. Volto para os escritos daquela ex-clandestina. Junto com outras pessoas, ela fez esse percurso de saída e entrada, ou de entrada e saída. Escritos que curiosamente me tocaram, apesar de se referirem a um tempo tão diferente, a uma *situação de excepcionalidade e catástrofe política*.

“Os embates do isolamento criaram novos eremitas, um jeito de continuar clandestino sem mais o sê-lo! (...) Para muitos, contudo, a clandestinidade tornou-se uma experiência interna, enraizou-se nos caminhos do seu inconsciente. (...) Alguma coisa colou-se, como uma pele, sobre sua pele e seu coração, a clandestinidade se juntou a sua memória, como uma névoa. (...) Ao retornar à legalidade, à vida social e profissional, os que viveram a clandestinidade guardam em seus silêncios cicatrizes ‘indizíveis’ e também tornadas clandestinas.” (Arantes, 1993, p.177)

Talvez a clandestinidade nos proteja de sermos invadidos pelo que vem de fora e nos acua excessivamente. Ela assegura a vitalidade e o lugar onde o prazer se faz possível, onde não nos rendemos totalmente a movimentos adaptativos, mas participamos com nossa criatividade e desejo, onde damos *umdoiszinho* e agimos no mundo.⁸⁹

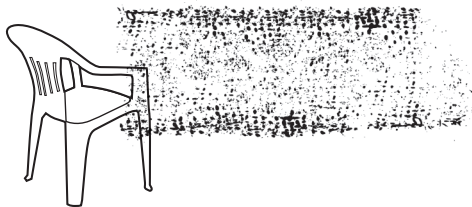
Esse trecho, assim como o parágrafo seguinte – e talvez o argumento central de todo o texto – teve parte de sua inspiração em D. W. Winnicott, mais precisamente em suas ideias sobre o brincar e a criatividade, que podem ser encontradas, por exemplo, no capítulo V do livro *O brincar e a realidade* (1975): “É através da percepção criativa, mais do que qualquer outra coisa, que o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida. Em contraste existe um relacionamento de submissão em relação a realidade externa, onde o mundo em todos os seus pormenores é reconhecido apenas como a que ajustar-se ou a exigir adaptação” (p. 95).

Curioso imaginar que, com o tempo, alguns clandestinos tornaram-se eremitas, como se apenas no isolamento fosse possível “ser” e qualquer contato fosse uma ameaça. O que é isso que nos prende à clandestinidade? Se, num primeiro momento, ela trazia vitalidade, depois parecia entristecer e, talvez, já nem se tratasse mais de clandestinidade, porque já não há mais uma ação em curso, o desejo já não se faz valer. Transforma-se numa retração constante, que já não depende mais da mesma realidade da ameaça presente em seu início.

O encontro com o outro, mesmo não sendo um agente de um estado de terror, nem sempre facilita o aparecimento. Talvez, a clandestinidade seja um espaço fundamental para muitas coisas que vivemos e ainda não nos sentimos seguros para trazer à tona, intimidades e singularidades que precisam de tempo e resguardo para se incubar.

Outro dia, vi meu sobrinho cultivando um espaço como esse. Ele mentia para mim pelo prazer de mentir e se enchia de alegria com a possibilidade de controlar o que eu podia e não podia saber dele. Por outro lado, esse espaço fundamental e vital parece precisar também de outro espaço, com pessoas interessadas no que de fato temos para mostrar.

No caso dos jovens do *fanzine*, a censura sobre o nome do jornal certamente não é o que mais me parece ter prejudicado seu aparecimento e sua brincadeira. Eu também não saberia dizer qual teria sido a censura mais determinante em suas vidas, em sua disposição para brincar no mundo e com as coisas do mundo – até porque esse é um campo em que se misturam acontecimentos individuais, coletivos e, até mesmo, históricos, e eu não os conheci assim tanto. O que sei é que ao longo dos anos que se seguiram depois do *fanzine*, muitos deles entraram para o tão almejado mercado de trabalho e já não tinham mais tempo para o jornal do bairro ou para o *grafitti* no muro. Afinal, lhes foi dito que para ganhar dinheiro, é preciso abrir mão de certas coisas. Talvez este seja um drama da vida adulta que, cedo ou tarde, chega para todos ou quase todos. Foi duro saber que o jovem que tanto desenhava e o que mais gostava de debater passavam a maior parte de seus dias no estoque de um supermercado ou numa sala atendendo telefonemas de clientes de uma empresa. Estavam empregados em algum lugar e isso era motivo de comemoração. Torço para que tenham mantido alguma vida clandestina. Caso contrário, é desaparecer para sobreviver.



Referências

- ARANTES, M. A. C. Clandestinidade política e escolha. In: RIQUELME, H. & DANTAS, R. (Org.) *Era de névoas: direitos humanos, terrorismo de estado e saúde mental na América Latina*. São Paulo: EDUC, 1993.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

SOBRE OS AUTORES



Camila Munhoz

Psicóloga e psicanalista. Mestre em Psicologia Experimental pelo IPUSP. Autora do livro *A relação entre o psicanalista e suas teorias* (São Paulo: Escuta, 2015).



Caterina Koltai

Socióloga e psicanalista. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP e professora desta mesma universidade. Autora dos livros: *Política e psicanálise, o estrangeiro* (Escuta, 2000) e *Totem e tabu: um mito freudiano* (Civilização Brasileira, 2010).



Cristina Herrera

Psicóloga e psicanalista. Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Membro da equipe clínica da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos.



Issa Mercadante

Médico psiquiatra e psicanalista. Membro da equipe clínica do Instituto Projetos Terapêuticos. Coordenador e terapeuta da Clínica do Testemunho desta instituição.



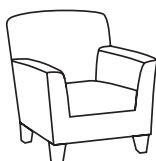
Jorge Broide

Psicólogo, psicanalista e analista institucional. Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP. Membro da APPOA. Professor do Curso de Psicologia da PUC-SP.



Marcus Góes

Psicólogo pela PUC-SP. Mestre em Psicologia Social pelo IPUSP. Integrante da Equipe de Acompanhamento Terapêutico do Instituto “A Casa”, do Núcleo “Perspectivas”. Participante do grupo “Violência e Subjetividade” da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos.



Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes

Psicóloga e psicanalista. Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Coordenadora Geral de Combate à Tortura da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República (2009/2010). Autora dos livros: Pacto revelado: psicanálise e clandestinidade política (Escuta, 1994) e Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano (Casa do Psicólogo, 2013).



Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi

Psicóloga e psicanalista. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Coordenadora do Núcleo de Atendimento de Famílias do Instituto Projetos Terapêuticos. Membro da equipe clínica da Clínica do Testemunho desta mesma instituição.



Maria Noemi de Araújo

Pedagoga, psicanalista e pesquisadora. Doutora em Educação pela UFSCar. Participante do grupo “Violência e Subjetividade” da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos.



Moisés Rodrigues da Silva Junior

Médico psiquiatra e psicanalista. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e ex-professor do Curso de Psicanálise deste instituto. Diretor-Presidente do Instituto Projetos Terapêuticos. Coordenador da Clínica do Testemunho desta mesma instituição.



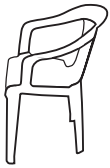
Myrna Coelho

Psicóloga clínica. Doutora em Integração da América Latina pela USP. Professora do Curso de Especialização “Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica: Clínica e Política na Transformação das Práticas” do Instituto Sedes Sapientiae. Participante do grupo “Violência e Subjetividade” da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos.



Pedro Tavares Antunes

Psicólogo e psicanalista. Membro da equipe clínica do Instituto Projetos Terapêuticos. Membro da equipe clínica da Clínica do Testemunho desta mesma instituição



Rodrigo Blum

Psicólogo e psicanalista. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Membro da equipe clínica do Instituto Projetos Terapêuticos. Membro da equipe clínica da Clínica do Testemunho desta mesma instituição.



Os textos que compõem esta **Travessia do Silêncio, Testemunho e Reparação** são um registro das reflexões e discussões teóricas, dos procedimentos de trabalho e dos encontros clínicos realizados pelo Instituto *Projetos Terapêuticos* no contexto do Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Trata-se de um reencontro com a história passada recente do Brasil e de outros países da América do Sul em uma busca pela reparação, em vários níveis simbólicos e psicossociais, dos danos causados pelo arbítrio, pela repressão e pela violência de Estado praticados durante o período da ditadura civil-militar no país.

Texto de produção independente

“Esta publicação é resultado de iniciativa fomentada com verbas do projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia, selecionada por meio de edital público. Por essa razão, as opiniões e dados contidos na obra são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando expresso em contrário.”

Realização



Projeto
Clínicas do Testemunho

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça

